UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

VIVIANE PEDROSO DOMINGUES CARDOSO

Uma cidade, várias narrativas:
análise interpretativa das monografias premiadas do
Concurso História de Bairros de São Paulo.

Versão corrigida

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

VIVIANE PEDROSO DOMINGUES CARDOSO

Uma cidade, várias narrativas:
análise interpretativa das monografias premiadas do
Concurso História de Bairros de São Paulo.

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de
História Social do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Mestra em Ciências.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Glezer.

São Paulo
2015

*Por quem zelo, por quem tenho o amor
mais sublime. Dedico essa dissertação a
minha maior fonte de força, inspiração e
felicidade:
à Catarina, o meu presente de amor.*

AGRADECIMENTOS

Foi graças à colaboração de várias pessoas e instituições que essa dissertação pôde ser realizada. Apesar de ter dedicado tantas páginas a esse item, não foi possível citar todos aqueles que de alguma forma estão presentes nesse trabalho. Cito então as pessoas e instituições que estiveram mais próximas e por isso aparecem como representativas da coletividade da produção desse saber. Portanto, a todos aqueles que fizeram parte dessa grande empreitada desde já o meu muito obrigado.

Inicialmente devo agradecer a Universidade de São Paulo pelo apoio, organização para a pesquisa e excelência em bibliotecas, laboratórios e docência. A Capes pela bolsa, que foi imprescindível para a finalização da pesquisa e redação da dissertação, mas, principalmente, devo agradecer a minha orientadora. Agradeço a Prof.^a Raquel Glezer pela orientação, oportunidade, confiança, conselhos, paciência, compreensão e pelo carinho com que fez as correções, transcendendo sua influência para além da orientação institucional e se transformando em exemplo. Desde a graduação, certamente foi ela a pessoa mais marcante do meu processo de formação como historiadora e professora, tendo sido um enorme prazer cumprir mais esta etapa sob sua influência.

Durante a pesquisa, as conversas mais informais muitas vezes me levaram a novos enfoques, me fizeram repensar minha pesquisa e meu texto. Assim como os diálogos foram imprescindíveis no início, o silêncio foi primordial para a conclusão desse texto, por isso agradeço os locais em que pude me valer desse elemento tão raro no mundo contemporâneo e urbano: a Biblioteca da Faculdade de Economia da Unicamp – que não aderiu à greve de funcionários e me proporcionou possibilidades de escrever em um ambiente calmo –; aos funcionários e as bibliotecas da Universidade de São Paulo – “Florestan Fernandes”, “Prof. Dr. Luiz de Queiroz Orsini”, “Prof. Dr. Alfredo Coaracy Brazil Gandolfo” e a de Arquitetura e Urbanismo –, bem como as salas de estudo espalhadas nos prédios da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Não poderia deixar de lembrar o trabalho dos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do Departamento de História, e dos professores das Comissões de Pós Graduação do Departamento e da FFLCH.

Agradeço ao Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, pelo acesso aos documentos referentes ao concurso “História de Bairros de São Paulo”, em especial a funcionária Tomico que foi extremamente prestativa e que contribuiu de forma ativa para a localização do material que estava esparso e que é muito recente.

Agradeço pela minha formação aos professores do Departamento de História da USP, em especial aos professores José Antônio Vasconcelos, Marcos Antônio Silva, Vera Lúcia Amaral Ferlini, Ana Maria de Almeida Camargo e Maria Helena Rolim Capelato. Dentre os professores da Unifieo, onde iniciei meus estudos, agradeço principalmente a minha primeira orientadora, a Prof^a Dr.^a Dora Shellard Correa – um grande exemplo como pessoa, historiadora e professora, foi ela quem primeiro acreditou que esse momento aconteceria.

Na minha formação como historiadora não posso deixar de citar Mirtes Timpanaro, minha professora de história no ensino médio na E.E. “Prof. Manuel Ciridião Buarque”. Incentivo, participação, bom humor, crença em seus alunos, fez com que eu me tornasse historiadora.

Agradeço aos professores e colegas das disciplinas de pós. Além da professora Raquel Glezer e do Professor José A. Vasconcelos, também foram meus professores Laura de Mello e Souza, Júlio Bentivoglio, Richard Cândida Smith, Luisa Passerini e Allan Megill. Na qualificação fui presenteada com as contribuições das professoras Dr.^a Sara Albieri e Dr.^a Inez Garbuio Peralta, que ajudaram na definição dos focos desse texto, além de realizarem pontuais e importantes análises sobre a pesquisa o que foi importante para o seu formato final e para as minhas possibilidades de finalizá-la.

Durante a pós-graduação tive a oportunidade de participar de dois programas que foram fundamentais para a minha formação: o PAE (Programa de Aperfeiçoamento do Ensino Superior) e o PPVUSP (Programa Preparatório para o Vestibular da USP), no qual fui Supervisora Acadêmica de História. Agradeço aos meus supervisores José Vasconcelos, Marcos Silva e Kátia Maria Abud, e aos colegas monitores e tutores de ambos os programas.

Nos eventos científicos que participei encontrei inúmeros pesquisadores que deixaram suas contribuições sobre as minhas apresentações, por isso não poderia deixar de agradecer aqueles que se dedicam à organização e manutenção dessas instituições e eventos. Especificamente agradeço as associações e aos mantenedores da ANPUH (Associação Nacional de História, seção nacional e regional SP); a SBTH (Sociedade Brasileira de Teoria e Historiografia) com seu evento SNHH (Seminário Nacional de História e Historiografia); a Rede Brasileira de História Pública, com seu Simpósio Internacional de História Pública, e ao EPOG (Encontro de pós-graduandos da USP).

Entrevistei Carlos Augusto M. Calil, Eder Mazini, Ana Maria de Almeida Camargo e Laura de Mello Souza, que foram muito gentis e contribuíram muitíssimo para o entrelaçamento entre os documentos institucionais, monografias e o Concurso. A todos os entrevistados o meu muito obrigado.

Agradeço as Diretorias de Ensino de São Roque e Centro-Oeste, aos funcionários que tantas vezes me ajudaram com os tramites mais burocráticos e a Secretaria Estadual de Educação que manteve a jornada reduzida de 10 horas/semanais, o que me proporcionou realizar essa dissertação. Agradeço as escolas em que fui professora durante esse processo – a E.E. “Laércio Surim”, em Vargem Grande Paulista, ao Colégio “Espaço Verde Rousseau”, em Cotia, a E.E. “Samuel Kablin”, na Vila Dalva, a E.E. “Emiliano A. Cavalcanti de A. e Melo”, no Alto da Lapa, e a E.E. “Professora Guiomar R. Rinaldi”, no Jardim Cambara –, ao pessoal da limpeza, cozinha, e equipe de profissionais, que por muitas vezes compreenderam minhas ausências quando os eventos acadêmicos surgiam. Agradeço as amizades incríveis que fiz, ao apoio com a profissão docente, que também inaugurei de fato nos últimos anos. Agradeço em especial aos amigos: Fernando José, Odália, Carlos, Márcia, Lurdinha, Cristina Denadai, Dalva, Gislena, Iracema, Adilson, Gilberto, Eduardo, Conceição, Thiago, Sally, Arakci, Oneide, Laura, Ubiara, Marquinhos, Thatiane, Bethinha, Sueli, Rosemary (*In memoriam*), Leonardo, Ione, Gilberto, Neide, Nilda, Lilian, Marili, Naline, Simone, Paulo, Patrícia, Maria, Talita, Shirley, Maria Cecília, Jonas, Elias, Danilo, César e a Valéria O.T./ D.E. - São Roque.

Aos colegas no Núcleo Pedagógico da Diretoria de Ensino Centro – Oeste, obrigada pelo apoio no momento final desse trabalho. Agradeço também aos alunos que me fizeram refletir sobre a aplicabilidade e sentido dos estudos históricos, que participaram e contribuíram para as minhas reflexões e práticas sobre cultura histórica, e que me deram força para persistir na profissão.

Meu muito obrigado aos amigos do Grupo de Historiografia Paulista, grupo que contribuiu muito mais do que para o meu amadurecimento acadêmico: Rosa Udaeta, Fernando Ribeiro, Carlos Rovaron, Natália Salla, Gisele Cipriani, Lorena Leite, Maria Ângela Raus, Adalberto Graciano, Tathiane Gerbovic, João Paulo, José Roberto Baldin, Adriane Baldin. Amigos que me apoiaram, ajudaram durante as crises emocionais, fizeram perguntas acadêmicas essenciais e me ajudaram a encontrar o melhor e possível caminho para essa dissertação. Se não bastasse tudo isso, a Rosa, o Fernando, a Natália e o Carlos fizeram a revisão desse trabalho, e não há palavras que possam descrever o quanto sou grata a esses amigos.

Também agradeço a Marly Spacachieri e ao Magno Nascimento, sempre prestativos, do ombro amigo aos desafios técnicos da diagramação. A Ana Paula da Xerox, consultora sentimental, de tramites de depósito e por ter imprimido essa dissertação.

Aos amigos do dia-a-dia, de diferentes áreas, com os quais não deixei de aprender também agradeço. Vocês me deram apoio, me fizeram sorrir tantas vezes e me proporcionaram momentos inspiradores. Muito obrigada a: Mariana Ribeiro, Leandro da Silva e Lucimara Vasconcelos.

Agradeço a interlocução com os amigos da FFLCH/USP: Diogo Leite, Oldimar Cardoso, Thiago Nicodemo, Thais Rocha, Camila Rodrigues, Edson Pedro, Ricardo Streich, Apoená, Ellen Pereira, Helena Wakim, Marcos Abramo, Taís Araujo, Natália Frizzo, Renata Freitas, Glalce e César.

Agradeço ainda a minha mãe pelo exemplo de mulher, pela defesa diante das minhas escolhas pelo estudo e por minha criação. Ao meu pai por ser, no meu núcleo familiar, a pessoa que mais preservou os laços com o interior e a cultura caipira a qual contribuiu muito para a escolha sobre obras fronteiriças de história, que desde a Iniciação Científica tenho me dedicado. Agradeço principalmente pelo cuidado com a minha filha, que desde as primeiras semanas já passava algumas horas com eles enquanto eu corria para assistir alguma matéria da pós-graduação, e que ainda hoje continuam prestativos na ajuda da criação da minha pequena.

Aos meus irmãos – Célia, Rosemeire e Edson – agradeço pelo exemplo nos estudos, pelo exemplo moral e pela também ajuda em relação à Catarina. Agradeço as caronas e força da Rose; o cuidado e carinho da Célia; os diálogos e contribuições acadêmicas do meu cunhado Júlio, da minha sobrinha Melissa e da minha co-cunhada Maria Helena; e as ajudas do cunhado Carlos e da cunhada Maria. Agradeço a alegria da Sabrina, Juliana e do Bruno, e a boa música do Edson Filho. Agradeço minhas tias, tios, primos e primas que me dedicaram palavras de carinho.

À minha linda filha Catarina agradeço sempre, por existir, por ter dado sabor e emoção a essa dissertação e por encarar às vezes de forma tão madura a minha ausência. Minha inspiração diária, minha força e meu bom humor. Essa dissertação é dedicada a você, o meu amor mais que sublime.

Por fim agradeço ao meu mais querido interlocutor intelectual, meu eterno companheiro Eliel. Amigo que mesmo com tantas mudanças que passamos nunca deixou de me apoiar nessa pesquisa e desde o início da graduação na USP. Foi ele quem me ouviu inúmeras vezes, que me ajudou lendo anotações, revisando textos, estudando comigo, emprestando o seu

computador, contribuindo no apoio logístico e é claro com nossa filha. Aproveito para agradecer a família dele, que se tornou também minha, pelo igualmente apoio e por tantas vezes me socorrer cuidando da pequena: a Eliel Luiz, a Regina, a Elisa, ao Lucas e a *oma* Regina, meu muito obrigado. Aos tios, tias, primos e primas Waldvogel e Cardoso e ao vô Antônio, que sempre se mantiveram dispostos a ajudar, que participaram dos momentos de alegria, que foram tão importantes no alívio da tensão da pesquisa, que me receberam em sua família de forma tão calorosa e me ajudaram na superação dos desafios que enfrentei justamente nesses anos da dissertação.

Peço desculpas ao leitor por tantas páginas dedicadas a agradecer, mas eu não poderia fazer diferente. Foi nesses últimos anos que enfrentei meus maiores desafios, além da dissertação, e só com a ajuda de cada um desses que citei, pude concluir mais essa etapa e poder sair cheia de vontade para seguir as próximas.

Uma afirmação falsa, uma afirmação verdadeira e uma afirmação inventada não apresentam, do ponto de vista formal, nenhuma diferença.

[...]

Afirmar que uma narração histórica se assemelha a uma narração inventada é algo óbvio. Parece-me mais interessante indagar por que percebemos como reais os fatos contados num livro de história. Em geral se trata de um resultado produzido por elementos extratextuais e textuais.

Carlo Ginzburg. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 18.

RESUMO

CARDOSO, Viviane Pedroso Domingues. **Uma cidade, várias narrativas: análise interpretativa das monografias premiadas do Concurso História de Bairros de São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

O objetivo desta pesquisa é analisar as monografias premiadas do Concurso História de Bairros de São Paulo, refletindo sobre as escritas e narrativas da história que se fizeram presentes nessas produções. A partir dessas monografias buscamos entender a natureza do Concurso e a pertinência do mesmo ao ser promovido pela Secretaria Municipal de Cultura – através da divisão de Patrimônio Histórico e do Arquivo Histórico Municipal –, tendo sobrevivido por mais de três décadas. Neste período, o Concurso atravessou diferentes gestões, mudanças de partidos políticos, a ditadura militar e a redemocratização. Entendemos que a partir da análise das monografias premiadas do Concurso História de Bairros podemos encontrar diferentes elementos de reflexão sobre a importância e consumo do conhecimento histórico fora dos muros da universidade e refletir sobre a produção e divulgação das obras fronteiriças de história, inclusive como instrumento de divulgação do conhecimento histórico científico.

Palavras-chave: História de São Paulo; obras fronteiriças; Secretaria Municipal de Cultura; Concurso História de Bairros; historiografia paulista.

ABSTRACT

CARDOSO, Viviane Pedroso Domingues. **A city, several narratives: interpretative analysis of monographs winning the Contest History of Neighborhoods in São Paulo.** 2014: Thesis (MS). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

The aim of this research is to analyze the winners' monographs of the Contest History of São Paulo's neighborhoods, reflecting on the written narratives of history that were presented in these productions. Throughout these monographs, we seek to understand the nature of this Contest and its relevance to be promoted by The Municipal Secretariat of Culture – over the division of the Historical Heritage and the State Historical Archive - having survived for over three decades, across different administrations, changes of political parties, the military dictatorship and the redemocratization. We comprehend that, from the analysis of monographs winning the Contest History of Neighborhoods, it is able to find different elements of reflection on the importance and absorption of historical knowledge outside the walls of university. It is also possible to reflect on the production and dissemination of boundary works of history, including them as a tool to diffuse the scientific historical knowledge.

Keywords: History of São Paulo; boundary works; Municipal Secretariat of Culture; Contest History of Neighborhoods; historiography of São Paulo city.

RESUMEN

CARDOSO, Viviane Pedroso Domingues. **Una ciudad, varios relatos: análisis interpretativo de monografías ganadoras del Concurso de Historia de Barrios en São Paulo**. 2014. Tesis (MS). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

El objetivo de esta investigación es analizar las monografías ganadoras del Concurso Historia de Bairros de São Paulo, y reflexionar sobre las narrativas escritas de la historia que estaban presentes en estas producciones. A través de estos documentos tratamos de comprender la naturaleza de la competencia y relevancia de las monografías que les hizo ser promovidos por la Secretaria Municipal de Cultura – a través de la division de Patrimônio Historico y del Archivo Histórico Municipal. El concurso ocurrió regularmente por más de tres décadas, a través de diferentes administraciones, sobreviviendo los cambios de los partidos políticos, la dictadura militar y la democratización. Entendemos que a través del análisis de las monografías es posible reflexionar sobre la importancia del conocimiento histórico y sobre su asimilación fuera de los muros de la universidad y también reflexionar sobre la producción y difusión de obras de historia fronteriza, mismo como una herramienta para difusión del conocimiento científico histórico.

Palabras clave: Historia de São Paulo; obras fronterizas; Departamento de La Cultura; Concurso de Historia de Barrios de São Paulo; historiografía de São Paulo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	Fotografia da entrega de prêmios do Concurso História de Bairros, 1970	41
Ilustração 2	Fotografia da entrega de prêmios do Concurso História de Bairros, 1970	42
Ilustração 3	Fotografia da entrega de prêmios do Concurso História de Bairros, 1970	42
Ilustração 4	Captura da tela do link “História de Bairros”	43
Ilustração 5	Recorte do Diário Oficial do Município noticiando o VII Concurso de Monografias sobre a História dos Bairros de São Paulo	45
Ilustração 6	Reprodução do edital publicado no Diário Oficial do I Concurso de Monografias sobre a História dos Bairros de São Paulo.	57
Ilustração 7	Reprodução do cartaz do XII Concurso de Monografias existente na pasta História dos Bairros, Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal	74
Ilustração 8	Reprodução do cartaz do XV Concurso de Monografias existente na pasta História dos Bairros, Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal	75
Ilustração 9	Reprodução do cartaz do XVI Concurso de Monografias existente na pasta História dos Bairros, Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal	76
Ilustração 10	Reprodução do cartaz do XIX Concurso de Monografias existente na pasta História dos Bairros, Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal	77
Ilustração 11	Reprodução do cartaz do XXIII Concurso de Monografias existente na pasta História dos Bairros, Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal	78
Ilustração 12	Primeira caixa com a coleção de DVDs História dos Bairros de São Paulo	84
Ilustração 13	Cartaz da I. Mostra de Cinema na Laje no bairro paulistano Jardim Guarujá	85
Ilustração 14	Programação da I. Mostra de Cinema na Laje no bairro paulistano do Jardim Guarujá	86

Ilustração 15	Sessão da I. Mostra de Cinema na Laje no bairro paulistano Jardim Guarujá	87
Ilustração 16	Capas das monografias premiadas na I edição do Concurso História de Bairros	158
Ilustração 17	Capas das monografias premiadas na II edição do Concurso História de Bairros	159
Ilustração 18	Capas das monografias premiadas na XXII Edição do Concurso História de Bairros	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Prefeitos e Secretários da Educação e Cultura, e Secretários da Cultura de 1965 até 2014	46
Quadro 2	Diretores do Arquivo Histórico Municipal, Diretores do Departamento de Cultura e Diretores do Departamento do Patrimônio Histórico nos períodos em que houve publicações do Concurso de Monografias	47
Quadro 3	Relação de monografias premiadas, edições do Concurso, números de inscritos e banca julgadora	49
Quadro 4	Edições do Concurso e as mudanças nos editais	58
Quadro 5	Divulgação e repercussão do Concurso de Monografias	69

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A	Quadro de comparação entre os prêmios e os salários mínimos então vigentes	198
------------	---	-----

LISTA DE ANEXOS

Anexo A	Apresentação completa realizada por Leonardo Arroyo do vol.1 da coleção história de bairros	206
Anexo B	Artigo 17 a 22 da lei nº 13.278 de 07 de janeiro de 2002	208
Anexo C	Missão da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (gestão 2013/ 2016)	210
Anexo D	Reprodução do D.O.M./SP de 21 de dezembro de 2006, dispondo sobre o resultado da licitação sobre serviços gráficos	211
Anexo E	Editais completos do Concurso de Monografias (edições 1ª, 2ª, 22ª e 23ª)	212
Anexo F	Reportagens sobre o Concurso.....	220
Anexo G	Reprodução da reportagem sobre plágio	222
Anexo H	Edital completo do 3º Concurso de Documentários de História de Bairros	223

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AHMSP	Arquivo Histórico Municipal de São Paulo
ANCINE	Agência Nacional do Cinema
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
COOPERIFA	Cooperativa Cultural da Periferia
Cr\$	Cruzeiros
Cz\$	Cruzados
DC	Departamento de Cultura
DEM	Democratas
DOM	Diário Oficial do Município
DPH	Departamento do Patrimônio Histórico
ECINE	Escritório de Cinema do Município de São Paulo
ESLP	Escola Livre de Sociologia e Política
FFCL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGSP	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
NCR\$:	Cruzeiro Novo
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo.
PP	Partido Progressista

PPB	Partido Progressista do Brasil
PR	Partido Republicano
PRT SC	Print Screen
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira.
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RAM	Revista do Arquivo Municipal
RH	Revista de História
R\$	Reais
SESC	Serviço Social do Comércio
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
TV PUC-SP	Televisão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	27
1 O CONCURSO DE MONOGRAFIAS “HISTÓRIA DOS BAIRROS DE SÃO PAULO”	30
1.1 A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E O ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL	31
1.2 ANÁLISE DAS EDIÇÕES DO CONCURSO DE MONOGRAFIAS “HISTÓRIA DOS BAIRROS DE SÃO PAULO”	40
1.3 DIVULGAÇÃO E REPERCUSSÃO DO CONCURSO DE MONOGRAFIAS	69
1.4 “HISTÓRIA DOS BAIRROS”: DAS MONOGRAFIAS AOS DOCUMENTÁRIOS	79
2 OS ASPECTOS FRONTEIRIÇOS NAS MONOGRAFIAS DO CONCURSO HISTÓRIA DE BAIRROS DE SÃO PAULO	88
2.1 OBRAS FRONTEIRIÇAS DE HISTÓRIA	89
2.2 OS ASPECTOS FRONTEIRIÇOS NAS MONOGRAFIAS DO CONCURSO HISTÓRIA DE BAIRROS DE SÃO PAULO	118
3 OS ASPECTOS ACADÊMICOS NAS MONOGRAFIAS DO CONCURSO HISTÓRIA DE BAIRROS DE SÃO PAULO	148
3.1 OS ASPECTOS METODOLÓGICOS DA ACADEMIA PRESENTES NAS MONOGRAFIAS SELECIONADAS	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
FONTES	179
BIBLIOGRAFIA	187
APÊNDICES	198
ANEXOS	206

INTRODUÇÃO

Essa dissertação é um estudo analítico sobre a produção do Concurso “História de Bairros de São Paulo”, que foi promovido pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC), através da Divisão do Arquivo Histórico Municipal. Detivemos-nos na primeira fase desse concurso, que entre 1968 e 2003 se apresentou no suporte escrito atingindo 33 monografias publicadas. Em 2005, na gestão do então Secretário Municipal de Cultura Carlos Augusto Machado Calil, o Concurso passou por uma redefinição: deixou o formato anterior e se tornou um concurso audiovisual, com documentários de aproximadamente 24 minutos de duração cada.

Nosso interesse nesse estudo partiu da curiosidade em desvendar os objetivos na produção sobre história realizada fora dos muros da universidade, principalmente as patrocinadas por órgãos oficiais, e entendemos que o Concurso “História de Bairros” seja ideal para esse fim porque sobreviveu a diferentes gestões administrativas da Secretaria Municipal de Cultura. Outro interesse foi o de investigar se há predominância de determinadas narrativas da história, e quais seriam essas narrativas, nas monografias selecionadas.

Segundo o site da SMC, o Concurso de Monografias surgiu em 1965, enquanto lei e teve o seu primeiro edital em 1968. As publicações que se seguiram não passaram por uma periodização definida, nem mesmo houve a regulação de um número determinado de monografias que deveriam ser premiadas ou que receberiam a menção honrosa. No total foram 33 livros publicados – os três últimos apenas no meio digital¹⁶ – em 23 edições. No intervalo entre a primeira e a vigésima primeira edição, houve a divulgação de novos editais em todos os anos, mesmo após sucessivos concursos em que não se premiou nenhum trabalho – como nas edições de número IV, V, VI e VII, que aconteceram entre os anos de 1971 e 1974. Após 1988 só houve duas outras edições: a primeira em 2000, após um intervalo de 12 anos, e a última em 2003.

O último edital do Concurso realizado em 2003 ainda possui monografias premiadas que aguardam a publicação, mas essa demora já havia acontecido no concurso de 2000, que

¹⁶ As monografias dos volumes 28 até 33 estão publicadas no site da SMC, Arquivo Histórico Municipal, link Publicações e Série História de Bairros. Os volumes 31, 32 e 33 estão disponíveis apenas nessa plataforma não tendo ainda recebido a versão impressa.

Disponível em:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/publicacoes/index.php?p=83

teve suas monografias publicadas só em 2006. Já o Concurso Audiovisual contou com editais anuais apenas durante os anos em que Calil se manteve no posto de Secretário da Cultura, entre 2005 e 2012, e, desde então, esse Concurso não teve nenhuma nova edição. Não existe qualquer portaria ou tipo de menção oficial sobre a extinção dos Concursos de História de Bairros, e, por isso, não podemos afirmar se acabaram definitivamente.

Interessante notar que outras ações da Secretaria Municipal de Cultura e da Divisão do Arquivo Histórico Municipal também tiveram periodizações indefinidas e suportes alterados. Como Silene Claro nos conta através de sua tese:

A RAM foi publicada pela primeira vez em 1934, atravessando décadas, com periodicidade irregular, chegando no ano de 2005, ao número 204 quando deixou de ser editada. Foi substituída por um boletim eletrônico bimestral o Informativo do Arquivo Histórico Municipal, lançado em maio de 2005.¹⁷

O concurso História de Bairros possui duas versões que foram pensadas e produzidas em contextos distintos, mas que carregam características em comum. O concurso de monografias é herdeiro do incentivo a uma determinada narrativa da história paulista e paulistana que vem mesmo antes dos trabalhos da Comissão do IV Centenário da Cidade – narrativa essa que corroborava para a interpretação da história ufanista e antipolítica, divulgada pela propaganda dos governos ditatoriais, bem como do patrocínio dos órgãos administrativos às produções sobre a cidade de São Paulo, principalmente no período próximo as efemérides. Já os documentários nasceram no momento em que a abertura política esta consolidada e que as vias alternativas de divulgação e apreensão do saber se tornaram mais diversificadas e respaldadas pelos avanços tecnológicos dos meios de comunicação. Mas os documentários não estiveram livres de reproduzirem narrativas históricas que contemplem temas já superados na academia – como a história exclusivamente pautada na trajetória de personagens exemplares e da não problematização dos acontecimentos do passado e do presente –, bem como de servirem como meios de divulgação da gestão política que os patrocinou e coproduziu.

A produção audiovisual do concurso “História dos Bairros” comprova que apesar da substituição do suporte de apresentação das produções, as concepções que se encontram superadas na academia ainda fazem parte da produção informal de história e que a reflexão

¹⁷ CLARO, Silene Ferreira. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço científico e cultural esquecido** (proposta inicial e as mudanças na trajetória – 1934 - 1950). Tese (doutorado), FFLCH, USP. São Paulo, 2008. p. 14.

sobre tais se torna fundamental. Ou seja, os próprios documentários, que substituíram de maneira brusca as produções escritas, mostram a importância de nos determos sobre essas monografias e sobre as suas funções dentro da história pública patrocinada pela prefeitura.

A inserção de novas ferramentas que envolvam e estimulem o público leitor perpassa a preocupação de quem produz história pública e se faz presente nos planos de gestão das Secretarias de Cultura e Educação da cidade de São Paulo. Tais secretarias patrocinaram inicialmente em conjunto as edições de História de Bairros em formato de vídeo, mostrando o caráter pedagógico dessa produção. Isso nos faz refletir sobre a história como um campo de disputa, já que é através dela é possível forjar memórias e identidades coletivas, as quais podem ser utilizadas em função de diversos tipos de interesse. Exemplo dessas construções de memórias históricas é a mitificação sobre São Paulo, apresentada como locomotiva do Brasil, que também já foi utilizada em campanhas eleitorais.

Acreditamos que as justificativas desse trabalho se ampliam. Entender como a história se mantém importante para os órgãos oficiais mesmo fora de momentos comemorativos, como o IV Centenário, e em regimes de exceção, será importante tanto para entender melhor a história acadêmica quanto o papel prático da história pública, contribuindo para as discussões da última década sobre obras de divulgação histórica, bem como para o conceito de consciência. Essas promoções da história por instituições político-administrativas não são particularmente recentes, isso porque, para além dos interesses imediatos essas iniciativas fazem parte da tradição que se iniciou em São Paulo antes mesmo dos cursos universitários da área de ciências humanas existirem, com as iniciativas do Departamento de Cultura na gestão de Mário de Andrade.

Por outro lado há um entendimento, também movido por concepções de história que foram incorporadas à tradição, que concebe a história e o conhecimento sobre a história como todo e qualquer estudo que tem por si o objetivo de narrar a trajetória de qualquer lugar. Assim, a SMC optou por inserir o termo “História”, nos seus documentários sobre os bairros de São Paulo, mesmo quando os produtos muitas vezes se referem a elementos de outras áreas do saber.

A palavra história carrega consigo o universo, o sentido da amplitude, fornece credibilidade, incorporando valor a qualquer trabalho. A memória histórica, que não é propriedade de determinadas pessoas, produz a sensação que qualquer indivíduo está apto a escrever, discursar e entender a história, pois essa seria um componente primeiro de autorreconhecimento humano. Entendida dessa forma, a palavra história carrega um conjunto de significados que transcendem os códigos universitários.

A resistência dos homens à perda de si e seu esforço de auto-afirmação constituem-se como identidade mediante representações de continuidade, com as quais relacionam as experiências do tempo com as intenções do tempo.¹⁸

Assim, a existência de produções não acadêmicas sobre história, que aqui as chamaremos de fronteiriças¹⁹, não são características de determinados períodos ou de determinadas regiões, fazem inclusive parte da tradição que o desenvolvimento dos estudos e a consciência sobre a humanidade produziu.²⁰

Voltando ao nosso objeto de estudo, verificamos que não há nos editais das monografias exigências sobre a formação do autor, apesar de haver como objetivo central do concurso a promoção e divulgação dos documentos do Arquivo Histórico Municipal. Esse não dito sobre a formação do escritor e características sobre a obra fez com que as monografias premiadas se tornassem naturalmente diversificadas, tanto no conteúdo quanto na forma, tornando-se material profícuo para diversas análises, discussões e usos.

Apesar de muito conhecidas e citadas no meio universitário as monografias do Concurso “História dos Bairros” nunca foram analisadas em seu conjunto. É comum encontrarmos referências sobre essas monografias nos trabalhos acadêmicos, principalmente nas produções de geógrafos e arquitetos, mas não há reflexões sobre essa produção. Pesquisadas individualmente, podemos encontrar referências das mais variadas sobre as monografias que são entendidas ora como trabalho de historiadores, ora como de memorialistas. Essa diversidade nos levou a analisar o concurso em si e as características metodológicas que unem e separam essas monografias do universo acadêmico.

Entendemos que não apenas o Concurso uniu obras variadas, mas que a multiplicidade está presente em cada uma dessas produções. Acreditamos que restringir uma obra em determinados conceitos e escolas metodológicas significa limitar o potencial de cada texto, bem como não compreender as especificidades do contexto de sua produção. Defendemos, portanto, a hipótese de que muitas dessas monografias são híbridas e que, por vezes,

¹⁸ RUSEN, Jörn. **Razão histórica:** Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Trad. de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p.66.

¹⁹ Esse termo foi utilizado no artigo de: ALBIERI, Sara; GLEZER, Raquel. “O campo da história e as “obras fronteiriças”: algumas observações sobre a produção historiográfica brasileira e uma proposta de conciliação.” In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (IEB), nº48, março de 2009. pp.13- 30.

²⁰ Jörn Rüsen, historiador alemão de Teorias e Filosofias da História, trata a consciência histórica como fundamento da ciência histórica e mostra que essa consciência é inerente ao ser humano e um resultado das suas interações com o tempo. Trataremos esse assunto no capítulo II.

apresentam elementos acadêmicos e fronteiriços, inclusive para cumprirem as exigências do edital.

Parece óbvia a premissa de que enquanto o historiador problematiza o papel da memória, equilibrando sua carga de subjetividade com o recurso crítico aos documentos, as chamadas obras fronteiriças incorporam elementos da memória na narrativa histórica, sem que haja uma percepção crítica dos meandros que definem e separam a história da memória. O interessante é notar que esses dois elementos, que na teoria são até divergentes, podem compor a mesma obra. Esse fenômeno acontece em parte das monografias, principalmente quando essas tratam de temas do tempo presente, que corresponde ao período imediatamente anterior à entrega do texto para concorrer ao concurso. A inexistência de discussões metodológicas sobre esse tema à época das primeiras edições pode ter causado o aparecimento de elementos fronteiriços até mesmo nos textos mais acadêmicos.

Não é a toa que a ditadura passa despercebida nas monografias. O elemento do presente apenas surge enquanto inventário dos aparatos desse presente, com números sobre a quantidade de escolas e postos de saúde, ou como memórias individuais, muitas vezes saudosistas, do próprio escritor. Muitas vezes não há qualquer tipo de questionamento ou confronto das fontes sobre os dados elencados.

Mesmo nas produções pós-ditadura, os elementos da história política parecem não fazer parte da história, nem ao menos no período colonial. Nosso objetivo não é o de afirmar que esses aspectos foram deliberadamente pensados e planejados pelo poder público, mas que a cultura de exaltar o passado, de glorificar o povo, de esquecer os questionamentos sobre qualquer realidade, seja ela presente ou passada, acabam por reproduzir situações ideais de produção de conhecimento histórico em um contexto de repressão e censura.

Assim como a ditadura não aparece, temos uma reduzida quantidade de produções sobre a Zona Leste – apesar de essa pesquisa eventualmente poder apresentar uma percepção inversa para aqueles que a lerem, isso porque as únicas monografias premiadas sobre essa região foram publicadas nas edições que escolhemos como amostragem, especialmente as edições I, II e XXIII. Esse fato nos chama atenção porque se considerarmos apenas o enaltecimento do passado e do presente do povo paulistano, teremos uma tarefa mais difícil quando nos referimos a região cuja infraestrutura era a mais precária da cidade na década de 70 do século XX. Mais uma vez esses elementos não precisavam constar em edital, ou nas

diretrizes da banca julgadora, mas a própria cultura histórica²¹ pode levar a essas características.

Além da mescla entre memória e história, outro elemento que aparece nas monografias é o da existência da possibilidade de apresentar ao leitor a totalidade histórica do bairro. Apesar de desde os *Annales*²² se contestar a ideia de história enquanto narrativa do que realmente aconteceu, fora da academia não fomos educados para questionar aquilo que está escrito. A escrita sacramental e, quando essa escrita trata de uma produção sobre história, essa se torna orientadora da realidade passada e dos desdobramentos do presente. No caso das monografias que analisamos temos outro elemento que deve ser levado em consideração: as informações contidas nesses textos ganham maior credibilidade por serem obras resultantes de um concurso da Prefeitura.

Contudo, não temos dúvidas da importância de nos atermos a essas monografias, dando enfoque ao estudo sobre a produção e veiculação do discurso histórico sobre a cidade de São

²¹ A cultura histórica faz parte dos novos conceitos sobre o interesse, o saber, o entendimento da história por pessoas não especializadas. Existem alguns textos sobre o assunto, inclusive do já citado Jörn Rüsen, mas ainda o termo está em processo de consolidação em meio a debates sobre as propriedades e diferenças da cultura histórica e consciência histórica. Existem outros conceitos que tentam abarcar as possibilidades de inerência da história por qualquer indivíduo, mas nessa dissertação decidimos nos deter no conceito da consciência histórica utilizado por Rüsen, por considerar o mais adequado dentro dos elementos que apresentamos da análise realizada sobre as monografias.

De todo modo como nos referimos aos temas do “não-dito” nessa introdução – da ausência do tema da política, sobretudo nas primeiras monografias, e da prevalência de determinadas regiões em detrimento de outras – apresentamos nessa nota o recente dossiê publicado na revista *Almanack* por João Paulo Pimenta et alii. Nesse artigo os autores apresentam sua pesquisa sobre as narrativas da Independência do Brasil em suportes realizados para o público mais amplo, para tanto optaram pelo conceito da cultura histórica ou cultura de história, ao invés do conceito de consciência histórica, por acreditarem que o primeiro seria mais amplo, já que também compreenderia o “não-dito”. Como esse elemento é apenas apresentado nessa dissertação, mas não se trata do foco principal, decidimos apenas apresentar a reflexão dos historiadores no citado artigo, e não entraremos no mérito do aprofundamento dessas discussões teóricas sobre as diferenças entre cultura histórica, cultura de história e consciência histórica. Para os autores:

“Em linhas gerais, esta é uma investigação sobre um fenômeno que poderíamos chamar de *cultura histórica*. Entende-se tal fenômeno como *um conjunto de atitudes e valores que expressam em noções, concepções, representações, conceptualizações, interdições e outras posturas, de uma determinada sociedade em relação a um passado que pode ser considerado coletivo*. Uma cultura histórica, portanto, não se confunde com a *consciência histórica*, antes engloba-a e a expande. Consciência histórica pode ser definida como aquela que significativo grupo de sujeitos em sociedade tem de compartilhar um passado, o que ensina e condiciona formas de se pensar o presente e de projetar futuros coletivos; a cultura de história, por outro lado engloba também os silêncios e as recusas desses sujeitos em relação ao passado, seja por meio de atitudes deliberadas ou não, resultantes ou não de vontades coletivas.”

João Paulo Pimenta et alii. “A Independência e uma cultura de história no Brasil”. In: *Almanack*. Guarulhos, n.08, p. 5-36, 2º semestre de 2014.p. 6. (grifos dos autores)

²² Certos conceitos metodológicos passam a ser pouco a pouco abandonados na academia como: história-verdade, constituição cronológica dos fatos, história enciclopédica, a exaltação de grandes feitos e grandes homens e que os documentos são apenas os escritos e oficiais, bem como representantes do que realmente aconteceu. O manual metodológico que analisou essas práticas historiográficas e que propôs métodos diferentes do citado foi o livro “Apologia da História”, de Marc Bloch. No capítulo III abordaremos a temática dos paradigmas historiográficos e das suas transformações. Ver: BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou, O ofício do historiador. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

Paulo, emitido pelas monografias que foram premiadas e publicadas pela Secretaria Municipal de Cultura.

As fontes dessa dissertação são as monografias premiadas, a documentação produzida pelo Concurso “História de Bairros de São Paulo” e as entrevistas que realizamos. Apesar das vantagens que a história do tempo presente pode proporcionar em relação à história oral, foi também por se tratar de um período bastante recente que enfrentamos alguns desafios, entre os quais destacamos o acesso a documentação que o Concurso produziu. Em frequentes visitas ao Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, pudemos apenas ter acesso a uma pequena pasta localizada no Setor Biblioteca, na qual encontramos todos os editais do concurso, listagem das monografias premiadas e, em alguns casos, a quantidade de monografias inscritas, mas nem sempre com informações completas. Nesta pasta encontramos também alguns poucos cartazes e notas em jornais sobre o concurso.

Sabendo que um concurso desse porte e dessa duração certamente produziu um corpus documental infinitamente superior a pequena pasta disponível ao público, enviei ofícios ao Arquivo Intermediário Municipal, conhecido por arquivo do Piqueri, mas não obtive resposta. Em julho de 2014, quando estive novamente no AHMSP, conversando com a funcionária Tomico, tive a confirmação que haveria cerca de duas caixas de documentos do concurso. No entanto, mais uma vez, não obtive resposta do ofício que enviei sobre a possibilidade de consulta desse material²³. Sobre a análise das fontes, algumas questões se apresentaram desde o início da pesquisa: a identificação do contexto de produção da monografia, a submissão a banca e a um edital, os interesses e funções da SMC e da Divisão do Arquivo Histórico Municipal nesse Concurso. Diante desses questionamentos iniciais, como recurso metodológico para a análise da documentação, baseamo-nos nos paradigmas da operação historiográfica elencados por De Certeau, refletindo sobre o corpus documental a partir da *“relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura)”*²⁴ A partir da concepção do autor acima citado, analisamos as monografias, pensando-as como produtos da subjetividade do escritor e das muitas influências de seu meio e objetivos. Também nos valem do entendimento do trabalho do historiador como o de um investigador de obras de arte falsificadas, como de um detetive procurando pistas de um crime ou como um médico

²³ Acreditamos que essa documentação poderia enriquecer mais este trabalho, mas também não é imprescindível aos elementos que decidimos tratar, de modo que não houve prejuízo de análise nessa dissertação.

²⁴ CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.66.

investigando os sintomas para descobrir a doença, como nas analogias apresentadas por Carlo Ginzburg sobre o paradigma indiciário²⁵:

Vimos, portanto, delinear-se uma analogia entre os métodos de Morelli, Holmes e Freud. (...) Nos três casos, pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Pistas: mais precisamente, sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli).²⁶
O historiador é, por definição, um investigador para quem as experiências, no sentido rigoroso do termo, estão vedadas.²⁷

Na análise qualitativa, refletimos sobre os conteúdos, detendo-nos sobre as escolhas dos temas, fluxos de produções, escolha das publicações e da banca examinadora, observando a influencia do contexto histórico de quem escreve. Para facilitar tanto minha análise quanto o entendimento do leitor, a partir dos dados obtidos desenvolvi quadros nos quais exponho os resultados, e onde podemos inferir comparações entre as obras, compreendendo o diversificado conjunto “História de Bairros”. Os quadros permitem esclarecimentos sobre os caminhos percorridos e resultados da pesquisa, além de possibilitarem ao leitor o contato com fontes ainda não conhecidas e trabalhadas.

Entendemos essa pesquisa como parte das reflexões sobre a História Pública, na medida em que nos preocupamos com a divulgação da história e com a forma que ela é divulgada, inclusive, fora dos muros da universidade, buscando entender a escrita da história por escritores fronteiriços ou condições que produzam escritas fronteiriças de história. Também, porque essas monografias de história ou quase-história²⁸ foram patrocinadas por instituições públicas, instituições essas que também tiveram como objetivo a divulgação para a população dos documentos históricos do AHMSP.

ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

²⁵ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Trad. de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

²⁶ Ibidem p. 150.

²⁷ GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Trad. de Antonio Narino. Rio de Janeiro: Editora Difel, 1989. p. 180.

²⁸ Termo utilizado no artigo das professoras Raquel Glezer e Sara Albieri. Op..cit. ,2009.

No primeiro capítulo, que chamamos de “*O Concurso de Monografias ‘História de Bairros de São Paulo’*”, apresentamos de forma panorâmica o Concurso através de quatro subtítulos: “*A Secretaria Municipal de Cultura e o Arquivo Histórico Municipal*”; “*Análise das edições do Concurso de Monografias ‘História de Bairros’*”; “*Divulgação e repercussão do Concurso de Monografias*” e “*‘História de Bairros’: das monografias aos documentários*”. Nesse primeiro capítulo partimos do surgimento do Concurso, passamos pelo contexto da produção não acadêmica sobre a história na cidade de São Paulo e do incentivo à produção de textos históricos por meios institucionais – embora não ligados aos cursos universitários de História –, e finalizamos com a transição do suporte escrito para o audiovisual.

Para tanto, buscamos analisar os documentos produzidos pelo Concurso e aos quais tivemos acesso: editais, cartazes, listagem de participantes das bancas julgadoras; notas no *Diário Oficial do Município* e artigos em jornais. Também fizemos uso de entrevistas que contribuíram de forma essencial para o entrelaçamento das fontes. Das quatro entrevistas realizadas ressaltamos a com o Prof. Carlos Augusto Machado Calil, ex- Secretário Municipal de Cultura, e a com a Prof.^a Ana Maria de Almeida Camargo, que foi jurada do concurso XXII. Esse primeiro capítulo é importante para entendermos melhor as monografias e o contexto em que elas foram produzidas.

No segundo capítulo, “*Os aspectos fronteiriços nas monografias do Concurso ‘História de Bairros de São Paulo’*”, trazemos as monografias premiadas, mas através de uma abordagem que parte para a análise da presença dos aspectos não acadêmicos, que por vezes aparecem, inclusive, nos textos que foram produzidos por historiadores. Discutiremos nossas hipóteses acerca desse fenômeno, refletindo sobre a influência dos editais na própria produção das monografias.

Para isso, iniciamos definindo o conceito de obras fronteiriças de história, as relações entre história e memória, bem como o conceito da consciência histórica. Apresentamos o debate realizado por historiadores sobre as obras de divulgação e, em seguida, partimos para a análise das monografias, enfatizando os aspectos gerais de caráter fronteiro que aparecem nos textos premiados. Posteriormente nos detivemos na análise mais aprofundada das monografias das edições I, II, XXII e XXIII²⁹ do Concurso. Direccionamos nosso olhar para a

²⁹ A I edição foi feita em 1968, tendo como ganhadoras os bairros do “Brás”; “Pinheiros”; “Penha” e “Santo Amaro”. A II edição é de 1969, e teve três premiações: “São Miguel Paulista”; “Santana” e “Jardim Saúde”. A XXII edição, realizada em 2000, foi a mais concorrida e também contou com três premiações: “Vila Nova Savóia”; “Barra Funda” e “Santa Cecília”. Por fim, a última edição, realizada em 2003, teve também apenas três

forma e para as narrativas da história escolhidas e apresentadas. Como não nos propusemos a contrapor as informações presentes nessas obras, não retomamos as fontes dessas produções para averiguar o seu conteúdo.

Escolhemos essas edições por serem as primeiras e as últimas de todo o Concurso e por terem causado percepções antagônicas até mesmo em leitores com conhecimento acadêmico, como nossos entrevistados. Com essas monografias buscamos mostrar se houve ou não prejuízo de forma e/ou conteúdo com o passar dos anos, bem como se essas produções carregam semelhanças entre si. Optamos por escolher monografias que fizessem parte de uma mesma edição do Concurso, porque essas estariam regidas pelo mesmo contexto de produção, edital e banca julgadora, o que nos permitiria realizar a comparação entre os volumes de um mesmo edital, bem como realizar a comparação entre os primeiros e últimos volumes do Concurso, também, considerando essas mesmas questões de cada edição. Essas reflexões comparativas entre volumes de uma mesma edição e de edições diferentes se dá de forma dinâmica, todas elas compondo a segunda parte do segundo capítulo.

No terceiro capítulo, intitulado “*Os aspectos acadêmicos nas monografias do Concurso ‘História de Bairros de São Paulo’*”, analisamos as mesmas monografias premiadas a partir dos aspectos do “pacto historiográfico”³⁰, ou seja, do conjunto de regras e normas que identificam os trabalhos produzidos por historiadores.

Recuperamos a trajetória das tentativas de criação de regras e normas para o trabalho do historiador e a busca da legitimação deste ofício a partir do conjunto de normas que o

monografias premiadas: “Penha”, “Moema” e “Itaim Paulista”. A seguir apresento a referência completa e entre parênteses o volume em que a monografia foi publicada dentro da Série História de Bairros de São Paulo.

ALMEIDA, W. de e MACEDO, J. G. de. **O Bairro da Penha de França**. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, sem data. (Volume 31).

AMARAL, A. B. do. **O bairro de Pinheiros**. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 1969. (Volume 2).

BERARDI, M. H. P. **Santo Amaro**. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 1969. (Volume 4).

BONTEMPI, S. **O bairro da Penha: Penha de França, Sesmaria de Nossa Senhora**. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 1969. (Volume 3).

_____. **O bairro de São Miguel Paulista: a aldeia de São Miguel de Ururá na história de São Paulo**. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 1970. (Volume 7).

BRUNELLI, A. S. U.; KARRUZ, A.P e outros. **Barra Funda**. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 2006. (Volume 29).

DORO, M. da P. M.. **Vila Nova Savóia**. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 2006. (Volume 28).

JORGE, A. F. **O bairro do Jardim da Saúde**. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 1970. (Volume 5).

_____. **Santa Cecília**. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 2006. (Volume 30).

MELO, J. M. de. **Itaim Paulista**. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, sem data. (Volume 33).

ROCHA, G. B. da. **Moema**. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, sem data. (Volume 32).

TORRES, M. C. T. Mendes. **O bairro do Brás**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1969. (Volume 1).

_____. **O bairro de Santana**. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 1970. (Volume 6).

³⁰ Termo utilizado por MARTINS, Estevão C. de Rezende. “Historiografia: o sentido da escrita e a escrita do sentido”. In: Dossiê: História & Perspectivas – 20 anos. Desafios da História e da Historiografia. *História & Perspectivas*, Uberlândia (40), jan. jun.2009. pp. 55-80.

diferenciariam. Em seguida partimos para a análise específica das mesmas monografias, as dos concursos I, II, XXII e XXIII, observando a forma e as narrativas da história que se aproximam com os parâmetros acadêmicos do historiador.

Elencamos esses aspectos mais formais das monografias, refletindo como os autores entendem como que se constitua um trabalho com bases historiográficas, a forma que realizaram e apresentaram a pesquisa e suas fontes, observando os elementos que aproximam essas monografias aos trabalhos produzidos nas universidades.

Por fim entrelaçamos nossos objetivos com as nossas hipóteses nas Considerações Finais. Esperamos que leitura seja agradável e que essa dissertação possa instigar novos trabalhos sobre o tema.

1 O CONCURSO DE MONOGRAFIAS “HISTÓRIA DOS BAIRROS DE SÃO PAULO”

O Concurso “História dos Bairros de São Paulo” foi um concurso de monografias impressas que existiu durante diferentes gestões da administração municipal, com edições desde a época da ditadura militar brasileira incluindo o período da redemocratização até o início do século XXI. A primeira edição foi em 1968, tendo a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o Departamento de Cultura e a Divisão do Arquivo Histórico Municipal como idealizadores e patrocinadores do projeto.

Sem periodicidade e número de monografias vencedoras por edição definidos, o concurso contou com 33 premiações, em 23 edições. Quanto aos autores não se estabeleceu exigências de formação em curso superior ou experiência em pesquisa histórica. Inicialmente bastava ao candidato ser brasileiro e a partir da edição do concurso de número oito, de 1975, os estrangeiros também poderiam inscrever seus textos desde que estes estivessem escritos em português.

O concurso de história foi organizado e patrocinado de forma institucional, tendo como fundamentação uma política de incentivo à pesquisa dos documentos armazenados no Arquivo Histórico Municipal. Dessa forma, o Arquivo e o Concurso estão intimamente relacionados: as monografias deveriam promover o acervo do Arquivo, ao mesmo tempo em que, na maioria das edições, foi o diretor do Arquivo o responsável por indicar os membros da comissão julgadora. Do concurso I ao VII os membros da comissão julgadora foram indicados pelo Departamento de Cultura e aprovados pelo Secretário de Educação e Cultura. Do concurso VIII ao XVI, mais o concurso XXI, os membros da comissão foram indicados pelo diretor da Divisão do Arquivo Histórico e aprovados pelo diretor do Departamento do Patrimônio Histórico. Nos concursos XVII até o XX e nos XXII e XXIII, os membros da comissão julgadora foram designados em conjunto pelos Diretores (as) da Divisão do Arquivo Histórico e do Departamento do Patrimônio Histórico.³¹

Como nosso objetivo é também o de identificar as narrativas históricas que se fazem presentes nas monografias premiadas do Concurso “História dos Bairros de São Paulo”,

³¹ Veja a tabela 4, “As edições do Concurso e as mudanças nos editais”, item 1.2 Análise das edições do Concurso de Monografias História dos Bairros.

consideramos necessário apresentar primeiro os seus aspectos institucionais. Por isso, nesse capítulo descreveremos o Concurso como um todo.

Iniciaremos por uma breve reflexão sobre o contexto histórico e institucional do surgimento do Concurso de Monografias, nos detendo especificamente sobre o Arquivo Histórico Municipal, o Departamento de Cultura, o Departamento do Patrimônio Histórico e a Secretaria Municipal de Cultura em suas várias formas. Observaremos o incentivo e patrocínio desses órgãos à pesquisa e produção de textos de e sobre História.

Em um segundo momento, apresentaremos os dados referentes às edições do Concurso, aos editais, as monografias vencedoras, as premiações e não premiações. Em seguida, exploraremos as questões sobre a divulgação e repercussão do Concurso através da análise das notas em jornais e dos cartazes. Por fim, trataremos da mudança do suporte do Concurso “História dos Bairros de São Paulo”, que das monografias impressas passou a ser na forma de documentários na gestão do Secretário da Cultura Carlos Augusto Machado Calil, em 2005.

Para auxiliar na interpretação das informações, desenvolvemos quadros com os dados disponibilizados pelo Arquivo Histórico Municipal, através da pasta “História dos Bairros”, localizada no setor Biblioteca. Não encontramos nenhuma indicação bibliográfica de estudos ou artigos sobre o Concurso ou sobre as monografias em si, o que nos levou a desenvolver os diversos quadros, para permitir o acompanhamento das transformações que foram ocorrendo no decorrer do tempo de existência do objeto em estudo. As monografias impressas foram e são relativamente utilizadas por outros autores, mas sempre como fonte ou bibliografia, nunca tendo sido o foco de pesquisas.

A análise institucional do Concurso se faz necessária para refletir sobre os resultados das premiações e das edições. É a partir deste capítulo que teremos a possibilidade de contextualizar a produção realizada e compreendermos os aspectos teóricos e metodológicos da história utilizados ou não nas monografias e sobre as narrativas da história que se fizeram presentes nessas produções.

1.1 A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E O ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL

A união íntima e profunda entre a cultura e a política é uma condição imprescindível do progresso social. Pois, se é a cultura que estabelece o

contato entre a política e a vida, entre os homens de Estado e as realidades sociais que eles se propõem satisfazer, por outro lado, é a política, são as instituições e os atos de governo que criam o ambiente indispensável às expansões da cultura e permitem a livre eclosão das forças sociais, criadoras de valores espirituais e morais. Onde não existe essa cooperação, essa harmonia entre Estado e a cultura, não pode haver vitalidade no Estado nem progresso na civilização [...]. Por isso mesmo, tudo que criamos, nas letras, nas artes, nas ciências, na política, tem um fim social e uma causa social: e tanto por esta ou por aquele, penetramos no campo da ordem política, que não pode divorciar-se da cultura, mas tem o dever de ampará-la de todos os modos, proporcionando-lhe os meios eficazes de desenvolvimento.³² Getúlio Vargas.

Segundo o site do Arquivo Histórico Municipal e o **Guia do Arquivo**³³, o Concurso “História dos Bairros de São Paulo” teria sido instituído pela Lei nº 8248 de 07/05/1965. Não encontramos a lei referente ao Concurso nos bancos de dados da legislação municipal e também não consta na documentação disponibilizada no Arquivo Histórico Municipal. Há uma lei com o mesmo número e do mesmo dia no ano de 1975, que dispõe sobre licitações. Não foi possível, portanto, averiguar se o Concurso no formato que se desenvolveu foi idealizado três anos antes da sua primeira edição, em 1968, mas sabemos que a Prefeitura Municipal de São Paulo realizava outros concursos históricos, que podem ter servido de parâmetro para o nosso objeto de estudo. A partir desse pressuposto, realizaremos um breve apanhado sobre o contexto histórico e institucional, centrado principalmente no que diz respeito a pesquisa e a produção de História, dentro do Departamento de Cultura, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e da Secretaria Municipal de Cultura.

Um ponto que devemos sublinhar é que o Concurso de “História dos Bairros”, que tem como mote a utilização de arquivos históricos da cidade e a recuperação histórica dos bairros paulistanos, partiu da parceria entre Departamento de Cultura e Divisão do Arquivo Histórico Municipal e não de outras instâncias culturais, tais como os cursos universitários de história já existentes na cidade.

Tal dado nos colocou uma questão inicial: seria função da Secretaria de Educação e Cultura, do Departamento de Cultura e da Divisão do Arquivo Histórico Municipal promover um concurso com esses objetivos e orientações, existindo cursos universitários de História na cidade, como o curso universitário de História na Universidade de São Paulo?

³² Trecho da mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas, na abertura da sessão legislativa 30 de julho de 1951. In: **Diário Oficial da União (DOU)** de 30 de Julho de 1951, Pág. 10. Seção 1. Disponível:

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2637163/pg-10-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-07-1951>

³³ Arquivo Municipal Washington Luís. **Guia do Arquivo Histórico Washington Luís**. São Paulo: DPH, 2007. p. 60.

Segundo Ana Maria de Almeida Camargo, em entrevista³⁴, o patrocínio de um concurso de História seja pela Divisão do Arquivo Histórico ou pela Secretaria de Cultura é uma confusão de funções:

Não seria bem uma tarefa da administração municipal cuidar desse tipo de coisa. [...] Por tradição você tem, mas não é uma tradição que se pensa que vai se manter por muito tempo.

Eu acho que a prefeitura de São Paulo teve a iniciativa pela própria história dela que se confundiu um pouco com as iniciativas da universidade, de pesquisa. [...] a Biblioteca Municipal Mario de Andrade³⁵ é um exemplo bom porque ela sempre foi um lugar da pesquisa e deixou de ser no momento em que a universidade se equipou com bibliotecas. [...]

A gente poderia dizer que há outras iniciativas assim, por exemplo o Departamento de Cultura, quando foi criado e foi uma novidade em todas as instituições nacionais [...] foi missão do departamento de cultura, cumprir tudo que se produziu ou noticiou sobre as várias artes. É uma função que extrapola as mais administrativas e cria algumas tensões [...]. E elas tendem a se extinguir. Acho que não justifica muito a manutenção desse tipo de coisa.³⁶

Equívoco administrativo ou não o Concurso “História dos Bairros de São Paulo” teve a sua primeira edição em 1968, dentro do contexto político da ditadura militar brasileira e do incentivo a determinada narrativa sobre o passado brasileiro, paulista e paulistano, de ordem ufanista.

Podemos entender o Concurso também como parte das iniciativas institucionais de incentivo a cultura e a produção do conhecimento, como os institutos históricos, IHGB e IHGSP³⁷, o ISEB³⁸, e as Academias de Letras. Mas mesmo antes dessas iniciativas e da ditadura militar brasileira, criou-se uma tradição de institucionalização da cultura, que em São Paulo teve forte presença de intelectuais do Modernismo. Foi reportando-se a tais iniciativas que Camargo fala da “tradição”.

O Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura Municipal de São Paulo, o embrião da Secretaria Municipal de Cultura, foi criado através do Ato nº 861 de 30 de maio de 1935, na gestão do prefeito Fábio Prado, e teve como seu primeiro diretor e idealizador o

³⁴Entrevista com a Profa. Ana Maria de Almeida Camargo, em março de 2014, concedida na sede da Associação dos Arquivistas de São Paulo, na Universidade de São Paulo. A entrevista na íntegra consta nos Anexos.

³⁵ Biblioteca Mario de Andrade (BMA) foi fundada em 1925 como Biblioteca Municipal. Passou a fazer parte do Departamento de Cultura em 1935, sob a administração do diretor Mario de Andrade, e só em 1960 passou a ter o nome atual. Mais informações sobre a biblioteca no site: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/>

³⁶ Ibidem, Ana Maria de Almeida Camargo.

³⁷ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (desde 1838) e Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (desde 1894).

³⁸ Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1955-1964).

escritor e ativista cultural Mário de Andrade, que permaneceu no cargo até 1938, quando pediu demissão por ocasião da instauração do Estado Novo por Getúlio Vargas. O DC constituiu-se em um espaço de atuação de intelectuais que atuariam ou se formariam nas novas faculdades que estavam sendo criadas na cidade, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - FFCL e a Escola Livre de Sociologia e Política - ELSP e Mário de Andrade buscou divulgar e realizar pesquisas.

A partir da sua criação, os equipamentos culturais existentes na cidade passaram a ser subordinados ao Departamento, inclusive a Biblioteca Municipal e o Arquivo Histórico Municipal, que foi transferido do setor de Protocolo para o de Cultura. Não vamos fazer o histórico aprofundado do Departamento de Cultura³⁹ e do Arquivo, só trataremos dos aspectos mais gerais que são importantes para entender o enquadramento do Concurso nas instituições.

O Arquivo é o órgão responsável pelo armazenamento, conservação, identificação, organização e divulgação dos documentos que foram produzidos pela administração pública municipal, e no caso de São Paulo esses documentos remontam o século XVI. Antes do Arquivo os documentos eram armazenados de forma precária e eram mantidos pelos próprios administradores públicos. É apenas no Ato nº 1 de 7 de janeiro de 1899 que foram instituídos a Secretaria Geral e o Tesouro em São Paulo, e aparece uma função de protocolo acumulando os documentos correntes. Esse teria sido o início do Arquivo Histórico Municipal.

Em 1907, com a Lei 1051, de 17 de outubro, é criada mais uma seção responsável pela guarda da documentação histórica municipal. Por essa lei *“todo o patrimônio arquivístico, das Câmaras e ex- Intendências, seria transferido para a Prefeitura, que deveria reorganizá-lo e divulgá-lo.”*⁴⁰ É a partir desse momento que se começa a fazer uma distinção entre documentação corrente e histórica.

³⁹ Há diversos estudos sobre as atividades do DC, tais como: [FARIA, Ana Lucia Goulart. *Direito à infância: Mário de Andrade e os parques infantis para as crianças de família operária na cidade de São Paulo \(1935-1938\)*. Doutorado em Educação. FE/USP. São Paulo, 1993;](#) [RAFFAINI, Patrícia Tavares. *Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo \(1935-1938\)*. Mestrado em História Social. FFLCH/USP. São Paulo, 1999;](#) [NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. *Parques infantis de São Paulo: lazer como expressão de cidadania*. São Paulo: ANNABLUME; FAPESP, 2002;](#) [CLARO, Silene Ferreira. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço científico e cultural esquecido \(proposta inicial e as mudanças na trajetória - 1934-1950\)*. Doutorado em História Social. FFLCH/USP. São Paulo, 2008;](#) [SAMPIETRI, Carlos Eduardo. *A Discoteca Pública Municipal de São Paulo \(1935-1945\)*. Mestrado em História Social. FFLCH/USP. São Paulo, 2009;](#) [ASSIS. *Bibliotecas públicas e políticas culturais: a Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo \(1935\)*. Mestrado em Ciências da Informação. ECA/USP. São Paulo, 2013.](#)

⁴⁰ Site do arquivo: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/arquivo_historico/index.php?p=1114

Foi na administração do prefeito Washington Luís, portanto, que o Arquivo Municipal foi criado, justamente por um especialista na história paulistana. Foi ele também que determinou a publicação da coleção das **Atas da Câmara Municipal de São Paulo** em 1914.

No final do século XIX, após a República, a organização de arquivos apresentava-se como parte da organização administrativa, ferramenta vital para sua efetivação. Historicamente, a implantação de arquivos esteve ligada em vários casos aos processos de legitimação de Estado e da criação da História Nacional. Em São Paulo, não foi diferente. Aqui também se sentiu a necessidade de legitimação através da História. O processo de racionalização da administração pública, foi fortemente orientado por modelos científicos vigentes, e o governo municipal assumiu a tarefa de criar um arquivo organizado e reconhecido como tal.⁴¹

Pelo Ato nº 1.146 de 4 de julho de 1936 foi criado no Departamento de Cultura a Divisão de Documentação Histórica e Social, a qual o AHSP passou a ser subordinado. Entre 1969 e 2010 o arquivo se tornou Arquivo Histórico Municipal Washington Luis, voltando a ser apenas Arquivo Histórico Municipal pelo Decreto nº 51.478, de 11 de maio de 2010.

De 1975 até o dia 28 de junho de 2012, o Arquivo Histórico foi uma Divisão do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura. A partir da Lei nº 15.608 o AHSP tornou-se um Departamento da Secretaria de Cultura, ganhando maior autonomia.

Hoje o Arquivo Histórico de São Paulo custodia os documentos considerados mais antigos da América Latina, que são as Atas da Câmara de Santo André da Borda do Campo (1555/1558).⁴²

O AHSP possui problemas de espaço físico para armazenar seus documentos. Desde 1936, segundo Ana Maria Camargo em entrevista já citada, a Divisão do Arquivo estipulou que documento histórico seria o que tivesse sido produzido pela administração pública com mais de 30 anos. No entanto, mesmo com as constantes mudanças de prédio, não conseguiu se organizar e não foi possível resgatar os documentos do Arquivo Intermediário, localizado no bairro do Piqueri, de modo prático. De tal modo, não está disponível para pesquisas a documentação municipal que foi produzida desde a década de 40 do século XX.

⁴¹CLARO, Silene Ferreira. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço científico e cultural esquecido** (proposta inicial e as mudanças na trajetória – 1934 - 1950). Doutorado em História Social. FFLCH/USP. São Paulo, 2008. p.18.

⁴²http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/arquivo_historico/index.php?p=1114.

O Concurso “História dos Bairros de São Paulo” foi apresentado como forma de incentivo à pesquisa da documentação do AHSP e como instrumento de divulgação dessa documentação para a população, mas os problemas internos de organização e espaço do Arquivo acabaram não permitindo aos pesquisadores esse contato com a documentação histórica, o que acabou levando ao uso, pelos autores premiados do Concurso, das fontes anteriormente publicadas do AHSP.

Ana Maria Camargo explica a questão do Arquivo na perspectiva da Arquivologia:

[...] talvez a intenção fosse essa, mas uma intenção que também não colocou a disposição das pessoas. Uma iniciativa do poder público então seria de incentivar a organização dos arquivos, a elaboração dos instrumentos de pesquisa e potencializar através dos bairros.

[...] Ele tem que organizar o acervo, integrar, recolher, produzir instrumentos de pesquisa, fazer pesquisa de história institucional e nada disso eles fazem, e desse ponto de vista o Concurso foge da função do arquivo. Se essa iniciativa fosse paralela e todas as outras funções estivessem sendo feitas...

Como política institucional é uma coisa. Talvez caberia até para a gente fazer um concurso com os alunos, incentivar a pesquisa, mas caberia para o arquivo se ele deixa de lado as suas funções principais?⁴³

A historiadora e arquivista Heloisa Liberalli Bellotto, no texto “Arquivologia: objetivos e objetos”,⁴⁴ nos explica que a principal função dos arquivos seria justamente a divulgação da informação:

A finalidade última dos arquivos, seu objetivo maior, é pois, comprovadamente, o acesso à informação, seja em que idade documental for e, conseqüentemente, em que âmbito arquivístico for (corrente, intermediário, permanente).

Poderíamos, talvez, de um ponto de vista, tomar a informação como um objeto intelectual da arquivologia, considerando os demais como objetos físicos. Entretanto, mesmo assim, na dicotomia objeto intelectual/objeto material talvez coubesse considerar o dado como o objeto intelectual, continuando a ser o acesso à informação, o objetivo do que fazer arquivístico.⁴⁵

A partir da concepção de Bellotto, poderíamos considerar o Concurso como uma forma inclusive do fazer arquivístico, ao tornar acessíveis os documentos do AHSP, isso se os arquivos estivessem organizados, disponibilizados e acessíveis aos pesquisadores.

⁴³ Ibidem, Ana Maria de Almeida Camargo.

⁴⁴ BELLOTTO, Heloisa Liberalli. “Arquivologia: objetivos e objetos”. Sem data. In: <http://arquivoemmemoria.wordpress.com/tag/heloisa-bellotto/>

⁴⁵ Ibidem, p.1.

Não era a primeira vez que o AHSP estimulava a pesquisa e se aventurava com publicações que refletissem sobre assuntos para além dos arquivísticos. Pensando nas produções do Arquivo Histórico Municipal, não podemos deixar de nos referir a **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo - RAM**, objeto da tese de doutorado de Silene Ferreira Claro, “*Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço científico e cultural esquecido (proposta inicial e as mudanças na trajetória – 1934 - 1950)*”⁴⁶. Silene Claro faz uma análise da **RAM** durante os anos de 1934 até 1950, refletindo sobre o papel dos intelectuais que escreveram na revista e realizando um paralelo com o processo de profissionalização dos campos de conhecimento em São Paulo. Silene Claro justifica a sua data limite no ano de 1950 porque em seu entender o surgimento da **Revista de História – RH**, neste ano, teria rivalizado com a Revista do Arquivo.

Interessante notar que foi justamente o lançamento de uma revista de história que provocou a diminuição da projeção da **RAM** fazendo ela se redefinir. Silene F. Claro afirma que durante todo o período que analisou o periódico houve predominância da temática da história nos artigos publicados: “[...] A partir dos dados numéricos, notamos que o campo com maior número de artigos é o da História, seguido por Etnologia.”⁴⁷ As narrativas de história presentes nesses artigos se baseavam nos textos de Varnhagen e Taunay e, segundo Claro, autores já conhecidos como Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda acabaram aparecendo pouco nas páginas da **RAM**.

A **RAM** possuía assinantes e fazia publicidade em suas páginas de lojas e produtos, o que mostra que a revista atingiu grande circulação – como Silene comprova através de suas tabelas compostas por números de assinaturas e valores. Com essa repercussão certamente a **RAM** contemplava o seu objetivo de ser divulgadora cultural e dos documentos do próprio Arquivo Histórico Municipal.

[...] Nesta altura, vale lembrar que a RAM foi criada com a finalidade inicial de divulgar os documentos importantes para a pesquisa histórica em São Paulo. Apesar das inúmeras alterações que passou, sempre manteve essa perspectiva.⁴⁸

A Secretaria Municipal de Cultura, nas diferentes formas que assumiu, enquanto Departamento de Cultura ou como parte da Secretaria de Educação, inclusive de forma independente da Divisão do Arquivo Histórico Municipal, também sempre promoveu

⁴⁶ Op. cit. CLARO, 2008.

⁴⁷ Ibidem, p. 10.

⁴⁸ Ibidem, p.48.

concursos e eventos de história que se aproximavam das ações da universidade. A primeira menção a um concurso de História de São Paulo promovido pela prefeitura data do período da direção de Mario de Andrade no DC.⁴⁹ Outro momento fundamental da promoção da história pelo município de São Paulo, através do Departamento de Cultura, foi em ocasião das efemérides do IV Centenário de São Paulo, no qual a Comissão responsável pelo evento inclusive criou um selo editorial.

O IV Centenário da cidade de São Paulo foi um dos eventos mais bem organizados da cidade e de grandes repercussões na história do país. Contou com uma Comissão que iniciou os preparativos da efeméride seis anos antes do aniversário da cidade, comemorado no ano de 1954. Houve a necessidade de uma comissão que iniciasse a organização tantos anos antes porque se previa uma festa que durasse todo o ano e não apenas um dia. Assim poder-se-ia garantir que os olhos do país, e talvez de países vizinhos, se voltassem para a cidade⁵⁰.

Os objetivos giravam em torno da construção de laços em comum – criação do identitário na população e o sentir-se paulistano – também de ordem empresarial e política, realizados a partir das alianças feitas durante a organização do evento. Daí a importância de ter empresários como Francisco Matarazzo Sobrinho encabeçando a Comissão –, e dos laços que se criariam diante dos resultados que a Comissão pudesse alcançar. Uma celebração da história com objetivo de exaltação do presente.

Dentre os eventos no mundo das artes, música, exposições, parques, publicações, inaugurações de engenharia e arquitetura, a História teve um papel todo especial - afinal tratava-se da celebração dos quatro séculos da cidade, da sua existência, e era preciso buscar em sua pedra fundamental, suas raízes e a sua trajetória, os elementos que a haviam transformado na metrópole brasileira do século XX. Em função de tais objetivos, diversos livros carregaram o selo do evento, e foram promovidos concursos de história como *História de São Paulo entre os séculos XVI- XIX* e o de *Estudo crítico sobre a vida de uma das grandes personalidades ligadas à fundação de São Paulo*. Também no campo da história houve o *Congresso Internacional de História*, organizado por Eurípedes Simões de Paula, também através do patrocínio da Comissão do evento.

⁴⁹ Foi o primeiro concurso em que tivemos acesso ao edital, mas não encontramos outros registros que confirmassem que esse concurso aconteceu e quais foram os seus resultados.

⁵⁰ Para assegurar que todos estivessem com os olhos voltados para São Paulo, a Comissão do IV Centenário também publicou propagandas dos festejos em jornais de grande circulação em outros estados. A relação completa dos jornais e dos tipos de propaganda pode ser apreciada no Doutorado de Silvio Lofego, do Programa de História da PUC-SP, que se transformou no livro: LOFEGO, Silvio. **IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro**. São Paulo: ANNABLUME, 2004.

Desse esforço em recolher, recortar e costurar os elementos da história de São Paulo, temos uma produção que busca forjar uma identidade paulista, referendada na nobiliarquia bandeirante. Para tal efeito, “contar” a história da cidade era a pedra fundamental dos trabalhos comemorativos, como pôde ser notado em obras que pretendiam abarcar o tempo de existência da cidade, produzindo uma espécie de biografia histórica, como por exemplo, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, de Ernani Silva Bruno.⁵¹

Apesar da distância de quase uma década entre os festejos do IV Centenário e a criação do concurso de História dos Bairros, havia sido criada uma tradição na administração cultural da cidade com o que ela poderia e deveria se preocupar. A parte dessa tradição institucional, que remonta a criação do DC, temos a emergência da ditadura militar brasileira, em que a necessidade de exaltação da história ganhou nova força. O enforque da história de São Paulo passada para os bairros também despolitizava os processos históricos ao mesmo tempo em que permitia uma maior oferta de trabalhos sobre a cidade.

[...] há dois momentos que podem ser destacados pelo papel fundamental exercido pelos intelectuais na trajetória da política oficial de patrimônio cultural no Brasil. Um primeiro momento chamado de *fundador* localizado no final dos anos trinta, neste período os intelectuais contaram com franca autonomia e hegemonia apesar de inseridos em um regime de perfil autoritário – o Estado Novo. Um segundo momento chamado de *renovador* localizado na segunda metade da década de setenta e início dos anos oitenta deste século. Nesta fase os intelectuais que estavam na direção do SPHAN tiveram que enfrentar o processo de redemocratização do país e as várias demandas exigidas pela sociedade.⁵²

Interessante notar que a narrativa histórica que novamente se recupera no Departamento de Cultura é a dos grandes personagens da história paulista, marcados nos artigos da **RAM**, como Silene Ferreira nos mostra em sua tese, que foram recuperados no IV Centenário, depois em parte das monografias estudadas e que possivelmente foi se configurando na própria concepção do que é História para o Arquivo Histórico Municipal e para o Departamento de Cultura. Ao mesmo tempo em que essas narrativas se apresentam como possibilidades de confirmação de discursos estabelecidos, tornam-se, por tradição, o próprio discurso do que é a História.

⁵¹ LOFEGO, Op. cit. 162.

⁵² CURY, Cláudia Engler. *Políticas culturais: ações de governo e construção de memórias e identidades urbanas*. Unicamp. **Anais Eletrônicos do Seminário da História da Cidade e do Urbanismo**. Vol. 6, nº2, 2000. p 2, disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/760>

O Concurso de Monografias “História dos Bairros de São Paulo” nasceu como um desdobramento da tradição de pesquisa criada pelo DC e pelo AHMSP, somado aos objetivos de publicização do conhecimento e da cultura.

No entanto, diante das mudanças de sentido da administração cultural do município e das dificuldades internas do Arquivo Histórico de São Paulo, o Concurso acabou atendendo as demandas do escritor local – e veremos seus efeitos com maiores detalhes nos capítulos 2 e 3 dessa dissertação – e poderia ter atendido mais a própria comunidade se a tiragem das monografias não fosse tão baixa⁵³. A própria divulgação do concurso esteve sempre baseada quase que exclusivamente nas notas no *Diário Oficial do Município*.

1.2 ANÁLISE DAS EDIÇÕES DO CONCURSO DE MONOGRAFIAS “HISTÓRIA DOS BAIRROS DE SÃO PAULO”

Na cidade de São Paulo, como em tantas outras cidades deste país, o bairro tem indicado um lugar de pertencimento e de construção de identidade urbana bastante significativo, na medida em que recorta, na imensa malha urbana micro/macro, universos de sobrevivência/convivência social e, portanto, de universos simbólicos.⁵⁴

Na apresentação no volume 1, *Brás*, de autoria de Maria Celestina Teixeira Mendes Torres, da Série História de Bairros, o então Diretor de Cultura, Leonardo Arroyo descreve os objetivos e as expectativas da realização deste Concurso pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, apontando a necessidade de novos estudos para acompanhar as profundas alterações pelas quais a cidade estava passando. Aponta a qualidade dos trabalhos premiados para somar ao que chama de “inventário histórico da cidade”, mas o que escreve de mais interessante é justamente um paralelo das monografias premiadas com a importância dos textos de cronistas do passado, apontando que não se trata de trabalhos de especialistas ou que pelo menos não é o objetivo do Departamento de Cultura exigir que os escritores deste Concurso sejam consagrados especialistas da cidade.

[...] Estas quatro importantes monografias iniciam o levantamento histórico de toda cidade de São Paulo, que hoje abrange uma área complexa e imensa.

⁵³ A tiragem de cada edição foi de mil exemplares de cada volume, prioritariamente distribuídos entre as bibliotecas da cidade de São Paulo.

⁵⁴ Cury, Op. cit.

O objetivo desta série de estudos, que serão escolhidos através de concursos anualmente, é justamente o inventário histórico da cidade, com destaque aos seus bairros e sua importância no complexo urbano paulistano. [...]

Aos estudiosos de história da cidade de São Paulo não deve passar despercebida a importância de tais monografias. Do passado podemos contar com trabalhos de alta valia, todos eles fixando aspectos de uma cidade hoje inteiramente desaparecida. Graças a esses cronistas e historiadores é possível, através de seus livros, acompanhar a profunda alteração histórico-social sofrida pela cidade. Com esta nova iniciativa do Departamento de Cultura mantem-se, ou se retoma, a continuidade histórica do conhecimento da cidade através de estudos mais modernos.

A cidade cresceu depressa e em proporções admiráveis como que para proclamar aos quatro ventos a importância do trabalho paulista, que inclusive recebe e se retempera na experiência universal dos representantes de outras nações que aqui encontraram nova pátria. Justo, pois, e importante, que esse progresso seja fixado em monografias de caráter histórico como as que o Departamento de Cultura começa agora publicar. Ao ensaio de Maria Celestina Teixeira Mendes Torres seguir-se-ão os ensaios de Antonio Barreto do Amaral, de Sylvio Bomtempi e de Maria Helena Petrillo Berardi.

Leonardo Arroyo

Diretor do Departamento de Cultura.

Ilustração 1 - Fotografia da entrega de prêmios do Concurso História de Bairros, 1970.

Identificação: Eduardo Nascimento, diretor do Arquivo Histórico (3º da esquerda para direita) durante entrega de prêmios aos vencedores do concurso de monografias de bairro⁵⁵

⁵⁵ As ilustrações 1 a 3 são de 1970, de autoria desconhecida e classificadas como PMSP-DC-ES-RF, números 0708, 0709 e 0715, respectivamente. Administração de Paulo Maluf. Disponíveis na plataforma virtual do Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico Municipal, “Da Relíquia ao Virtual”, no endereço eletrônico <http://www.arquiamigos.org.br/>

Ilustração 2 - Fotografia da entrega de prêmios do Concurso História de Bairros, 1970

Ilustração 3 - Fotografia da entrega de prêmios do Concurso História de Bairros, 1970

Monografias de História dos Bairros de São Paulo

Clique para ler a versão em PDF

O Arquivo Histórico de São Paulo, do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo é responsável pelo Concurso de Monografias sobre a História dos Bairros de São Paulo, instituído pela Lei no. 8.248, de 7 de maio de 1965.

O concurso teve início em 1968 e é aberto ao público em geral, pesquisadores, memorialistas e historiadores dos bairros paulistanos. Visa divulgar e incentivar a pesquisa dos documentos que compõem seu acervo e o prêmio é a publicação dos trabalhos.

Já foram publicados os seguintes trabalhos, respectivamente, do número 1 ao 27: Brás, Pinheiros, Penha, Santo Amaro, Jardim da Saúde, Santana, São Miguel Paulista, Vila Mariana, Bom Retiro, Sê, Ibirapuera, Luz, Nossa Senhora do Ó, Ipiranga, Bela Vista, Liberdade, Higienópolis, Lapa, Aclimação, Jardim América, Perdizes, Consolação, Santa Ifigênia, Itaquera, Vila Clementino, Itaim-Bibi, Luz, notícias e Reflexões.

Em fevereiro de 2007 foram publicadas as monografias 28, 29 e 30, vencedoras do XXII Concurso, outorgado pela Comissão julgadora constituída pelos professores Anna Maria Martinez Corrêa, Ana Maria de Almeida Camargo e Hugo Segawa: 1º. Lugar, Vila Nova Savóia, de autoria de Maria da Penha Marinovic Doro, 2º. Lugar Barra Funda dos autores Aideli S. Urbani Brunelli; Ana Paula Karruz; Dilze Onilda de Lima; Fernando T. H. F. Machado; Krystyna Okrent, Liliana Maria Migliano Bosio; Lina Angélica Maria Gumauskas; Roseli Sobral; Simone de Melo Lins e Solange Rainone dos Santos e 3º. Lugar. Santa Cecília, do autor Clóvis Athayde Jorge (in memoriam).

O Arquivo Histórico de São Paulo, do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo é responsável pelo Concurso de Monografias sobre a História dos Bairros de São Paulo, instituído pela Lei no. 8.248, de 7 de maio de 1965.

O concurso teve início em 1968 e é aberto ao público em geral, pesquisadores, memorialistas e historiadores dos bairros paulistanos. Visa divulgar e incentivar a pesquisa dos documentos que compõem seu acervo e o prêmio é a publicação dos trabalhos.

Já foram publicados os seguintes trabalhos, respectivamente, do número 1 ao 27: Brás, Pinheiros, Penha, Santo Amaro, Jardim da Saúde, Santana, São Miguel Paulista, Vila Mariana, Bom Retiro, Sê, Ibirapuera, Luz, Nossa Senhora do Ó, Ipiranga, Bela Vista, Liberdade, Higienópolis, Lapa, Aclimação, Jardim América, Perdizes, Consolação, Santa Ifigênia, Itaquera, Vila Clementino, Itaim-Bibi, Luz, notícias e Reflexões.

Em fevereiro de 2007 foram publicadas as monografias 28, 29 e 30, vencedoras do XXII Concurso, outorgado pela Comissão julgadora constituída pelos professores Anna Maria Martinez Corrêa, Ana Maria de Almeida Camargo e Hugo Segawa: 1º. Lugar, Vila Nova Savóia, de autoria de Maria da Penha Marinovic Doro, 2º. Lugar Barra Funda dos autores Aideli S. Urbani Brunelli; Ana Paula Karruz; Dilze Onilda de Lima; Fernando T. H. F. Machado; Krystyna Okrent, Liliana Maria Migliano Bosio; Lina Angélica Maria Gumauskas; Roseli Sobral; Simone de Melo Lins e Solange Rainone dos Santos e 3º. Lugar. Santa Cecília, do autor Clóvis Athayde Jorge (in memoriam).

As monografias vencedoras no último Concurso, Penha de França de autoria de Jorge Gonçalves de Macedo e Wilker de Almeida (1º lugar), Moema de autoria de Glaucio Belmiro da Rocha (2º lugar) e Itaim Paulista de autoria de Jesus Matias de Melo (3º lugar) não foram publicadas ainda, mas estão disponíveis em PDF para leitura.

Jorge Gonçalves de Macedo
Wilker de Almeida

**O bairro da
Penha de França**

Dez/2006

O bairro de Moema:
transformação e revitalização como o efeito

Dez/2006

Jesus Matias de Melo

ITAIM PAULISTA

São Paulo - 2004

**Acervo
pessoal
VPDC**

A coleção completa está disponível na Seção de Acervo Bibliográfico do Arquivo Histórico para leitura e pesquisa.

Copyright | Expediente | Fale Conosco | SAC |

Ilustração 4 - Captura da tela do link “História de Bairros”⁵⁶

⁵⁶ Captura da tela do link “História de Bairros”, disponível no item “Publicações”, da página do Arquivo Histórico de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico

Sobre a criação do Concurso no site da Prefeitura Municipal de São Paulo consta que o da “História de Bairros” foi criado pela Lei nº 8248 de maio de 1965. No entanto não encontramos nenhuma menção a essa lei nos editais, no banco digital de leis da prefeitura e também não constava nenhum documento na Pasta História de Bairros do Arquivo Histórico Municipal. Encontramos Lei nº 8248 07/05/1975 e Lei nº 13.278 de 07/01/2002, como podemos ver na Ilustração 4, ambas dispoendo em níveis gerais sobre obras, serviços, compras e alienações do município, não citando diretamente o Concurso, mas o viabilizando.

A lei citada no site é do mesmo dia e possui o mesmo número da lei que dispõe sobre as licitações, de 1975. Como não encontramos a lei específica de 1965, podemos supor que houve ou uma troca dos anos e ou que pelo teor das leis existentes não havia necessidade de instituir o concurso oficialmente, já que as secretarias municipais possuem autonomia para desenvolver projetos próprios, desde que não extrapolem seu orçamento e que respeitem a prestação de contas do município.

As vinte primeiras edições do Concurso aconteceram em anos subsequentes e as impressões também foram feitas em períodos bastante próximos da divulgação dos resultados. Assim todas as monografias premiadas do primeiro ao sétimo edital tiveram suas publicações realizadas nos anos seguintes aos resultados. As edições VIII e IX foram publicadas no mesmo período, da mesma forma que as edições X e XI, caracterizando um período máximo de dois anos de intervalo entre a divulgação do resultado e a publicação. No entanto, após a denúncia de plágio no XVII Concurso “História dos Bairros”, feito por uma das concorrentes, Maria Luiza Tucci Carneiro, as publicações passaram a ser mais distanciadas. A monografia vencedora de 1985 foi publicada em 1999 e a do concurso de número vinte dois, de 2000, só foi publicada em 2006.

Foram vinte e três edições e trinta e três monografias premiadas, isso porque no primeiro concurso houve quatro monografias publicadas, sendo três primeiros lugares e uma menção honrosa.

Houve algumas edições em que a banca julgadora decidiu não premiar as monografias concorrentes, por considerar que nenhum dos trabalhos inscritos atendia as exigências básicas do edital. Vide a ilustração 5. Oito de trinta e três edições não tiveram premiações – os concursos IV, V, VI, VII, XIII, XVI, XX e XXI – cerca de mais de 20% do total. Além desses concursos sem premiação, a edição de número XVII teve apenas a premiação para o segundo lugar, já que o primeiro foi impugnado pela acusação de plágio.

Ilustração 5 – Recorte do Diário Oficial do Município noticiando o VII Concurso de Monografias sobre a História dos Bairros de São Paulo⁵⁷

[...] do IV Concurso de Monografias de História dos Bairros de São Paulo, integrada pelos senhores Pedro Brasil Bandecchi, Leonardo Arroyo e Hernani Silva Bruno [sic]. Os três trabalhos inscritos no citado concurso foram “O Bairro da Vila Carrão”, apresentado sob o pseudônimo “Santos”; “O parque Edu Chaves”, apresentado sob o pseudônimo “Paulo de Santana” e “O Bairro da Freguesia do Ó”, apresentado sob o pseudônimo “Corrente”. A Comissão Julgadora, embora reconhecendo o esforço de pesquisa revelado pelos três concorrentes, decidiu pela não atribuição de prêmios a nenhum deles, manifestando, no entanto, sua crença nas possibilidades dos concorrentes, desde que, com mais vagar, possam refundir seus trabalhos dando-lhes estrutura e redação mais adequada.⁵⁸

Apesar de tantas edições sem premiação e com número tão pequeno de inscritos, o Concurso não foi esquecido pela Secretaria de Cultura. Se as gestões da prefeitura foram tantas vezes alteradas, nem sempre os administrados culturais, principalmente os diretores do AHSP, foram substituídos e talvez esteja aí o motivo da sobrevivência do Concurso. Nos quadros 1 e 2 temos a relação de parte dos chefes do Arquivo Histórico Municipal, diretores do Departamento de Cultura e Departamento de Patrimônio Histórico, secretários, prefeitos e prefeitas.

⁵⁷ **DOM** 09/10/74 – Secretaria da Educação e Cultura, Departamento de Cultura VII Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de SP, Resultado. p.15.

⁵⁸ **DOM**, 20/11/71 – Secretaria da Educação e Cultura, Departamento de Cultura IV Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de SP (Ata de julgamento).

Secretário da Educação e Cultura/ Secretários da Cultura	Prefeitos (as)
Secretário de Educação e Cultura: Paulo Ernesto Tolle (de 1969 -1970)	José Vicente Faria Lima (1965 a 1969 – PR/ eleito)
Secretário de Educação e Cultura: Paulo Zingg (de 1971)	Paulo Maluf (1969 a 1971 – ARENA/ nomeado pelo governador)
Secretario de Educação e Cultura: Nathanael Pereira (de 1971 – 1973)	José Carlos de Figueiredo Ferraz (1971 a 1973 – Sem partido/ nomeado pelo governador)
Sábato Magaldi (1975 – 1979)	Miguel Colasuonno (1973 a 1975 – ARENA/ nomeado pelo governador) Olavo Setúbal (1975 a 1979 – ARENA/ nomeado pelo governador)
Mario Chamie (1979 – 1983)	Reinaldo de Barros (1979 a 1982 – ARENA/ nomeado pelo governador) Francisco Altino Lima (03/1983 a 05/1983 – PMDB/ Presidente da Câmara que assumiu após cassação do titular Antônio Salim Curiati do PSD)
Gianfrancesco Guarnieri (1983-1985)	Mario Covas (1983 a 1985 – PMDB/ nomeado pelo governador)
Renato Ferrari (1986 – 1988)	Jânio Quadros (1986 a 1988 – PTB/ eleito)
Marilena Chaui (1988 -1992)	Luiza Erundina (1989 a 1992 – PT/ eleita)
Rodolfo Konder (1993 -2000)	Paulo Salim Maluf (1993 a 1996 – PP/ eleito) Celso Pitta (1997 a 2000 – PPB/ eleito e cassado) Celso Pitta (06/ 2000 a 12/2000 – regresso por liminar)
Celso Frateschi (2001 -2004)	Marta Suplicy (2001 a 2004 – PT/ eleita)
Carlos Augusto Machado Calil (2005 – 2012)	José Serra (2005 a 03/2006 – PSDB/ eleito) Gilberto Kassab (04/2006 a 2009 – PFL e DEM/ vice-prefeito que assumiu após renúncia. 2009 – 2013 – DEM e PSD/ eleito).
João Luiz Silva Ferreira – Juca Ferreira (2013 - 2014) Secretário – adjunto Nabil Bonduki (2015)	Fernando Haddad (desde 2013 – PT/ prefeito eleito)

Quadro 1 - Prefeitos e Secretários da Educação e Cultura, e Secretários da Cultura de 1965 a 2014 ⁵⁹

⁵⁹ Quadro realizado com base na relação das edições do Concurso História dos Bairros, em pasta de mesmo nome disponível para consulta no setor da Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo (pasta sem número), com a análise dos editais, do *Diário Oficial do Município* e através das informações constantes nas monografias impressas.

Outro ponto curioso é a variação do número de inscritos de apenas um (concurso XX) a 20 (concurso XXII), mas os prazos para a realização dos trabalhos da comissão julgadora giraram sempre em torno de um a dois meses, o que pode ter contribuído para que nenhum membro da comissão julgadora do concurso XVII, de 1984, percebesse que havia dois trabalhos cujos temas e trechos eram absolutamente iguais.

Ana Maria Camargo afirma que não se recorda se houve diretrizes para serem seguidas para a análise das monografias, apenas que os trabalhos não apresentavam identificação, o que Laura de Mello e Souza confirma. Camargo, também afirma que todos os membros da banca realizaram a leitura individual e separada das 20 monografias, e que não houve divisão dos trabalhos.

Diretor do Arquivo Histórico Municipal	Diretor do Departamento de Cultura/	Diretor do Departamento de Patrimônio Histórico Municipal
Professor Eduardo de J. M. do Nascimento (de 1970 – 1983)	Leonardo Arroyo (de 1968 – 1969)	Murilo de Azevedo Marx (de 1977 -1981)
	Raimundo de Menezes (de 1970 – 1971)	Maria Virgília Salgado Loureiro (de 1982-1983)
	Alberto Soares de Almeida (de 1972 – 1973)	Regina Maria Prosperi Meyer (1984)
Daise Aparecida Oliveira (de 1986-1988)	___*___	Suzana Cruz Sampaio (1985)
	___*___	César Arruda Castanho (de 1986 – 1988)
Liliane Schrank Lehmann de Barros (de 1999- 2012)	___*___	Luís Soares de Camargo (de 1999-2000)
	___*___	Jose Geraldo Simões Junior (de 2003-2004)
	___*___	Walter Pires (2005-2006)
Afonso Luz (desde 2013)	___*___	Nadia Somekh (desde 2012)

Quadro 2 - Diretores do Arquivo Histórico Municipal, Diretores do Departamento de Cultura e Diretores do Departamento do Patrimônio Histórico nos períodos em que houve publicações do Concurso de Monografias.⁶⁰

⁶⁰ Montamos esse quadro a partir dos editais e das monografias. Há intervalos entre as gestões que não conseguimos preencher.

A regularidade do prazo de análise nos chama a atenção pelo pouco tempo que os participantes da banca tiveram para entregar os resultados da edição que teve o maior número de inscritos. Foram cerca de 4 mil páginas para serem lidas, avaliadas e discutidas entre os membros da comissão entre 01 de setembro de 2000, último dia da inscrição, a 16 de outubro do mesmo ano, até às 15h, dia em que deveria haver a apresentação dos resultados em sessão pública.

[...] tinham muitos trabalhos e tinha que ler todo esse material.
Nos outros aspectos correu tudo normalmente. Houve uma espécie de consenso entre nós, jurados, sobre os melhores trabalhos.
[...] mas houve uma reação um pouco agressiva, de pessoas – os autores estavam lá.
Os trabalhos eram anônimos na verdade. [...] Li todos... foi penoso por isso.
[...] nós recebemos os exemplares e não haveria muito cabimento se dividíssemos o trabalho.⁶¹ Ana Maria

Não, ... não havia nomes. Recebíamos um número determinado de trabalhos e depois nos reuníamos para discutir o que havíamos achado. Havia uma reunião comum no início e outra no final, acho que era isso. ⁶² Laura de Mello e Souza.

Houve autores que tiveram seus trabalhos premiados em mais de um concurso, mas no geral, com formações das bancas julgadoras diferentes e a partir das declarações de Ana Maria Camargo e Laura de Mello e Souza de que os exemplares das monografias não tinham identificação, podemos supor que de fato as monografias premiadas tinham qualidade superior as das demais inscritas.

No quadro a seguir estão resumidas as informações básicas sobre cada uma das edições do Concurso. Ao observarmos o primeiro quadro, apesar de tratar de informações mais elementares, aparece uma infinidade de combinações e de elementos de reflexão para entendermos o que foi esse Concurso.

⁶¹ Entrevista com Ana Maria A. Camargo, Op. cit.

⁶² Declaração cedida por e-mail por Laura de Mello e Souza, em 18/02/2014. Ela foi membro da Comissão Julgadora do Concurso de número XVI.

Edição do Concurso e ano de realização	Banca Julgadora	Trabalhos inscritos (não constam nomes dos autores)	Monografias vencedoras e premiação	Autores	Ano de Publicação	Gráfica
I – 1968	Myriam Ellis; Pedro Brasil Bandecchi; Ernani Silva Bruno.	<i>Dez trabalhos inscritos:</i> Pinheiros; Brás; Penha; Consolação; Os bairros Matizes; Santa Cecília; Higienópolis; Santo Amaro; Brás e Penha	<i>1º lugar:</i> Brás (vol.1)	Maria Celestina Teixeira Mendes Torres	1969 e 1985	Gráfica Municipal
			<i>2º lugar:</i> Pinheiros (vol.2)	Antonio Barreto do Amaral	1969 e 1985	
			<i>3º lugar:</i> Penha (vol.3)	Silvio Bontempi	1969	
			<i>Menção Honrosa:</i> Santo Amaro (vol.4)	Maria Helena Petrillo Berardi	1969 e 1981	
II – 1969	Ernesto Leme; José Pedro Leite Cordeiro; Fernando Góes.	<i>Nada Consta.</i>	<i>1º lugar:</i> São Miguel Paulista (vol.7)	Silvio Bontempi	1970	Oficina de Artes Gráficas Bisord S. A.
			<i>2º lugar:</i> Santana (vol.6)	Maria Celestina Teixeira Mendes Torres	1970	
			<i>3º lugar:</i> Jardim da Saúde (vol.5)	Alcina Ferreira Jorge	1970	
III – 1970	Pedro de Oliveira Ribeiro Neto; Pedro Brasil Bandecchi; José Pedro Leite Cordeiro.	<i>Nada Consta.</i>	<i>1º lugar:</i> Sé (vol.10)	Miguel Ângelo de Barros Ferreira	1971	Oficina de Artes Gráficas Bisord S. A.
			<i>2º lugar:</i> Vila Mariana (vol.8)	Pedro Domingos Massarolo	1971	
			<i>3º lugar:</i> Bom Retiro (vol.9)	Hilário Dertonio	1971	

IV – 1971	Pedro Brasil Bandecchi; Ernani Silva Bruno; Leonardo Arroyo.	<i>Três trabalhos inscritos:</i> Parque Edu Chaves; Freguesia do Ó e Vila Carrão.	<i>A Comissão Julgadora resolveu não premiar nenhuma monografia.</i>	-----	-----	-----
V – 1972	Leonardo Arroyo; Tito Lívio Ferreira; Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho.	<i>Dois trabalhos inscritos:</i> Ipiranga e Ipiranga: um bairro Histórico Obs: Tendo em vista os 150 anos das comemorações da Independência do Brasil, constou no edital a exigência que apenas monografias sobre o bairro do Ipiranga deveriam concorrer.	<i>A Comissão Julgadora resolveu não premiar nenhuma monografia.</i>	-----	-----	-----
VI – 1973	Tito Lívio Ferreira; Antonio Barreto do Amaral; Alfredo Gomes.	<i>Cinco trabalhos inscritos:</i> Vila Nova Manchester; Santa Efigênia; Tucuruvi, Água Funda e Mooca.	<i>A Comissão Julgadora resolveu não premiar nenhuma monografia.</i>	-----	-----	-----
VII – 1974	Tito Lívio Ferreira; Alfredo Gomes; Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho.	<i>Sete trabalhos inscritos:</i> Tremembé; Ipiranga; Ipiranga; Liberdade; Ibirapuera, Vila Manchester e Vila Prudente.	<i>A Comissão Julgadora resolveu não premiar nenhuma monografia.</i>	-----	-----	-----

VIII – 1975	Myriam Ellis; Tito Lívio Ferreira; Ernani Silva Bruno.	<i>Seis trabalhos inscritos:</i> Luz; Ibirapuera; Vila Prudente; Liberdade, Lapa e Casa Verde.	<i>1º lugar:</i> Ibirapuera (vol. 11)	Maria Celestina Teixeira Mendes Torres	1977	Editora Novos Horizontes Ltda.
			<i>2º lugar:</i> Luz (vol.12)	Laís de Barros Monteiro Guimarães.	1977	Idem
IX – 1976	Myriam Ellis; Tito Lívio Ferreira; Ernani Silva Bruno.	<i>Sete trabalhos inscritos:</i> Vila Gumerindo; Campos Elísios; Liberdade; Liberdade; Ipiranga; Casa Verde e Freguesia do Ó.	<i>1º lugar:</i> Nossa Senhora do Ó. (vol.13)	Máximo Barros	1977	Gráfica Municipal
X – 1977	Myriam Ellis; Tito Lívio Ferreira; Ernani Silva Bruno.	<i>3 trabalhos inscritos:</i> <i>Campo Belo; Ipiranga e Ipiranga.</i>	<i>1º lugar:</i> A Comissão Julgadora resolveu não premiar nenhuma monografia em primeiro lugar.	-----	-----	-----
			<i>2º lugar:</i> Ipiranga (vol.14)	Máximo Barros e Roney Bacelli.	1979	Gráfica Municipal
XI – 1978	Myriam Ellis; Tito Lívio Ferreira; Ernani Silva Bruno.	<i>12 trabalhos escritos;</i> Liberdade; Liberdade; Santa Cecília; Bela Vista; Bela Vista; Bela Vista; Campo Belo; Casa Verde; Casa Verde; Itaim; Vila Guilherme e Consolação.	<i>1º lugar:</i> Bela Vista (vol.15)	Nádia Marzola	1979 e 1985	Gráfica Municipal
			<i>2º lugar:</i> Liberdade (vol.16)	Laís de Barros Monteiro Guimarães	1979	Gráfica Municipal

XII – 1979	Myriam Ellis; Tito Lívio Ferreira; Nanci Leonzo.	<i>Onze trabalhos inscritos:</i> Consolação; Consolação; Vila Guilherme; Mooca; Lapa; Lapa; Campos Elísios; Itaim Bibi; Interlagos; Vila Prudente e Higienópolis.	<i>1º lugar:</i> Higienópolis (vol.17)	Maria Cecília Naclério Homem	1980	Gráfica Municipal
			<i>2º lugar:</i> Lapa (vol.18)	Wanderley dos Santos	1980	Gráfica Municipal
XIII – 1980	Myriam Ellis; Manoel Rodrigues Ferreira; Maria Beatriz Nizza da Silva.	<i>Sete trabalhos inscritos:</i> Consolação; Mooca; Mooca; Jaçanã; Vila Matilde; Vila Prudente e Alto da Mooca.	<i>A Comissão Julgadora resolveu não premiar nenhuma monografia.</i>	-----	-----	-----
XIV – 1981	Myriam Ellis; Tito Lívio Ferreira; Heloisa Liberalli Belloto.	<i>Dez trabalhos inscritos:</i> Água Branca; Tatuapé; Jaçanã; Mooca e Alto da Mooca; Vila Guilherme; Vila Nova Manchester; Itaim Bibi; Jardim América; Aclimação e Vila Carrão.	<i>1º lugar:</i> Aclimação (vol.19)	Augusta Garcia Rocha Dorea	1982	Gráfica Municipal
			<i>2º lugar:</i> Jardim América (vol.20)	Roney Bacelli	1982	Gráfica Municipal
XV – 1982	Myriam Ellis; Tito Lívio Ferreira; Heloisa Liberalli Belloto.	<i>Três trabalhos inscritos:</i> Santa Ifigênia; Jaçanã e Perdizes.	<i>1º lugar:</i> Perdizes (vol. 21)	José Aranha de Assis Pacheco	1983	Gráfica Municipal

XVI – 1983	Rui Gama; Laura de Mello e Souza; Célia Nunes Galvão Quirino dos Santos.	<i>Dois trabalhos escritos:</i> Cambuci e Água Funda	<i>A Comissão Julgadora resolveu não premiar nenhuma monografia.</i>	-----	-----	-----
XVII – 1984	Cibele Riva Rimeir; Ernani Silva Bruno; Maria Irene Szmrecsanyi.	<i>Quinze trabalhos inscritos:</i> porém não há informação sobre os títulos.	<i>1º lugar: Campos Elíses</i> <i>Obs: Os autores foram acusados de plágio pela historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro que concorreu com outra monografia tratando do mesmo bairro.</i>	Fernando José Valiente, Furquim de Campos e Eder Olivato Ferreira.	-----	-----
			2º lugar: Consolação (vol. 22)	Clovis de Athayde Jorge	1984	Gráfica Municipal
XVIII – 1985	Celso Frederico; Janice Theodoro da Silva; Paulo de Mello Bastos.	<i>Seis trabalhos inscritos:</i> <i>Jardim Paulista; Vila Clementino; Itaquera; Sumaré; Cambuci e Santa Ifigênia.</i>	<i>1º lugar: Santa Ifigênia</i> (vol. 23)	Clovis de Athayde Jorge	1999	Gráfica Municipal
			<i>2º lugar: Itaquera</i> (vol. 24)	Maria Cecília França e Amália Inês Geraiges de Lemos.	1999	Gráfica Municipal
			<i>Menção Honrosa: Vila Clementino</i> (vol. 25)	Danilo Agrimari Sobrinho	1999	Gráfica Municipal

XIX – 1986	Regina Meyer; Vanderley dos Santos; Délio Freire dos Santos.	<i>Cinco trabalhos inscritos:</i> Jardim Paulista; Itaim; Luz; São Luiz (O centro novo e sua aristocrática avenida) e Aclimação.	<i>1º lugar:</i> Itaim Bibi (vol. 26)	Helena de Queiroz Ferreira Lopes e Vera Lúcia Vilhena de Toledo	1988	IMESP
			<i>2º lugar:</i> <i>Luz: Notícias e reflexões</i> (vol. 27)	Clovis de Athayde Jorge	1988	IMESP
XX – 1987	Janice Theodoro da Silva; Délio Freire dos Santos; Eduardo de Jesus Moraes do Nascimento.	<i>Um trabalho escrito:</i> Barra Funda.	<i>A Comissão Julgadora resolveu não premiar nenhuma monografia.</i>	-----	-----	-----
XXI – 1988	José Sebastião Witter; Heloísa L. Bellotto; Edgar Luiz de Barros.	<i>Três trabalhos inscritos:</i> Granja Julieta; Santa Cecília e Jaçanã.	<i>A Comissão Julgadora resolveu não premiar nenhuma monografia.</i>	-----	-----	-----
XXII – 2000	Ana Maria de Almeida Camargo; Anna Maria Martinez Correa; Hugo Segawa.	<i>Vinte trabalhos inscritos:</i> Liberdade; Barra Funda; Brooklin; Butantã; Santa Cecília; Tatuapé; Cambuci; Jabaquara; Mooca; Guaianazes; Jaçanã; Jardim Ipanema; Butantã; Santa Cecília; Tucuruvi; Tucuruvi; Vila Carrão; Vila Jaraguá; Vila Nova Savóia e uma monografia sem	<i>1º lugar:</i> Vila Nova Savóia (vol. 28)	Maria da Penha Marinovic Doro	2006	DPH
			<i>2º lugar:</i> Barra Funda (vol. 29)	Dilze Onilda de Lima	2006	DPH
			<i>3º lugar:</i> Santa Cecília (vol. 30)	Clovis de Athayde Jorge	2006	DPH

		título.			
XXIII – 2003	Cândido Malta Campos Neto; Edgar Luiz de Barros. (a edição XXIII foi a única que contou com apenas dois jurados, apesar do edital indicar a necessidade de três).	Nove trabalhos inscritos: Bairro de São Luís; Moema; Itaim Paulista; Bom Retiro; Bom Retiro; Pátio do Colégio e Penha de França (os outros três títulos não são citados).	1º lugar: Penha de França (vol. 31) 2º lugar: Moema (vol. 32)	Jorge Gonçalves de Macedo Glauco Belmiro Rocha	Apenas disponível no site da Secretaria Municipal de Cultura (constam como aguardando publicação).
			3º lugar: Itaim Paulista (vol. 33)	Jesus Matias de Melo	

Quadro 3 - Relação de monografias premiadas, edições do Concurso, números de inscritos e banca julgadora

Alguns membros da Comissão Julgadora também se repetem: Myriam Ellis participou em nove edições (I, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV), sendo que sete foram participações consecutivas; Tito Lívio Ferreira em dez edições (V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIV e XV), também com oito participações consecutivas. Ernani Silva Bruno participou de sete edições (I, IV, VIII, IX, X, XI e XVII), sendo quatro consecutivas. Outros membros que se repetiram duas ou três vezes, mas esses três membros chamam a atenção tanto pela quantidade de participações quanto pelas participações serem, na maioria das vezes, seguidas. Além disso, esses três membros conjuntamente compuseram quatro bancas julgadoras.

Houve também escritores que tiveram suas monografias premiadas mais de uma vez: Maria Celestina Teixeira Mendes Torres foi premiada nas edições I, II, VIII; Silvio Bontempi foi premiado no I e II concursos; Clovis de Athayde Jorge foi premiado nos concursos XVII, XVIII, XIX e XXII; Roney Bacelli nas edições X e XIV; Máximo Barros nas edições IX e X e Laís de Barros Monteiro Guimarães nas edições VIII e XI.

Em relação aos editais houve alterações, apesar de pouco significativas em alguns momentos. Se compararmos o conteúdo de todos os editais percebemos que eles foram se aprimorando, inclusive pela experiência da aplicação do Concurso e das experiências legadas aos administradores culturais.

Os principais itens que constam nos editais são referentes aos aspectos técnicos de formatação; a necessidade dos trabalhos apresentarem apenas um pseudônimo, acompanhados de um envelope lacrado com as informações do autor; a informação de que os bairros já premiados não podem ser escolhidos, com exceção do edital de número XXIII que apenas se referia a não participação dos trabalhos premiados no concurso de número XXII; que os trabalhos não premiados deveriam ser retirados, ou seriam incinerados e que a comissão julgadora seria sempre composta por três membros de notoriedade intelectual, que ora apenas poderiam ser historiadores, ora historiadores com arquitetos e ora historiador, arquiteto e sociólogo.

No quadro 4 está o resumo de todos os editais do Concurso de Monografias “História dos Bairros de São Paulo”. Mas antes de apresentarmos os tópicos que nos são mais interessantes para os objetivos dessa dissertação apresentamos o primeiro edital completo do 1º Concurso de História de Bairros:

I CONCURSO MUNIC. DE MONOGRAFIAS S/HISTÓRIAS DOS BAIRROS DE SÃO PAULO
DOM. Nº 11.382 de 01.03.1968 - página 08

**SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO
E CULTURA**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
E CULTURA
DEPARTAMENTO
DE CULTURA
EDITAL

De ordem do Senhor Secretário de Educação e Cultura, faço publico que se acha aberta, no Departamento de Cultura — Pavilhão das Nações — Parque Ibirapuera, até às 17 horas do dia 30 de julho de 1968, inscrição para o "I Concurso Municipal de Monografias sobre História dos Bairros de São Paulo", que obedecerá as seguintes cláusulas:

ARTIGO 1.º — As monografias deverão ser inéditas escritas na língua do País e conter até 150 (cento e cinquenta) páginas datilografadas, de um só lado do papel tamanho ofício, em dois espaços e ter um mínimo de 80 (oitenta) páginas, rigorosamente.

ARTIGO 2.º — Os trabalhos deverão conter a história de um bairro escolhido pelo concorrente o seu desenvolvimento e situação atual dentro da grande metrópole.

ARTIGO 3.º — Os originais deverão ser apresentados com pseudônimo acompanhados de envelope fechado e lacrado, que conterá o nome e endereço do Autor.

ARTIGO 4.º — Poderão concorrer todos os brasileiros natos ou naturalizados e estrangeiros radicados no País.

ARTIGO 5.º — Não poderão concorrer os membros da Comissão Julgadora.

ARTIGO 6.º — A Comissão Julgadora será constituída de 3 (três) membros de notoriedade intelectual e de renome como historiadores escolhidos pelo Departamento de Cultura e

aprovados pelo Secretário de Educação e Cultura.

ARTIGO 7.º — A Comissão Julgadora terá o direito de deixar de conferir o prêmio se julgar que os trabalhos apresentados não correspondam às exigências previstas.

ARTIGO 8.º — Serão conferidos os seguintes prêmios:

1.º Classificado — NCr\$ 3.000,00

2.º Classificado — NCr\$ 2.000,00

3.º Classificado — NCr\$ 1.000,00 — e Menções Honrosas a critério da Comissão Julgadora.

ARTIGO 9.º — Os trabalhos não premiados serão devolvidos.

ARTIGO 10.º — As Monografias vencedoras assim como as Menções Honrosas, serão publicadas pelo Departamento de Cultura na série Bairros Paulistanos.

ARTIGO 11.º — Pela apresentação dos trabalhos e consequente inscrição, obedece as cláusulas do presente entendendo-se que os concorrentes acitam as exigências deste Edital.

ARTIGO 12.º — A Comissão Julgadora apresentará o resultado de seus trabalhos por escrito ao Departamento de Cultura até o dia 20 de setembro de 1968.

LEONARDO ARROYO
Diretor do Departamento

de Cultura

Publicar nos dias 1.º 3 e 5 de março do corrente.

1. 3 e 5

Acervo
pessoal
VPDC

Edição do Concurso e ano de realização	Principais tópicos dos editais
<p>I – 1968 DOM. Nº 11.382 de 01/03/1968 pág. 8.</p>	<p>Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico.</p> <p>Artigo I</p> <ul style="list-style-type: none"> - inscrições até 30/07/1968. - monografias inéditas, escritas em português, com até 150 páginas e com mínimo de 80 páginas. - datilografadas, folha ofício e espaçamento duplo. <p>Artigo II</p> <p>“Os trabalhos deverão conter a história de um bairro escolhido pelo concorrente o seu desenvolvimento e situação atual dentro da grande metrópole”.</p> <p>Artigo III</p> <ul style="list-style-type: none"> - originais com o pseudônimo, acompanhados de envelope lacrado com os dados do autor. <p>Artigo IV</p> <ul style="list-style-type: none"> - brasileiros natos ou estrangeiros naturalizados. <p>Artigo V</p> <ul style="list-style-type: none"> - não podem participar membros da Comissão Julgadora. <p>Artigo VI</p> <p>“A Comissão Julgadora será constituída de 3 (três) membros de notoriedade intelectual e de renome como historiadores escolhidos pelo Departamento de Cultura e aprovados pelo Secretario de Cultura e Educação”.</p> <p>Artigo VII</p> <ul style="list-style-type: none"> - A Comissão Julgadora pode deixar de premiar, se julgar que as monografias não correspondem ao exigido. <p>Artigo VIII</p> <ul style="list-style-type: none"> - Premiação⁴⁹ <p>1º colocado: NCR\$ 3.000,00</p>

⁴⁹ Trouxemos os valores do salário mínimo do período estudado para parâmetro do valor de compra da premiação. Fonte: www.portalbrasil.net/salariominimo.htm

No item “Anexos” apresentamos uma planilha comparando o valor das premiações aos salários mínimos, aproximando com os valores em reais de 2011. Nos valem da reportagem no portal G1:

“Veja a evolução do salário Mínimo desde a sua criação, a 70 anos”, de 16/02/2011 disponibilizada no Portal G1 – Economia, da Globo. Jornalista Mariana Oliveira.

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/02/veja-evolucao-do-salario-minimo-desde-sua-criacao-ha-70-anos.html>: 1968 - NCR\$ 129,60 (um salário mínimo)

	<p>2º colocado: NCR\$ 2.000,00</p> <p>3º colocado: NCR\$ 1.000,00</p> <p>Menção honrosa: NCR\$ 1.000,00</p> <p>Artigo IX</p> <p>- trabalhos não premiados serão devolvidos.</p> <p>Artigo X</p> <p>- As monografias premiadas serão publicadas na Série Bairros Paulistanos.</p> <p>Artigo XII</p> <p>- A Comissão Julgadora apresentará o resultado por escrito até dia 20/09/1968.</p>
<p>II – 1969</p> <p><i>DOM</i>. Nº 11.704 de 20/03/1969, pág. 23.</p>	<p>(Alterações ou inclusões)</p> <p>Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico.</p> <p>Artigo II</p> <p>- as monografias devem ser depositadas em 3 vias.</p> <p>Artigo V</p> <p>- Ficam excluídos desse concurso as monografias sobre os bairros: Brás; Pinheiros; Penha e Santo Amaro.</p> <p>Artigo IX</p> <p>- A cada membro da Comissão Julgadora, caberá a contribuição de NCR\$ 200,00⁵⁰.</p> <p>Artigo X</p> <p>“Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Julgadora através da tomada de votos”.</p> <p>Artigo XI</p> <p>- Os prêmios da menção honrosa serão dados a critério da Comissão.</p> <p>Artigo XII</p> <p>- Os trabalhos não premiados serão devolvidos, se solicitados em até um ano.</p>
<p>III – 1970</p> <p><i>DOM</i>. Nº 12.001 de 08/03/1970, pág. 3.</p>	<p>(Alterações ou inclusões)</p> <p>Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico.</p> <p>Artigo V</p> <p>- Ficam excluídos desse concurso as monografias sobre os bairros: Brás; Pinheiros; Penha; Santo Amaro; São Miguel Paulista, Santana e Jardim Saúde.</p>

⁵⁰ Ibidem 1969 - NCR\$ 156,00 (um salário mínimo)

	<p>Artigo VI</p> <p>- não poderão concorrer os premiados no I e II concursos.</p> <p>Artigo XII</p> <p>- Após o encerramento das inscrições, a Comissão Julgadora contará com 2 meses para apresentar seus resultados por escrito.</p>
<p>IV – 1971</p> <p>DOM. Nº12.312 de 18/03/1971, pág. 12.</p>	<p>(Alterações ou inclusões)</p> <p>Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico.</p> <p>- Não consta mais a proibição de concorrerem autores já premiados em outros concursos.</p> <p>Artigo V</p> <p>- Ficam excluídos desse concurso as monografias sobre os bairros: Brás; Pinheiros; Penha; Santo Amaro; São Miguel Paulista; Santana; Jardim Saúde; Bairro da Sé, Vila Mariana e Bom Retiro.</p> <p>Artigo X</p> <p>- o valor da premiação continua o mesmo mas a moeda passou a ser Cr\$ (cruzeiros).</p>
<p>V – 1972</p> <p>DOM. Nº 12.633, 06/04/1972, pág. 30.</p>	<p>(Alterações ou inclusões)</p> <p>Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico.</p> <p>“[...] Neste ano em que se comemora no sesquicentenário da Independência do Brasil, o concurso versará o tema: “O Bairro do Ipiranga”. Assim esses trabalhos deverão, além de versar a história do Bairro, oferecer destaque a aspectos decorrentes da Proclamação da Independência”.</p> <p>Artigo I</p> <p>- as monografias deverão contar com no mínimo 100 páginas e no máximo com 200 páginas.</p> <p>Artigo IV</p> <p>- Prêmios⁵¹</p> <p>1º lugar: Cr\$ 5.000,00</p> <p>2º lugar: Cr\$ 3.000,00</p> <p>3º lugar: Cr\$ 2.000,00</p> <p>Obs: Não houve “pro-labore” para a Comissão Julgadora</p>
<p>VI – 1973</p> <p>DOM. Nº 141 de 22/05/1973, pág. 07.</p>	<p>(Alterações ou inclusões)</p> <p>Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico.</p> <p>Artigo IV</p>

⁵¹ Ibidem 1972 - Cr\$ 268,80 (um salário mínimo)

	<p>-Em relação aos prêmios manteve-se a possibilidade de monção honrosa, mas excluiu-se o terceiro lugar.</p> <p>Artigo VIII</p> <p>- Os trabalhos serão julgados por uma comissão composta por três historiadores.</p> <p>- Os membros serão indicados pela Divisão do Arquivo Histórico e aprovados pelo departamento de cultura.</p> <p>Artigo IX</p> <p>- os membros da Comissão Julgadora receberam Cr\$1.000,00⁵².</p> <p>Artigo X</p> <p>- A Comissão Julgadora terá 30 dias após o encerramento das inscrições para apresentar o resultado por escrito. Não caberá recurso ao resultado.</p>
<p>VII – 1974 <i>DOM</i>. Nº412 de 17/04/1974 , pág. 26.</p>	<p>(Alterações ou inclusões) Secretaria Municipal de Cultura</p> <p>Artigo IV</p> <p>- Premiação⁵³:</p> <p>1º lugar: Cr\$ 8.00,00</p> <p>2º lugar: Cr\$ 5.000,00</p>
<p>VIII – 1975 <i>DOM</i>. sem número, de 20/06/1975, pág. 19 e 20.</p>	<p>(Alterações ou inclusões) Secretaria Municipal de Cultura</p> <p>- de cinco meses entre Edital e fim das inscrições, passou para um mês.</p> <p>Artigo II</p> <p>- “As monografias encerrarão estudos da História de um dos bairros paulistanos”.</p> <p>Artigo III</p> <p>- As monografias devem contar com no máximo 300 páginas.</p> <p>- margem de 3 cm do lado direito e de 1 cm do lado esquerdo.</p> <p>Artigo V</p> <p>- Admite-se a participação de estrangeiros</p> <p>- Não podem participar servidores municipais que tenham vínculo com o concurso.</p> <p>Artigo VII</p> <p>- Comissão será composta através da indicação feita pelo diretor da Divisão do Arquivo Histórico e aprovada pelo diretor do Departamento de Patrimônio Histórico.</p> <p>- “Cabe à Comissão Julgadora:</p>

⁵² Ibidem 1973 – Cr\$ 312,00 (um salário mínimo)

⁵³ Ibidem 1974 – Cr\$ 376,80 (01/05) / Cr\$ 415,20 (01/12) (um salário mínimo)

	<p>a. indicar, por escrito, os pontos positivos e negativos dos trabalhos concorrentes, agrupados ou não, em parecer adequado;</p> <p>b. conferir prêmios</p> <p>c. eliminar os trabalhos que não satisfaçam as condições do edital;</p> <p>d. identificar os autores dos trabalhos premiados;</p> <p>e. deixar de conferir prêmios se os trabalhos não apresentarem qualidade superior.</p> <p>Artigo VIII</p> <p>- Permitidos pareceres individuais.</p> <p>Artigo IX</p> <p>- Os autores das monografias não premiadas, serão identificados e terão seus trabalhos restituídos.</p> <p>Artigo XI</p> <p>Em 30 dias após a divulgação do resultado, os trabalhos não restituídos serão incinerados.</p> <p>Artigo XII</p> <p>- Premiação⁵⁴:</p> <p>1º lugar: Cr\$ 14.000,00</p> <p>2º lugar: Cr\$ 8.000,00</p> <p>Artigo XIII</p> <p>- Os autores premiados terão direito a 50 exemplares do seu próprio livro publicado</p> <p>Artigo XIV</p> <p>- “É assegurado ao autor do trabalho o direito de republicá-lo, mencionando o fato de ter sido premiado no concurso.”</p>
<p>IX – 1976</p> <p>DOM. Nº 935 de</p> <p>26/03/1976, pág.16.</p>	<p>(Alterações ou inclusões)</p> <p>Secretaria Municipal de Cultura</p> <p>Artigo I</p> <p>- retorna o período de 5 meses entre publicação no Diário Oficial do Município e o encerramento das inscrições.</p> <p>Artigo II</p> <p>- Não poderão concorrer monografias sobre os bairros premiados nos concursos anteriores incluindo-se Ibirapuera e Luz.</p> <p>Artigo XII</p> <p>- Premiação⁵⁵:</p> <p>1º lugar: Cr\$ 18.000,00</p>

⁵⁴ Ibidem 1975 – Cr\$ 532,80 (um salário mínimo)

⁵⁵ Ibidem 1976 – Cr\$ 768,00 (um salário mínimo)

	<p>2º lugar: Cr\$ 10.000,00</p> <p>Artigo XVI</p> <p>- Cada membro da Comissão Julgadora receberá o valor de Cr\$ 1.500,00.</p>
<p>X – 1977 <i>DOM</i>. Nº143 de 29/07/1977, pág. 24.</p>	<p>(Alterações ou inclusões)</p> <p>Secretaria Municipal de Cultura</p> <p>Artigo I</p> <p>- Não poderão concorrer monografias sobre os bairros premiados nos concursos anteriores incluindo-se Freguesia do Ó.</p> <p>- No ato da inscrição será emitido recibo.</p> <p>Artigo II</p> <p>- quatro meses da publicação do DOM. até o encerramento das inscrições.</p> <p>Artigo III</p> <p>- Premiação⁵⁶:</p> <p>1º lugar: Cr\$ 22.000,00</p> <p>2º lugar: Cr\$ 12.000,00</p> <p>Artigo IV</p> <p>- Caso não tenha ganhadores, a Comissão Julgadora deverá expor amplamente os motivos.</p> <p>- “A Comissão Julgadora apresentará suas conclusões em relatório conjunto, em sessão pública no Departamento do Patrimônio Histórico[...].”</p> <p>- a Comissão terá vinte dias para a definição dos resultados</p> <p>Artigo V</p> <p>- A premiação será realizada em sessão pública na Divisão do Arquivo Histórico, do DPH, com a presença da Comissão Julgadora e do diretor do DPH.</p> <p>Artigo VIII</p> <p>- Cada membro da Comissão receberá Cr\$ 2.000,00.</p>
<p>XI – 1978 <i>DOM</i>. Nº 95 de 25/05/1978, pág.52.</p>	<p>(Alterações ou inclusões)</p> <p>Secretaria Municipal de Cultura</p> <p>Artigo I</p> <p>- Não poderão concorrer monografias sobre os bairros premiados nos concursos anteriores incluindo-se Ipiranga.</p> <p>Artigo II</p> <p>- Se houverem colaboradores, seus nomes deverão constar no envelope</p>

⁵⁶ Ibidem 1977 – Cr\$ 1.106,40 (um salário mínimo)

	<p>lacrado. Os prêmios não serão divididos.</p> <p>Artigo III</p> <p>- Premiação⁵⁷:</p> <p>1º lugar: Cr\$ 50.000,00</p> <p>2º lugar: Cr\$ 30.000,00</p> <p>Obs: A partir desse edital não houve mais o “pro-labore” para a Comissão Julgadora.</p>
<p>XII – 1979</p> <p>DOM. Nº58 de 28/03/1979, pág. 54.</p>	<p>(Alterações ou inclusões)</p> <p>Secretaria Municipal de Cultura</p> <p>Artigo I</p> <p>- Não poderão concorrer monografias sobre os bairros premiados nos concursos anteriores incluindo-se Bela Vista e Liberdade.</p> <p>Artigo III</p> <p>- Premiação⁵⁸:</p> <p>1º lugar: Cr\$ 70.000,00</p> <p>2º lugar: Cr\$ 42.000,00</p>
<p>XIII – 1980</p> <p>DOM. Nº83 de 07/05/1980, pág. 51.</p>	<p>(Alterações ou inclusões)</p> <p>Secretaria Municipal de Cultura</p> <p>Artigo I</p> <p>- Não poderão concorrer monografias sobre os bairros premiados nos concursos anteriores incluindo-se Higienópolis e Lapa.</p> <p>- Ilustrações: não são computadas como páginas de texto; devem ter boa qualidade inclusive de reprodução. As três vias do trabalho deverão conter as ilustrações e devem estar completamente legíveis.</p> <p>Artigo III</p> <p>- Premiação⁵⁹:</p> <p>1º lugar: Cr\$ 80.000,00</p> <p>2º lugar: Cr\$ 55.000,00</p>
<p>XIV – 1981</p> <p>DOM. Nº76 de 24/04/1981, pág. 51.</p>	<p>(Alterações ou inclusões)</p> <p>Secretaria Municipal de Cultura</p> <p>Artigo III</p> <p>- Premiação⁶⁰:</p> <p>1º lugar: Cr\$ 120.000,00</p> <p>2º lugar: Cr\$ 80.000,00</p>
XV – 1982	(Alterações ou inclusões)

⁵⁷ Ibidem 1978 – Cr\$ 1.560,00 (um salário mínimo)

⁵⁸ Ibidem 1979 – Cr\$ 2.268,00 (um salário mínimo)

⁵⁹ Ibidem 1980 – Cr\$ 4.149,60 (01/05)/ Cr\$ 5.788,80 (01/11) (um salário mínimo)

⁶⁰ Ibidem 1981 – Cr\$ 8.464,80 (01/05)/ Cr\$ 11.928,00 (01/11) (um salário mínimo)

<p>DOM. N°71 de 20/04/1982, pág.62.</p>	<p>Secretaria Municipal de Cultura</p> <p>Artigo I</p> <p>- Não poderão concorrer monografias sobre os bairros premiados nos concursos anteriores incluindo-se Aclimação e Jardim América.</p> <p>Artigo III</p> <p>- Premiação⁶¹:</p> <p>1º lugar: Cr\$ 170.000,00</p> <p>2º lugar: Cr\$ 115.000,00</p>
<p>XVI – 1983 DOM. N°68 de 13/04/1983, pág. 26.</p>	<p>(Alterações ou inclusões)</p> <p>Secretaria Municipal de Cultura</p> <p>Artigo I</p> <p>- Não poderão concorrer monografias sobre os bairros premiados nos concursos anteriores incluindo-se Perdizes.</p> <p>Artigo III</p> <p>- Premiação⁶²:</p> <p>1º lugar: Cr\$ 250.000,00</p> <p>2º lugar: Cr\$ 170.000,00</p> <p>- banca julgadora composta por três historiadores</p>
<p>XVII – 1984 DOM. N°101 de 30/05/1984, pág. 39.</p>	<p>(Alterações ou inclusões)</p> <p>Secretaria Municipal de Cultura</p> <p>Artigo I</p> <p>- “A elaboração dos trabalhos deverá obedecer os seguintes critérios:</p> <p>1.2.1 Levantamento do histórico do bairro a partir de fontes primárias, secundárias e da informação iconográfica disponível;</p> <p>1.2.2 Análise da evolução do bairro e das variáveis intervenientes nesse processo;</p> <p>1.2.3 Considerações sobre a situação atual do bairro e sua inserção no conjunto da cidade.</p> <p>1.3 Ao trabalhos deverão ser rigorosamente inéditos. A divulgação por qualquer meio, no todo ou em parte, implicará na eliminação do concorrente.”</p> <p>Artigo III</p> <p>- Premiação⁶³:</p> <p>1º lugar: Cr\$ 800.000,00 + duas passagens aéreas para Maceió</p> <p>2º lugar: Duas passagens aéreas para Salvador.</p> <p>3º lugar: menção honrosa.</p>

⁶¹ Ibidem 1982 – Cr\$16.608,00 (01/05)/ Cr\$ 23.568,00 (01/11) (um salário mínimo)

⁶² Ibidem 1983 – Cr\$ 34.776,00 (01/05)/ Cr\$ 57.120,00 (01/11) (um salário mínimo)

⁶³ Ibidem 1984 – Cr\$ 97.176,00 (01/05) /Cr\$ 166.560,00 (01/11) (um salário mínimo)

	<p>Artigo IV</p> <p>- “Os trabalhos serão julgados por uma Comissão composta por três membros, um historiador, um sociólogo e um arquiteto, designados pelas diretorias do Departamento do Patrimônio Histórico e da Divisão do Arquivo Histórico”.</p>
<p>XVIII – 1985 DOM. Nº121 de 02/07/1985, pág. 32.</p>	<p>(Alterações ou inclusões)</p> <p>Secretaria Municipal de Cultura</p> <p>Artigo I</p> <p>- Não poderão concorrer monografias sobre os bairros premiados nos concursos anteriores incluindo-se Campos Elíseos e Consolação.</p> <p>Artigo III</p> <p>- não há mínimo de páginas.</p> <p>- Premiação⁶⁴: 1º lugar: Cr\$ 1.800.000,00⁶⁵ 2º lugar: Cr\$ 1.000.000,00</p> <p>Artigo IV</p> <p>- Comissão: dois historiadores e um arquiteto.</p>
<p>XIX – 1986 DOM. Nº94 de 21/05/1986, pág. 15.</p>	<p>(Alterações ou inclusões)</p> <p>Secretaria Municipal de Cultura</p> <p>- “O Dr. CESAR ARRUDA CASTANHO, diretor do Departamento do Patrimônio Histórico, da Secretaria Municipal de Cultura, visando incentivar a pesquisa e divulgar os documentos que compõem o acervo do Arquivo Histórico Washington Luís [...]”.</p> <p>- 6 meses entre a publicação no DOM e o encerramento das inscrições.</p> <p>Artigo I</p> <p>- Não poderão concorrer monografias sobre os bairros premiados nos concursos anteriores incluindo-se Santa Ifigênia, Itaquera e Vila Clementino.</p> <p>- máximo 200 páginas e sem mínimo de páginas.</p> <p>Artigo III</p> <p>- Premiação⁶⁶: 1º lugar: Cz\$ 2.700,00 (cruzados) 2º lugar: Cz\$ 1.700,00 (cruzados)</p>
<p>XX – 1987 DOM. Nº132 de 17/07/1987, pág. 24.</p>	<p>(Alterações ou inclusões)</p> <p>Secretaria Municipal de Cultura</p> <p>- Quatro meses entre publicação no DOM e encerramento das inscrições.</p>

⁶⁴ Ibidem 1985 – Cr\$ 333.120,00 (01/05)/ Cr\$ 600.000,00 (01/11) (um salário mínimo)

⁶⁵ Essa foi a maior premiação em relação ao salário mínimo vigente (uma proporção de 2238,81 vezes o salário mínimo em vigor). A segunda maior premiação foi da XI edição do Concurso com prêmio de primeiro lugar que valia 32,05 vezes o salário mínimo.

Para verificar as relações entre as premiações e os salários mínimos observe o quadro presente nos “Apêndices” dessa dissertação.

⁶⁶ Ibidem 1986 – Cz\$ 804,00 (um salário mínimo)

	<p>Artigo I</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não poderão concorrer monografias sobre os bairros premiados nos concursos anteriores incluindo-se Itaim Bibi e Luz. - máximo 300 páginas e sem mínimo. <p>Artigo III</p> <ul style="list-style-type: none"> - Premiação⁶⁷: <p>1º lugar: Cz\$ 15.000,00 2º lugar: Cz\$ 10.000,00 3º lugar: Menção Honrosa.</p> <p>Artigo IV</p> <ul style="list-style-type: none"> - Banca: três historiadores
<p>XXI – 1988 DOM. N°44 de 08/07/1988, pág. 31.</p>	<p>(Alterações ou inclusões)</p> <p>Secretaria Municipal de Cultura</p> <ul style="list-style-type: none"> - retira-se a palavra “encerrar” que é substituída por “escolher”. <p>Artigo II</p> <ul style="list-style-type: none"> - Admite-se mais de um autor para cada monografia concorrente. <p>Artigo IV</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comissão será composta através da indicação feita pelo diretor da Divisão do Arquivo Histórico e aprovada pelo diretor do Departamento de Patrimônio Histórico. <p>Artigo V</p> <ul style="list-style-type: none"> - Premiação⁶⁸ <p>1º lugar: Cz\$ 30.000,00 2º lugar: Cz\$ 20.000,00 3º lugar: Menção Honrosa.</p> <p>Artigo VI</p> <ul style="list-style-type: none"> - Encargos Financeiros <p>“Os encargos financeiros ocorrerão por conta da dotação nº 25.50.08.48.246.4566.3132.3 do corrente exercício financeiro.”</p> <p>Artigo VIII</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Este concurso é regulado pela Lei Municipal nº 10.544 de 31/05/1988.

⁶⁷ Ibidem 1987 – Cz\$ 964,00 (01/01)/ Cz\$ 1368,00 (01/03)/
Cz\$ 1641,60 (01/05)/ Cz\$ 1969,92 (01/06)/ Cz\$ 1970,00 (01/08)
Cz\$ 2400,00 (01/09)/ Cz\$ 2640,00 (01/10)/ Cz\$ 3000,00 (01/11)
Cz\$ 3600,00 (01/12) (um salário mínimo)

⁶⁸ Ibidem 1988 – Cz\$ 4500,00 (01/01)/ Cz\$ 5280,00 (01/02)/
Cz\$ 6240,00 (01/03)/ Cz\$ 7260,00 (01/04)/ Cz\$ 8712,00 (01/05)/
Cz\$ 10368,00 (01/06)/ Cz\$ 12444,00 (01/07)/ Cz\$ 15552,00 (01/08)/
Cz\$ 18960,00 (01/09)/ Cz\$ 23700,00 (01/10)/ Cz\$ 30800,00 (01/11)/
Cz\$ 40425,00 (01/12) (um salário mínimo)

<p>XXII – 2000 DOM. Nº113 de 16/06/2000, pág. 33.</p>	<p>(Alterações ou inclusões) Secretaria Municipal de Cultura - a palavra “encerrar” reaparece.</p> <p>Artigo I</p> <p>- As monografias deverão ser apresentadas em 4 vias, sendo 3 impressas e 1 no meio magnético compatível com sistema PC.</p> <p>- Os textos não devem ultrapassar 280.000 caracteres com espaços ou 200 laudas de 20 linhas por 70 toques.</p> <p>- Premiação⁶⁹:</p> <p>1º lugar: R\$ 2.000,00 (reais)</p> <p>2º lugar: R\$ 1.000,00 (reais)</p> <p>3º lugar: Menção honrosa</p> <p>- “Os trabalhos serão julgados por uma Comissão composta por três membros, um historiador, um sociólogo e um arquiteto, designados pelas diretorias do Departamento do Patrimônio Histórico e da Divisão do Arquivo Histórico”.</p> <p>Artigo VI</p> <p>-Recurso: “Os recursos eventualmente interpostos, obedecerão a legislação vigente.</p>
<p>XXIII – 2003 DOM. Nº164 de 02/09/2003, pág. 52.</p>	<p>(Alterações ou inclusões) Secretaria Municipal de Cultura</p> <p>-“ Objeto: XXIII Concurso de Monografias sobre a História dos Bairros de São Paulo” regido pela Lei Municipal nº 13.278 de 07/01/2002.”</p> <p>- “[...] Considerando as comemorações dos 450 anos da cidade de São Paulo, admitir-se-ão monografias de todos os bairros, excetuando-se os seguintes: Vila Nova Savóia, Barra Funda e Santa Cecília, vencedoras do XXII Concurso.”</p> <p>Artigo III</p> <p>- Premiação⁷⁰:</p> <p>1º Lugar: R\$ 2.000,00</p> <p>2º Lugar: R\$1.000,00</p> <p>3º Lugar: R\$ 500,00</p> <p>Artigo VII</p> <p>- Publicação:</p> <p>“As monografias premiadas serão oportunamente publicadas na série História dos Bairros de São Paulo, editada pelo Departamento do Patrimônio Histórico”.</p>

Quadro 4 - Edições do Concurso e as mudanças nos editais⁷¹

⁶⁹Ibidem 2000 – R\$ 151,00 (um salário mínimo)

⁷⁰Ibidem 2003 – R\$ 240,00 (um salário mínimo)

⁷¹ Quadro realizada a partir da análise dos editais.

1.3 DIVULGAÇÃO E REPERCUSSÃO DO CONCURSO DE MONOGRAFIAS

Foram poucos os materiais de divulgação e as notas localizadas em jornais, que estão arroladas na pasta “História dos Bairros”, na Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal.

Edições do Concurso e ano de realização	Cartazes	Notas em Jornais	Número de Inscritos
III – 1970	Não consta	23/07/1970 – Folha de São Paulo “A cidade e seus bairros”	Não consta
VI- 1973	Não consta	03/06/1973 –Diário de São Paulo “História dos bairros paulistas”	5
IX – 1976	Não consta	28/03/1976 – Folha de São Paulo “Concurso de Monografias sobre bairros” 17/08/1976 - O Estado de São Paulo. “Concurso Analisa 7 trabalhos”	7
X – 1977	Não consta	05/08/1977 – Diário de São Paulo “Concurso de monografias sobre os bairros paulistanos”.	3
XII – 1979	Houve cartaz de divulgação	15/04/1979 – O Estado de São Paulo “História dos Bairros”. 25/07/1979 – Folha de São Paulo “Nos bairros, pedaços da história de todos nós”	11
XIII – 1980	Não consta	22/07/1980 – Folha de São Paulo “Concurso vai revelar história dos bairros”.	7
XIV - 1981	Não consta	18/05/1981 –A Construção, São Paulo, nº1736. “História dos Bairros de São Paulo”. 11/11/1981 – Diário de São Paulo “Trabalhos sobre a Aclimação e Jardim América vencem concurso”.	10
XV – 1982	Houve cartaz de divulgação	Não consta	3
XVI – 1983	Houve cartaz de divulgação	Não consta	2

XVII – 1984	Não consta	18/ 07/ 1985 - Folha de São Paulo “Historiadores são acusados de plágio” 06/08/1984 – Zona Sul “17º Concurso de Monografias “História dos Bairros de São Paulo.” 31/09/1984 – Jornal da Zona Sul “17º Concurso de Monografias “História dos Bairros de São Paulo”.	15
XIX – 1986	Houve cartaz de divulgação	21/07/1986 – Folha de São Paulo Pequena nota com informações básicas para quem quiser participar. “Concurso”	5
XXI – 1988	Não consta	06/08/1988 – Diário Oficial do Município – matéria.	3
XXII – 2000	Não consta	28/07/200 – O Bairro do Butantã “Concurso premia melhor monografia do bairro” 16/08/2000 – Metro News – Registrando “Arquivo Histórico retoma concurso de monografias”	20
XXIII – 2003	Houve cartaz de divulgação	Não consta	9

Quadro 5 - Divulgação e repercussão do Concurso de Monografias⁷²

Os recortes são de períodos aleatórios e de variados jornais e revistas. Com tal material não podemos dizer com certeza que não houve outras notas de divulgação ou repercussão do Concurso, mas relacionando o escasso material com o número de monografias inscritas podemos inferir que a divulgação dos editais poderia ter se dado apenas através do Diário Oficial do Município. Vejamos o quadro 5.

Nas notas e nas matérias dos jornais o que foi publicado é geralmente um apanhado do edital, apresentado de forma mais leve e explicativa. Há menção as monografias já premiadas e em alguns casos, há sugestão sobre bairros ainda não abarcados. No entanto, algumas poucas matérias fazem reflexões mais alongadas sobre o Concurso, sobre o sentido e importância do mesmo e realizam até breves resenhas sobre as obras já premiadas.

⁷² Recortes: 1970 a 1988/ 2000/2007, Pasta Concurso de Monografias História dos Bairros de São Paulo, Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal.

Sobre os objetivos do Concurso:

A finalidade do concurso promovido pelo Departamento de Patrimônio Histórico, através da Divisão do Arquivo Histórico, é incentivar a pesquisa da história da Cidade de São Paulo por seus próprios habitantes de modo que estes participem diretamente da recuperação e preservação de sua memória. E ao mesmo tempo tornando-a acessível a todos, através da publicação de uma coleção sobre a história de cada um dos seus bairros.

[...] Vale ressaltar que parte das pesquisas para elaboração dos trabalhos pelos concorrentes encontra como fonte primária o próprio acervo do Arquivo Histórico Municipal, que reúne vasta documentação referente à cidade de São Paulo desde 1562, acessível a todos os estudiosos.⁷³

Interessante que o autor da matéria acima citada destaca o sentido público do Concurso: são os próprios habitantes que podem escrever a sua própria história, é qualquer cidadão que pode ler essas produções – o que o jornalista não menciona, mas como sabemos que as monografias foram disponibilizadas nas bibliotecas públicas –, e a própria fonte primária também é de documentos públicos, acessível a todos os estudiosos. A palavra chave da notícia é acessibilidade.

No artigo a seguir, o autor intensifica o papel grandioso do concurso de monografias, que seria o de construir a história da própria cidade.

[...] Cada bairro paulistano contém uma parte da história de São Paulo que deve ser pesquisada pelos candidatos ao concurso de monografias ao fim de que no conjunto denominado História dos Bairros de São Paulo encontre o estudioso os elementos fundamentais que lhe permitirão reconstituir ou simplesmente conhecer o passado desta cidade, que por sua vez, está tão intimamente ligada à história do Brasil.⁷⁴

Nogueira Moutinho também aponta o papel das histórias de bairros na construção da história da cidade. Sobre os bairros disse que “[...] todos eles todavia, por esta ou por aquela razão, nos dizem inteiramente respeito: são as partes privilegiadas desse todo ideal que é a cidade.” Em seguida afirma a importância das monografias para novos estudos sobre o município e elogia a iniciativa do Departamento de Cultura, afirmando que:

⁷³ Sem nome do autor. “17º Concurso de Monografias”. **Jornal da Zona Sul**. 31/09/1984.

⁷⁴ Sem nome do autor. “História dos Bairros de São Paulo”. **O Estado de S. Paulo**. 31/09/1984.

Dos velhos cronistas aos nossos dias há vastos hiatos da historiografia urbana que cumpre preencher para que amanhã não nos vejamos como estranhos neste solo que todavia é nosso.⁷⁵

A importância das produções do Concurso “História dos Bairros” em futuras pesquisas históricas também foi afirmada na revista sobre urbanismo chamada **Construção**:

A coleção de grande importância para os estudiosos da cidade, mas conhecida por um público restrito em decorrência da pequena tiragem (mil cópias), a série História dos Bairros de São Paulo, editada pela prefeitura municipal, já está no 18º volume.⁷⁶

De todas as notas e artigos, o texto mais completo e mais crítico foi o do escritor Ernani Silva Bruno. Famoso por sua produção sobre São Paulo, inclusive com a obra que foi chamada de biografia da cidade, **História e Tradições da cidade de São Paulo**, Ernani Bruno também foi membro da banca julgadora de sete das vinte e três edições do Concurso, tamanho o seu prestígio na vida intelectual paulista e com os diretores da Divisão do Arquivo Histórico, do Departamento de Cultura e do Departamento do Patrimônio Histórico.

Em um artigo de página inteira de jornal (folha A2) Ernani inicia apontando a importância do Concurso e a natureza diversa da formação dos escritores que inscrevem seus trabalhos.

[...] é um torneio cultural que tem mobilizado desde estudiosos já familiarizados com a pesquisa histórica até “marinheiros de primeira viagem”, ombro a ombro em saudável competição em torno da escavação das raízes e do desenvolvimento dos grandes compartimentos da urbe paulistana [...].
Uma coleção portanto, que corresponde a um vivo e colorido painel em que se traçam as marcas que o tempo veio imprimindo a cada recanto da maior cidade do Brasil. [...] ⁷⁷

Silva Bruno também coloca o concurso como uma contribuição muito rica na construção da história da cidade:

⁷⁵ MOUTINHO, Nogueira. “A cidade e seus bairros”. **Folha de S. Paulo**. 23/07/1970.

⁷⁶ Sem nome de autor. “A História dos bairros de São Paulo”. Revista **A Construção**, São Paulo, nº1736. 18/05/1981.

⁷⁷ Ernani Silva Bruno. “Nos bairros pedaços de todos nós”. **Folha de S. Paulo**. 25/07/1979.

Mas não é difícil entender a importância para a memória local, desses estudos que focalizam a evolução “das regiões da cidade”, sobretudo no caso de um burgo como São Paulo, que se expandiu, como todos sabem, em ritmo (com perdão da palavra) vertiginoso. [...]

Os traços mais característicos, a atmosfera particular de cada uma dessas porções da grande metrópole – e que talvez só o pesquisador com toda a sua atenção concentrada na história de um bairro que seja capaz de surpreender em seus detalhes mais específicos – poderão sempre fertilizar a obra síntese, mais complexa que os historiadores da cidade venham empreender. Esses historiadores terão, nas pesquisas selecionadas e publicadas todos os anos pela Divisão do Arquivo Histórico que vão, de certa maneira, compondo um mosaico de memórias distritais, riquíssimo material diversificado sobre a evolução de todas as áreas urbanas e suburbanas de São Paulo.⁷⁸

Mas o texto que inicia com elogios tece críticas ao sistema de administração cultural do país que, segundo Ernani, teria preconizado eventos de visibilidade e notoriedade em detrimento de ações com menor prestígio midiático:

Em um país que muita gente ainda pensa que disputar medalhas e condecorações, crachás e caracaxás, constitui atividade cultural, é confortador que passam sobreviver empreendimento como esse. Impermeáveis à politicagem barata à perniciosa pressão do poder econômico, às injunções de representantes das comadres de “nossa melhor sociedade”, que tantas vezes destroem ou mutilam realizações positivas no campo de cultura.

O concurso de monografias de bairros não tem tido, entretanto, a repercussão que deveria ter. E permanece, de certa forma a margem das avaliações que às vezes se fazem das manifestações culturais que ocorrem em São Paulo. Talvez porque, das chamadas atividades culturais, aquelas que se traduzem em espetáculos – teatro, música, balé, exposições, festivais – absorvem quase que por completo a atenção do público e da imprensa. O que de certo se explica pela índole festiva do brasileiro. Ou por se tratar de coisas que entram, com facilidade, pelos olhos e pelos ouvidos de toda a gente – em uma época de crescente predomínio da comunicação pelo som e pela imagem, deixando meio na sombra outras atividades culturais de não menor importância, apenas porque se cumpre através de tarefas silenciosas e, pouco visíveis, que não divertem nem dão Ibope.⁷⁹

Curioso que tantos anos antes da substituição do Concurso de Monografias pelo Concurso de Documentários “História dos Bairros de São Paulo”, Ernani Bruno aponta para o perigo das atividades que dão mais destaque se realizarem em detrimento daquelas menos populares.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Idem.

No entanto, o artigo que mais se diferenciou dos demais foi certamente o que trata da denúncia realizada por Maria Luiza Tucci Carneiro sobre o plágio que teria sofrido dos escritores que foram premiados com o primeiro lugar no concurso ao qual também concorreu. Segundo a alegação do advogado de defesa dos autores Fernando José Valiengo Furquim de Campos e Eder Olivato Ferreira, citado no artigo, os seus clientes “apenas utilizaram uma forma menos convencional de citar as fontes a que recorreram”.

80

A divulgação sobre o Concurso aparentemente sempre foi precária e escassa. Na mesma pasta encontramos cartazes de divulgação contendo informações básicas sobre a inscrição, acompanhados de imagens arquitetônicas simbólicas ou de impacto da cidade. Seguem as Ilustrações 6 a 10 dos cartazes que encontramos.⁸¹

Ilustração 6 - Reprodução do cartaz do XII Concurso de Monografias existente na pasta História dos Bairros, Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal

⁸⁰ A foto da reportagem foi anexada no item “Anexos”. A ilustração referente a foto do documento que está disponível na pasta História dos Bairros, já citada. Esses artigos se apresentam colados em folhas de sulfite com a descrição no alto da página realizada através de carimbo e marcação em caneta. Essas folhas são armazenadas em sacos plásticos e depois em pasta catálogo. Já percebemos a deterioração do documento apesar de ser recente.

⁸¹ Fotos A.P - V.P.D.C.: reprodução de cartazes existentes na pasta História dos Bairros, Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal.

Ilustração 7 - Reprodução do cartaz do XV Concurso de Monografias existente na pasta História dos Bairros, Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal

Ilustração 8 - Reprodução do cartaz do XVI Concurso de Monografias existente na pasta História dos Bairros, Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal

Ilustração 9 - Reprodução do cartaz do XIX Concurso de Monografias existente na pasta História dos Bairros, Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal

Acervo
pessoal
VPNC

23° CONCURSO DE MONOGRAFIAS

HISTÓRIA DOS BAIRROS DE SÃO PAULO

ENTREGA DOS ORIGINAIS:
ATÉ 11 DE NOVEMBRO DE 2003

INFORMAÇÕES:
DIVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL WASHINGTON LUÍS
PRAÇA CEL. FERNANDO PRESTES, 152 - LUZ
(ESTAÇÃO TIRADENTES DO METRÔ)
TEL.: 3326-1010, RAMAIS 2016/2021

DPH DEPARTAMENTO
DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO

Apelo Cultural
Tesouro Laser
Cópias e Comércio Ltda.

SECRETARIA MUNICIPAL DA
Cultura

PREFEITURA DA CIDADE DE
São Paulo
GOVERNO DA RECONSTRUÇÃO

Ilustração 10 - Reprodução do cartaz do XXIII Concurso de Monografias existente na pasta História dos Bairros, Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal

1.4 “HISTÓRIA DOS BAIRROS”: DAS MONOGRAFIAS AOS DOCUMENTÁRIOS

Não é suficiente constatar que o cinema fascina, que inquieta; eles se apercebem que, mesmo fiscalizado um filme testemunha. [...] A câmara revela o funcionamento real daquela, diz mais sobre cada um do que queria mostrar. Ela descobre o segredo, ela ilude os feiticeiros, tira máscaras, mostra o inverso de uma sociedade, seus lapsos. [...] A ideia de que o gesto poderia ser uma frase, esse olhar, um longo discurso, é totalmente insuportável: significaria que a imagem, as imagens, esse passantes, essa rua, esse soluço, esse juiz distraído, esse pardieiro em ruínas, essa jovem assustada, constituem a matéria de uma outra história que não a História, uma contra-análise da sociedade.

[...] Resta estudar o filme, associa-lo ao mundo que o produz. A hipótese? Que o filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou pura invenção, é História; o postulado? Que aquilo que não se realizou, as crenças, as intenções, o imaginário do homem, é tanto a História quanto a História.⁸²

O Concurso de Documentários “História dos Bairros de São Paulo”⁸³ surgiu em novembro de 2005 durante o primeiro ano da gestão de Carlos Augusto Machado Calil na Secretaria de Cultura do município de São Paulo e ficou a cargo do Escritório de Cinema – ECINE.

Foram premiados diversos projetos sobre os bairros paulistanos, através de editais lançados anualmente até 2012. Após aprovação, os produtores receberam patrocínio para a realização dos documentários, que possuem cerca de 26 minutos cada, e se comprometeram a desenvolver seus projetos em até oito meses.

Em 2012, último ano da gestão de Calil – que também é cineasta e professor de audiovisual da Escola de Comunicação e Artes/USP –, foi lançada na Cinemateca Brasileira a caixa com 60 dvds⁸⁴ dos documentários até então produzidos, sendo que além desses ainda há outros documentários com projetos premiados para serem filmados e editados.

Inicialmente a Secretaria da Educação coproduziu esses documentários com a finalidade de veicular os filmes para os estudantes do ensino básico da cidade, o que demonstra a proposta inicial do caráter pedagógico potencial dessas produções. Esses

⁸² FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade. In: NORA, Pierre (org.) **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

⁸³ As informações, listagem dos resultados e editais estão disponíveis no site do Escritório de Cinema – ECINE: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/ecine/>

⁸⁴ Idem.

documentários foram veiculados para o público mais amplo através dos canais televisivos Futura, Cultura, Bandeirantes e TV PUC-SP, bem como em amostras na Cinemateca Brasileira, no Cine Olido, no Centro Cultural São Paulo, no Cine da Laje (projeto da Cooperifa) e nos SESC's (Serviço Social do Comércio). Além dessas transmissões e amostras é possível assistir alguns desses documentários no site Youtube.com. , o que possibilita um grande acesso do público a essas produções.

Apesar da plataforma completamente diferente das monografias para os documentários, julgamos ser necessário tratar do concurso de audiovisual porque, nas próprias palavras do ex-secretário houve uma substituição:

É, a gente mudou, porque na verdade, quando eu estava trabalhando na Secretaria havia algumas monografias já escolhidas, já julgadas prontas para publicar e a alegação sempre da Secretaria é que não tinha dinheiro para publicar. Então juntamos o pessoal do Arquivo e achamos melhor publicar o que já estava esperando e fizemos a avaliação do nível das monografias e achamos que hoje em dia talvez não fosse mais adequado continuar com aquele tipo de concurso, porque ele não atraía grandes historiadores. Era gente simpática, porém amadorística, gente que tinha amor pelo seu bairro, alguma coisa mais sentimental, não tinha um caráter profissional.

E pensamos então qual seria o substitutivo natural desse, e alguém lembrou que, como muito dessas monografias eram baseadas em testemunhos orais e que o documento oral é o documento mais importante para o bairro... então mudamos a mídia. Continuou o programa dos Bairros, mas passou a ser feito em formato de cinema. [...]

A questão das monografias: se você comparar as monografias iniciais com as monografias finais, você vai ver que a diferença de qualidade de estilo de postura é enorme. As primeiras monografias eram feitas por gente de primeira qualidade e historiadores, com pesquisa científica, rigor, metodologia e etc. Os últimos eram quase memorialísticos. Menos parece hoje que haja público. Avaliamos em 2005, pegamos tudo que estava pronto, analisamos isso, lemos, distribuímos para as pessoas lerem, gente que não tinha feito parte da comissão julgadora. E, portanto, a gente achou que não era aquele o caminho.⁸⁵

Nessa declaração percebemos que a mudança significou a criação de um novo concurso, através da inclusão de uma ideia nova em uma prática já existente, que alterou o suporte e também os órgãos internos responsáveis, deixando o AHSP e passando para a ECINE. Ele justifica a mudança pelo fato que a seu ver e de algumas outras pessoas

⁸⁵ Entrevista com Carlos Augusto Machado Calil, realizada em maio de 2013, concedida na sala do professor no Departamento de Rádio e TV da ECA/USP.

que consultou, não identificadas, que as monografias mais recentes não possuíam tanta qualidade quanto as primeiras – o que em nossas análises não pode ser verificado, conforme consta nos capítulos adiante, visto que nunca houve uniformidade entre as produções escritas.

Outro aspecto levantado foi que as últimas monografias tinham perfil de trabalhos memorialísticos, de amadores, de amantes do bairro. Em nosso entender, tal tipo de afirmação não desqualifica o material produzido, pois o concurso de monografias nunca colocou entre as exigências a participação de profissionais, quer em termos de formação, quer em termos de exercício profissional, o que podemos comprovar através do supracitado prefácio de Arroyo. Não entendemos também como os documentários deveriam ser os substitutos naturais para alcançar as críticas apontadas por Calil em relação às monografias.

E foi apenas a partir do terceiro edital do concurso de documentários que passou a existir a exigência que um especialista assinasse o projeto que se propusesse a concorrer ao edital de documentários, mas, no entanto, não se exige a participação desse profissional na realização da obra. Aliás, profissional esse que poderia ser um historiador, mas também arquiteto, jornalista, ou de qualquer outra profissão desde que se apresentasse como especialista do bairro estudado, o que não difere muito da proposta das monografias.

Outro ponto que nos cabe explicar em relação a declaração do ex-Secretário, ao contrário do que Calil afirma, as últimas três monografias premiadas não foram impressas, existindo apenas em meio digital no site do Arquivo Histórico, no link Publicações História de Bairros, conforme referimos anteriormente.

Ana Maria Camargo, em sua opinião pessoal, quanto à substituição das plataformas e se a linguagem audiovisual deve substituir a escrita, declara que:

[...] Se fosse necessária essa substituição as nossas teses e dissertações poderiam ser vídeos de 25 minutos. Isso é interessante porque na ECA, quando não haviam antecedentes acadêmicos nessas áreas para servir de modelo, ao invés da análise do discurso sobre a arte, se produzia por exemplo uma peça do teatro, ou exposição de arte e etc. Para nós não pode ser apenas o vídeo, ele tem que estar acompanhado do discurso. Não são equivalentes, apesar de ser uma linguagem mais palatável para as pessoas...⁸⁶

⁸⁶ Entrevista com Ana Maria de Almeida Camargo, em março de 2014, na sede da Associação dos Arquivistas de São Paulo, na Universidade de São Paulo.

Se no concurso de monografias havia uma possibilidade de um historiador local concorrer e ganhar, projetando assim seu trabalho, com o concurso de documentários apenas produtoras estruturadas conseguem vencer os editais, que avaliam projetos e não materiais prontos. Isso fez com que apenas algumas produtoras fossem responsáveis pela realização dos 60 documentários já divulgados e gravados. Situação muito diferente de iniciativas como a intitulada “Meu bairro vale um filme”, no Rio de Janeiro⁸⁷. Sobre as exigências dos editais e da figura do especialista, Calil diz que:

Num primeiro momento pensávamos ainda em um cinema com alguma intenção educativa, num sentido explicativo, e depois isso foi evoluindo naturalmente para uma combinação entre um diretor e um pesquisador, a gente não pode acreditar que o diretor de cinema será necessariamente capaz de dar conta do universo da pesquisa, então ele é obrigado a apresentar na própria inscrição um colaborador dele que vai cuidar, vamos dizer, da parte científica.

O concurso de documentários constituiu-se como uma proposta altamente profissional, com exigências referentes a empresa de audiovisual concorrente, que necessariamente deveria ser associada a ANCINE. As outras mudanças no edital são: os concorrentes não são anônimos; se apresentam projetos e não trabalhos finalizados; a premiação é bem superior, realmente cobrindo os gastos com a produção (não é permitido que os gastos fossem superiores ao valor da premiação, então de 100 mil reais).⁸⁸

No caso das monografias os prêmios representavam uma gratificação tendo em vista que as monografias já estavam prontas. Diferente dos editais das monografias nos quais apenas se indicavam os bairros que não poderiam concorrer, os editais do concurso audiovisual apresentam às produtoras os bairros que deverão ser escolhidos, conferindo certa homogeneidade entre a escolha das regiões que serão abordadas.

⁸⁷ Concurso de documentários curtos que é realizado pela própria comunidade, divulgados e votados no site do projeto, através de uma realização e participação pública do processo de produção e de apropriação dos resultados finais. As oficinas ‘Meu Bairro Vale um Filme’ aconteceram em 2013, em Madureira e Irajá, nas quais os moradores tiveram a oportunidade de entender como produzir o próprio filme, que pode concorrer aos votos no ano de 2014 de 14 de novembro a 2 de dezembro. O projeto é uma realização da Associação Imaginário Digital e conta com a parceria da Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. A primeira edição do projeto aconteceu em 2012. No site do projeto encontramos a seguinte definição: “*Os filmes produzidos nas oficinas Meu Bairro Vale um Filme revelam um pouco da vida dos bairros do Rio de Janeiro através do olhar de quem melhor conhece suas histórias: seus moradores. [...] Os filmes concorrem a R\$6.000,00 em premiação e podem ser votados pelo internauta. Além de receberem o seu voto, os filmes são avaliados por um júri especializado.*” Ver site: www.meubairrovaleumfilme.org.br.

⁸⁸ Para maiores informações verificar o anexo H que apresenta o 3º edital completo do Concurso de Documentários de História de Bairros.

Se os objetivos elencados por Arroyo no prefácio do primeiro volume da Série de Monografias “História dos Bairros” era incentivar o uso dos documentos do próprio Arquivo, os formatos dos editais do concurso de documentários preconizam aspectos técnicos, de profissionalismo, e os documentos principais passaram para as narrativas orais, alguns valorizando a figura do cidadão mais antigo e em outros casos pessoas com importância reconhecida na comunidade, ou pela colaboração na construção de espaços coletivos ou por seu poder de construção do saber (historiadores do bairro), poder financeiro ou político.

Pelo exposto, entendemos que a produção audiovisual desse Concurso de “História dos Bairros” surgiu para atender uma demanda crescente do interesse sobre a história aliado a facilitação dos recursos visuais e de pesquisa, isso porque os documentários também estão sendo disponibilizados no site Youtube.com, mas com a mudança do quadro de pessoal da Secretaria de Cultura, mesmo permanecendo o mesmo diretor do Escritório de Cinema da época da secretaria de Calil, o Concurso ficou relegado ao segundo plano.

Com a saída de Calil em 2012 não houve novos editais. Não é possível saber se o projeto deixará de existir ou se em novas gestões será recuperado, como aconteceu com o concurso de monografias. O que podemos afirmar é que, assim como no site do Arquivo Histórico, no setor de Publicações, o Concurso de Monografias aparece como uma atividade não finalizada, no site do Escritório de Cinema, no qual também podemos ter acesso aos editais do Concurso de Documentários e as relações de ganhadores, não há nenhuma menção se esse projeto foi finalizado.

Como em outras áreas administrativas da cidade, o setor de Cultura também sofre com a alternância de governos e a mudança interna de cargos, organogramas e plataformas de prioridades. Acreditamos que para além das disputas de poder há espaço para as duas linguagens, escrita e audiovisual, e que não faz sentido a sobreposição de um Concurso sobre o outro, ou do esquecimento de quaisquer iniciativas realizadas em gestões de partidos adversários. Permanecem as iniciativas das quais a população se apropria e que se transformaram em atividade comunitária, quase uma tradição da própria cidade. A “Virada Cultural”, criada também na gestão de Calil, parece ter sido uma dessas iniciativas que se incorporaram à própria história da Secretaria Municipal de Cultura e a tradição paulistana.

Ilustração 11 - Primeira caixa com a coleção de DVDs História dos Bairros de São Paulo⁸⁹

⁸⁹Foto A.P - V.P.D.C.

1ª MOSTRA CINEMA NA LAJE

DE 08 DE AGOSTO A 05 DE SETEMBRO

Cinema na Laje é um espaço criado pela COOPERIFA e que acontece quinzenalmente às segundas-feiras para exibições de documentários e filmes alternativos de todas as partes do Brasil e do mundo, exibidos gratuitamente para a comunidade. As exibições ficam por conta da Paco's Vídeo. O cinema Paradiso da periferia também conta com um lanterinha vestido a caráter para dar um charme especial para o projeto. Nesse ano em que o Sarau da Cooperifa completa 10 anos de atividades culturais na periferia de São Paulo, o cinema é convocado às comemorações e celebra com a comunidade em uma mostra especial. Nos últimos 15 anos uma enorme produção de audiovisual popular tem sido realizada nas cidades do Brasil, fruto de um processo que as tecnologias digitais vem possibilitando desde a década de 80. Nas imagens retratos de um país que a história por muito tempo teimou em esconder. História essa que há séculos a mídia deturpa, com sua retórica engendrada para efetivar a eterna domesticação do povo. Desde as cartas de Vaz Caminha até as manchetes do jornalismo global a mesma perspectiva tem se estabelecido como verdade padrão. E na contramão desde então os populares, os periféricos à margem de uma sociedade que desconhece sua cultura e seus valores, recriam a história e a retransmitem aos seus filhos e netos. Ontem a história oral, hoje o audiovisual e a persistência da memória. Essa Mostra em comemoração aos 10 anos de existência do Sarau da Cooperifa no projeto Cinema na Laje traz um pequeno panorama do que nesse período tem se construído como texto audiovisual, como discurso pelas camadas populares através do audiovisual, dentre os coletivos e diretores dedicados a pensar as questões da desigualdade social, da identidade cultural e da produção artística. Trabalhos que vão além da eficiência técnica e reinventam a linguagem e o direcionamento da narrativa. São 8 documentários e 4 ficções muito bem produzidas e com temáticas e abordagens que vão te fazer reavaliar seus conceitos.

Sejam bem vindos à Primeira Mostra Cinema na Laje
o curador

DANIEL FAGUNDES.
Videasta e Arte-Educador
integrante do NCA (Núcleo de Comunicação Alternativa)

REALIZAÇÃO:

COOPERIFA

APOIO:

LEI DE INCENTIVO À CULTURA

MINISTÉRIO DA CULTURA

Itaú cultural

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Ministério da Cultura

Acervo pessoal VPDC

RUA BARTOLOMEU DOS SANTOS, 797
PEREIRA - SP - FONES (11) 5891.7403-7207/4798
DEPEDRASIL.BLOGSPOT.COM/

08/08 VÍDEO E LUTA POPULAR

QUAL CENTRO?
Sinopse: O filme debate o projeto de revitalização da região central de São Paulo, mostrando o cotidiano de uma ocupação em um posto de gasolina e sua luta por moradia digna.
Produção: Coletivo Nossa Têla.
Direção: Evandro César dos Santos.
Tipo: Doc
Formato: Mini DV
Ano: 2010 Origem: Brasil (SP)
Fotografia: Wilq Vicente, Beatriz Natalia e Tiago Costa
Duração: 15 min.

PERIFERIA LUTA
Sinopse: Morte social como solução dos problemas da população carente? Esse é o programa habitacional da cidade de São Paulo? Enquanto isso numa mesa de bar: "A igualdade não virá de cima pra baixo, mas de baixo pra cima."
Produção: Rede de Comunidades do Extremo Sul, Passa Palavra e CML.
Tipo: Doc
Formato: Mini DV
Ano: 2010 Origem: Brasil (SP)
Fotografia: Rede de Comunidades do Extremo Sul
Duração: 15 min.

FELISBURGO
Sinopse: Em 20 de novembro de 2004, o fazendeiro Adriano Chafk Luedy e seus jagunços invadiram o acampamento Terra Prometida, no município mineiro de Felisburgo, assassinaram 5 trabalhadores rurais Sem Terra e deixaram mais 20 gravemente feridos. O massacre de Felisburgo, que completa cinco anos, é considerado um retrato da atualidade da violência no campo, da impunidade da justiça e da paralisação da reforma agrária.
Produção: Brigada de Audiovisual da Via Campesina e MST - MG.
Tipo: Doc
Formato: Mini DV
Ano: 2009 Origem: Brasil (SP)
Fotografia: Brigada de Audiovisual da Via Campesina.
Duração: 11 min.

15/08 FIÇÃO CONTRA A REALIDADE

FULERO CIRCO
Sinopse: Depois de tantos maus tratos, de viver entre os ratos, de ter que achar o absurdo legal, a trupe autodenominada FULERO CIRCO, formada por desempregados e trabalhadores ocasionais, viaja pelo Brasil para apresentar sua peça "O mistério do novo", uma investigação sobre os dias de hoje.
Produção: Cia Estudo de Cena.
Direção: Diogo Noventa
Tipo: Ficção
Formato: Vídeo DV
Ano: 2011 Origem: Brasil (SP)
Fotografia: Patrícia Alegre
Duração: 50 min.

AMANHÃ TALVEZ
Sinopse: Manoel e sua vida, cotidiano. Bebida, controle remoto, controle remoto, bebida, boteco. As vezes a mulher, as vezes os filhos, as vezes. Controle remoto, bebida, TV, um anjo. Um anjo e a vida de Manoel. Baseado no conto "Amanhã Talvez" de Sergio Vaz.
Direção: Rogério Fixote
Tipo: Ficção
Formato: Vídeo DV
Ano: 2010 Origem: Brasil (SP)
Fotografia: Renato Cândido
Duração: 9 min.

22/08 OLHARES EXTREMOS IGRAJÁ EM GENAI

IGRAJÁ, UM DESENHO DE CULTURA
Sinopse: Por que fazer um mapeamento dos ativistas culturais do Grajaú? Qual o intuito? Por que fazer um documentário sobre esse mapeamento? Como seria isso? Ninguém melhor que os próprios movimentos de cultura em questão pra responder essas perguntas, não? Artistas do distrito do Grajaú discutem como fazer um documentário e qual o potencial de sua arte no contexto em que vivem e trabalham.
Produção: NCA, Humalada, Imagem, Morro da Macumba, Balão Cultural e Instituto Pólis.
Direção: Fernando Solidade, Daniel Fagundes, Diogo FF. Soares e André Luiz Pereira.
Tipo: Doc
Formato: Mini DV
Ano: 2010 Origem: Brasil (SP)
Fotografia: NCA
Duração: 39 min.

ONDE SÃO PAULO ACABA
Sinopse: Futebol, rap, violência e drogas. Um dia na periferia sul de São Paulo.
Direção: André Seligmann
Tipo: Ficção
Formato: 35mm
Ano: 1995 Origem: Brasil (SP)
Duração: 12 min.

GRAJAU, ONDE SÃO PAULO COMEÇA
Sinopse: Articulado a partir da ideia de um "street movie", "Grajaú, onde São Paulo começa", conduz sua narrativa a partir dos percursos e inquietações de vários artistas que vivem neste carente e populoso bairro no extremo sul da cidade de São Paulo às margens do maior reservatório hídrico da cidade. Fugindo dos estereótipos de violência e pobreza, o documentário busca construir a imagem deste imenso bairro paulistano através da arte e da geografia fugindo aos clichês convencionais associados à cidade.
Direção: João Claudio de Sena
Tipo: Doc
Formato: HD
Ano: 2011 Origem: Brasil (SP)
Fotografia: João Claudio de Sena
Duração: 25 min.

29/08 TRAGICOMÉDIA BRASILEIRA

O INCRÍVEL ENCONTRO
Sinopse: No aniversário de 500 anos do Brasil o CETE (Centro Experimental Teatro Escola) coordenado pelo ator e diretor Antônio Pedro, convoca diversas pessoas para uma experimentação teatral coletiva. Atores e não atores, de diversas formações e classes sociais promovem o grande encontro de suas vidas com a história do Brasil.
Produção: CETE e Propicia produções.
Direção: Júlio Calasso
Tipo: Doc
Formato: Vídeo DV
Ano: 2011 Origem: Brasil (RJ)
Fotografia: Júlio Calasso
Duração: 60 min.

O SEQUESTRO DA CULTURA BRASILEIRA
Sinopse: Filme de ficção sobre a "alta cultura" versus a cultura das ruas. Trata-se de um assalto a um museu motivado, a princípio, pelo exclusivo interesse em lucrar com o sequestro de um quadro bem avaliado no mercado. As contradições da vida e da cultura.
Produção: Bruno Rico, Bruna Callegari, Vitor Serra
Direção: Bruno Rico
Tipo: Ficção
Formato: Mini DV
Ano: 2005 Origem: Brasil (SP)
Fotografia: Bruna Callegari
Duração: 35 min.

05/09 CULTURA DE RUA

NOS TEMPOS DA SÓBRIEDADE
Sinopse: Rodado entre os anos de 2007 a 2010, Nos Tempos da São Bento é um documentário que busca a memória coletiva do hip-hop. O documentário busca resgatar a memória daqueles que fizeram a História do Hip-Hop, ocupando por vários anos o espaço do Metrô São Bento, no centro da cidade de São Paulo. Minuciosa, a estrutura discursiva nos leva ao conflito com o esquecimento; o ato social de se apagar fatos, pessoas e grupos da história. É justamente este conflito, apresentado através do exercício da narrativa, que se transforma em ação dramática, onde a personagem principal é a memória coletiva.
Produção: SUATITUDE.
Direção: Guilherme Botelho.
Tipo: Doc
Formato: Mini DV
Ano: 2010 Origem: Brasil (SP)
Fotografia: Cassimano
Duração: 90 min.

LINHA DE AÇÃO
Sinopse: Primeiro episódio de uma série de crônicas sobre culturas urbanas e arte coletiva de resistência nas periferias do mundo. Uma ponte entre dois pontos de vista de artistas-cidadãos que criam em extremos opostos da cidade de São Paulo: Shirley Casa Verde, da Zona Norte (Fábrica de Gênios/Cinescado) e Sérgio Vaz, da Zona Sul (Cooperifa).
Produção: Cinescado e Temporal Filmes.
Direção: Rávio Galvão e Rica Saito.
Tipo: Doc
Formato: Mini DV
Ano: 2010 Origem: Brasil (SP)
Fotografia: Flávio Galvão, Rica Saito, Fernando Solidade e Negro JC
Duração: 6 min.

Ilustração 13 – Programação da I. Mostra de Cinema na Laje no bairro paulistano do Jardim Guarujá⁹¹

⁹¹ <http://ncanarede.blogspot.com.br/2011/08/grajau-um-desenho-de-cultura-na-mostra.html>

Ilustração 14 – Sessão da I. Mostra de Cinema na Laje no bairro paulistano Jardim Guarujá⁹²

⁹² Reprodução da ilustração disponibilizada no site: coleccionadordepedras1.blogspot.com

2 OS ASPECTOS FRONTEIRIÇOS NAS MONOGRAFIAS DO CONCURSO HISTÓRIA DE BAIRROS DE SÃO PAULO

Neste capítulo tratamos dos aspectos fronteiriços⁹³ encontrados nas monografias premiadas do Concurso História de Bairros de São Paulo. Pretendemos demonstrar que as monografias apresentam aspectos múltiplos que as impossibilitam de serem classificadas como acadêmicas ou como fronteiriças. Nossa hipótese é a de que os candidatos formaram pesquisas onde não foram as fontes e as respectivas indagações sobre essas fontes que apontaram as diretrizes da construção narrativa, mas que as exigências dos editais e a carência de trabalhos sobre metodologia da história do tempo presente e local contribuíram para que componentes híbridos se apresentassem no resultado final da construção de grande parte das monografias premiadas, mesmo nas escritas por historiadores de formação.⁹⁴

Para tanto, iniciamos esse capítulo tratando do que entendemos por obras fronteiriças, suas possíveis razões e disputas da história, para em seguida apresentar como essas características apareceram nas monografias premiadas, particularmente das edições I, II, XXII e XXIII.⁹⁵

Como o tema das fronteiras da história é bastante controverso dividimos a primeira parte em três outras: “Consciência histórica, memória individual e memória coletiva”; “A produção crítica sobre as obras fronteiriças de história” e “Obras fronteiriças e as visões sobre a história paulista”. Na segunda parte desse capítulo apresentamos os elementos fronteiriços que identificamos nas monografias selecionadas. No terceiro capítulo vamos abordar como as concepções acadêmicas da

⁹³ Termo apresentado no artigo:

ALBIERI, Sara; GLEZER, Raquel. “O campo da história e as “obras fronteiriças”: algumas observações sobre a produção historiográfica brasileira e uma proposta de conciliação.” In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)**, nº48, março de 2009. pp.13- 30.

⁹⁴ Tanto são híbridas que a variação entre as monografias chamou a atenção dos entrevistados Carlos A. M. Calil e Ana Maria A. Camargo. Para além das diferenças que podemos apontar entre as monografias, temos as diferenças presentes dentro de um mesmo texto, elemento esse que pode ter levado Calil entender que as primeiras monografias eram as mais profissionais e as últimas mais amadorísticas, e Camargo apontar o inverso.

⁹⁵ As monografias premiadas que foram trabalhadas são as seguintes: I edição/ 1968: “Brás”; “Pinheiros”; “Penha” e “Santo Amaro”; II edição/ 1969: “São Miguel Paulista”; “Santana” e “Jardim Saúde”; XXII edição/ 2000: “Vila Nova Savóia”; “Barra Funda” e “Santa Cecília”; XXIII edição/ 2003: “Penha”; “Moema” e “Itaim Paulista”.

História⁹⁶ aparecem nas mesmas monografias que possuem aspectos fronteiriços, complementando assim a hipótese que levantamos nesse capítulo.

2.1 OBRAS FRONTEIRIÇAS DE HISTÓRIA

Chamamos por obras fronteiriças da história as produções que tratam de temas históricos sem, no entanto, se valerem dos preceitos teórico-metodológicos utilizados pelos historiadores nos seus trabalhos acadêmicos. O termo “obras fronteiriças da história” é utilizado no artigo das professoras Raquel Glezer e Sara Albieri intitulado “O campo da história e as “obras fronteiriças”: algumas observações sobre a produção historiográfica brasileira e uma proposta de conciliação”,⁹⁷ de 2009, e é nesse artigo que nos baseamos.

As obras fronteiriças de história não seguem as regras dos historiadores e se caracterizam por combinarem a memória aos saberes populares e científicos, o que as impossibilita de serem classificadas de uma única forma ou sob um único conceito. De qualquer forma, existem certas características que podem aparecer nessas produções como: uso indiscriminado da memória pessoal e local para compor a narrativa; utilização de figuras de linguagem; uso do narrador em primeira pessoa; uso de rimas, adjetivos e interjeições; ausência total ou parcial de referências; os documentos podem ser apresentados de modo mesclado ao texto do autor e concepções que remetem a metodologias da história em desuso na acadêmica – como a concepção de história verdade, de que o documento é apenas o oficial e escrito, bem como que o documento fala por si só – são valorizadas como elos da cientificidade na obra.

Essas produções também podem apresentar um estilo narrativo agradável e de fácil compreensão, mesmo para os leitores ocasionais. Muitas vezes a própria construção dos capítulos dos livros favorece o público leigo, e as divisões da obra podem se basear a partir de uma narrativa linear, em que os temas são elencados de forma independente, com capítulos e subcapítulos curtos e autônomos que não exigem a leitura integral do texto, constituindo-se quase que em verbetes enciclopédicos. Os

⁹⁶ Nos referimos aos métodos, usos e procedimentos realizados por historiadores de formação em seus textos técnicos, geralmente distribuído em veículos restritos, voltados, principalmente, para o público especializado.

⁹⁷ Op. cit. ALBIERI e GLEZER, 2009.

títulos, também, podem remeter a histórias e locais conhecidos pelos moradores, que através dessas produções revivem suas memórias e/ou as utilizam como legitimadoras da veracidade dos relatos contados aos mais jovens. Torna-se um elo daqueles que estão no presente com os seus antepassados, de um período que na memória coletiva se apresenta como melhor que o atual.

As críticas negativas que se fazem sobre essas produções se referem, principalmente, ao fato delas não explicitarem as suas escolhas, os seus caminhos, o que pode induzir o leitor convencional a não saber diferenciar essas produções das pesquisas realizadas na academia. É justamente por esse motivo que se faz tão importante sabermos identificar essas obras, as analisar e refletir sobre elas também nos espaços universitários.

Partimos então para a razão que leva esses escritores buscarem na história o campo em que devem se debruçar – mesmo não sendo, na maioria das vezes, historiadores de formação –, e encontramos na teoria da consciência histórica elementos elucidativos dessa indagação. Sabemos que temas históricos chamam a atenção do público, seja nas novelas de época, nos filmes e nas bancas de jornal, cujos temas são sempre polêmicos, mas o interesse pela história vai além, se reproduz no âmbito mais íntimo: as trajetórias de vida se misturam a eventos históricos de maiores proporções e assim muitos interessados vão surgindo e sobre a história um sentimento de domínio público, proporcionando a sensação de que sobre certos temas todos podem comentar e até mesmo escrever. Isso porque para muitas pessoas o resgate sobre o passado de determinados lugares e eventos são importantes, inclusive, para a própria constituição identitária do indivíduo, que, em alguns casos, acaba se tornando personagem principal, escritor e pesquisador, ao mesmo tempo.

Para entender melhor esse fenômeno das obras fronteiriças da história, nos valendo da teoria da consciência histórica, trazemos no próximo subitem a reflexão sobre esse conceito a partir de Jörn Rüsen e da relação entre a história e a memória.

2.1.1 Consciência histórica, memória individual e memória coletiva

O pesquisador alemão Jörn Rüsen define a consciência histórica⁹⁸ como um componente de sobrevivência que surge em todos os indivíduos:

[...] A consciência histórica é, pois, guiada pela intenção de dominar o tempo que é experimentado pelo homem como ameaça de perder-se na transformação do mundo e dele mesmo. O pensamento histórico é, por conseguinte, ganho de tempo, e o conhecimento histórico é tempo ganho.⁹⁹

Assim a consciência histórica não se trata apenas da rememoração do passado, mas do próprio ato de pensar o passado ligando-o às questões de um presente e de uma interpretação desse presente que podem organizar as ações futuras.

É na organização dessas operações mentais em que surge a narrativa histórica, enquanto resultado intelectual do desenvolvimento da consciência histórica. A narrativa se apresenta como a forma pela qual essa consciência histórica é dimensionada, ligando as temporalidades e fornecendo a elas um sentido de continuidade que conforta o homem que se sente orientado. Por essa razão, Rüsen entende que a narrativa histórica é também um meio de constituição da identidade humana.

Relembrar o passado é crucial para o nosso senso de identidade. Modos diferentes de fazê-lo – maneiras distintas de acessar a memória coletiva – tendem a resultar na fragmentação das identidades, cuja relação com as experiências vividas é igualmente racionada entre diferentes grupos. Com isso modifica-se a topografia do passado, antes quase uno, agora dividido entre as constelações de interesses existentes no presente.¹⁰⁰

⁹⁸ No Brasil o conceito de consciência histórica é bastante utilizado no campo da educação. Como exemplo podemos citar os trabalhos de: ABUD, Kátia. “Registro e representação do cotidiano: a música popular na aula de história”. In: **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 25, nº67, p. 309-317; ALVES, Ronaldo Cardoso. **Representações sociais e a construção da consciência histórica**. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2006; _____. **Aprender história com sentido para a vida: consciência histórica em estudantes brasileiros e portugueses**. Tese de Doutorado apresentada na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2011; BONETE, William Júnior. **Ensino de história, consciência histórica e a educação de jovens e adultos**. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de Londrina, 2013.

CARDOSO, Oldimar. **A Didática da História e o slogan da formação de cidadão**. Tese de Doutorado apresentada na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2007; CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e Consciência Histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2011; FONSECA, Selma Guimarães e GATTI, Décio (org). **Perspectivas no Ensino de História: ensino, cidadania e consciência histórica**. Uberlândia: EDUFU, 2011; GONTIJO, Rebeca (org.). **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009; PACIEVITCH, Caroline. **Consciência Histórica e Identidade de Professores de História**. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2007; RESENDE, Murilo José. **A aula narrada: a manifestação da consciência histórica nos licenciandos da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008.

⁹⁹ RUSEN, Jörn. **Razão histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 60.

¹⁰⁰ BONALDO, R. **Presentismo e presentificação do passado: a narrativa jornalística da história na Coleção Terra Brasilis de Eduardo Bueno**. Dissertação de mestrado – UFRGS, 2010. p. 20.

Esse processo de indução da memória, para fins de entendimento sobre a história, seria então a mais elementar ao ser humano presente em qualquer um de nós, historiadores ou não.

Para Rüsen muitas obras sobre os fundamentos da ciência buscam elementos mais complexos que acabam colocando a ciência histórica como elementar ao ser humano e deixam de investigar as razões de fato elementares que trazem a necessidade e existência da ciência histórica, e, porque ela se constituiu e se desenvolveu de determinadas formas.

A História enquanto disciplina acadêmica, com regras e técnicas próprias, seria um desdobramento possível da consciência histórica, mas não o único. Escrever sobre a história e principalmente se referenciar em elementos históricos para narrar sua própria história – comum em diários ou entrevistas de história oral, onde os acontecimentos históricos se misturam às lembranças mais íntimas – é apontado como um processo natural.

Para se constituir, a consciência histórica depende das memórias individuais e coletivas. São esses acúmulos de memórias que induzem a consciência histórica que por sua vez é o elemento primordial da necessidade em se pensar, pesquisar e escrever sobre a história.

Os tipos existentes de memória, a relação hierárquica e de causalidade entre elas é tema dos mais variados trabalhos que tratam da memória. Basicamente se define dois tipos de memória: a individual e a coletiva, sendo a memória histórica um componente do segundo tipo.

A primazia do individual sobre o coletivo vem da tradição filosófica de Platão e de Aristóteles, momento em que o exercício da racionalização era mais setorizado e o ato de pensar era concebido como uma atividade individual. Por outro lado com a dupla Revolução Burguesa e a secularização do pensamento pensar sobre o coletivo em diferentes esferas do saber se tornou mais do que possível, mas necessário. As pequenas comunidades deram lugar a uma ampliação em escala sem igual do convívio social. Os estudos sobre as cidades tanto de forma logística quanto sobre a psicologia de seus indivíduos apareceram – como com a Escola de Chicago.¹⁰¹ Nesse contexto surgem as

¹⁰¹ A Escola de Chicago foi fundada em 1890, por John D. Rockefeller, na cidade norte-americana de maior índice de crescimento populacional da época. Essa instituição foi responsável pela primeira grande tentativa de estudo sobre o espaço urbano contemporâneo, combinando-o a análises etnográficas, desenvolvendo linhas de pesquisa sobre a sociologia urbana ou antropologia urbana e da ecologia humana, onde buscava-se refletir sobre o indivíduo a partir do espaço urbano. Dentre os principais

correntes que buscaram o entendimento da sociedade no âmbito coletivo, mas também a psicanálise que mesmo tratando das patologias da individualidade humana, a concebia a partir da perspectiva de que a esfera privada era sufocada pela coletiva, onde para o bem da civilização o indivíduo é sacrificado.¹⁰²

Mesmo na individualidade presente nos estudos de Freud, o fator coletivo é agente e assim permanecerá no advento da história oral, e principalmente nas memórias do Shoá¹⁰³. Na história oral enquanto campo de estudo, a memória social também passou a ser entendida em uma relação dialética com a memória individual e com a dimensão histórica, de modo que trabalhos apenas com testemunhos orais de indivíduos, as chamadas histórias de vida,¹⁰⁴ passaram a ser factíveis dentro da história acadêmica. Esses testemunhos são entendidos como elementos que fazem parte de um contexto mais amplo, social, e, portanto são passíveis de representarem situações que podem fazer com que outras pessoas se sintam identificadas.

Já na Tradição Oral, apesar da memória que é emanada partir do indivíduo então entrevistado, o que importa é o aspecto coletivo que na união de outros testemunhos pode-se resgatar uma memória que se entende quase que puramente coletiva. A tradição oral se assemelha a memória histórica na medida em que os eventos não são

estudiosos temas: Robert Park, Louis Wirth, Robert Mckenzie, William Thomas. Mais informações sobre a Escola de Chicago em: www.uchicago.edu. Sobre esta questão, ver: BULMER, Martin. *The Chicago School of Sociology. Institutionalization, Diversity, and the Rise of Sociological Research*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

¹⁰² A Escola de Chicago foi influenciada pelo pensamento de Freud.

¹⁰³ Sobre essa questão, ver: BIGSBY, Christopher. *Remembering and Imagining the Holocaust: the chain of memory*. New York: Cambridge University Press, 2006.

¹⁰⁴ As histórias de vida são trabalhos nos quais o objeto do pesquisador são as próprias entrevistas que realiza, onde os entrevistados relatam a sua história pessoal durante várias sessões. A história de vida também vem como desenvolvimento da história das minorias e da história do cotidiano, já que o que é mais valorizado nesses estudos são as questões rotineiras, que, sob essa perspectiva, podem revelar sobre as questões mais profundas da sociedade em que vive o entrevistado. No Brasil, esses trabalhos estão veiculados principalmente a orientação do Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy e ao NEHO (Núcleo de Estudos de História Oral, sediado na Universidade de São Paulo), e como trabalhos realizados essencialmente por entrevistas podemos citar: BARROS, Fabíola Holanda. **Experiências e Memória**. A palavra contada e a palavra cantada de um nordestino na Amazônia. Tese apresentada no Departamento de História Social da USP, 2006.; BRITO, Fabio Bezerra. **Ecos da FEBEM**. História oral de vida de funcionários da Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor de São Paulo. Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de História Social da USP, 2002.; CORREA, Ricardo Santhiago. **Entre a harmonia e a dissonância**: História oral de vida de cantoras negras brasileiras. Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de História Social da USP, 2009.; NEVES, Eloíza Maria. **História de Vida de Mulheres Negras no Carnaval Paulistano**. Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de História Social da USP, 1998.; MOREIRA NETO, Pedro Ribeiro. **Fotografia e Histórias de Vida**. Famílias caipiras do Alto do Vale do Paraíba. Tese apresentada no Departamento de História Social da USP, 2002.; OSMAN, Samira Adel. **Caminhos da imigração Árabe em São Paulo**: história oral de vida familiar. Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de História Social da USP, 1988.; PELLEGRINO, Cristina de Lourdes. **Famílias Imigrantes em São Caetano do Sul**: História Oral de Vida. Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de História Social da USP, 1996.

necessariamente experimentados e vividos pelos indivíduos que as reconhecem e as transmitem de gerações em gerações, que por sua vez naturalmente vão se modificando ininterruptamente.

Sendo assim, a memória individual por um lado nos parece genuinamente primordial e absolutamente particular, mas por outras perspectivas pode ser entendida como parte de uma construção social ou mesmo como uma memória compartilhada. Para o contemporâneo Ricoeur a memória é individual, mas tem sua dimensão social, já para Halbwachs, autor que produziu na primeira metade no século XX, a memória só pode ser coletiva, porque todo indivíduo mesmo quando está sozinho fisicamente está acompanhado por uma vasta carga de valores, de concepções, de vivências anteriores, de modo que sempre a relação com essas outras experiências e conhecimentos faz da memória mais individual coletiva. Para Halbwachs vivemos em sociedade porque: “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos (...)”.¹⁰⁵

Como podemos perceber, as relações entre memória individual e memória coletiva são bastante intrínsecas e as formas de compreender a primazia de uma sobre a outra muitas vezes acabam enveredando para o entendimento mais imbricado das duas esferas. Agora, para além da sua tipologia temos as próprias características específicas da memória que levam a novos debates. Uma dessas características é a descontinuidade, onde as lembranças podem, por exemplo, deixar de emergir em decorrência de um evento traumático ou podem ser reinterpretadas também por causa de um trauma.

A memória muitas vezes é entendida como um movimento absolutamente natural, e, portanto, pensar nela enquanto construção e reelaboração sobre eventos passados acabam não sendo uma prática. É preciso entender que para cada lembrança há um esquecimento e que o passado não pode ser revivido tal como aconteceu, mas sempre reinterpretado. A memória sobre determinado evento pode aparecer através de lembranças deslocadas no tempo e fornecer dados conflitantes. A desconexão sobre as informações se agrava quando a memória de um determinado acontecimento é evocada várias vezes durante certo período, em que o ato de narrar e rememorar possa possibilitar reinterpretações por parte do próprio narrador, de modo que as possibilidades de reconstruções narrativas sejam infinitas. As lembranças iniciais

¹⁰⁵ HALBWACHS, Maurice. “*Memória individual e memória coletiva*” e “*Memória coletiva e memória histórica*”. In: HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006. pp.30.

tornam-se uma nova memória: temos depois da primeira, a lembrança da lembrança, a lembrança da experiência de narrar à lembrança e quando tudo isso ainda é passado para o papel a interferência de todo o percurso que vai desde o acontecido até toda a gama de experiências pelas quais o indivíduo passou, ao reinterpretar esse acontecimento, são transplantadas para essa nova recordação, que supostamente seria a representação do passado.

Se por um lado a memória é entendida como imaginação e como passível de enganos, principalmente quando se pensa nos aspectos físicos e biológicos, por outro a narrativa das memórias ganhou no desenvolvimento da história ares de credibilidade. A testemunha, e seu testemunho sobre os eventos que participou são a prova do acontecimento, tornam-se legitimadores de determinadas visões da história e referências da busca da verdade, conceito de conflito nos estudos históricos. Encontrar uma testemunha é como se encontrar com o passado. Cytrynowicz diz:

O testemunho tem seu valor imprescindível, moral, político, mas é preciso jamais perder a perspectiva de que, para termos um quadro coerente e consistente do que foi o Holocausto foi e para adquirir ferramentas intelectuais e políticas para pensar políticas de tolerância e de democracia, o registro de memória é insuficiente, mesmo resguardado incondicionalmente seu valor ético como narrativa testemunhal da destruição.¹⁰⁶

Mesmo com tantas ressalvas e possibilidades de transformação, as memórias fazem parte dos indivíduos, da constituição da consciência histórica e estão presentes quando os historiadores fazem suas pesquisas e escrevem sobre elas. É de fato um desafio para o historiador entender e evitar essa influência.

Assim a memória tem sido tema frequente em diferentes produções historiográficas, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, mas a sua relação com a história passa por todo o tipo de questionamento. Para alguns historiadores história e memória não se misturam, para outros são complementares, e há ainda aqueles que as entende como esferas do mesmo campo.

Seligmann-Silva critica a dicotomia sobre história e memória entendendo que ambas são relevantes e que não há hierarquia entre elas. O autor aponta que “[...] A tarefa da memória deve ser compartilhada tanto em termos da memória individual e

¹⁰⁶ CYTRYNOWICZ, Roney. “*O silêncio do sobrevivente: diálogo e rupturas entre memória e história do Holocausto*”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Editora Unicamp, 2003. pp. p. 135.

coletiva como também pelo registro (acadêmico) da historiografia”.¹⁰⁷ Em outra passagem o autor deixa mais clara a sua posição:

[...] Portanto, a visão conservadora que defende a separação estanque entre o trabalho da história e da memória – divisão essa que nunca pode se dar de modo total – não apenas procura eliminar do campo dos sujeitos da pesquisa os descendentes das vítimas – e porque não eliminar deste campo, Goldhagen se pergunta, os descendentes dos executores? –, mas também procura limitar as fontes aos documentos tradicionais (sobretudo escritos) que abriram de modo “objetivo” as portas para a “verdade”.¹⁰⁸

Para Halbwachs (1877 -1945)¹⁰⁹ surge a necessidade da história quando se apaga a memória social e a tradição. Essa percepção, no entanto, não poderia ser pensada com a forma da escrita da história mais contemporânea, que inclusive engloba a história do tempo presente. Já Paul Ricoeur acredita que a memória é o que nos convence de que os eventos do passado de fato aconteceram:

E, no entanto, nada temos de melhor que a memória para garantir que algo ocorreu antes de formarmos uma lembrança. A própria historiografia, digamo-lo desde já, não conseguirá remover a convicção, sempre criticada e sempre reafirmada, de que o referente último da memória continua sendo o passado, independente do que possa significar a preteridade do passado.¹¹⁰

Para Jacy Alves Seixas¹¹¹ tratar da memória pressupõe pensar na transdisciplinariedade e ainda nos levanta a hipótese de que talvez se devesse pensar em um estatuto próprio sobre a memória, já que no âmbito historiográfico a memória acaba deixando o seu status para ser enquadrada nos preceitos teórico e metodológicos específicos da História.

Beatriz Sarlo tem ressalvas quanto à ampliação do uso da memória na historiografia e às vezes do seu uso em detrimento ao próprio trabalho historiográfico:

[...] Os discursos da memória, tão impregnados de ideologias como os da história, não se submetem, como os da disciplina histórica, a um controle que ocorra numa esfera pública separada da subjetividade.

¹⁰⁷ SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Editora Unicamp, 2003. pp. 63.

¹⁰⁸ Op. cit. p. 67/68.

¹⁰⁹ HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

¹¹⁰ RICOEUR, Paul. “Memória e Imaginação”. In: **Memória, História e Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

¹¹¹ SEIXAS, Jacy Alves de. “Percursos de memórias em terras de história: Problemas atuais”. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Unicamp, 2004.

A memória tem tanto interesse no presente quanto a história ou a arte, mas de modo distinto. Mesmo nesses anos, quanto já se exerceu até as últimas consequências a crítica da ideia de verdade, as narrações de memória parecem oferecer uma autenticidade da qual estamos acostumados a desconfiar radicalmente.¹¹²

As opiniões sobre a pertinência ou não da relação entre a história e a memória são infinitas, mas raras vezes se aponta que a história também pode ter em si diferentes planos, como vimos em Rüsen. Da mesma forma que não se entende mais a narrativa linear como a mais possível de compreender o objeto pesquisado, característica comum nos historiadores do cientificismo, precisamos entender que também a própria constituição da construção teórica do fazer história, da ciência história e da tomada da consciência do indivíduo enquanto ser histórico e com necessidades históricas, não obedece a uma relação única e progressiva, onde o elemento científico se encontraria no topo evolutivo.

O fato é que independente dos questionamentos sobre o trato do uso da memória ou da memória com a história dentro do trabalho do historiador, essa relação já existe na prática na constituição da consciência histórica de qualquer indivíduo, inclusive do historiador. Vimos que temos dois usos da memória na história: a primeira como componente da consciência histórica e a segunda como fonte e testemunho dos acontecimentos históricos.

No texto escrito pelos historiadores raras vezes podemos perceber a presença da consciência histórica e das memórias do próprio autor em seu texto, mas elas estão lá. Já nos textos de escritores fronteiriços, as memórias individuais e coletivas se mesclam aos fatos históricos e as fontes documentais, de forma clara o que nos possibilita refletir sobre elas. Roney Cytrynowicz, citando Raul Hilberg, diz:

O historiador não está isento de nenhuma das capturas externas e do caráter fragmentário da memória, mas seu compromisso é, de certa forma historicizar as próprias formas de memória e história. (...) Para Hilberg, ficção e memória devem estar, do ponto de vista do historiador, em uma mesma categoria, distinta da história, que as utiliza, claro, mas como fontes a serem trabalhadas.¹¹³

A partir da teoria da consciência histórica podemos entender que os escritores fronteiriços não escrevem sobre história porque simplesmente desejam competir terreno

¹¹² SARLO, Beatriz. “*Tempo passado*” e “*A retórica testemunhal*”. In: **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp. 67.

¹¹³ Op. cit. 132 e 133.

com os historiadores, mas porque a história é um desejo e uma necessidade de todos. Se a história enquanto ciência é um desdobramento da consciência histórica, e que em uma perspectiva dialética está presente na natureza humana – que por sua vez é objeto de estudo da própria história –, se atentar ao estudo dessas produções fronteiriças, bem como dos aspectos que fogem as diretrizes teóricas e metodológicas da história acadêmica, é fundamental na medida em que contribui para a reflexão sobre a própria ciência histórica, sobre as suas necessidades, objetivos, interesses, funções e fronteiras, ao mesmo tempo em que contribui para o conhecimento do próprio objeto de estudo da ciência histórica.

Em meio a todas essas formas de pensar e escrever sobre a história os historiadores se veem em um amplo desafio que passa pelos questionamentos internos sobre teoria e metodologia da história, pela legitimidade dessas produções fronteiriças até regulamentação da profissão de historiador, há anos dividindo opiniões mesmo entre os historiadores. No próximo subitem trataremos da repercussão nos meios historiográficos das obras fronteiriças da história e sobre alguns dos trabalhos que analisam diretamente essas produções.

2.1.2 A produção crítica sobre as obras fronteiriças de história

Na última década a historiografia voltou a se preocupar sobre as fronteiras da história e sobre as produções de história que são realizadas fora dos muros da universidade, sobretudo das chamadas obras de divulgação¹¹⁴. Os historiadores se questionam sobre a relevância dessas obras, sobre os temas que são mais divulgados e porque, em alguns casos, essas produções alcançam crítica positiva do público não especializado, inclusive, obtendo maior sucesso em vendas do que as obras acadêmicas.¹¹⁵ Mas não é apenas nos *best-sellers* históricos que esses aspectos

¹¹⁴ São chamadas obras de divulgação histórica as produções que são pensadas para atingir um grande público, geralmente não especializado. O termo, assim, envolve textos romanceados, de jornalismo histórico, produções realizadas em formato de revista, audiovisual, e, até mesmo, no meio virtual.

¹¹⁵ As produções historiográficas sobre esse tema têm se multiplicado. Alguns trabalhos que tratam sobre obras fronteiriças e suas inúmeras denominações, além dos trabalhos já citados de ALBIERI e GLEZER, bem como a dissertação de BONALDO, temos um conjunto de artigos publicados no número 8, da revista eletrônica Almanack. ALMANACK [recurso eletrônico] – Guarulhos: Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo, n. 8, 2014.

fronteiriços se fazem presentes, mas também em situações como concursos históricos onde os temas são predeterminados e em que não há exigências sobre a formação dos concorrentes – como veremos detalhadamente no próximo subcapítulo sobre os aspectos fronteiriços nas monografias premiadas no Concurso História de Bairros de São Paulo, objeto da pesquisa dessa dissertação.

A polêmica em relação a essas produções, que não são escritas por historiadores, se relaciona principalmente ao elemento da memória, que pela ausência do uso de aparatos metodológicos, é utilizada livremente. Isso porque, em alguns casos, os autores fronteiriços se valem de elementos da memória coletiva e a mesclam com elementos históricos, construindo narrativas que levam a determinadas interpretações da história que não corresponde aquelas que seriam provenientes da análise crítica e combinada de diferentes documentos. Desse modo, as concepções históricas superadas na acadêmica podem resurgir nessas produções sob a roupagem de novas visões da história, onde há a

Temos outros artigos sobre o tema como: MALERBA, Jurandir. “Acadêmicos na berlinda: como cada um escreve a História? Uma reflexão sobre o embate entre Historiadores acadêmicos e não acadêmicos e os caminhos da profissionalização do campo da história do Brasil à luz dos debates sobre Public History”. Porto Alegre, 2013.; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. “Obras como “1822”, de Laurentino Gomes, não educam desinformam, mas encontram espaços nos meios de comunicação”. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Ano 6, n. 62, Nov/2010, p. 92.; PAIANI, Flávia Renata Machado. “Os livros populares de história como fonte para a pesquisa histórica”. Saberes e Práticas Científicas. ANPUH, Rio de Janeiro, 2014. (doutoranda pela PUCRS).; ROVARON, Carlos. “A utilização de memorialistas como fonte de pesquisa alternativa para acompanhar processos de ocupação”. In: *Anais do Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo*, ANPUH/SP – UNESP/ Assis, 24 a 28 de julho de 2006. (CD-ROM); SCHWARCZ, Lília. “Como o Best seller 1808, ele redespertou o interesse pela História”. **Revista Época**, 05/12/2008.; TEIXEIRA, Tássia Brandão. F. A. Pereira da Costa e o Folklore Pernambucano: escritas da História. **XXVI Simpósio Nacional de História** - ANPUH, 2011, São Paulo, USP.

Também temos dissertações, teses e livros sobre obras não acadêmicas de história, tais como: BEZERRIL, Simone da Silva. **Usos do passado: leitura da História na perspectiva jornalística de Laurentino Gomes no livro 1808**. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal da Paraíba, 2013.; BONALDO, Rodrigo. **Comemorações e efemérides: conceitos paralelos entre antigos e modernos. O quadricentenário da nação brasileira em um horizonte comparativista**. Tese de Doutorado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. (Ainda não está disponível. Tivemos contato com seu trabalho na Apresentação no Seminário de História e Historiografia da UFOP, em 2013.); BREFE, Ana Claudia Fonseca. **A cidade inventada: a pauliceia construída nos relatos memorialistas (1870-1920)**. Dissertação de mestrado – IFCH/UNICAMP, 1993.; CARNIELLI, Flávio de Godoy. **Gazeteiros e bairristas: Histórias, memórias e trajetórias de três memorialistas urbanos de Campinas**. Dissertação de mestrado - IFCH – UNICAMP, 2007.; FREITAS, Eliane Martins de. **Memórias de uma odisséia: Tito Lívio (Teixeira) e a construção de uma memória histórica sobre a “Revolução de Trinta” em Uberlândia – MG**. Dissertação de mestrado – Unicamp, 1999.; GLEZER, Raquel (org). “A História em Bancas de Jornal”. **Eclética** (publicação eventual do Departamento de História, FFLCH/USP), 2005.; LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. **Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia dos anos de 1919 a 1961**. Dissertação de mestrado – Unicamp, 2004.; LOFEGO, Silvio. **Memória de uma metrópole: São Paulo na obra de Ernani Silva Bruno**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001. (Selo Universidade: História: 179); RAVAZZOLO, Ângela. **A escrita da história por jornalistas: diálogos e distanciamentos com a historiografia acadêmica. O caso de Elio Gaspari**. Tese de Doutorado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.; SILVA, Rodrigo da. **Sobre taipas e textos: um estudo sobre as narrativas a respeito da cidade de São Paulo (1772-1953)**. Tese, FFLCH - USP, 2009.

possibilidade de se reutilizar elementos aglutinadores, presentes na memória coletiva, a partir da resignificação dos fatos históricos, conforme o interesse de quem financia essas obras no tempo presente.

Mais “iniciativa do que diretiva”, a “presença do Estado” na lógica comemorativa contemporânea era, aos olhos dos jornalistas, assim como foi aos olhos do historiador Pierre Nora, muito discreta se comparada a ação da imprensa aliada a todas as suas mídias: televisiva, radiofônica, digital e, porque não, editorial impressa. De uma política pública da memória, chegamos às comemorações como parte de uma economia midiática do presente.¹¹⁶

[...] Uma vez inaugurada pelo governo, a lógica comemorativa acabou nas mãos dos senhores do acontecimento. Ora, não é mais a escola o lugar onde se afirma a identidade, mas os meios de comunicação. Com o Estado assistindo a descentralização daquilo que um dia já se ousou chamar de aparelhos ideológicos 106, com a carga didática do passado pulverizada na mão de um sem número de veículos de imprensa, a comemoração brasileira, para usar o vocabulário de Pierre Nora, entra em sua era patrimonial.¹¹⁷

Se por um lado o sucesso da vendagem das obras de divulgação pode ser explicado pela propaganda de quem patrocina e se interessa pelo conteúdo divulgado, por outro entendemos que seja a proximidade narrativa entre escritor e leitor, ocasionada principalmente pelo fio condutor desses textos serem de informações resgatadas da memória coletiva. Ao mesmo tempo em que obras de divulgação podem trazer ao leitor novos elementos, podem também assegurar-lhes de suas certezas anteriores. A ideia da legitimidade dos fatos que compõem essas produções também é ampliada, já que ao reconhecer na obra concepções que permeavam anteriormente o subconsciente de quem a lê, a obra ganha o prestígio da veracidade.

Quando essa concepção de verdade é unida a uma produção que alcança uma escala maior, através do respaldo midiático, as obras de divulgação passam a ter uma influência social, podendo servir como referenciais sobre uma história já narrada, uma memória histórica talvez um pouco mais adormecida mais oficial, ainda adquirindo o poder de acrescentar novos referenciais para uma memória histórica ou mesmo coletiva que talvez não seja percebida como nova. A repercussão e a influência dessas obras de divulgação pode ser tão relevante que a Revista *Época* chegou a eleger Laurentino Gomes como uma das figuras de maior influência no Brasil.¹¹⁸

¹¹⁶ Op. cit. BONALDO, 2010. p.35.

¹¹⁷ Op. cit. BONALDO, 2010. p.36.

¹¹⁸ Na descrição sobre o porquê da notoriedade de Laurentino Gomes a Revista *Época* traz o comentário da antropóloga Lília M. Schwarcz que escreve: “O livro do jornalista Laurentino Gomes tem o mérito de, com uma linguagem agradável e acessível, divulgar e ampliar conhecimentos históricos muitas vezes restritos à academia. A obra também reproduz uma série de pesquisas originais que vem relendo o evento

Em texto de 2005, “A História em Bancas de Jornal”, a historiadora Raquel Glezer aponta que o fenômeno da existência de um público consumidor de obras de divulgação histórica, já na década de 70 do século XX, fez o mercado editorial se reinventar ocupando as prateleiras estreitas das bancas de jornal, o que, todavia, não significou publicações ruins:

O fenômeno do público consumidor de produto cultural oferecido em bancas de jornal no Brasil data dos anos sessenta do século XX, quando a Editora Abril lançou editais de obras em fascículos [...]. Na área específica da História, a primeira foi a coleção “Grandes Personagens da Nossa História” – biografias de personagens da História do Brasil, em fascículos, com textos escritos por professores de história. E depois, nos anos da ditadura militar, lançou a coleção “Os pensadores” – volumes encadernados de obras de autores clássicos da cultura ocidental, que muitas vezes estavam recebendo a primeira edição no país, com tradução por professores especialistas no autor ou no assunto, quebrando o preconceito existente contra a compra de livros em bancas de jornais.¹¹⁹

O autor de “1808 - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil”,¹²⁰ conquistou os prêmios Jabuti e da Academia Brasileira de Letras, e seu livro teve boa vendagem tanto no Brasil como em Portugal. Laurentino Gomes construiu sua narrativa se valendo de elementos históricos já trabalhados, mas sobre a perspectiva do deboche na descrição de elementos menores, algumas vezes ampliados e redimensionados, que envolveram o início da história imperial do Brasil. Gomes e suas produções de história são objeto de estudo de vários trabalhos de historiadores como no doutorado de Bonaldo¹²¹ - recém defendido e ainda não disponibilizado para consulta –, mesmo autor que apresentou dissertação sobre Eduardo Bueno. A historiadora Simone Bezerril

da mudança da família real portuguesa em inícios do século XIX a partir de um viés mais arejado. Trata-se cada vez mais de entender o caráter único dessa viagem e seu lado até mesmo aventureiro: uma monarquia ao mar, uma estrutura burocrática à deriva. Num país que desfaz com frequência de sua memória, nada como um livro que vendeu mais de meio milhão de exemplares; um best-seller dedicado a lembrar e refletir sobre as particularidades dessa história que fez do Brasil, Brasil.”

In: revistaepoca.globo.com/Revista/Época/0,,EMI106100-15228-2,00-ARTISTAS+CRIADORES.html

¹¹⁹ Op. cit. GLEZER, Eclética, 2005. p. 5 e 6

¹²⁰ Além de “1808”, Laurentino Gomes escreveu sobre “1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado” e “1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e Proclamação da República no Brasil”, esse último livro foi premiado com o Jabuti de 2014, na categoria “Livro do ano de não-ficção”.

Ver: www.laurentinogomes.com.br

¹²¹ BONALDO, Rodrigo. **Comemorações e efemérides: conceitos paralelos entre antigos e modernos.** O quadricentenário da nação brasileira em um horizonte comparativista. Tese de doutorado apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. (Ainda não está disponível. Tivemos contato com seu trabalho na Apresentação no Seminário de História da Historiografia em Mariana em 2013).

apontou no seu mestrado, “Usos do passado: leitura da História na perspectiva jornalística de Laurentino Gomes no livro 1808”, que:

Lançado um ano antes (em 2007) das comemorações do bicentenário da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, o *1808* surgiu, no mercado editorial brasileiro, paralelo a lançamentos de obras acadêmicas que também abordavam a temática em foco. Além disso, o livro foi inserido num contexto que logo seria tomado pelas divulgações jornalísticas em função da efeméride comemorativa. Tem-se, portanto uma obra inserida em um universo atmosférico midiático, cujo escritor é um jornalista que fazia parte do corpo editorial de um notório veículo de comunicação – a Revista *Veja* –, no qual a ideia de escrever sobre o passado ganhou força.

Como escreve para um público não especializado, Laurentino Gomes desenvolve uma estratégia da escrita tendo como parâmetro a *práxis* e os pressupostos jornalísticos. Por tal razão, o passado é reatualizado no livro *1808* a partir dos problemas apontados no presente, que direcionam as abordagens históricas, buscando se aproximar do cotidiano do leitor.¹²²

O jornalista Daniel Buarque publicou a reportagem “Vender um milhão de livros é “razoável”, diz autor de “1808” e “1822””,¹²³ publicada no portal do G1, onde Laurentino Gomes declarou: “Uma obra com linguagem acessível chega a um milhão de exemplares sem custo. Não é um número excessivamente ambicioso. É razoável”. Sobre o segredo do sucesso Gomes é categórico: “É essencial ter linguagem acessível e fácil de entender. É preciso ter uma boa fórmula de capa e título, para atrair o leitor, algo que até hoje é pouco aproveitado pelo mercado editorial brasileiro. É bom ter também o senso de oportunidade, aproveitar datas e grandes acontecimentos. E o contato com os leitores é importante”.

As datas comemorativas são eventos em que há uma predisposição para se repensar sobre os temas antes adormecidos. Aproveita-se a propaganda da mídia, que aguça a curiosidade de pessoas que talvez não procurassem certos temas se esses não estivessem em voga. Essa prática já era conhecida pelos Editores da José Olympio na década de 50, na ocasião do IV Centenário de São Paulo¹²⁴, e até hoje preenche as

¹²² BEZERRIL, Simone da Silva. **Usos do passado: leitura da História na perspectiva jornalística de Laurentino Gomes no livro 1808**. Dissertação apresentada na Universidade Federal da Paraíba, 2013. p.140.

¹²³ BUARQUE, Daniel. “Vender um milhão de livros é “razoável”, diz autor de “1808” e “1822””. Portal G1, 09/09/2011. disponível em: g1.globo.com/bienal-do-livro/rio/2011/noticia/2011/9/vender-um-milhao-de-livros-e-razoavel-diz-autor-de-1808-e-1822.html

¹²⁴ O livro “História e Tradições da Cidade de São Paulo”, de Ernani Silva Bruno, foi um desdobramento da pesquisa inicial do autor que compreendia apenas o século XIX. Foram os editores que convenceram Bruno a abarcar toda a periodicidade da história da cidade de São Paulo para aproveitar os festejos do IV Centenário que se a vislumbra.

A obra que acabou sendo concebida a partir da influência direta de editores, que visavam o mercado, se tornou referência para outros escritores da história da cidade, como no caso das monografias premiadas

prateleiras das livrarias que recebem vários títulos sobre os mesmos temas quando esses se aproximam das suas efemérides. Ainda no artigo de 2005, Glezer escreve que:

Se há momentos em que a sociedade ocidental parece esquecer da existência da história apesar de estar imersa nela, em outros há preocupação com ela. Geralmente, em datas comemorativas de fatos históricos relevantes há a ressurgência do interesse pela história, quer como processo, quer como narrativa. Em determinados momentos, a sociedade como um todo se sente atraída por fatos históricos- em livros com temas históricos, biográficos ou pseudo – históricos; em filmes biográficos, épicos, históricos ou míticos; em docu-dramas históricos ou documentários sobre fatos históricos, reconstituídos com material de época. Não é possível identificar claramente se tal interesse é uma válvula de escape – fuga/refúgio para um tempo mítico de paz e segurança, ou, genuíno, para compreender a sociedade e o momento em que vive.¹²⁵

Antes de Laurentino Gomes estreitar com suas obras de divulgação, outro jornalista já fazia muito sucesso com as vendas de seus livros sobre História. Eduardo Bueno, ou Peninha como também é conhecido, em entrevista para Bonaldo, afirmou que:

Eu tinha conhecimento dessa indústria. Uma indústria sequiosa de historiadores acadêmicos que não sejam aparvalhados, que escrevam bem, que vendam. Só que eles não percebem que esse mercado existe, eles não querem saber que esse mercado existe. Por causa desse medo de romper os paradigmas – paradigmas caquéticos – eles não produzem para o mercado, ao contrário dos historiadores americanos que produzem e que submetem ao olhar de um editor. Editor que vai olhar e dizer “isso você publica como tese acadêmica”, “mas nesses pontos eu vou mudar algumas coisas”, claro que sempre com o consentimento do historiador. Os historiadores acadêmicos, além de escreverem a maior parte muito mal, ainda acham que o texto deles é intocável, sagrado. Pelo amor de Deus!¹²⁶

Em outro momento da entrevista:

Eu escrevi um livro que, realmente, é repleto de simplificações e de generalizações correndo o risco consciente de fazer essas generalizações para atingir um número maior de pessoas. Por que é o seguinte: eu acho que falta generosidade, além de uma certa competência de estilo, à produção acadêmica do Brasil. As limitações de estilo existem, mas acho que elas não prejudicam tanto quanto uma certa arrogância na postura de alguns historiadores. De alguns, porque a produção historiográfica brasileira é de primeira grandeza, eu devo muito a ela. A minha obra é uma obra de segunda mão, sim. É uma obra de divulgação, sim. Não sou historiador, sou jornalista.¹²⁷

do concurso. Desse modo nas efemérides de 1954 os editores acabaram obtendo maior sucesso na divulgação das suas formas de ver e fazer história do que as próprias universidades.

¹²⁵ Op. cit. GLEZER, Eclética, 2005.p. 8

¹²⁶ Apud BONALDO, 2010. p. 48

¹²⁷ Apud BONALDO, 2010. p. 55.

O historiador Jurandir Malerba, em texto apresentado no Seminário de História e Historiografia de 2014, apontou que as Public History, sobre os “popular historymakers” ou os “historiadores práticos”, se diferenciam dos historiadores acadêmicos pela sua cultura de trabalho, mesmo se comparados aos historiadores acadêmicos que também publicam para o mercado editorial. Afirma que esse tipo de produção que leva as características do jornalismo no trato do passado, usa os recursos do “gancho” jornalístico, buscando novidades e polêmicas mesmo em eventos passados e conhecidos. O “gancho”, como também apontou Laurentino Gomes, está também nas datas, onde o presente e o passado se ligam sem maiores dificuldades, as efemérides, os “lugares de memória”¹²⁸ muito utilizadas pelo Estado é também, a bastante tempo, utilizada pelo mercado editorial, como vimos com Glezer¹²⁹ e nos referimos a José Olympio.

Esse tipo de narrativa daquilo que os franceses chamam *faits divers* e os ingleses, *reature* (a propósito, uma expressão corrente no jargão jornalístico para designar os assuntos não categorizáveis nas editoras tradicionais) remete, conceitualmente, a fatos desconectados de historicidade, cujo interesse reside em seu caráter inusitado, pitoresco.¹³⁰

O historiador Malerba conclui que devemos valorizar as produções de história antes pelo seu valor profissional e ético do que pelo número de exemplares vendidos:

Em suma, qualquer um pode escrever história, o que não significa que toda história tenha o mesmo valor e qualidade. Há bons historiadores e historiadores ruins dentro e fora da academia, mas, aqui dentro, faz parte do ofício o processo permanente da metodização racional dos procedimentos e exposição dos argumentos e a crítica (das fontes, dos procedimentos de coleta e sistematização dessas fontes, de problematização temática e perspectivação teórica, de produção textual). Esses mesmos protocolos, esse mesmo padrão de exigência deve ser aplicado a toda historiografia, acadêmica ou não. Se apenas o sucesso de vendas for critério para se avaliar uma obra historiográfica, os parâmetros éticos se esvanecerão e teremos de assistir a disseminação de narrativas históricas de alcance interpretativo pobre, preñes de anacronismos, erros e preconceitos, como vimos acima.¹³¹

¹²⁸ NORA, Pierre. **Les Lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1997; NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Revista Projeto. História PUC*, vol. 10. São Paulo: 1993. p. 7-28.

¹²⁹ GLEZER, Raquel. A história em bancas de jornal. **Eclética** 2005. São Paulo : Depto. História, FFLCH, USP, v. 1, 2005. Disponível em: < <http://www.raquelglezer.pro.br/edi%E7%F5es/Ecl%E9tica%202005%20-%20banda/Ecletica2005%20-%202007.pdf> > . Acesso em 20 ago 2013.

¹³⁰ Op. cit. MALERBA, p. 40.

¹³¹ Ibidem, p.44

Quando se refere aos “anacronismos, erros e preconceitos”, Malerba trata da análise que fez sobre as obras de Leandro Narloch, jornalista que tem desafiado os historiadores, tanto frontalmente quanto nos usos equivocados dos documentos que cita. Entendemos o inconformismo do historiador frente a essas obras do citado jornalista, mas é preciso compreender que nem sempre há uma dicotomia entre o trabalho do historiador e do escritor de obras de divulgação histórica. O historiador pode divulgar a sua pesquisa para o público mais amplo, mas isso não significa que toda a pesquisa precise ser divulgada nas bancas de jornal – muitas vezes aquilo que contribui no saber acadêmico pode não ser o que é mais aprazível à leitura de entretenimento –, mas isso não significa que o escritor de obras de divulgação se torne um referenciado pesquisador nos meios universitários. Essa relação nem sempre amistosa entre historiadores e escritores fronteiros se complica na medida em que os segundos realmente entendem que podem não apenas pesquisar, como escrever obras propositivas dentro do universo acadêmico e se posicionam como aqueles que trarão ao público uma versão sobre a história até então escondida pela academia.

Diferente da maioria das obras fronteiriças, os livros de Leandro Narloch e Duda Teixeira assumiram um tom provocativo em relação a História produzida por historiadores de formação. Já na Introdução do “Guia Politicamente Incorreto do Brasil”, Narloch, escreve que “[...] é hora de jogar tomates na historiografia politicamente correta”¹³². Para tanto os autores do “Guia” se valeram de leituras de grandes nomes da historiografia, como o próprio Eric Hobsbawm, mas fizeram essas leituras de modo a confirmar hipóteses anteriores, alterando sequências lógicas, fragmentando documentos, tudo conforme os seus interesses prévios.

A publicação do livro “Guia Politicamente Incorreto da América Latina”,¹³³ foi e ainda é envolto por polêmicas que só aumentaram após a resenha crítica da professora Maria Ligia Coelho Prado,¹³⁴ publicada no Jornal Estado de São Paulo. Historiadora da

¹³² Op. cit. MALERBA, 2011. p.27.

¹³³ NARLOCH, Leandro e TEIXEIRA, Duda. **Guia Politicamente Incorreto da América Latina**. São Paulo: Leya, 2011.

Narloch também publicou o “Guia Politicamente Incorreto da História do Mundo”, todos os três livros compostos por textos bastante raivosos em relação a historiografia, principalmente em relação aos personagens ligados ao socialismo e as lutas populares.

¹³⁴ PRADO, Maria Ligia C. “Lombroso oculto Livro sobre “falsos heróis latino-americanos” usa simplificações oportunas, omissões e interpretações discutíveis, avalia professora”. Resenha crítica, caderno Aliás, Jornal O Estado de São Paulo, 25/09/2011.

Disponível: m.estadao.com.br/noticias/alias,lombroso-oculto-livro-sobre-falsos-herois-latino-americanos-usa-simplificacoes-oportunas-omissoes-e-interpretacoes-discutiveis-avalia-professora-,777219,0.htm

América Latina de renome internacional ao se referir ao “Guia” de Narloch e Teixeira escreveu que:

Para construir seus argumentos e ordenar sua narrativa, Leandro Narloch e Duda Teixeira, se apoiam em muitas citações retiradas da bibliografia e indicam suas fontes em notas de rodapé, conferindo ao livro um pretenso ar de respeitabilidade acadêmica.

Todos os capítulos trazem afirmações polêmicas, simplificações oportunas e interpretações discutíveis que merecem ser esquadrihadas. Remetem a equivocada estratégia de pinçar frases a esmo, retirando-as do contexto histórico, atribuindo-lhes valores positivos ou negativos sem as devidas explicações e restringindo, portanto, sua compreensão. Diante de tantas possibilidades para o exercício da crítica, analisamos dois procedimentos utilizados pelos autores para sustentar seus pontos de vista.

O primeiro deles é o de se apropriar de uma fonte bibliográfica contestada e corroída por suspeitas e apresentá-la ao leitor brasileiro como fidedigna e isenta. [...]

O segundo procedimento refere-se ao mecanismo de utilização de uma fonte bibliográfica de prestígio para referendar ou legitimar conclusões bastante defendidas pelos autores do Guia.¹³⁵

Esses escritores fronteiriços de uma “nova história”, compõem seus textos com documentos a cada nova afirmação, mesmo que o documento seja utilizado de uma forma fragmentada como apontou Prado. A necessidade de se utilizar dos códigos do mundo acadêmico como documentos, referências, análises, mesmo que essas estejam amparadas na história *événementielle*,¹³⁶ há quase um século criticada pela historiografia, está em aproximar a obra de divulgação à obra de produção universitária para que se possa criar parâmetros de comparação.

Obras como as de Narloch alimentam o posicionamento em ignorar essas produções de parte dos historiadores de formação, esvaziando as possibilidades, inclusive, de revermos nossas práticas e produções. Toda e qualquer obra-fronteiriça de história muitas vezes acaba sendo menosprezada nas suas virtudes, inclusive como documento histórico. Essa dicotomia e a necessidade de se delimitar e valorizar as características de uma produção de historiadores frente a de não historiadores, pode acabar simplificando o infinito de possibilidades de interpretação que uma produção pode nos fornecer. É nesse aspecto que reafirmamos não apenas as possibilidades como a necessidade de se entender obras como as premiadas do Concurso História de Bairros,

¹³⁵ Op. cit. PRADO, 2011.

¹³⁶ História pautada na narrativa dos eventos, de grandes acontecimentos, geralmente acompanhada por personagens históricos que centralizam a responsabilidade dos desdobramentos das mudanças da trajetória da humanidade. Construção essa criticada por historiadores mesmo antes dos Annales.

como produções híbridas porque também são reflexos da própria trajetória da construção e delimitação dos próprios parâmetros históricos que as submetemos.

O artigo das professoras Sara Albieri e Raquel Glezer¹³⁷ é bastante importante no contexto da rivalidade entre historiadores e não-historiadores. O texto é elucidativo sobre a problemática das obras fronteiriças da história, já que o traz um panorama sobre a relação da História com a Literatura e a convivência, muitas vezes pacífica e complementar, entre a História acadêmica e produção de História para fins de entretenimento, como no caso dos romances históricos.

As pesquisadoras dissertam sobre o mercado editorial, ampliação do público leitor e da elevação educacional desse público (aumento da oferta das vagas em cursos universitários), além da trajetória do próprio desenvolvimento da ciência história. As obras fronteiriças ou de “quase-história”, termo também utilizado pelas pesquisadoras, chega para ocupar esse mercado em ascensão. Trata-se de leituras de entretenimento, mas que apresentam elementos acadêmicos da história misturados com a narrativa literária. O problema dessa literatura de entretenimento é quando ela não se assume como tal, e acaba tentando ocupar um espaço de ciência, como a professora Maria Ligia apontou no trecho citado sobre o “Guia Politicamente Incorreto da América Latina”.

Segundo o artigo, o surgimento dessas obras se deve aos seguintes principais fatores: por ser um produto cultural em um período que o mercado editorial está em ascensão; as transformações teóricas que permearam o século XX, que ampliaram o campo historiográfico ao ponto de termos novamente que delimitar as fronteiras da História, e a relação próxima que existe entre História e Literatura – que foram separadas apenas no século XIX, com a positivação do método histórico e também do seu processo de especialização dos campos no seu interior. Devemos lembrar que essa relação entre História e Literatura voltou a tona com o pós-modernismo e mesmo não sendo essa uma perspectiva dos escritores fronteiriços, essa pode ser um dos elementos que levou os historiadores a se preocuparem em recriar, ou novamente legitimar as fronteiras que separam a produção acadêmica das obras de ficção e também das de “quase-história”.

A ideia de uniformização dessas produções pelos meios universitários de cursos de história é reflexo do próprio debate interno sobre os limites e sobre as fronteiras da ciência histórica, que passou pela reflexão sobre a subjetividade do historiador, ampliou

¹³⁷ Op. cit. ALBIERI e GLEZER, 2009.

seus campos de estudo, inclusive sobre a memória e a história oral, caminhou pelos meandros da literatura, como com Hayden White, e que agora também procura reafirmar seus paradigmas frente a essas transformações da própria ciência e para aqueles que estão distante das discussões mais teóricas, como o público principal dessas obras de divulgação.

A crítica negativa sobre as produções fronteiriças, principalmente as de divulgação, por historiadores já é bastante antiga. Na sua dissertação Bonaldo aponta que:

Logo a seguir, Luís Roberto Lopes ensaiava sua ofensiva à obra de Eduardo Bueno. Crítico da efeméride sobre os 500 anos, o então professor da UFRGS maltratou a obra do jornalista, acusando-o de enfatizar apenas o pitoresco e o trivial. Para Lopes, negligenciava-se a oportunidade única de encetar uma discussão séria sobre os “500 anos da globalização neoliberal, da alienação”. Fernando Teixeira da Silva, da Unicamp, também censurou Bueno por apenas recontar a história através de uma “perspectiva conservadora”, embora admitisse o valor de divulgação da obra do jornalista.¹³⁸

Bonaldo propõe um caminho diferente:

Não proponho com isso tão somente uma crítica da obra de Eduardo Bueno, como se quisesse encontrar, aqui e acolá, elementos, fatos ou interpretações que não estejam conformes com os produtos mais refinados da nossa historiografia atual. Não, não quero apenas corrigi-lo inspirado num desdém mandarinesco de uma memória disciplinar, na leitura ilustrada de meus pares que podem (ou não) contradizê-lo. Proponho, ao contrário uma crítica das leis silenciosas, das regras não ditas que norteiam sua escrita da história, dos princípios de legitimidade de um texto que se apresenta como uma narrativa jornalística sobre eventos do passado, e dos critérios deontológicos que acompanham sutilmente a sua hábil retórica. Com isso, com essa crítica, busco compreender não somente suas asserções, interpretações ou comentários, mas antes suas implicações epistemológicas mais profundas.¹³⁹

Mesmo as questões sobre a narrativa da história e a aproximação da história com a literatura, desde o estudo sobre a produção historiográfica de Lawrence Stone¹⁴⁰ quanto pelos pós-modernistas, desde o final da década de 70 e início dos anos 80 século XX

¹³⁸ Op. cit. BONALDO, 2010. p.12.

¹³⁹ Op. cit. BONALDO, 2010. p. 15.

¹⁴⁰ Segundo Vasconcelos, a abordagem de Stone é simples diante do que significaria narrativa, e estaria meramente baseada na oposição a história-problema. O retorno da narrativa por Stone foi apresentada no artigo: STONE, Lawrence. “The revival of narrative: reflexions on a new old history”. **Past and Present**. 85, 1979. p. 3-24. Ver: VASCONCELOS, José Antonio. “A história e a sedução da narrativa”. **Revista Uniandrade**, v.11/n.02, Julho – Dezembro de 2010.

ainda se apresentam como temas controversos e difíceis de se superar.¹⁴¹ O historiador José Antonio Vasconcelos nos conta que:

Para Hayden White o passado histórico como tal não se encontra mais acessível à percepção imediata, como os objetos das ciências naturais. O que temos são vestígios presentes aos quais o pesquisador atribui significado simbólico. Na escrita da História o pesquisador seleciona e arranja um conjunto de dados em ordem cronológica (o que por si só já constitui uma atividade poética) e arma um enredo, ou seja, desse conjunto de dados configura uma história dotada de sentido. Assim entendida, a escrita da História pressupõe um ato poético pelo qual o historiador, ao narrar, produz uma história de um tipo particular.¹⁴²

As professoras Albieri e Glezer são cautelosas na análise das produções de “pseudo-historiadores”, outro termo utilizado no artigo. Não questionam a legitimidade desses escritores, apenas apontam questões de dúvida quanto ao uso dessas produções, ao mesmo tempo em que reconhecem que esses textos podem angariar novos interessados na disciplina histórica, talvez no contato primeiro do leitor fora do contexto escolar.

Assim entendidas e tratadas, não questionamos as múltiplas funções que os livros de “quase história” desempenham. São livros como tantos outros livros, que cumprem sua função cultural e imaginativa.¹⁴³

[...] Certamente haverá graus de acuracidade nas recriações fronteiriças; caberá a historiografia acadêmica avaliá-los criticamente, caso a caso. Mas as liberdades narrativas inerentes à escrita literária podem ter valor propedêutico – o de pavimentar o caminho da compreensão histórica.¹⁴⁴

O que estamos percebendo, é que independente das críticas que podemos ter sobre essas produções fronteiriças – tanto o fato de cada vez mais surgirem novos títulos quanto o de terem um grande público leitor – é que elas comprovam que a história só é um espaço de disputa porque interessa a diferentes grupos e setores da sociedade, sejam eles especializados ou não. Como vimos com Rüsen, a consciência histórica transcende

¹⁴¹ Sobre o debate das narrativas da história além do artigo do Vasconcelos, temos o artigo de: OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. “Narrativa e conhecimento histórico: alguns apontamentos”. In: **Revista Histórica do Arquivo do Estado de São Paulo**, nº15 de outubro de 2006.

¹⁴² Op. cit. VASCONCELOS, 2010. p.6.

¹⁴³ Idem p.23.

¹⁴⁴ Op. cit. ALBIERI e GLEZER, 2009. p.30.

os espaços universitários e por consequência a narrativa histórica também não é passível de ser controlada apenas pelos historiadores¹⁴⁵.

O grande impasse que se coloca é realmente, por um lado aceitar que não é possível manter a história sobre tutela – assim como não é de hoje o jornalismo histórico, o romance histórico, as obras fronteiriças de história não vão desaparecer e podem continuar se reiventando a cada dia para ocupar espaços que até mesmo um reconhecimento da profissionalização do historiador¹⁴⁶ podem vir a limitar – e por outro buscar esclarecer as diferenças entre as produções, já que também não pode se esperar que todo escritor fronteiro se entenda como tal. Para tanto só resta que os historiadores de formação passem a escrever e publicar suas pesquisas para além dos seminários acadêmicos.

Impressionante é que mesmo após Hayden White e seus usos da crítica literária para dissertar sobre o modo de se fazer história e se analisar o trabalho do historiador, ainda não tenhamos chegado a um meio termo. O que temos são indivíduos, alguns poucos historiadores, que por si só, e diante a toda sorte de críticas de seus pares, partam por outros caminhos diferentes dos acadêmicos na divulgação dos resultados de suas pesquisas, onde não se foge das diretrizes historiográficas mais consagradas, ao mesmo tempo que as emprestam a uma escrita mais simples cujos temas sejam menores e mais objetivos, para que esses textos possam atingir um público maior e não especializado.¹⁴⁷

¹⁴⁵ Mesmo alguns historiadores de formação também muitas vezes por terem percorrido caminhos pouco unânimes na academia também críticas de seus pares, como no caso das historiadoras Mary Del Priori¹⁴⁵ e Vavy Pacheco Borges.

Vavy Faria Pacheco Borges (ou Vera Hercília), tem graduação, mestrado e doutorado em História pela PUC. É professora aposentada pela UNICAMP e especialista em História do Brasil Contemporâneo.

Na sua trajetória como pesquisadora e escritora se destacou nas biografias, e por isso chegou a ser criticada. Suas principais obras são: “Getúlio Vargas e a oligarquia paulista: história de uma esperança e muitos desenganos”, 1979, “Tenentismo e Revolução Brasileira”, 1992, “Ensino de História revisão urgente”, 2000, “Em busca de Gabrielle”, 2009, “O que é história”, 1993. Atualmente trabalha na biografia de Ruy Guerra.

¹⁴⁶ Em entrevista a historiadora Teresa Malatian, tratou na importância da profissionalização da profissão, projeto de Lei 368, ao mesmo tempo em que afirmou que isso não significaria o fim das obras de divulgação ou de memorialistas:

“Segundo ela, não deve haver (como há entre alguns) a preocupação quanto a escassez de profissionais para o Ensino Básico e Superior ou uma “proibição” na prática àqueles que escrevem sobre “história”, biografias ou mesmo o que ela chama de “poemas históricos”. O que segundo ela deve haver é uma preocupação com a formação e uma atenção nova, apoiada na ANPUH, para os futuros historiadores profissionais.”

Ver: identidade85.blogspot.com.br/2013/01/historiadora-teresa-malatian-fala-da.html?m=1

¹⁴⁷ Além das historiadoras Vavy Borges e Mary Del Priori, poucos são os trabalhos pensados e voltados para um público maior realizado por historiadores. Na maioria dos casos as produções de história de divulgação são estudadas, em ainda em pequena escala, nos programas de pós, mas pouco realmente é produzido para esse fim no meio acadêmico.

É preciso lembrar que o que define se uma obra é realmente fronteira ou não são os parâmetros teóricos-metodológicos então vigentes. Ao analisar uma obra é sempre importante pesquisar as diretrizes historiográficas do momento da produção, para que não cometemos os mesmos anacronismos que apontamos nessas produções. Os motivos podem ser diversos e cada uma dessas obras caberiam uma análise pormenorizada dentro dos seus próprios contextos.

É fundamental explicar as diferenças e não ignorar esse fenômeno. Se essas obras obtêm um sucesso imensamente maior do que as obras historiográficas acadêmicas, é porque também precisamos repensar em como divulgamos o nosso conhecimento. O resultado de pesquisas brilhantes, se ficarem apenas nas gavetas dos pesquisadores que as realizaram, podem muitas vezes ter sido em vão.

2.1.3 Obras fronteiriças e as visões sobre a história de São Paulo

Tanto aventuras quanto a tragédia compõe intrigas capazes de orientar a existência humana no tempo (ou são orientadas por ela?), e fazem de modo prático. O Estado brasileiro nunca se esquivou da tarefa de narrar suas origens de modo épico, ilustrando os feitos heroicos, a expectativa identitária gerada frente aos grandes vultos.¹⁴⁸

Recentemente o historiador Oldimar Cardoso – doutor pela Faculdade de Educação da USP, pós-doutorado em História, e professor da Universidade de Augsburg – criou o conceito de “responsabilização histórico-científica”, ou “geschichtswissenschaftliche Verantwortlichkeit”, onde o saber pode ser produzido de forma aberta e democrática. Como aplicação de sua teoria criou um canal no Youtube.com, o “Isso é História”, no qual apresenta pessoalmente os programas além de financiá-los com sua empresa Anima Media. O canal já conta com 623 inscritos e vídeos como “Terrorismo” tiveram 1861 visualizações até o fechamento dessa dissertação. Em entrevista a revista “Leituras da História”, Cardoso afirmou que: “Um canal de responsabilização científica, diferentemente de um canal de divulgação científica, não vê o público como alguém que apenas deve receber informação do cientista, mas como alguém que também pode pesquisar, produzir e emitir sua opinião”.

No programa de Apresentação do Canal interativo o historiador diz que: “Isso é História é o primeiro canal de responsabilização científica. A responsabilização científica propõe a criação de um conhecimento livre e pode ser comparada ao software livre e ao hardware livre.

Na divulgação científica, apenas o cientista falava e o público ouvia. Já na responsabilização científica, o público tem um papel ativo. O público pode propor discussões, criar sinopses, criar roteiros, criar vídeos, criar textos e pode inclusive financiar o trabalho dos cientistas ou do próprio público.

Bem-vindos ao conhecimento livre!”

A entrevista completa pode ser visualizada em: filosofiacienciaevida.uol.com.br/ESLH/Edicoes/73um-novo-prisma-para-a-historia-a-palavra-historia-326188-1.asp

O Canal “Isso é História” está disponível em: m.youtube.com/channel/UctGBkTrl7CtNxjmxm4RDp6g

O vídeo que explica o conceito de responsabilização científica está disponível no endereço: m.youtube.com/watch?v=pDQuFjpw6OA

¹⁴⁸ Op. cit. BONALDO, 2010. p. 20.

Quando tratamos da história de São Paulo as questões sobre os temas e métodos usuais em obras fronteiriças de história se mantêm: o mote para a publicação remete as comemorações, a história é pautada na narrativa de grandes feitos e de grandes homens, a escrita muitas vezes parte de paradigmas superados na academia, principalmente em relação à sacralização do documento. Os mitos da cidade são revividos a cada nova obra, e assim não foi diferente em algumas das características encontradas nas monografias premiadas do Concurso História de Bairros de São Paulo.

Apesar de mais sutis do que as obras de divulgação, como os best-sellers que tratamos no item anterior, ou como as revistas de História das grandes editoras, as monografias apresentam temas e mitos da cidade, que mesmo na década de 70 do século XX, já haviam em parte sido superados, tais como: os bandeirantes como heróis desbravadores; São Paulo como locomotiva do Brasil, mas tendo sido absolutamente pobre e simples até metade do século XIX; e que a responsabilidade das mudanças na trajetória política do Brasil se deu porque os eventos de destaque no panorama nacional, como a Independência, aconteceram em São Paulo. A memória paulista foi construída a partir da perspectiva de que São Paulo é o Brasil.

A importância econômica e a continuidade do papel de preponderância política brasileira do sudeste reafirmam as memórias mais ufanistas que também são respaldadas inclusive nas propagandas e promessas eleitorais bem como de propagandas institucionais da prefeitura e governo estadual.¹⁴⁹ A manutenção dessa concepção sobre a história paulista acontece porque ela já faz parte do imaginário popular, das memórias

¹⁴⁹ A historiadora Vavy Borges, em entrevista a Revista de História da Biblioteca Nacional, ao ser perguntada sobre o mito do bandeirante disse que: “Isso é a base do regionalismo paulista. Os paulistas são os bandeirantes. É como eu disse: o Brasil é grande assim porquê? Ora, porque os paulistas foram lá com as suas bandeiras. O Brasil é independente por quê? Porque quando D. Pedro estava aqui, se animou com os paulistas e fez a independência no riacho do Ipiranga. Entende? É uma coisa muito sutil. Uma construção assim como temos a Avenida 9 de julho, temos também a Avenida Bandeirantes, a TV Bandeirantes... Certa vez, peguei o discurso do Paulo Maluf que, se tirássemos de seu contexto, poderíamos pensar que aquilo datava de 32, ou seja, elogiando a grandeza de São Paulo comparada ao resto do país”. Disponível em: www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/entrevista-vavy-pacheco-borges.

Nas eleições de 2014, algumas das promessas do então candidato José Serra ao Senado, refletiam essa relação ufanista de São Paulo frente ao país. José Serra foi eleito com 57,92% dos votos, e com mais de 11 milhões de eleitores, demonstrando o alcance de suas concepções diante dos paulistas. O então candidato tinha como aliados a “Coligação Aqui é São Paulo”, nome esse que pode nos recuperar inúmeras representações sobre esse estado. Ver: www.eleicoes2014.com.br/jose-serra/

Sobre a “Coligação Aqui é São Paulo” e os planos de governo ver: tucano.org.br

Em entrevista que nos foi concedida, Calil argumenta a necessidade do “Pavilhão da Cultura Brasileira”, que criou, inclusive para o conhecimento pelos paulistas da cultura brasileira, já que São Paulo teria certa dificuldade em se sentir enquanto parte do Brasil. Para Calil:

“Mesmo que as pessoas não digam, tá aí: É a locomotiva que puxa vagões, é a locomotiva que puxa; o PIB de São Paulo é maior do que o de não sei aonde, então...Tem umas comparações que não tem pé nem cabeça, mas que as pessoas fazem. O espírito de 1932, não está completamente apagado.”

individuais e coletivas dos moradores da cidade, bem como a manutenção dessas concepções servem a diversos interesses, inclusive da elite política que procura se manter no poder.

Este passado criado como justificativa do presente serviu e serve até nossos dias, pois mitos de origem são de muita utilidade para ocultar e dificultar a compreensão do passado, o que é forma tradicional de evitar sua superação.¹⁵⁰

[...] Aceitar cegamente os mitos de origem é, em verdade, crer em atos de magia, que podem ser significativos em seu contexto sócio-antropológico, mas que nada possuem em comum com a explicação histórica. Um passado brilhante e glorioso, em processo de reassuração mútua com um presente punjante, serviu e serve de ponto de apoio para atitudes e relações políticas com o governo federal e os estados. Passado e presente entrelaçados formam a unidade da cidade.

Podemos datar o início da produção centrada nos mitos de origem no período republicado, e facilmente relacioná-la com o papel político da oligarquia paulista, desejosa de justificar seu predomínio político, e o fazendo através da criação de um passado heroico, glorioso e mitificado.¹⁵¹

Dessa memória central de locomotiva, temos outras representações sobre a história paulista que corroboram na manutenção da primeira: o bandeirante desbravador do Brasil e responsável pela riqueza ocasionada pela descoberta do ouro; do jesuíta nobre fundador, responsável pela fundamentação dos preceitos morais e éticos, e disciplinador dos índios – que por sua vez alimentam as teorias de que São Paulo é polo econômico porque é a cidade que não dorme e que o paulistano é trabalhador, mais, inclusive, do que os demais brasileiros.

Essa memória histórica paulista e paulistana é bastante antiga, tem suas origens nos textos de Pedro Taques, mas foi revisitada durante diferentes momentos da história de São Paulo. Um dos principais marcos da construção e consolidação da memória ufanista do paulista foram as comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, que inclusive patrocinou diversas histórias da cidade como “História e tradições da cidade de São Paulo”, de Ernani Silva Bruno.

Os textos de história foram peças chave no desenvolvimento e na fundamentação pretensamente científica da posição de destaque e prestígio de São Paulo. Em sua tese Silene Claro, nos conta que nos textos de história da Revista do Arquivo Histórico Municipal, o crescimento da cidade era descrito em três formas: os ufanistas – segundo Claro principalmente dos escritores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico –, os

¹⁵⁰ GLEZER, Raquel. “O campo da História”. In: **Cadernos de São Paulo: Os campos do conhecimento e o conhecimento da cidade** – Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1, 1992. p. 12.

¹⁵¹ Op. cit. GLEZER, 1992. p. 11.

intelectuais menos otimistas, grupo menor, e um grupo que buscava conciliar o crescimento a não desumanização da cidade¹⁵². A produção ufanista procurava trazer na recuperação histórica os elementos que confirmassem não apenas o estado de desenvolvimento da cidade, como o próprio papel diferenciado do paulista desenhado desde os núcleos iniciais de povoamento, como um resultado da predestinação de um povo que tem antepassados que não temeram diante dos desafios que apareceram. Assim, a cidade teria o papel de levar todo o país adiante, já que reuniria elementos que os diferenciariam ao mesmo tempo que os valorizavam frente aos demais brasileiros. As bases da concepção de locomotiva do país estavam então delineadas:

Um debate que ganhou grande destaque nas páginas da RAM é o que difunde a ideia de que São Paulo é um grande estado, devendo sua grandeza à herança e à bravura dos seus antepassados. Quase sempre, no primeiro ano, o desenvolvimento econômico de São Paulo é tratado de forma teleológica. Devido ao próprio processo de fundação, à personalidade, força e coragem dos primeiros povoadores, eram esperadas as condições de destaque no contexto nacional, alcançado pelos paulistas no século XX.

[...] Ainda seguindo o mesmo discurso, o paulista precisava apresentar um comportamento heroico, pois as dificuldades não foram pequenas, os perigos imensos, e, só aqueles que tinham o destino marcado para serem heróis conseguiriam estabelecer no planalto “uma tão notável civilização” como a que, na linha apresentada na RAM só os paulistas conseguiram.

[...] Mais um tema recorrente: o progresso do país depende de São Paulo.¹⁵³

A recuperação histórica da cidade além de proporcionar bases científicas a memória ufanista, também aos paulistas leva a ideia de predestinação no futuro que deverá se manter grandioso, na medida em que os paulistas garantirem o rumo do desenvolvimento dos processos históricos da nação. Claro cita a concepção de Sérgio Milliet, que para tal: “Como consequência, a história deveria legitimar o futuro que, no entender de Milliet, era o futuro construído pela ação dos paulistas.”¹⁵⁴

As origens da construção dessa memória histórica foram estudadas por Kátia Abud. Em sua tese¹⁵⁵ Abud apresenta uma grande análise da produção sobre São Paulo de escritores como Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques, buscando as origens e desdobramentos da mistificação sobre a figura do bandeirante, um dos símbolos da cidade e do paulista presente em cartazes do IV Centenário, em estátuas espalhadas pela

¹⁵² CLARO, Silene Ferreira. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço científico e cultural esquecido** (proposta inicial e as mudanças na trajetória – 1934 - 1950). Tese de doutorado apresentada no Departamento de História Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p.9/10.

¹⁵³ Op. cit. CLARO, p. 59 a 62.

¹⁵⁴ Op. cit. CLARO, p.160.

¹⁵⁵ ABUD, Kátia Maria. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições** (A construção do símbolo paulista: o bandeirante). Tese apresentada no Departamento de História, FFLCH/USP, 1985.

cidade e na narrativa museológica construída por Taunay, no Museu Paulista.

Os primeiros documentos historiográficos significativos centrados no bandeirismo foram os trabalhos de Frei Gaspar da Madre de Deus e de Pedro Taques de Almeida Paes Leme. O primeiro destacou a figura do mameluco no movimento expansionista, e o segundo além de engrandecer os bandeirantes em sua Nobiliarquia, colecionou toda uma documentação referente às Minas descobertas pelas bandeiras.¹⁵⁶

Como a própria autora pontua, essa concepção sobre o bandeirante foi sendo ampliada e divulgada por historiadores, poetas e memorialistas posteriores aos citados. Dentre os principais temos: Ellis Jr., Taunay, Paulo Prado, Alcântara Machado. Tantos os primeiros quanto os últimos são frequentes e presentes como referências historiográficas nas obras fronteiriças, inclusive nas monografias analisadas.

Essas concepções que entendem a origem do paulista superior a dos demais ficou latente após os insultos ao povo nordestino diante do resultado das eleições presidenciais de outubro de 2014, e depois na pesquisa da Datafolha do mesmo ano.¹⁵⁷

A noção de unidade presente no conceito de bandeirismo se alia a noção de “superioridade”, racial, social, psicológica do Bandeirante. O nivelamento, a expressão da igualdade e da integração, se faz através das qualidades positivas, que o bandeirante carrega implícitas, no seu próprio conceito.¹⁵⁸

Quando São Paulo passou a receber imigrantes o bandeirante ajudou na adaptação desses novos habitantes, tanto através das características mais europeias adotadas na descrição do símbolo do paulistano, quanto nas histórias ligadas a mistura de povos e da miscigenação. Interessante notar que não foram apenas os imigrantes que puderam se sentir incorporados a cidade, mas que acabaram sendo adotados por seus habitantes como símbolo da paulistanidade. Assim não é pouco comum a menção demorada sobre a imigração nos bairros e a sua importância para o desenvolvimento da cidade tanto nas monografias, mas principalmente nos documentários de “História de Bairros”.

Foi nesse momento, entre 1890 e 1930, que a figura do bandeirante foi resgatada como símbolo, pois ao mesmo tempo que denunciava as qualidades

¹⁵⁶ Op. cit. ABUD, 1985.p. 4.

¹⁵⁷ ARAGÃO, Alexandre. “Paulistanos são vistos como mais egoístas e orgulhosos”. In: **Folha de São Paulo**. 22/12/2004. (Reportagem sobre a pesquisa Datafolha)

Reportagem disponível em: www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1565753-paulistas-são-vistos-como-mais-egoistas-e-orgulhosos.shtml?mobile

Pesquisa Datafolha: datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2014/12/1559426-piora-imagem-dos-paulistanos-entre-brasileiros-em-uma-decada.shtml

¹⁵⁸ Op. cit. ABUD, 1985. p.9.

de arrojo, progresso e riqueza que São Paulo possuía, representava o progresso de integração territorial que dera sentido a unidade nacional. Como símbolo, o bandeirante representava, de um lado a lealdade ao estado e de outro a lealdade à nação, e permitia também com a significação que os estudos históricos do período lhe deram, que uma parcela da população, a dos imigrantes, se integrassem, emocionalmente a São Paulo, na medida em que uma das vertentes dos estudos sobre o bandeirismo deu ênfase a miscigenação.¹⁵⁹

O mito fundador do bandeirante assim vai sendo readaptado a cada novo momento e contexto. As transformações vão acontecendo, as necessidades de se recuperar uma identidade local se refazem e as figuras míticas são adaptadas tanto na sua moral quanto nos seus aspectos físicos, para que assim possam ser incorporadas às memórias de que se pretende atingir.

O mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimenta-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente.¹⁶⁰

Essas representações, apontadas na tese de Kátia Abud, continuam sendo revisitadas como em “Breve História do Estado de São Paulo” de Marco Antonio Villa,¹⁶¹ que apesar de historiador realiza um texto de cunho fronteiro. E mesmo em uma obra estritamente acadêmica, mas se for patrocinada, podemos encontrar no prefácio ou na apresentação escrita por outra pessoa que não o autor ou o organizador, referências as representações de grandiosidade do povo paulista, como no prefácio escrito pela Petrobrás na coletânea organizada por Paula Porta:¹⁶²

Porque assim a Cidade se construiu, assim se transformou a maior metrópole sul-americana, em seu principal centro financeiro e industrial, e um dos maiores conglomerados humanos de todo o Planeta: como espaço de encontro e mescla, como ponto de chegada e pólo irradiador.¹⁶³

¹⁵⁹ Op. cit. ABUD, 1985. p. 132.

¹⁶⁰ CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.p.10.

¹⁶¹ VILLA, Marco Antonio. **Breve História do Estado de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

¹⁶² PORTA, Paula. **História da Cidade de São Paulo**. A cidade colonial 1554-1822, voll. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

¹⁶³ Idem, prefácio.

Como já dissemos as comemorações se constituem como ocasiões propícias para o renascimento dessas memórias históricas, muito bem aproveitadas pelos administradores da política que proporcionam a população eventos de enaltecimento dos pontos positivos frente aos negativos da localidade, bem como para o mercado de divulgação, seja ele editorial ou audiovisual, pouco aproveitado pelos historiadores de formação.

Sobre o posicionamento dos historiadores brasileiros em relação as comemorações Bonaldo aponta o caso de Arruda em que: “O historiador brasileiro José Jobson de Andrade Arruda talvez apareça como um exemplo desta hesitação. O seu trágico “V centenário do descobrimento do Brasil: comemorar, celebrar, refletir”, em todos os seus aspectos um panfleto anti-comemorativo, pode ser encarado como uma instância paradigmática desse posicionamento intelectual”.¹⁶⁴

Assim gerações passam, mas a memória histórica construída sobre a superioridade do povo paulista se mantém quase que inalterada, inclusive pelo papel da produção de divulgação que muitas vezes alimenta essa memória e a ensina para quem por acaso não a tenha percebido.

O maior problema é como escrever sobre o passado de uma cidade como São Paulo, que procura estar ligada aos temas do progresso e da indústria, da tecnologia e da inovação e ainda pensando em atingir um público não especializado – que muitas vezes espera uma história grandiosa e cheia de elementos de riqueza, que possa mostrar no passado a grandiosidade do presente.

Sobre esta cidade, tão grande e tão pouco conhecida, que cresceu de forma descontrolada e avassaladora, deixando de ser a cidade dos nascidos nela e se tornando a cidade dos que nela vieram morar e trabalhar, há ainda um precioso elemento para a sua compreensão: ela e seus habitantes adotaram o “novo”, o “atual” como elemento auto referencial, como pudemos observar na eleição do símbolo para os anos 90. Esta cidade nova, com cerca de 100 anos de existência (pois o processo de expansão para a área externa ao perímetro colonial e imperial data do final do século passado), tem a característica do culto do novo, do moderno, do monumental, da destruição, da renovação e da transformação. Para seus habitantes, o símbolo emblemático dos anos 90, significativo, é a Avenida Paulista – não a que está comemorando 100 anos, a área residencial da elite paulista nos inícios dos anos republicanos, mas sim o poderoso centro financeiro contemporâneo que demarcou com seus monumentais prédios o perfil da cidade.¹⁶⁵

¹⁶⁴ Op. cit. BONALDO, 2010. p. 70.

¹⁶⁵ Op. cit. GLEZER, 1992. p.13.

São Paulo é um dos poucos estados que não possui na grade curricular dos cursos básicos e superiores o estudo da história local, isso porque a história do Brasil que estamos acostumados a narrar é a que tem a história do estado à frente dos desdobramentos históricos do país. Desse modo, refletir de modo crítico a trajetória do estado e as construções narrativas desse passado acabam ficando restritas à academia. Quando nas iniciativas da pesquisa, inclusive por não historiadores, como é o caso do Concurso História de Bairros, esbarramos nos desafios práticos da pesquisa de um local que valoriza apenas o aspecto moral e ético do passado, e a capacidade de construção do progresso e do futuro, pelo povo paulista. Os espaços de resguardo da memória, principalmente se ela não corroborar para a construção da memória do desenvolvimento tecnológico, acabam ficando esquecidos.

[...] há os entraves materiais: a difícil localização do material nos arquivos públicos, que deixam a desejar em termos de instrumentos de pesquisa, quase inexistentes; o acesso difícil aos arquivos cartoriais e judiciais, institucionais e privados, o que leva o pesquisador a procurar o que sabe que existe nos acervos, o que de certa forma acaba bloqueando avanços. Das difíceis condições de financiamento, equipamentos para leitura e reprodução de microfichas e microfilmes, edição de trabalhos, não há o que sequer comentar.¹⁶⁶

O objetivo central na criação do Concurso de Monografias História de Bairros era o de publicizar os documentos sobre a cidade do AHMSP, mas a criação do Concurso sem uma ação articulada de organização do material e disponibilização do mesmo para os pesquisadores, fez com que as fontes utilizadas na construção das narrativas dos bairros fossem aquelas já publicadas pelo próprio AHMSP, bem como os trabalhos anteriores sobre São Paulo, justamente os já citados textos como os de Taques, Taunay, bem como as produções romanceadas dos poetas e estudantes de Direito, muitas vezes apenas reapresentando narrativas já apresentadas.

A seguir vamos verificar nos textos selecionados das monografias premiadas no Concurso “História de Bairros de São Paulo” como esses elementos fronteirios e da memória paulista aparecem entre a narrativa dos acontecimentos locais.

2.2 OS ASPECTOS FRONTEIRIÇOS NAS MONOGRAFIAS DO CONCURSO HISTÓRIA DE BAIRROS DE SÃO PAULO

¹⁶⁶ Op. cit., GLEZER, 1992. p. 10.

Nosso objetivo nessa parte da dissertação é a análise do Concurso e dos conceitos históricos que o envolveram. As monografias foram observadas a partir de suas escolhas metodológicas e de escrita, mas não julgadas em relação a sua validade e correção em dados. Em nenhum momento nesse percurso nos propomos a discutir a veracidade dos conteúdos presentes nas 33 monografias, pois além de um trabalho imensurável, acreditamos que esse tipo de atividade em nada acrescentaria às reflexões sobre a história e os tipos de narrativa histórica que descrevem e alimentam determinados conceitos sobre a trajetória da cidade de São Paulo, além das reflexões sobre o próprio trabalho do historiador, ao refletirmos sobre a escrita da história em diferentes situações.

Escolhemos as edições que iniciaram o Concurso e aquelas que fizeram parte das suas últimas aparições, até o momento. Essa amostragem partiu do interesse em averiguar porque diferentes pesquisadores concebiam as monografias “História de Bairros” ora como memorialísticas e ora como acadêmicas, principalmente uma dicotomia dentro do próprio Concurso, sendo que para alguns seriam as primeiras mais memorialísticas e para outros as últimas:

A nossa questão é que achamos que as monografias não tinham futuro. Se você comparar as monografias iniciais com as monografias finais, você vai ver que a diferença de qualidade, de estilo, de postura é enorme. As primeiras monografias eram feitas por gente de primeira qualidade e historiadores de primeira linha, com pesquisa científica, com rigor, com metodologia e etc. Os últimos eram quase amadorísticos, com estilo bastante deficiente. Então não nos parece que haja mais, que haja hoje público. Quer dizer, foi uma avaliação de 2005, que vale hoje não.

Em 2005, juntamos tudo que estava pronto e não publicado, analisamos isso, lemos isso, distribuímos para as pessoas lerem, gente que não tinha feito parte da comissão. Importante, foi feito uma nova avaliação e não era muito..., enfim. E, portanto, a gente achou que não era aquele caminho.¹⁶⁷

[...] foi destaque em relação a mim que conhecia, eu tinha toda a coleção, embora não tivesse antes participado do julgamento, é que começaram a aparecer trabalhos, na sua grande maioria trabalhos já formalmente identificados como os produtos da academia. Então talvez aquela ideia original de aproveitar trabalhos mais amadorísticos e de pessoas identificadas com os bairros, desejosas de preservar aquela memória da comunidade. Acho que isso praticamente desaparece nesse momento.

Então você tem um predomínio de trabalhos que já são marcados por esses cacoetes da academia. Bom, não quer dizer que nem todos são bons só porque são acadêmicos. Eles são muitas vezes só uma retórica, não corresponde ao real, ao conhecimento e não corresponde a uma história do bairro, realmente boa, mas em fim eram trabalhos bons que apareceram.¹⁶⁸

¹⁶⁷ Declaração em entrevista, concedida a nós em maio de 2013, de Carlos Augusto M. Calil.

¹⁶⁸ Declaração em entrevista, concedida a nós em março de 2014, de Ana Maria de Almeida Camargo.

Nas monografias que apresentaremos, em diferentes graus há aspectos fronteiriços, e entendemos que isso aconteça por conta das próprias diretrizes do edital que pontuava que: “*Os trabalhos deverão conter a história de um bairro escolhido pelo concorrente o seu desenvolvimento e situação atual dentro da grande metrópole*”.¹⁶⁹

É, portanto, conferido a essas monografias o papel de finalizar os estudos sobre os bairros, partindo da concepção sobre a história de que há apenas uma versão para os fatos, uma única narrativa sobre o passado, e que fazer história é abarcar a trajetória de toda a existência do objeto estudado.

A história do tempo presente não era um tema comum, nem mesmo na academia. O tempo da história era a do passado e mesmo com o método retrospectivo dos Annales na prática apenas fatos com mais de cinquenta anos eram comumente analisados nos espaços universitários.

Outros escritores que haviam tratado sobre o passado de São Paulo, também se aventuraram sobre o presente da cidade e nesse quesito talvez a maior referência tenha sido o próprio Ernani Silva Bruno, membro da primeira comissão julgadora, cujas obras premiadas certamente serviram de exemplo para aqueles que desejassem escrever seus trabalhos nas próximas edições. Ernani Bruno foi responsável pela realização da obra que ficou conhecida como “a biografia da cidade”, na qual narrou a trajetória paulistana desde a fundação de Piratininga até o instante anterior ao da impressão de seu texto em 1953, justamente às vésperas da comemoração do IV Centenário da cidade paulista, tendo em sua obra inclusive o selo do evento.

Em “História e Tradições”¹⁷⁰ Ernani Silva Bruno realiza um estudo e narrativas híbridas, onde ora faz pesquisa de arquivo, ora inova com fontes pouco utilizadas e por fim realiza um trabalho memorialístico conforme seu objeto de estudo se aproxima das suas lembranças pessoais e das tradições da memória coletiva, apresentando um verdadeiro inventário dos equipamentos e estrutura da cidade paulista. Como um guia de turismo, Ernani Bruno elenca número de vias públicas, praças, prédios, bibliotecas e escolas, acrescentando adjetivos e impressões pessoais, na mesma obra em que se pautava pelas fontes no período colonial.

¹⁶⁹ DOM. Nº 11.382 de 01/03/1968 pág. 8. Reprodução do documento presente no Anexo E. O quadro sobre os editais está presente nas páginas 58 a 68 do capítulo 1.

¹⁷⁰ BRUNO, Ernani Silva. História e Tradições da Cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

Essa diferença do todo, dos três volumes de “Histórias e Tradições”, foi ocasionado justamente de uma necessidade apontada pelos editores da José Olympio para aproveitar os festejos da efeméride. Ernani Bruno havia procurado os editores para publicar apenas o volume segundo em que trata do século XIX, e chamou de burgo dos estudantes, mas os editores sugeriram que aumentasse o período de sua pesquisa. Como sucesso para a obra talvez tenha sido uma sugestão acertada, mas que levou a duras críticas de outros historiadores.

Entendemos que os concorrentes do Concurso em questão passaram pelo mesmo desafio: ter um material de pesquisa, um desejo de escrever sobre o bairro que em vive, projetá-lo, ao mesmo tempo tendo que cumprir toda a existência do mesmo, desde a ocupação portuguesa em seu solo. O mesmo desafio, mas com uma referência: a obra de Ernani Silva Bruno.

Além das influências de Ernani Silva Bruno, não apenas como membro da primeira banca julgadora, mas também como escritor de uma obra que se transformou em modelo, temos a própria trajetória da escrita da história no Brasil. A escrita da história acadêmica não percorria os caminhos da história do tempo presente, e por isso não havia parâmetros metodológicos para se trabalhar com essa periodização. Por outro lado o edital apresentava a exigência das monografias esgotarem a trajetória do bairro, buscando contemplar da origem às transformações mais próximas as vésperas da entrega da monografia ao Concurso.

Assim temos um concurso cujas monografias muitas vezes são repletas de arranjos pouco naturais, com metodologias diferentes, entendimentos do trabalho do historiador, também, diferentes e narrativas completamente variadas. Tudo isso em um mesmo texto, em um mesmo capítulo.

A partir dessas considerações, partiremos para a análise das monografias nos seus aspectos fronteiriços.

Como seria impossível trazer a análise realizada nas 33 monografias publicadas, resolvemos apresentar um recorte partindo das duas primeiras edições que entendemos que serviram como perfil para as demais, e, também trazendo a análise das duas últimas edições, para observarmos as diferenças, permanências e se procede a afirmação do ex-secretário de Cultura de que haveria uma queda de qualidade e que a substituição do suporte era necessária.

A primeira edição do Concurso História de Bairros aconteceu em 1968 e contou com três premiações e uma menção honrosa, todas publicadas no ano de 1969. Nessa primeira edição a banca julgadora foi composta por Myriam Ellis, Ernani Silva Bruno e Pedro Brasil Bandecchi, todos participantes do julgamento de outras edições do Concurso. Entendemos que essas primeiras quatro monografias trouxeram ao concurso, juntamente com o julgamento dessa primeira banca e das diretrizes dos editais, o formato que as próximas monografias poderiam apresentar.

O primeiro lugar coube a monografia “O Bairro do Brás” de Maria Celestina Teixeira Mendes Torres, que nas edições seguintes acabou emplacando outras premiações nesse mesmo concurso¹⁷¹, o segundo lugar foi de “Pinheiros”,¹⁷² de Antonio Barreto do Amaral, o terceiro lugar ficou para “O bairro da Penha de França”,¹⁷³ de Sylvio Bontempi. A menção honrosa ficou para Maria Helena Petrilho Berardi, com “O Bairro de Santo Amaro”.¹⁷⁴ Essas monografias iniciais foram respectivamente publicadas como volumes 1, 2, 3 e 4.

Nessa primeira edição as monografias são diferentes entre si guardam certas características em comum: trabalhos com pesquisas que se valem de documentos de arquivo, mesmo que em grande parte tenham consultado os documentos já publicados; apresentam narrativa cronológica; assim como Ernani Bruno, tratam o presente como um levantamento dos recursos e da estrutura do bairro e apesar de haver apelo sentimental pelo objeto estudado, esse uso acontece de forma mais comedida no todo da obra.

A autora do texto que levou o primeiro prêmio, Maria Celestina, formou-se em História na USP¹⁷⁵, e como historiadora de formação apresenta um texto mais acadêmico, no entanto nesse primeiro volume ultrapassa as fronteiras da história, talvez também por ter se formado nas primeiras turmas de História da universidade. A

¹⁷¹ A citada autora foi premiada com a monografia sobre o bairro de “Santana” e sobre o de “Ibirapuera”, recebendo respectivamente o segundo e primeiro lugar.

Ver: TORRES, M. C. T. Mendes. *O bairro de Santana*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1970. (História dos Bairros de São Paulo, 6).

_____. *Ibirapuera*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1977. (História dos Bairros de São Paulo, 11).

¹⁷² AMARAL, A. B. do. *O bairro de Pinheiros*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1969. (História dos Bairros de São Paulo, 2).

¹⁷³ BONTEMPI, S. *O bairro da Penha*: Penha de França, Sesmaria de Nossa Senhora. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1969. (História dos Bairros de São Paulo, 3).

¹⁷⁴ BERARDI, M. H. P. *Santo Amaro*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1969. (História dos Bairros de São Paulo, 4).

¹⁷⁵ A autora apresenta uma curta biografia na monografia sobre o “Ibirapuera”, onde valoriza a sua formação e os livros já publicados.

monografia “O Bairro do Brás” conta com a apresentação de Leonardo Arroyo, citada por nós no primeiro capítulo e apresentada na íntegra nos anexos,¹⁷⁶ então diretor do Departamento de Cultura, em seguida apresenta uma foto sem identificação de arranha-céus.

Apesar de em 1968 os autores do grupo dos *Annales* já terem feito a crítica sobre os documentos os documentos públicos, dos cursos de ciências humanas da Universidade de São Paulo já existirem há mais de trinta anos e Ernani Silva Bruno ter realizado um trabalho que incluiu relatos, textos literários e diários de estudantes do Largo São Francisco, Maria Celestina apresenta nas suas referências apenas as fontes oficiais.¹⁷⁷ Se por um lado essa escolha nos documentos oficiais pode ter lhe garantido o primeiro lugar, no primeiro concurso, como exemplo de monografias esperadas para divulgar os documentos do Arquivo, por outro a deixaram sem muitas referências quando trata da narrativa da história do seu presente.

As fotos apresentação não tem a autoria indicada, não apresentam data ou origem, apesar de terem suas paisagens identificadas no setor “Explicação das gravuras”. Alguns mapas, como o da página 45, apesar de referenciarem as afirmações do texto, também não apresentam datas. A primeira imagem, que abre o livro, é impactante, nos remete ao desenvolvimento econômico, as indústrias, um lugar próspero e rico. No item “Explicação das gravuras” encontramos a seguinte referência: “1. Aspecto geral da cidade de São Paulo em 1968.” A referência não explica o lugar que a foto foi tirada e nem por quem, mas a localização da imagem logo depois da Apresentação de Arroyo e antes do texto sobre o Brás, induz o leitor a entender como uma imagem do desenvolvimento desse mesmo bairro.

O trabalho é cronológico, temos “A paragem do Brás”, depois “Na segunda metade do século XIX” e por fim o item “No século XX”. Antes desses capítulos a escritora apresenta o livro a partir do texto “Duas Palavras”, onde conceitua a noção de bairro. Nessa parte a autora identifica o que entende por fontes, entendendo-as basicamente como escritas e oficiais. Apesar de principalmente no final dessa monografia apresentar elementos mais memorialísticos, a autora não utiliza outros tipos de fontes além das tradicionais, concepção já deixada de ser defendida na academia desde o final da década de 20 do século XX, mas que havia sido símbolo do mais

¹⁷⁶ TORRES, M. C. T. Mendes. **O bairro do Brás**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1969. (História dos Bairros de São Paulo, 1).

¹⁷⁷ Isso porque existe uma defasagem de décadas entre novas propostas de alterações das formas de trabalho e sua implementação em produções científicas.

absoluto rigor metodológico na escrita sobre história. O que chama mais a atenção é o fato da escritora ser historiadora de formação, o que mostra a problemática da catalogação das produções de história em acadêmicas ou não acadêmicas, imbuindo nessas denominações valores positivos e negativos quanto as sua importância e colaboração dentro dos estudos históricos.

Sobre a relação entre o objeto estudado e os documentos Maria Celestina diz que:

Os documentos que podem revelar a nossos olhos a cidade de São Paulo em épocas anteriores, isto é, Livro de Escrituras, Livros de Inventários e Testamentos, Registros de Terras, que formavam o acervo de nossos cartórios, Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, Livros de Atas de Sessões da Câmara Municipal, Livros de Posturas, Leis e Decretos em geral, Cartas de Datas de Terras, Livros de Sesmarias, Coleção de Papéis Avulsos e Ordens Régias, Correspondência dos Governadores, Relatórios de Presidentes de Províncias e dos Prefeitos Municipais – enfim, a massa de documentos manuscritos, impressos, inéditos ou publicados, referem-se ora a distritos ou subdistritos, criando, dessa forma, uma certa dificuldade quando se tenta estabelecer um limite para o “bairro” que se pretende estudar.¹⁷⁸

Nesse primeiro trecho, delimitador das múltiplas definições de bairro, sentimos falta de dois elementos: primeiro de um mapa mostrando as definições administrativas, geográficas e sentimentais, e, segundo, a definição das definições por ela escolhida na construção do seu texto. A autora procura ser imparcial, entendendo que haveria essa possibilidade, mas acabou optando por uma série de elementos opostos a esse desejo. Assim a autora aponta:

[...]Mas para a grande parte da população paulistana, o Brás é ainda o “bairro” que se formou em torno da paragem do Brás, abrangendo a maioria dos atuais bairros da zona Leste, e que à medida que se individualizaram, dele formaram desmembrados. E até os próprios moradores do bairro, quando se referem a lojas, escolas ou igrejas do Pará, ou de bairros vizinhos, esquecem-se das divisas, pois... “não é ali mesmo a rua João Teodoro?”¹⁷⁹

A autora não diz que rua é essa e qual é a importância dela para a comunidade, limitando a compreensão de seu trabalho. Parte então para uma breve recuperação da história da cidade, comum nas monografias que procuram traçar a importância dos bairros dentro da trajetória da cidade, buscando protagonismo, e, também, as origens da formação do bairro.

¹⁷⁸ Op. cit. TORRES, 1969, p. 15.

¹⁷⁹ Idem, p.20.

Uma tentativa de reconstrução histórica dos bairros paulistanos, isto é, um estudo da evolução urbana da cidade de São Paulo através de seus bairros, revela, de início, como esta foi lenta nos três primeiros séculos, para se acelerar com estranha rapidez a partir da segunda metade do século XIX.¹⁸⁰

Maria Celestina aponta elementos do desenvolvimento da cidade que foi lenta a partir da perspectiva de muitos estudiosos da cidade naquele momento, isso porque o parâmetro da comparação era sempre da cidade contemporânea dos arranha céus, apesar dessa cidade de forma clara não ter sido apresentada para além dos elementos estatísticos.

Sua maior referência bibliográfica inicial parece ter sido Taunay, amplamente citado pela autora, também se vale dos textos de Ernani Silva Bruno e Leonardo Arroyo. Na primeira parte do livro a autora constrói uma narrativa mais acadêmica, pautada nos documentos, mas através de uma concepção em desuso e de uma organização das informações que torna o seu texto pouco palatável, já que o critério, para o agrupamento de temas e fatos, parece ter sido a cronologia das fontes, de modo que os subcapítulos nem sempre possuem relação entre si, sendo a exceção à referência sobre as procissões de Nossa Senhora da Penha e a utilização do Brás como paragem, elemento de construção narrativa prioritário nessa primeira parte do livro.

A autora raramente analisa os documentos que apresenta, o debate sobre os termos, ou traz notas ao leitor explicando as fontes em conteúdo, função e relevância dentro da análise do objeto Brás. Apesar dos documentos serem apresentados de forma separada do texto e com as respectivas referências, a autora se utiliza dessas fontes de modo que a mera exposição e organização desse material fossem suficientes para a construção da narrativa histórica.

As questões levantadas a partir da documentação apresentada são: as disputas entre candidatos às concessões de terras; solicitação da manutenção e construção de equipamentos de uso comum como pontes; o plano urbanístico que começa a aparecer nas datas concedidas a partir de 1832, onde é exigido que os beneficiários devem realizar benfeitorias públicas.

Há pequenos detalhes explicativos para o público não acadêmico que deveriam ser feitos, pensando que o concurso apontava em edital que tinha como objetivo a divulgação da história de São Paulo para o público não especializado.

¹⁸⁰ Idem, p. 23.

A própria autora coloca o capítulo inicial como monótono não por conta da sua construção narrativa e escolha/uso dos documentos, mas por conta dos fatos que considerou relevantes do bairro terem sido até então escassos e vagarosos, “Aqui termina este longo, monótono e fastidioso capítulo”.¹⁸¹ Esse tipo de relação mais íntima entre autor e leitor, com juízos de valores e adjetivos, se aproxima das características de textos de obras fronteiriças da história.

Os novos fatos que abraçam o bairro a partir do século XIX, que vão se aproximando por curtos espaços de tempo, transformações e povoamento que começam a serem cada vez mais perceptíveis, na concepção da autora, tornam o seu próprio texto mais dinâmico e interessante ao mesmo tempo que ficam mais fronteiriços.

Apesar de em poucas ocasiões a autora faz uso de adjetivos, opiniões pessoais e juízos de valor, como no trecho a seguir: “Graças ao Dr. João Teodoro, a Várzea do Tamanduateí reconquistou, com a construção da Ilha dos Amores, sua posição como local de recreio, com banhos e outros passatempos”¹⁸² Antes desse trecho a autora termina um parágrafo com reticências: “(...) Além disso, em torno dela, a imundice terrenos vagos, cheios de lixo, ossos, sapatos velhos, latas enferrujadas, colchões e travesseiros...”¹⁸³

A concepção da autora sobre relato histórico parece ser o de elencar dos detalhes que se encontram nos documentos oficiais, sem construir uma construção narrativa que apresente sentido a essa documentação. Os capítulos parecem ter sido integrados de acordo com a organização dos documentos nos arquivos, dessa forma temos a disposição das igrejas com os cemitérios, como se os documentos escolhessem a autora e não o contrário.

Após as igrejas e os cemitérios e a vez das indústrias. Nesse ponto a autora traça um panorama das indústrias na cidade e depois especificamente no Brás. No panorama da cidade a autora recupera o tratado Anglo-brasileiro de 1810, a expansão algodoeira com a Guerra Civil nos Estados Unidos da América, e por fim no aspecto local as vantagens para participar desse desenvolvimento industrial, os bairros do Brás e da Mooca, graças a construção da estrada de ferro.

Nos itens “Indústria” e “Migração” a autora é mais opinativa e analisa os dados com maior frequência em comparação com o capítulo anterior, trazendo, inclusive,

¹⁸¹ Op. cit. TORRES, 1969, p. 76.

¹⁸² Idem, p. 92 e 93.

¹⁸³ Idem, p. 92

anedotas e curiosidades. Surgem citações grandes e com mais de uma página como a que se inicia na página 138 e termina na 140, com nomes de moradores.

A autora também não costuma explicar as aspas que as vezes coloca em algumas palavras:

Entrevistas com antigos moradores do Brás – italianos, filhos de italianos e “brasileiros” – revelaram uma influência marcante não apenas na “sensibilidade musical”, mas nos costumes, na culinária, no linguajar, pois não apenas o vocabulário cotidiano é rico em expressões italianas, como o próprio sotaque revela as diferenças flagrantes entre a maneira de se expressar do paulistano nos bairros tipicamente residenciais da zona alta, habitados por uma sociedade mais refinada, ou antes, mais paulista, formada de grande parte pelo que conveio chamar de “paulistas quatrocentos anos”.¹⁸⁴

As entrevistas são apontadas como investigações historiográficas para embasar sua construção narrativa, mas não apresenta quaisquer outras informações sobre as mesmas que evidencie que de fato existiram. A omissão dessas informações pode ter acontecido por ter sido a própria autora a realiza-las, e em um período em que as entrevistas não são comuns dentro de trabalhos históricos, e que, portanto, não havia consenso metodológico, pode ter ocasionado a autora, também por conta da sua proximidade com o objeto pesquisado, a sensação da ausência de necessidade de externar essas informações.

A autora finaliza o segundo capítulo com saudosismo e o parágrafo termina com reticências e nota. Não é possível saber se trata de uma citação incorporada ao texto da autora, isso porque não há referências, mas nos chama a atenção a alternância no estilo da escrita.

BRÁS – fim do século XIX. Bairro dos italianos, principalmente napolitanos. Cocheiros italianos substituindo os portugueses. Grupos de italianinhos cantando alegremente pelas ruas. Jovens imigrantes a dar concertos de bandolim, flauta, clarinete. Junto às fábricas à hora do almoço, a cortar com o canivete o pão redondo que comiam com bananas e queijo. À noite um Chianti legítimo com uma “pizza” ou um naco de “provolone”. Nos quintais, vez por outra o jogo de “bochas”. À hora do trem, os vendedores de jornais, “a turma dos bareses”, nos pontos de distribuição da mercadoria, a retirar rapidamente os seus jornais e... lá iam eles em rápida carreira até a Sé, onde chegavam antes dos bondes puxados por burros...¹⁸⁵

No último capítulo, Maria Celestina fala de novas fundações de São Paulo, através dos “melhoramentos” dos prefeitos Antonio da Silva Prado e Raymundo Duprat, mas

¹⁸⁴ Op. cit. TORRES, 1969, p. 119 e 120.

¹⁸⁵ Idem, p. 120.

não problematiza nem o termo, não diz quais foram esses melhoramentos e não os insere no âmbito macro dos interesses. A autora escreveu como o impacto de indivíduos isolados na trajetória da cidade, características do personalismo presente também em uma tradição historiográfica anterior a do período em que escreve. O sub capítulo chama-se “Antonio da Silva Prado (1899 – 1910) - Embelezamento e problemas com saúde pública divisão em 30 distritos e plantação de árvores”, e nele descreve a criação e reforma de espaços públicos como o Teatro Colombo, os cinemas, casas de divertimentos e por fim faz uma guinada temática: “Voltemos, porém, ao passado. Aos fatores que contribuíram para a industrialização de São Paulo, podemos agora, incluir a primeira grande guerra.” , remetendo-se em seguida para a falta de produtos estrangeiros.

O segundo prêmio coube a monografia de Amaral sobre “Pinheiros”. Essa monografia compõe o grupo das monografias iniciais que constroem a narrativa a partir da cronologia dos documentos encontrados. Essas primeiras monografias escrevem de forma caótica com saltos de séculos e temas, com subtítulos que não formam uma construção lógica, e dentro de capítulos cujo único ponto em comum é os anos em que esses temas selecionados, ditados pelas fontes, se desdobraram. Assim é possível um subtítulo “Divertimentos” preceder outro intitulado “Juizado de Paz”.

Assim como Torres, no volume 1, aponta a independência do Brás frente a cidade, valorizando sua auto suficiência, Amaral diz que Pinheiros nas primeiras décadas do século XX poderia ser considerada uma cidade satélite da Capital, possuindo, em 1950, 27 mil habitantes.¹⁸⁶ Amaral também valoriza o papel de determinados personagens históricos:

No local onde um dia o grande bandeirante Fernão Dias Paes estabelecera a sede de sua propriedade, o sítio do Capão e onde em 1921, viria instalar-se por vinte anos a Sociedade Hípica Paulista, abriram-se, em 1948, as portas para a cultura da mocidade e prestando uma homenagem ao “Caçador de Esmeraldas”, deram ao Instituto de Educação ali estabelecido a denominação daquele extraordinário paulista.¹⁸⁷

Sobre outro bandeirante, também dedica exaltadas palavras de valorização:

Rua Fradique Coutinho – Lugar-tenente de Antonio Raposo Tavares, acompanho-o nas formidáveis arrancadas através dos sertões e das missões sulinas. Seu nome está inscrito entre os daqueles bandeirantes que mais

¹⁸⁶ Op. Cit. AMARAL, A. B. do, 1969, p. 80.

¹⁸⁷ Idem, p. 113.

dilataram o território pátrio. Foi, ainda, Fradique de Melo Coutinho, no primeiro quartel do século XVII, um dos quatro capitães de ordenanças da Vila de São Paulo.¹⁸⁸

O terceiro prêmio coube a monografia “Penha de França”, de Silvio Bontempi. Nesse texto a narrativa também é linear, a cronologia das fontes é que é responsável pela articulação dos temas da obra, apesar desta monografia se apresentar através de um texto mais agradável e de prazerosa leitura. Trata-se de uma pesquisa de fôlego, que ainda tem sua importância na construção do saber local e como base de trabalhos que se coloquem na condição de estudar a região, tendo sido base da monografia de mesmo nome apresentada na última edição do concurso, e também para a monografia sobre “Itaim Paulista”, também da última edição. No entanto, mesmo apresentando um grande esforço de pesquisa essa monografia possui muitos aspectos que podemos classificar enquanto fronteiriços como o enaltecimento de alguns personagens como centrais na importância da trajetória do bairro, bem como o uso de adjetivações e opiniões pessoais.

Por último cumpre deixar claro que se evitaram as minudências desnecessárias ou de secundária significação histórica, uma vez que se objetivou apenas a fixação da linha geral da formação e desenvolvimento do Bairro, de que decorrem as conclusões finais, a modo de perspectivas quanto a posição do tradicional burgo paulistano no sistema da Grande Metrópole.¹⁸⁹

Apesar da definição anterior, Bontempi dedica páginas ao que poderia ser notas de rodapé, como o percurso da construção sobre a imagem de Nossa Senhora da Penha de França nos períodos mais longínquos da narrativa histórica, bem como do percurso pela Europa até chegar ao Brasil. Também rebusca e amplia a narrativa quando os fatos tratam de personagens conhecidos, mesmo que os eventos tenham sido absolutamente breves. Além dos fundadores e mais importantes moradores, encontramos nomes conhecidos para além dos limites da Penha, assim na página 18 Bontempi afirma que pela região do que viria a ser a Penha andavam admiráveis discípulos de Loyola, e Abranches Viotti, citado por Bontempi, disse que “Não é impossível a presença do próprio Anchieta”¹⁹⁰.

[...] Se Anchieta por lá esteve, o Outeiro que mais tarde receberá Nossa Senhora da Penha, também recebeu o futuro Santo do Brasil, inserindo-o no repositório das suas mais gratas tradições.¹⁹¹

¹⁸⁸ Op. Cit. AMARAL, A. B. do, 1969, p. 114.

¹⁸⁹ Op. Cit. BONTEMPI, S., 1969, p.15

¹⁹⁰ Idem, p. 18.

¹⁹¹ Op. Cit. BONTEMPI, S., 1969, p. 19

Em 24 de agosto de 1822, aquele que se tornaria D. Pedro I chega a Penha em meio a numerosa comitiva. Paulo Eiró, também esteve na Penha por duas vezes, sendo que na primeira escreveu uma poesia a qual Bontempi reproduz. Na segunda vez, segundo Bontempi seria pouco antes que Eiró ficasse louco. Ou seja a Penha ganha um papel de destaque na vida do escritor”¹⁹².

Logo mais, umas décadas mais, a Penha dirá adeus ao século XIX, ao seu romantismo, ao seu andar sem pressa...
Adeus, Penha – sítio aprazível!
Adeus, Paulo Eiró!¹⁹³

Coronel Proost Rodovalho: responsável pelo ramal ferroviário “Largo da Igreja”. Amigo pessoal de D. Pedro II e Conde D’Eu, que visitaram a Penha. : Grandes homens por sua vez liga-se a ideia de progresso do capítulo.

Outro aspecto interessante apresentado na monografia de Bontempi é a importância que o escritor dá aos documentos escritos e oficiais como instrumentos de verificação dos fatos históricos. Desse modo dedica um subcapítulo inteiro para aquele que hipoteticamente seria o primeiro documento oficial, que também exerce a função de pedra-fundamental do bairro da Penha de França. Para tanto o autor cita, através de Cassiano Ricardo, a frase cientificista “pas de documents pas d’histoire”.

Historiadores dos mais eminentes, em que pese algum dissenso passo da matéria, acordam em que o a lume por Azevedo Marques que se inserem a data e o local da fundação do Bairro, assim como o nome do fundador. Acrescente-se que, ao ensejo do exame do documento, os historiadores deram de si a luz de sua inteligência e saber.
Guiado pelo que registraram os mestres, o autor dos prestes alinhavos pretende dar ordenamento às diversas contribuições conhecidas e por inferência delas manifestar as suas conclusões opinativas, mormente no identificar os homens que traçaram um hífen entre a fundação da Penha e os seus nomes – os Fundadores e os Fautores.”¹⁹⁴.

E na sua concepção sobre fazer história, Bontempi descreve todos os documentos em que o nome Penha apareceu e ele encontrou. Interessante que o escritor não especifica quem são esses historiadores utilizados, bastando-se dizer que se trata de historiadores e dos mais eminentes para que se tenha a credibilidade do documento.

¹⁹² Idem, p. 96.

¹⁹³ Idem, p. 98/99.

¹⁹⁴ Idem, p. 37.

O livro passa a impressão de que nada na Penha aconteceu justamente pelo enfoque de grandes feitos e grandes nomes que o autor se utiliza, enquanto ferramenta para enobrecer o bairro, isso porque no longo percurso que Bontempi trata dos grandes acontecimentos e as nobres visitas ficam centralizadas a partir do século XIX.

Faz uso de adjetivações, pontos de exclamação e liberdade de escrita e apresentação do texto: “(...) Padre Antonio Benedito, solicito que era sempre disposto a participar das atividades não só religiosas como também civis.”¹⁹⁵

Em outros momentos:

A ligação da cidade, ideológica até então, passa a se objetivar nas cogitações administrativas. Meras cogitações, é verdade, massimbólicas, a evidenciarem o fio da evolução histórica da Penha: a devoção a sua Santa!¹⁹⁶.

E finalmente, é a Penha o centro histórico, geográfico e humano de grande área da Capital, a que se juntam áreas de bairros e municípios vizinhos à feição de “grande Penha”.¹⁹⁷

A todo momento traz um resumo do que já foi dito. Esse modo de escrever repetitivo faz parecer que o livro é produto de artigos de jornal, escritos pelo autor e que foram reunidos por outrem. Contudo, o elemento mais importante de cunho fronteiriço da escrita de Bontempi é a exaltação do povo e dá lugar ao qual se fala, saudosismo apenas possível quando o escritor é também o sujeito, momento em que a memória histórica mescla-se a individual. Bontempi escreve:

Sobe-se de novo o Anhembi, cujas matas ribeirinhas, a golpes de facão, ganham trilhas precursoras.

E demanda-se, a Colina, agora decisivamente, para onde os bandeirantes levam tudo o que é seu inclusive os seus mitos, lendas e devoções.¹⁹⁸

Já ante a lenda despontam as raízes míticas e bandeirantes da Igreja da Penha e do bairro do mesmo nome.

A História, porém, é a que manifestará plenamente.

A Penha é um exemplo do bandeirismo de Piratininga.¹⁹⁹

Desse conjunto inicial de monografias premiadas “Santo Amaro”, de Maria Helena P. Berardi é o texto que menos segue regras da construção histórica, como o não uso de referências dos documentos citados e notas explicativas não são utilizadas.

¹⁹⁵ Op. Cit. BONTEMPI, S., 1969, p. 99

¹⁹⁶ Idem, p. 102.

¹⁹⁷ Idem, p. 112.

¹⁹⁸ Idem, p. 24/25

¹⁹⁹ Idem, p. 37 e p. 35

O livro é escrito a partir de verbetes, dedicando poucas páginas para cada tema que, por sua vez, não precisa ter relação com o tema sequente ou anterior. Esses subtemas esgotam-se em si e poderiam ser apresentados em artigos de jornal.

Na terceira parte, “Santo Amaro Atual”, a autora apresenta os aspectos geográficos, dos grupos étnicos, dedicando-se aos estrangeiros europeus.

Grupos étnicos – Além dos alemães e italianos já citados, Santo Amaro congrega uma população heterogênea (russos, húngaros, ingleses, americanos e outros), distribuída em diversas categorias: operários comerciais, bancários, ao lado de outros estrangeiros de nível mais alto, que trabalhavam em empresas particulares ou exercem cargos de chefia nas indústrias locais (os americanos e alemães).²⁰⁰

O quinto volume recebeu o terceiro prêmio do segundo concurso, que teve como banca julgadora Ernesto Leme; Jose Pedro Leite Cordeiro e Fernando Góes. A monografia “Jardim Saúde”, de Maria Alcina, é a que apresenta do conjunto das 33 monografias a escrita mais fronteira, apresentando texto rimado e, às vezes, poético.

É curioso como essa monografia pode ter sido premiada, já que o objetivo expresso no edital do concurso era o de mapear os documentos referentes ao bairro e que pudessem fazer parte do corpus arquivístico, do Arquivo Municipal de São Paulo. Ficamos ainda mais surpresos com o fato de que a presente monografia não se tratou de uma menção honrosa, mas que foi premiada com o terceiro lugar da segunda edição do concurso cujo primeiro e segundo lugar foi passado para os veteranos Torres e Bontempi, cujos textos apresentaram-se melhores que os primeiros.

O texto é poético e o conteúdo é memorialístico, saudosista e ufanista. Contradiz a fala do ex-secretário de cultura que afirmou que havia uma homogeneidade entre as primeiras monografias do concurso, sendo que ainda teriam mais qualidade no que diz respeito a pesquisa e pertinência nos estudos sobre a cidade do que as monografias premiadas nas últimas edições do concurso.

O texto é escrito de forma corrida, não há separação de capítulos, introdução, ou considerações finais. Também não apresenta notas de nenhum tipo ou referências bibliográficas. Também não faz uso de tabelas, imagens, gráficos ou mapas.

A autora faz uso de dados, datas e nomes, mas raramente cita a origem das suas afirmações. Quando apresenta documentação reproduz a mesma, como o Decreto-lei

²⁰⁰ BERARDI, M. H. P. **Santo Amaro**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1969. (História dos Bairros de São Paulo, 4), p. 111.

nº206 de 05/05/1943 que dispõe sobre a oficialização e denominação de vias públicas do bairro da Saúde.

Reproduz também o programa do Parque Infantil do Jardim da Saúde, que Alcina Ferreira Jorge diz ter sido fornecido pela diretora da entidade, mas não nos informa o nome da diretora e sobre o conjunto de anos que as instalações fazem referência. Podemos, todavia, supor que se trata dos anos da década de 50 do século XX, porque sua escrita, conta com uma narrativa linear e na página 62 cita uma data de 1955.

Mas o que realmente impressiona é o fato da autora escrever em formato narrativo poético, com a presença de versos rimados, em parte considerável das 73 páginas que compõem a monografia.

A ênfase sobre a Sociedade de Amigos do Bairro é enorme, tendo início na página 19 até a página 32, no total das 73 páginas da monografia. A autora Alcina Ferreira Jorge, faz uso de adjetivos e pontos de exclamação, como no trecho a seguir: “(...) A Sociedade Amigos do Jardim da Saúde é talvez uma das mais antigas, com vinte e quatro anos completos de existência!”²⁰¹

A autora mescla o que seriam notas de rodapé ao texto, assuntos e seus parênteses parecem não ter fim, trata mais do tempo presente, e a monografia é quase uma narrativa do que a autora viu, viveu e ouviu. Como exemplo, podemos citar a vida do Frei Miguel Lanzani pároco da Igreja do bairro, cujo nome não é mencionado:

A presença dos dominicanos, tendo à frente Frei Miguel Lanzani, trouxe ao bairro do Jardim da Saúde uma nota tocante de alegria, paz e felicidade. A todos enviavam a mensagem espiritual estruturada na força da fé e moldada no exemplo. Procuravam talvez viver no preceito número um da religião cristã: Amaivos uns aos outros...”²⁰²

Qual pássaro que não dá tréguas as suas asas, Frei Miguel Lanzani foi surpreendido, em pleno trabalho, pela fatalidade. Guiando a lambreta de que tanto se alegrava tombou sob as rodas monstruosas de um ônibus que impiedosamente o esmagaram.²⁰³

A autora faz uso de figuras de linguagem, personificando objetos e se valendo de características animais para descrever o caráter de um homem. Tece a narrativa mesclando a poesia, com as figuras de linguagem aos documentos que teve acesso. Assim prioriza determinados temas, que para o leitor em um primeiro momento

²⁰¹ JORGE, A. F. **O bairro do Jardim da Saúde**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1970. (História dos Bairros de São Paulo, 5), p. 31

²⁰² Op. Cit., JORGE, A. F., 1970 -, p. 35

²⁰³ Idem, p. 37

parecem secundários, mas que ao observarmos os poucos dados que a autora aponta percebemos que a ênfase se deu pelos temas cujas fontes teve acesso. Assim além da história da igreja matriz e dos párocos que por lá estiveram, tema que percebemos também ter apelo à memória individual da autora, temos a Sociedade de Amigos do Bairro Jardim da Saúde, os escoteiros, a programação do parque infantil e assim por diante. Como nas demais monografias da primeira e segunda edição do Concurso, os temas não necessariamente se relacionam entre si, e da religiosidade se parte para a narrativa das imobiliárias e a construção das residências, comparando as mudanças de tamanho entre os terrenos dos lotes vendidos e mostrando que o bairro passa a ter suas terras mais valorizadas quanto mais é procurado por seus diferenciais. Reitera que o bairro é procurado pela beleza, localização e porque “Além do mais há de tudo e para todos [...]”²⁰⁴

Quando trata das residências a autora parte para a análise sobre a origem da população, descrevendo os imigrantes, etnias e seus empreendimentos. No caso dos japoneses, Alcina descreve cada um dos comércios pertencentes a esse grupo, bem como o templo budista e a experiência pessoal da autora quando foi visitá-lo: “Algumas vezes pude presenciar vida no templo, pois em geral está fechado, com um ar grave, taciturno, distante.”²⁰⁵. Sobre os japoneses:

[...] pois verdadeiramente somos todos irmão e vivemos à sombra de uma só bandeira, que não só aponta a beleza azul dos nossos céus, o verdor de nossos campos, mas fala sobre tudo do mais profundo e verdadeiro elo que deve unir todos os seres – a fraternidade, o respeito mutuo, o amor!²⁰⁶

Essa parte da obra se trata de um relato pessoal da rotina da própria autora que capta com minúcias o dia-a-dia do bairro, realizando o uso constante da primeira pessoa e personificação dos lugares, como no caso do templo descrito.

Mais adiante, demonstra como trabalha com suas memórias como os documentos para a análise do seu objeto: são as suas próprias memórias a fonte de suas reflexões: “[...] enfim citaríamos todo um mundo à medida que a lembrança nos ocorre, da visão do bairro nesse sentido”.²⁰⁷

Quando trata dos imobiliários e novos loteamentos, apresenta um texto que se assemelha a um folheto publicitário dos empreendimentos, isso porque para a autora é a

²⁰⁴ Idem, p. 44

²⁰⁵ Idem, p. 46

²⁰⁶ Op. Cit. JORGE, A. F., 1970, p. 48.

²⁰⁷ Idem, p. 46

magnitude do bairro que faz com que ele cresça e que se desenvolva: “[...] O Jardim Saúde é um bairro gostoso e calmo, suave, onde, numa dádiva da natureza, e no milagre da engenharia e da técnica, vive-se melhor e mais feliz”²⁰⁸. Nas páginas iniciais anunciava o progresso da região:

De muito perto se fazia sentir a presença do progresso, da evolução. Aquelas terras iam ser revolucionadas pelo homem, e o que de uma certa maneira era informe, ia ser lapidado pela técnica do mais moderno urbanismo e da mais avançada arquitetura²⁰⁹.

Em outros momentos a autora torna seu texto mais objetivo, mas assim que algum tema a envolve particularmente a poesia volta em cena, isso porque não é a autora que escolhe a forma, mas o bairro que a impõe. É assim quando trata da Igreja e dos párocos que por lá passaram. Sobre o soar dos sinos, Alcina escreve uma das passagens mais belas, apesar de não se constituir uma produção de história.

É difícil expressar em palavras a beleza do sino a cantar, despertando o bairro para um novo dia [...]
O sino tocando ressoa pelas campinas, atravessa os ars, penetra nos jardins, vibra na corola das flores, na cabeleira das árvores. Acaricia o pelo do cachorro lulu que fica pensativo, magnetizado pela musica tão doce que chegou.
[...]
É o comitê para a vida, e quem desperta para a vida no seu mais alto sentido, no seu real significado, desperta para Deus.
[...]
O bairro começa a despertar. As ruas até então sossegadas, quase adormecidas, vão sendo invadidas pelos vultos dos moradores, pelas crianças, pelos estudantes.
[...]
Tudo é belo aqui no Jardim da Saúde. O seu amanhecer, a cadência do dia que vai envelhecendo nas horas avançadas a tarde quase triste que envolve o bairro num manto cinzento – azul de tênue véu. A noite que chega e se apodera dos espaços, num reinado de luzes e esplendor. Fica-se artista inesperadamente, contagiados pela poesia que existe aqui em tudo²¹⁰.

A autora além de não realizar análise sobre os documentos e critica sobre os fatos históricos, assume deliberadas posições pessoais. Quando está tratando do Parque Infantil primeiro escreve em primeira pessoa e depois elogia o prefeito: “Em meu parecer, acho que a educação de uma criança, os cuidados que requer, devem se iniciar nos primeiros contatos com o mundo [...]”²¹¹

²⁰⁸ Idem, p.48

²⁰⁹ Idem, p. 9

²¹⁰ Op. Cit. JORGE, A. F., 1970, p. 42

²¹¹ Idem, p. 55.

O Parque Infantil do meu bairro está sob a jurisdição mais alta da Prefeitura Municipal de São Paulo, atualmente com o dinâmico e jovem engenheiro Dr. Paulo Salim Maluf à frente.²¹²

Do Parque Infantil parte para o relato minucioso do surgimento e da estrutura do grupo de escoteiros do bairro, os “Tuicue”, enaltecendo e heroizando seus membros fundadores, explicando a sua estrutura, quando passaram a usar o Parque Infantil como sede e etc. Os relatos seguem por cerca de dez páginas. Sobre o fundador:

Não esmoreceu, porém. Convencera-se de que a luta não estava acabada e haviam outros caminhos, onde encontrar a concretização dos planos. Afinal de contas era um escoteiro!²¹³

Em seguida o tema central passa ser a produção intelectual do bairro a partir do jornal “Jardim Saúde em Revista”, que teve seu primeiro número em 1968, ano anterior ao edital que levou a monografia a premiação de terceiro lugar. Também trata sobre as bibliotecas e novamente aparece a figura do prefeito:

Não se percebe muito movimento em suas dependências. No entanto, com a atual gestão do Exmo. Prefeito Dr. Paulo S. Maluf, temos fé que essa biblioteca, que constituiu justo motivo de orgulho, possa ser enriquecida em seu acervo e assim atender a fome de conhecimento de nosso povo (...)²¹⁴.

Assim como nas outras monografias a autora trabalha com o levantamento da estrutura do bairro citando em números, cuja origem dos dados não divulga - quando trata de um documento, não o cita, mas o reproduz. A autora elenca linhas de ônibus; escola de samba; igrejas e horário de atendimento; colégios e endereços; rádios amadores e indicativos populacionais. O bairro apresenta segundo a autora, 9360 moradores, sendo 2975 crianças de 0 a 14 anos, mas não descreve sua fonte e ano. Sobre as empresas Bristol, da CMTC também realiza certa propaganda: “Trazem aos moradores do bairro, segurança, conforto, e aquela certeza de que estão prontos a servir, sempre, no engrandecimento do bairro e da pátria”.

A parte mais interessante da obra é justamente o início, quando realiza uma construção poética sobre o bairro, que transcende o quando a autora é pessoalmente envolvida com a região:

²¹² Idem, p. 57

²¹³ Idem, p. 61

²¹⁴ Idem, p. 68

Longe da serra, vem a brisa amena cantar em seus telhados, na copa dos árvoredos, nos jardins sorridentes de flores e arbustos, no cabelo das mulheres e crianças. Vem a brisa acariciar, cantando, as palmas dos pinheirais, dos ciprestes, que erguem aqui e acolá. Vem sussurrar coisas estranhas, contar histórias distantes, que falam do mar.

Ela vem perfumada com o toque misterioso das montanhas e das serras por onde passa. Vem carregadinha de aromas ao romper do matagal, atravessando vales e planícies, devassando intimidade de cheirosos galhos e ninhos tão quentes. A brisa vem e vai crescendo e vai se alongando em sua caminhada. Lembra uma deusa errante em busca de um pouso, uma alfombra agradável e bela, onde possa não apenas adormecer, mas ainda sonhar!

A brisa que vem da serra tem mil olhos escondidos, que sentem e adivinham e ondulando nos espaços, pairando aqui, pairando acolá, brincando ora nas nuvens, ora nas copas mais altas, vem chegando ao encontro sonhado da paisagem linda. Descansa então, da grande caminhada e, abrindo todos os seus sentidos, se recia em sombral e mil seres sentindo, aqui neste bairro, o panorama ideal para se expandir, cantar e viver.

É o Jardim da Saúde, o bairro mais formoso e saudável de São Paulo²¹⁵.

Não foi sem razão que se escolheu o nome de Jardim. É de fato, um grande, um imerso e formoso jardim. Ruas largas se abrem em seu corpo, e são artérias e veias conduzindo a sua seiva, o seu sangue. Ruas envoltas e abraçadas nas fileiras das árvores que dão um cunho caracteristicamente residencial a este bairro.²¹⁶

Com tanta poesia, relatos pessoais e amor pelo bairro Alcina Ferreira Jorge não poderia ter terminado seu texto de forma diferente:

O bairro do Jardim da Saúde para quem o conhece, como eu para quem aqui reside há quase dez anos, como eu, para quem aprendeu a ouvir o seu canto, a sentir o palpar de sua vida, a conhecer os segredos de sua beleza, está acima de qualquer outro.

Existirão muitos, que talvez objetem sobre a mia escolha e as minhas opiniões.

Desde que resido aqui fiquei do primeiro momento sensibilizada com a graça e o sorriso com que me recebeu. Parecia até que ele me aguardava há muito, que me esperava e que sonhava comigo.

Há alguns anos procurando casa por esses lados, completamente desconhecidos para mim, desci de um ônibus, em frente à praça Braz Gonçalves

Diante do espetáculo das árvores aquela hora pareciam sussurrar uma canção tristonha, sob um céu como jamais vira em outro local, tão límpido, tão azul, tão perto, fiquei de pronto enamorada.

Passou ele a ter um significado imenso e todos os meus instantes, em todas as minhas horas.²¹⁷

O fato do bairro ter se constituído há poucas décadas antes do início do Concurso podem ter contribuído para essa escrita mais pessoal e emotiva da autora, já que

²¹⁵ Op. Cit. JORGE, A. F., 1970, p. 7

²¹⁶ Idem, p. 8

²¹⁷ Op. Cit. JORGE, A. F., 1970, p. 73

observamos em outras monografias que quanto mais o tempo narrado é contemporâneo ao autor, mais elementos de escrita fronteiriça aparecem no texto. Essa monografia também mostra que elementos presentes no edital e na origem do Concurso não foram parâmetro rígidos para o julgamento das monografias, já que nenhum documento do Arquivo Municipal foi utilizado por Alcina Ferreira Jorge e nem poderia diante da documentação disponível do arquivo ser anterior a ocupação do bairro em questão.

O “Jardim Saúde” contradiz inclusive a fala do ex-secretário que apontou em entrevista que havia uma homogeneidade entre as primeiras monografias e uma queda de qualidade acadêmica das últimas em relação as primeiras edições.

É Maria Celestina Teixeira Mendes Torres, autora do volume 1 que emplacou o segundo prêmio da segunda edição do Concurso, “O Bairro de Santana”, volume 6. A autora continua defendendo uma escrita cronológica e baseada em documentos escritos e oficiais mais é menos pessoal na sua construção narrativa em comparação com o primeiro volume.

Mas nem por isso a autora se livrou de traços de personalismo e das adjetivações, quando, por exemplo, se refere a uma obra que se vale como referência: “[...] afirma Nuto Santana, na sua excelente obra “São Paulo Histórico”²¹⁸ Mais adiante:

A sede da Fazenda situava-se exatamente onde hoje se ergue o Quartel do Exército. Na época da independência do Brasil nela residiam os Andradas. Segundo o depoimento do Pe. Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, aí teria sido redigido por José Bonifácio, em dezembro de 1821, a representação do Governo Provincial, que teria contribuído para o “Fico”, do príncipe regente D. Pedro²¹⁹

A seguir temos um texto pouco comum sobre o Seminário, com indagações pessoais:

Todavia, as reformas do edifício seriam muito sumárias, pois em 1845 estaria novamente (ou ainda?) em ruínas, sempre com falta de pessoal para o serviço, pois quando ia o escravo à Cidade para fazer compras, os meninos tinham que providenciar sua própria comida.²²⁰

Também apresenta um inventário do bairro, apesar da construção narrativa ser melhor. Em relação ao primeiro volume, só percebemos no segundo livro uma aproximação com o objeto tratado de forma muito sutil.

²¹⁸ Op. Cit. JORGE, A. F., 1970, p. 15

²¹⁹ Idem, p. 21

²²⁰ Idem, p. 69

Na segunda década do século, na rua Voluntários da Pátria, estarão o Grupo Escolar, cujo diretor era Luiz Cardoso Franco, e o único cinema do bairro, de acordo com o Almanaque Laemmert para 1913. Este Grupo – o primeiro de Santana, será transferido mais tarde para a avenida Cruzeiro do Sul, “rebatizado” com o nome de “Grupo Escolar Buenos Aires, denominação para a qual os antigos moradores do bairro não encontram razão de ser. Muitos deles ainda se lembram do prof. Cardoso, falam dele e das professoras com carinho e saudade. No novo prédio, à avenida Cruzeiro do Sul, está atualmente o Ginásio Estadual de Santana, mas o mais antigo ginásio estadual de Santana é o C. E. Octávio Mendes.²²¹

Trata dos aspectos de dificuldade da população, alguns mendigos, pouco trabalho e também refere-se ao prefeito Paulo Maluf como talvez aquele que possa melhorar a situação. A autora é mais livre metodologicamente no final do seu texto e aponta sua percepção individual e sentimental sobre o bairro, valorizando sua população. E assim a autora finaliza esta monografia, de modo bastante informal, refletindo sobre o futuro do bairro e também cobrando as promessas realizadas:

Percorremos o bairro muitas vezes – a pé, de táxi, de ônibus. Visitamos a redação dos dois jornais. Fomos aos Colégios e às Igrejas. Visitamos o Quartel e a antiga Chácara de São Bento. Tomamos lanche aqui e ali, conversando com todo mundo, nas ruas, nos pontos de ônibus, nas lojas. Visitamos gente cuja existência ignorávamos. Em toda parte fomos bem recebidos e bem tratados, com gentileza, e, ainda, com bondade. Pudemos sentir Santana, e não apenas ver um bairro como os outros.

Santana, com seu povo franco e acolhedor, merece a atenção dos modernos urbanistas, que hão de torna-lo um dos mais prósperos bairros de São Paulo. E se-lo-á, temos certeza, desde que se cumpram as promessas de um urbanismo no verdadeiro sentido da palavra, em que o ‘homem’ seja a meta, desde que se possa respirar um pouco de ar puro em toda parte, como anunciou o prefeito Maluf, depois de dar posse à Comissão Especial do Ibirapuera [...].

Será Santana um desses dez bairros privilegiados?
Julho de 1969²²²

O sétimo volume, que recebeu o primeiro prêmio, na segunda edição do Concurso, é sobre “São Miguel Paulista” também de Silvio Bontempi, que assim como Torres, apresenta um texto mais bem acabado do ponto de vista acadêmico em relação ao primeiro. O que nos deixou surpresos em relação a essa segunda edição do Concurso é que o primeiro e o segundo lugar eram mais uniformes, mas o terceiro prêmio possuía uma narrativa absolutamente diferente, mais poética, sem o uso dos documentos do Arquivo Municipal Histórico de São Paulo.

²²¹ Idem, p. 86

²²² Op. Cit. JORGE, A. F., 1970, p.

As duas últimas edições também apresentam monografias diferentes entre si, se sobressaindo à característica da apresentação mais acadêmica, com regras como a da ABNT, mas sem que essas regras se relacionassem as do paradigma historiográfico. “Barra Funda” trata de um trabalho fragmentado de um grupo de alunos que realizaram como finalização de um curso de pós-graduação; “Vila Nova Savóia” apresenta um texto mais acadêmico, mas a narrativa sobre o passado se dá a partir da recuperação dos nomes das localidades; “Santa Cecília” e “Itaim Paulista” são textos que se aproximam da construção narrativa de Torres e Bontempi; a “Penha” trata-se de um resumo revisitado sobre a primeira monografia do mesmo bairro, de Bontempi, onde se acrescentou imagens; já “Moema” lembra uma dissertação cujo enfoque central é a verticalização do bairro e os aspectos mais voltados ao desenvolvimento urbano da região. Portanto, assim como as primeiras monografias, principalmente da segunda edição do Concurso, os últimos resultados são bastante diversificados, possuindo inclusive textos bastante acadêmicos, diferente das opiniões quanto a uniformidade dos períodos afirmados tanto por Calil, quanto por Camargo. Vejamos algumas características das monografias das duas últimas edições.

A monografia sobre a Barra Funda foi premiada com o segundo lugar na edição de número XXII do Concurso História de Bairros, cuja banca foi composta por Ana Maria de Almeida Camargo; Anna Maria Martinez Correa e Hugo Segawa. Tratou-se da edição mais disputada, com o maior número de inscritos de todas as XXIII edições.

Essa monografia também foi a única que contou com mais de dois autores, na realidade foram dez que escreveram e selecionaram as imagens das 91 páginas apresentadas, sendo que dessas cerca de apenas 56 são escritas. Aparecem como autores: Aidelei S. Urbani Brunelli; Ana Paula Karrz; Dilze Onilda de Lima; Fernando T. H. F. Machado; Krystyna Okrent; Liliana Maria Migliano Bosisio; Lina Angélica Maria Gumauskas; Roseli Sobral; Simone de Melo Lins; Solange Rainone dos Santos.

O estilo da escrita muda muito durante todo o livro. Cada novo capítulo e mesmo de um subcapítulo para outro fica claro que houve divisão dos trabalhos entre os autores.

Os autores, não explicam no prefácio o que constatamos examinando as referências bibliográficas que os autores se conheceram em um curso de pós-graduação em Gerente de Cidade, pela FAAP²²³, cujas monografias foram apresentadas no ano de

²²³ Faculdade Armando Álvares Penteado

2000, monografias essas que provavelmente são a base da monografia que apresentaram ao Concurso História de Bairros. Essas monografias de curso, são a todo o momento citadas como obras que contribuíram para a reflexão sobre a cidade, mas em nenhum momento são mencionadas como obras dos mesmo autores ou a monografia do concurso como desdobramento dessas pesquisas anteriores. Assim temos os trabalhos de Brunelli et alli, “Barra Funda: diretrizes para o desenvolvimento”, Bosisio e Lins, “Terceiro Setor: a fomentação do voluntariado aliada a divulgação das ações voltadas à comunidade”, e Monteiro et alli, “Barra Funda: retrato e memória”. A monografia premiada com o segundo lugar tem as seguintes divisões: capítulo 1 Aspectos históricos e da geografia – subcapítulos 1 Panorama histórico; 2 Barra Funda- origem do bairro; 3 a importância dos meios de transporte na Barra Funda; 4 Aspectos urbanísticos; 5 Aspectos culturais e do patrimônio histórico; 6 O terceiro setor –; o capítulo 2 Aspectos sócio-econômicos, trabalhando dados contemporâneos – subcapítulos 1 Demografia; 2 Renda; 3 Saúde; 4 Educação; 5 Habitações subnormais: favelas e cortiços; 6 Exclusão social; 7 Infra-estrutura; 8. Algumas intervenções urbanísticas; 9 Atividade econômica; Capítulo 3 Reflexões, que não apresenta subcapítulos, mais funciona como uma consideração final.

Há muitos aspetos nos dois capítulos e mesmo entre os subcapítulos que poderiam tere sido integrados, mas que me pareceram que assim se apresentaram mais porque talvez a monografia tenha realmente sido construída em partes e de forma separada por cada autor ou conjunto de autores. Os autores citam seus próprios trabalhos inúmeras vezes como na citação a seguir: “O estudo a cerca das recentes iniciativas de cunho urbanístico que abrangem a Barra Funda e seu entorno muito foi enriquecido pelo trabalho de BRUNELLI et alii (2000, PP. 91 -95).”²²⁴

O passado da Barra Funda, marcado pela característica de um bairro popular e operário, carrega influência negativa sobre os olhares lançados à região no presente, levando a crer que a imagem do bairro ainda não se desvencilhou totalmente da marginalização social sofrida pelos habitantes de outrora.

O próprio nome do bairro, que confere identidade ao local, inquieta empreendedores, Luiz Antonio Pompeia – diretor da Embraesp – em entrevista concedida a BRUNELLI et alii (2000, Anexo VIII), afirmou já ter participado de um projeto envolvendo a região, intitulado “Nova Higienópolis”. Essa denominação, proposital procurava dissociar o empreendimento da expressão “Barra Funda”, e, assim afastar tudo o que ela contem de negativo do ponto de vista social, cultural e econômico.²²⁵

²²⁴ BRUNELLI, A. S. U. et. alli. Barra Funda. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 2006. (História dos Bairros de São Paulo, 29), p. 81.

²²⁵ Idem, p. 94

Esse trabalho constitui-se em uma obra que apresenta um número impressionante de informações, mas que não as trabalha. Das monografias que aqui apresento, essa monografia, apesar de conter dados muito próximos às técnicas mais acadêmicas, é a que mais se assemelha pela escrita fronteira nos aspectos da escrita truncada, temas isolados, possibilidade de leitura em verbetes, sem a necessidade da leitura total da obra. Essa característica provavelmente foi ocasionada porque os escritores são técnicos na medida que são pós-graduados e conhecem técnicas acadêmicas da escrita de monografias, mas não obtém um texto próximo a de um historiador porque não dominam os parâmetros teórico-metodológicos da escrita da história.

Os autores demonstram pesquisa e leitura de obras de referência, mas não há domínio científico e da compreensão dos dados das referências que lançadas de forma resumida e não problematizada ocasionam uma narrativa na qual a transformação da cidade no século XIX e XX aparecem quase que de forma mágica.

Toda a história da cidade de São Paulo é apresentada em duas páginas, da cidade “extremamente modesta”, em termo utilizado na página 17, até 1870 quando ocorre uma imensa transformação, causada pelo café, pela industrialização, pelas ferrovias e chegada dos imigrantes, quando se formam bairros operários como o da Barra Funda: “O bairro da Barra Funda está inserido na área central de São Paulo, cidade cuja a origem é bastante interessante e remonta à fundação do Colégio pelos Jesuítas, em 1554.”²²⁶

O estilo da escrita é bastante cambiante, ora uma escrita mais informal e ora bastante rebuscada, mas que nem sempre diz muita coisa.

A finalidade do presente trabalho é, portanto propiciar uma contribuição para o conhecimento da Barra Funda, bairro que possui uma história rica e abrangente, tendo testemunhado e sofrido diretamente a influência de períodos importantíssimos da própria história da cidade.²²⁷

Também percebemos que há pares de trechos que podem ter sido escritos pela mesma pessoa, como na introdução e nos parágrafos finais do livro.

A monografia apenas cita as ocupações mais antigas, mas não se vale de nenhum documento, muito menos dos relacionados ao acervo do Arquivo Histórico Municipal.

²²⁶ Op. Cit., BRUNELLI, A. S. U. et. alli, 2006, p 17

²²⁷ Idem, p.15

O texto não é cronológico, mas também não obedece à organização das informações em temas, é escrito de forma confusa e fragmentada. As imagens nem sempre apresentam referência completa e não há um índice de imagens no qual podemos recorrer, e há capítulos que acabam com citações.

No primeiro capítulo o texto é pessoal e possui certa dose de humor. O que seria um parêntese ou uma nota de rodapé vai sendo incorporado o texto que apresenta informações que parecem não ter fim ou ponto. Os autores iniciam o texto tratando sobre a etimologia do termo Barra Funda, partem para as enchentes e em seguida ao canal construído em 1969 tudo em apenas um único parágrafo com poucas pontuações.

Se em outras monografias o conhecimento e a aproximação entre bairro e autor proporcionava ao texto aspectos memorialísticos, em “Barra Funda”, parece que não há conhecimento da dinâmica do bairro pelos seus autores ao ponto de no subitem “Aspectos Urbanísticos” afirmarem:

Apesar do início do funcionamento da linha Leste- Oeste do Metrô, em 1988, da construção do terminal Intermodal da Barra Funda – o maior da cidade – da Rodoviária Oeste, e da inauguração do Memorial da América Latina (projeto de Oscar Niemeyer), os resultados dessas melhorias ainda não são evidentes, inobstante de já se terem passado mais de dez anos, alterando muito pouco o perfil do bairro, aparentemente parado no tempo.²²⁸

O Memorial da América Latina foi pouco citado nessa monografia como polo cultural ou expressão arquitetônica, mas apenas por suas dimensões físicas. Assim os autores afirmam que o bairro carece de pontos de cultura:

Embora apresente infra-estrutura consolidada, característica da região central da cidade, a Barra Funda não é exemplo de localidade contemplada pela efervescência cultural e de negócios observada no vetor de desenvolvimento centro-sudoeste da cidade²²⁹.

Em “Terceiro Setor” trata das igrejas, fundações privadas e da saúde, elencando instituições e as descrevendo em separado. No item sobre os protestantes, recupera a abertura dos Portos no Brasil para explicar a chegada desses à Barra Funda isso tudo em dois parágrafos. Esse item confere à monografia uma aproximação com um guia de serviços, utilidades e entretenimento do bairro, já que não há uma relação direta entre os dados apresentados.

²²⁸ Op. Cit., BRUNELLI, A. S. U. et. alli, 2006, p. 29

²²⁹ Idem, p. 13.

O capítulo II apresenta uma compilação de dados estatísticos, mapas e gráficos de instituições como o IBGE, acompanhados de breve explicação e escassa análise de dados. Neste apresentam então alguns tópicos anteriormente tratados, mas através de uma abordagem estatística.

Em suma, as informações dos distritos supracitados foram utilizadas para o levantamento do atual estágio sócio-econômico da Barra Funda, o que implica dizer que os resultados obtidos devem ser observados como uma aproximação da realidade do bairro.

Para propiciar um panorama geral dos aspectos sócio-econômicos da Barra Funda e de seus habitantes, as principais fontes pesquisadas foram o Censo Demográfico de 1991, da Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – FIBGE, e a série Base de Dados para o Planejamento – BDP, cuja consecução foi realizada pela Secretaria Municipal do Planejamento – SEMPLA²³⁰.

Aponta o “Fórum” e o “Memorial da América Latina” como atividades econômicas, e entendo que apesar de entrarem receitas em ambos, não são equivalentes às atividades econômicas relacionadas a indústria e comércio, e poderiam ser apresentadas diante de suas especificidades para justificar a presença delas no item 9 “Atividade econômica”.

A monografia é finalizada com um alerta para os habitantes do bairro:

Para que a Barra Funda possa desempenhar a sua vocação de ser um bairro que tem seu papel como pólo de atração cultural, de lazer e turismo e desta forma ser um importante gerador de empregos, é necessário que se comece pela sensibilização dos moradores, fazendo com que a proteção, a administração e a conservação do patrimônio edificado seja um dever de todos. O morador da região deve ser o primeiro a aprender sua história e a valorizar todo o significado do seu bairro no contexto urbano²³¹.

O concurso de número XXIII teve como monografias vencedoras “Penha de França”, em primeiro lugar, “Moema”, em segundo, e “Itaim Paulista” em terceiro. A banca julgadora foi composta por Cândido Malta Campos Neto e Edgar Luiz de Barros, sendo a única composta por apenas dois jurados.

A construção narrativa de “Penha de França” é bastante particular se comparada às produções do concurso XXII. A monografia apresenta dois momentos do livro: o primeiro, cronológico e que narra a trajetória do bairro, e o segundo, temático onde trata dos diversos aspectos que estão presentes, da religião ao esporte. Mas o que mais nos

²³⁰ Op. Cit., BRUNELLI, A. S. U. et. alli, 2006, p. 71/72.

²³¹ Idem, p. 93

intrigou é que foi a única que pode ser contemplada, sendo que já havia outra monografia premiada sobre o mesmo bairro, que inclusive serviu de base para a construção dessa. A monografia de volume 31 é uma espécie de resumo da primeira, mas que não traz discussões historiográficas e não apresenta nenhum tipo de relação com os documentos, inclusive nem ao menos citados pelo autor. A grande contribuição dessa monografia versa sobre a inclusão de iconografia, com imagens mais contemporâneas, mas que também remontam o século XIX.

Assim como “Barra Funda” essa monografia é bastante curta, com 77 páginas, dentre as quais mais de 20% é composta de imagens. A recuperação histórica estrutura-se na arquitetura religiosa, em decorrência do fato da religião ser elemento fundamental da sociedade de colonização portuguesa. Nas escassas páginas iniciais de uma produção pequena há um esforço de recuperação da história do mundo ocidental.

Essa é a única monografia que se debruça em dados que poderiam apenas aparecer em notas explicativas.

Não se pode pensar na história da Penha sem sua inserção em um contexto mais amplo: a história de São Paulo e do Brasil.

A chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral foi fruto do ufanismo gerado a partir de 1415, com a tomada de Ceuta e o início das grandes navegações. Naquele momento, Portugal não parecia destinado a possuir um império ultramarino. Apesar da falta tanto de recursos materiais - a riqueza encontrava-se em outros locais, como nas repúblicas italianas - quanto de humanos - no final do século XV o país possuía cerca de um milhão de habitantes - vários fatores o levaram à expansão marítima, ressaltando-se o interesse da burguesia e a influência religiosa.

A burguesia portuguesa apoiara D. João I em sua guerra contra Castela (1383-1385) e, posteriormente, incentivara o fortalecimento da monarquia, livre das disputas internas e externas presentes em outras nações européias.

[...] Já a análise do fator religioso requer o recuo de alguns séculos na história, até 1119, quando cruzados franceses fundaram em Jerusalém a Ordem dos Templários (ou Cavaleiros do Templo).²³²

Outra característica interessante desse trabalho é a construção de uma narrativa ficcional a partir dos elementos históricos que se tem:

No final da década de 1930, apesar das agitações com as duas revoltas, a Penha ainda guardava seu aspecto bucólico, com uma população formada por descendentes das famílias tradicionais, por imigrantes - principalmente italianos, árabes, portugueses e espanhóis - e por filhos e netos de antigos escravos, como “Nhá” (corruptela de “Sinhá”) Ana, que perdera o marido na Guerra do Paraguai. Os penhenses de nascimento - nas mãos de parteiras como Micaela Vieira, que hoje dá nome a uma praça, e Adelaide

²³² Op. Cit., BRUNELLI, A. S. U. et. alli, 2006, p. 8

D'Ambrósio - ou de adoção mantinham seu incondicional amor ao bairro e não sonhavam com mudanças no *status quo*..²³³

Nas muitas informações históricas que apresenta não são citadas as referências. Há trechos, como sobre o porquê do nome Penha, que identificou no texto de Bontempi. As referências apenas aparecem em alguns momentos pontuais, como se as informações mais antigas fizessem parte do domínio publico.

Se o livro em geral não apresenta características de cunho mais pessoal, no último parágrafo traz uma intenção de aproximação com o objeto estudado:

É, possivelmente, da união entre o comércio tradicional e as novas tendências econômicas que virá a força para que a Penha de França reassuma seu papel em relação à cidade de São Paulo. Afinal, as portas do Santuário e da Basílica de Nossa Senhora permanecem abertas e voltadas para a “capital”, o que vale dizer, Maria, a padroeira de São Paulo, ainda vela por seus filhos - quer tenham devoção por ela quer não...²³⁴

A monografia sobre o bairro do “Itaim Paulista” nos remete às primeiras monografias, no sentido de apresentar um estudo maior e mais variado de fontes e temáticas trabalhadas ao mesmo tempo em que há a proximidade e afeição com o objeto estudado.

O Itaim Paulista das chácaras com os seus pomares, da garoa, das ruas de terra batida, dos campos de futebol varzeano, dos córregos de águas claras, das pescas no rio Tietê, da zona rural, desapareceu inteiramente no sopro do progresso vertiginoso transformou completamente o bucólico bairro, do qual alguns de nós tiveram a oportunidade de conhecer seus aspectos mais típicos, na “cidade dormitório” da grande metrópole paulista, com os mesmos problemas de trânsito, de infra-estrutura, de atendimentos precários no serviço público, da super população e da falta de moradias. Quantos ainda se lembram do bairro da década de sessenta, com o seu centro comercial diminuto em torno da praça Silva Teles e no seu vasto perímetro de chácaras? Bem, isso agora são lembranças. Quem viveu esse tempo, guardará na memória essas imagens. Quem não teve essa oportunidade, adquiriu-a agora através das informações compiladas e registradas nesses escritos²³⁵.

Contudo, vimos que, salvo duas exceções, “Moema” e Vila Nova Savóia”, todas as monografias selecionadas são repletas de características fronteiriças e pretendemos mostrar no próximo capítulo que ainda apresentam características acadêmicas, configurando-se em híbridas.

²³³ Idem, p. 26

²³⁴ Op. Cit., BRUNELLI, A. S. U. et. alli, 2006, p. 74

²³⁵ MELO, J. M. de. **Itaim Paulista**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, [s.d.]. (História dos Bairros de São Paulo, 33), p.166.

É fato que as primeiras monografias apresentam o elemento híbrido de forma mais evidente: tanto a preocupação com o uso da documentação e as regras metodológicas quanto o amor pelo objeto estudado se fazem presentes. Já as últimas são mais técnicas, mas nem por isso, como apontou em entrevista a professora Ana Maria Camargo, são mais enriquecedoras e se apresentam como os melhores trabalhos.

Quanto às últimas edições, as monografias apresentam características fronteiriças. Essas aparecem deslocadas no que se refere às fontes que as primeiras monografias apresentavam, e, nesse aspecto, Calil tem razão em afirmar que as primeiras monografias tinham grande valor. Mas quando nos referimos ao “Jardim Saúde”, observamos que não havia homogeneidade, nem ao menos na escolha das obras em um mesmo concurso. E que a classificação das primeiras monografias como melhores em oposição às últimas, conforme indicou o secretário, ou mais ou menos acadêmicas, não procede.

3 OS ASPECTOS ACADÊMICOS NAS MONOGRAFIAS DO CONCURSO HISTÓRIA DE BAIRROS DE SÃO PAULO

[...] Bien plus, en histoire comme ailleurs, une pratique sans théorie verse nécessairement, un jour ou l'autre dans le dogmatisme de "valeurs éternelles" ou dans l'apologie d'un "intemporel".²³⁶

Nesse capítulo nos propomos a identificar os aspectos acadêmicos presentes nas monografias premiadas e por nós selecionadas, dentre as edições I, II, XXII e XXIII, do "Concurso História de Bairros de São Paulo", sobre as quais já nos referimos no capítulo anterior. Mas, antes de partirmos para essa ordenação, faz-se necessária a apresentação dos conceitos que nos nortearam nesses empregos conceituais.

Objetivamente entendemos que os elementos acadêmicos são aqueles em uso na produção realizada nos cursos de história das universidades. Valendo-nos da definição de "pacto historiográfico", utilizada por Estevão Martins,²³⁷ teríamos o conjunto das regras que definem se um trabalho é acadêmico ou não. É preciso compreender que esse pacto sofre alterações conforme a sociedade também se transforma, proporcionando novas demandas na construção historiográfica, de modo que estudar os métodos que orientam a pesquisa e a apresentação dos resultados dessa pesquisa, de e sobre História, dependem de um estudo conjuntural, temporal e espacial de cada uma das práticas que compõem esse pacto.

O que atualmente se entende como um trabalho realizado por um historiador é aquele que parte por uma narrativa concebida da percepção do saber histórico como multifacetado, que permite várias versões para análises sobre um mesmo objeto. Compreende-se a necessidade da aplicação de um recorte e que não há trabalho que possa abarcar a totalidade das possibilidades de análise do objeto de estudo. O conjunto das fontes é amplo – todo e qualquer vestígio deixado pelo homem – e deverá ser analisado de forma combinada e minuciosa.

[...] Eles podem trabalhar com um tempo breve, um tempo médio e um tempo longo. Normalmente as pessoas acham que os historiadores trabalham com o tempo numa sequência cronológica amarrada. Na prática, o tempo do historiador é todo lacunar. A amarração é dada pela narrativa, é dada pela construção. Não existe a possibilidade do historiador reconstituir em sua

²³⁶ CERTEAU, Michel de. **L'écriture de l'histoire**. Paris: Folio Histoire, 2007. p.78.

²³⁷ MARTINS, Estevão C. de Rezende. Historiografia: o sentido da escrita e a escrita do sentido. **História & Perspectivas**. Uberlândia: UFU, v. 1, n. 40, pp. 55-80, jan.-jun. 2009. Disponível em : <www.seer.ufu.br>

explicação, tudo o que aconteceu. Ele trabalha com resíduos aleatórios do passado, o seu trabalho com esses resíduos depende do momento em que está vivendo, daquilo que a sociedade lhe permite pensar, lhe permite usar como instrumental lhe defina como objeto do conhecimento. O historiador usa as lacunas temporais como se elas não existissem. Ele sabe que elas existem, sabe que são partes integrantes da narrativa e elas são simplesmente ignoradas. (...) A montagem das lacunas, a montagem da narrativa, a seleção do material é todo o trabalho do historiador.”²³⁸

O historiador Ginzburg relaciona o trabalho do historiador ao de um detetive que procura desvendar um crime ou a de um especialista em obras de arte que examina se há falsificação.²³⁹ O trabalho é metódico, leva tempo, deve-se buscar retirar o maior número de possibilidades, hipóteses e não ditos de cada detalhe dessas fontes. Sobre as fontes deve-se perguntar sua origem, seu objetivo, para que e para quem foi produzida. As fontes e as obras de referência devem ser entendidas dentro do seu contexto de produção e as hipóteses devem partir da análise do material e não para comprovar ideias desenvolvidas a priori.

Assim a historiografia está relacionada com a produção e fixação do conhecimento histórico presente acerca do conhecimento histórico passado, ao mesmo tempo em que ao se estudar o passado se evidencia elementos que compõem e norteiam o presente do pesquisador/ escritor. Toda e qualquer interpretação sobre o passado é feita a partir dos pressupostos de quem a faz, do tempo em que se parte e dos instrumentos que se dispõe e elege. Portanto, as análises realizadas pelo historiador podem sofrer alterações conforme o período em que foram feitas, bem como por quem foram feitas. O conhecimento é socialmente condicionado, assim como o próprio ato de conhecer: “[...] tampouco é a realidade pura em si, mas a do presente por efeito reflexo”²⁴⁰

O interesse e a tradição são centrais na construção do discurso historiográfico, tanto quanto para o seu entendimento. O interesse é o momento ativo que articula as expectativas do sujeito com as sociedades e culturas passadas. O interesse no presente pelo passado nos leva a pesquisa, cujos pressupostos e encaminhamentos do presente vão percorrer o passado, através da investigação e busca de respostas que satisfaçam esse interesse do presente. A tradição é a permanência de componentes do passado, não de forma imutável, mas enquanto referencia presente desse passado. A tradição é a reflexão

²³⁸ GLEZER, Raquel. **O Tempo na Filosofia e na História**. Coleção Documentos. Série Estudos Sobre o Tempo. São Paulo: IEA/USP, fevereiro de 1991.

²³⁹ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

²⁴⁰ Op. Cit. MARTINS, p. 57.

histórica ativa que transforma a experiência do passado em História. A memória é parte da tradição e tem como parâmetros o tempo e o espaço.

Contudo, fica claro que são as indagações do presente que impulsionam a pesquisa historiográfica, e, portanto, o investigador possui interesse direto com a pesquisa o que faz da sua interpretação produto único, dentro do espaço e do tempo da história e, também, do processo histórico.

Mas do exposto também fica patente que, após o divórcio, nas instâncias acadêmicas, entre memória e História, sobretudo depois que esta passou, cada vez mais, de História-narração a História-problema, as condições atuais de gestão da memória de novo contaminam a História. Sem dúvida, na prática profissional, as exigências políticas e os compromissos científicos não deixarão de colocar dilemas eventualmente embaraçosos. Entretanto, é possível continuar fixando balizas claras para evitar, não a conspurcação de uma hipotética e indefensável pureza, mas a substituição da História pela memória: a História não deve ser o duplo científico da memória, o historiador não pode abandonar sua função crítica, a memória precisa ser tratada como objeto da História.²⁴¹

Como o trabalho do historiador é resultado do interesse e da tradição, ele está imbuído de subjetividade, mas essa subjetividade do pesquisador deve, necessariamente, estar dentro de um rigor teórico e metodológico que contemple a conveniência dessa produção compor a historiográfica e possuir características que a definam enquanto científica.

Os historiadores não se valem de suas memórias pessoais para a composição argumentativa da sua pesquisa, apesar dos elementos que constituem a formação desse historiador aparecer na sua obra. O tempo é fundamental para a construção narrativa histórica: a verossimilhança, a lógica sobre as informações e o desencadeamento dos fatos é de extrema importância para o acadêmico – elemento que vimos ser diferenciador em relação aos textos feitos por escritores fronteiriços.

[...] O historiador não só tem que indagar sobre o tema como refletir sobre ele, ou seja tem que ser tanto historiador quanto filósofo. O pensamento filosófico, especialmente, deve dedicar particular atenção aos problemas do pensamento histórico.²⁴²

Da mesma forma que se analisa a subjetividade das fontes e bibliografia, entende-se que o historiador é um sujeito que carrega consigo uma gama de concepções prévias

²⁴¹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista Inst. Estudos Brasileiros**, SP, 34:9-24, 1992.

²⁴² COLLINGWOOD, R. G.. **A Ideia de História**. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1978. p.15.

que podem interferir na sua obra e, dessa forma, deve-se ter consciência da interferência do pesquisador, tanto na pesquisa quanto na construção narrativa, buscando reduzir ao máximo essa subjetividade no produto. O historiador é, portanto, aquele que superou o estágio de conhecimento dos manuais e dogmas da História e que pode questionar o conhecimento histórico, inclusive, o que ele mesmo produz.

Além da questão da própria subjetividade, o historiador deve se preocupar com a análise das fontes, partindo da sua produção, trajetória e manutenção. Esse ponto merece atenção porque um dos maiores sucessos de disseminação de um parâmetro metodológico utilizado por historiadores se trata de uma composição em que o documento se apresenta como o próprio passado. O documento também é monumento e a carga de valores que se coloca nessas fontes pode levar a perda sobre a dimensão de que todo documento foi produzido por alguém, a partir de determinados interesses, objetivos, escolhas e funções.

Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é falso, avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo.²⁴³

Essa definição sobre os parâmetros historiográficos são remanescentes da união e da transformação de diferentes práticas metodológicas que partiram, principalmente, desde o iluminismo, mas que se estruturaram de fato a partir dos debates da Nova História e do pós-modernismo. Desde a década de 70 do século XX há, quase que como um consenso, a concepção de que o trabalho do historiador não é objetivo, isso porque tanto o objeto, quanto as fontes e o próprio pesquisador não são objetivos.²⁴⁴ Segundo Ginzburg:

A expressão <<laboratório historiográfico>> é naturalmente metafórica. Se um laboratório é um lugar onde se realizam experiências científicas, o historiador é, por definição, um investigador a quem as experiências, num sentido rigoroso do termo, estão vedadas. Reproduzir uma revolução, um arroteamento ou um movimento religioso é impossível, não só na prática mas em princípio, para uma disciplina que estuda fenômenos temporalmente irreversíveis <<enquanto tais>>. Esta característica não é apenas própria da historiografia – basta pensar na astrofísica ou na paleontologia. E a impossibilidade de recorrer a experimentações no sentido próprio não

²⁴³ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. 5ª ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2003. p.110.

²⁴⁴ Sobre as múltiplas facetas dos campos da produção de História temos muitos trabalhos, entre eles: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

impediu nenhuma destas disciplinas de elaborar critérios de cientificidade sui generis fundados, para a consciência comum, sobre a noção da prova.”²⁴⁵

O historiador Michel De Certeau²⁴⁶ entende a História como construção e que a escrita do historiador é uma operação historiográfica que compreende os elementos que compõe, inclusive, a origem e a formação do historiador. É por conta dessa concepção que se passa a entender que a prática da construção historiográfica deve sempre ser acompanhada da teoria, e que o historiador ao fazer a sua prática também realiza um trabalho de teoria. Para tanto entendemos necessário uma breve recuperação do pensamento historiográfico ocidental.

A História como outras ciências e saberes nasceu na Grécia Antiga, mas a busca sobre o passado faz parte das indagações dos sujeitos de variadas civilizações, um pensamento anterior ao pensamento histórico, onde a narrativa sobre as ações divinas é que dirigiam as ações humanas. O homem, nos mitos, não é agente da História, é apenas um objeto passivo. O mito é responsável por construir uma memória coletiva, marcada pela oralidade. É uma consciência da generalidade não refletida, criação ou recriação dos limites de uma sociedade, das suas regras e seus porquês. Mas o mito não é História, é um desenvolvimento natural da humanidade, faz parte da consciência histórica e se transforma é fonte.

Com Heródoto a História ganha novo sentido: torna-se uma ciência investigativa que relaciona ações humanas. A construção histórica proposta é uma tentativa de obter respostas sobre perguntas definidas, entende-se o tempo passado como imutável, onde os testemunhos permitem a aproximação com a verdade. Heródoto criou um método a partir da investigação e observação, que limitava o recuo do tempo porque dependia de pessoas que houvessem vivenciado os fatos, e, desse modo seria o fato que iria escolher o historiador e não o oposto.

No século IV e V d. C. a História será remodelada pelo pensamento cristão e passa a ser concebida como um processo histórico linear, progressivo e tripartite, mas que se constitui a partir dos desígnios da Santíssima Trindade. A explicação religiosa sobre a vida e seus acontecimentos, apresenta-se a serviço da legitimação das diferenças e da hierarquia social.

²⁴⁵ GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Trad. Antonio Narino. Rio de Janeiro: Difel, 1989.p.180.

²⁴⁶ Op. Cit., DE CERTEAU, 2007.

A concepção mais objetiva da História, apenas se inicia na separação entre a Filosofia da História e a História, mesmo assim carrega herança da sua ligação cristã no tempo progressivo e tripartite (passado, presente e futuro).²⁴⁷

A filosofia iluminista influenciou no pensamento historiográfico, transformando a lógica do controle sobre o imaginário pela religiosidade. O fato-histórico se torna componente passível de comprovar a verdade, que, por sua vez, é oposição da tradição do controle ocasionado pela crença. A racionalização do saber é fundamental para sedimentar a crítica sobre a sociedade então vigente.

Voltaire é um dos iluministas mais preocupados com essa racionalização sobre o passado. Citado por Benatti, Voltaire diz que: “A história é uma narração de fatos considerados verdadeiros, ao contrário da fábula, narração de fatos considerados falsos”.²⁴⁸ Afirma também que as fábulas são relatos de “coisas prodigiosas e improváveis que pertence à história das opiniões e não à toa dos fatos”.²⁴⁹

Foi Voltaire que escreveu o verbete “História”²⁵⁰ da Enciclopédia organizada por Diderot e D’Alambert, onde se definiu que o passado poderia ser recuperado a partir de documentos e de arquivos, e onde se pressupõe que os homens são agentes ativos da construção dos fatos e processos históricos.

Segundo Benatti essa concepção iluminista traça um novo paradigma em oposição a História produzida por Heródoto.

Grosso modo, essa distinção marcou todo o ideal de conhecimento da historiografia ocidental, historicamente sujeita aos princípios de coerção e controle do discurso histórico. Pode-se dizer que desde Aristóteles – ou mesmo antes, na filosofia socrático-platônica – predominou uma vontade de saber que estabelecia uma oposição categórica entre o discurso verdadeiro e o discurso falso (...). O discurso da história tem sido historicamente uma invenção tributária dessa vontade de saber.²⁵¹

Leopold Von Ranke, historiador do XIX considerado o pai da historiografia, entendia que a subjetividade atrapalharia essa percepção do que teria realmente acontecido no passado. É em Ranke que a história de corrente iluminista, que trouxe a

²⁴⁷ Sobre o assunto ver: Op. Cit. GLEZER, 1991.

²⁴⁸ BENATTI, Antonio Paulo. “*História, Ciência, Escritura e Política.*” In: RAGO, Margareth; GIMENEZ, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). **Narrar o passado, repensar a História.** Campinas: IFCH, Unicamp, 2000. p. 63 -103. p.66.

²⁴⁹ Idem. p.67.

²⁵⁰ VOLTAIRE, item “*Histoire*” In: **Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers, par une Société de Gens de Lettres**, Tome Huitième (H-IT), A Neufchastel, Chez Samuel Faulche & Compagnie, Libraires & Imprimeurs, 1765.

Disponível em: <http://www.eliohs.unifi.it/testi/700/voltaire/histoire.html>

²⁵¹ Op. cit. BENATTI, p. 67-68.

ideia do racional, se consolidou, mas foi através do livro de Charles Seignobos e Langlois²⁵² é que se dissemina os métodos do cientificismo:

[...] o famoso e influente Introdução aos Estudos Históricos, de Charles Victor Langlois e Charles Seignobos, publicado na França em 1898 e daí espalhado para o mundo. Traduzido e publicado no Brasil em 1946, ainda no final dos anos 60 era adotado como bibliografia básica aos ingressantes no curso de História da Universidade de São Paulo”.²⁵³

Inicia-se o processo de cientificação da História em quatro modelos de narrativa: biografia de grandes homens; história do progresso pragmático ou coletivo, história intelectual, conforme a sensibilidade dominante.

Como cada nova geração se reafirma a partir da crítica do movimento anterior – mesmo que tenha se apropriado de inúmeros elementos da experiência passada –, o grupo que ficou conhecido por *Annales* surgiu a partir da crítica mais ferrenha sobre o paradigma historiográfico cientificista, movimento que o historiador Peter Burke chamou de Revolução Francesa da Historiografia.²⁵⁴ Os *Annales* apropriaram-se do paradigma anterior e o resignificaram, isso porque o “pacto historiográfico” é historicamente variável e depende das trocas feitas entre “produtor” e “receptor” ao longo do tempo e do espaço.

Os “*Annales d’histoire économique et sociale*”, não era uma revista só de história, nasceu com um sentido de divulgação do conhecimento das ciências humanas, o que gerou a interdisciplinaridade que por sua vez se tornou uma das características desse movimento. Surge a ideia de que o conhecimento sobre a humanidade depende da interação entre o saber de diferentes disciplinas.²⁵⁵ “Se não for possível conseguir a multiplicidade das competências num mesmo homem (o historiador)..., pode encarar-se uma aliança das técnicas praticadas por eruditos diferentes”.²⁵⁶

Propõe-se a estudar a História como um todo, sendo que o indivíduo não tem preferência na construção narrativa, justamente por conta da anterior história política, pautada nas trajetórias de determinados personagens dominantes, da geração de

²⁵² LANGLOIS, C. V.; SEIGNOBOS, C. **Introdução aos Estudos Históricos**. Tradução: Laerte de Almeida Moraes. São Paulo: Renascença, 1946.

²⁵³ BENATTI, p.74.

²⁵⁴ BURKE, P. **A escola dos Annales, 1929-1989: a revolução francesa na historiografia**. São Paulo Editora do Unesp, 1991.

²⁵⁵ Alguns nomes de estudiosos de outros saberes estão diretamente relacionados ao desenvolvimento metodológico e conceitual dos *Annales* no campo da História como Vidal de La Blanche, geógrafo que influenciou na concepção de tempo presente em Braudel, na sua história conjuntural e de longa duração.

²⁵⁶ BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou, O ofício do historiador. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 28.

historiadores sobre os quais se buscava superar. Pretende-se construir a história pela estrutura social, característica acentuada também no marxismo.

Os Annales admitem as diferenças existentes entre as sociedades, frisando o respeito pelas particularidades de cada, e percebem que a consciência dos fatos no momento em que aconteceram é necessariamente diferente da que possamos ter na atualidade. Esse movimento deixa claro que há não apenas uma relação como uma interligação entre presente e passado, o tempo transcende a linearidade – pois se passa a entender os fenômenos como múltiplos, simultâneos e, muitas vezes, contraditórios – e se cria o método retrospectivo e comparativo.

Outra contribuição metodológica introduzida pelos Annales foi à concepção da construção da História a partir de “problemas” e a consequente necessidade de se interrogar as fontes, que não seriam reflexo absoluto do passado.

Assim como outros intelectuais de outras áreas do saber se relacionaram dentro do grupo dos Annales, um grupo com metodologia muito específica chegou a escrever nesse mesmo periódico, interagindo e influenciando no desenvolvimento teórico-metodológico do saber historiográfico. A concepção marxista da história entendia a realidade social como mutável, mas submetida às leis dinâmicas da ciência que conduziriam a estrutura do sistema. Dentro das preocupações da investigação histórica do marxismo das décadas iniciais do século XX que são pontos em comum com os Annales estão: o espaço e uso de noções geográficas; a concepção de que cada época tem sua consciência que não coincide com a atual; o respeito pelas particularidades de cada período e sociedade; a inexistência de fronteiras escritas entre as ciências. Apesar das semelhanças, os Annales não dispunham de uma teoria de mudança social como os marxistas.

Do desenvolvimento das ideias do grupo dos Annales surgiu a Nova História, também chamada de “História em Migalhas”²⁵⁷ pelos seus críticos. Esse movimento traçou novas possibilidades de estudo, a “morte dos centros” para um estudo global, estrutural e hierárquico, propondo-se uma reflexão mais direcionada às massas. A ampliação do objeto levou a ampliação das fontes e a noção de que de um mesmo documento se pode retirar diferentes abordagens e considerações, sem que, necessariamente, haja uma diferenciação de valores entre cada abordagem.

²⁵⁷Sobre o assunto ver: DOSSE, François. **A História em migalhas: dos Annales à Nova História**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.

A Nova História valoriza o indivíduo, entendendo que qualquer pessoa pode ser sujeito da História. A crítica que trata esse período como a História em Migalhas, está no fato de que essa concepção micro do fazer historiográfico provocou a defesa de certas frentes de grupos, antes vistos como minoritários, elevando o papel de centralidade desses e os colocando agora no primeiro plano. Mas a abordagem micro não precisa estar deslocada da percepção macro, pelo contrário devem ser complementares. Uma microhistória pode ser capaz de abrir perspectivas para a história global e estrutural, da mesma forma que a macro história pode ser explicada por questões micro e isso prova que essas duas esferas podem ser combinadas em graus variáveis numa mesma pesquisa.

Em seguida tivemos o movimento da pós-modernidade onde o foco esteve na subjetividade da produção historiográfica e na incapacidade de se revelar o passado, já que tanto as fontes como a narrativa histórica se tratariam de construções, de versões do passado. Essa percepção da História levou a análises de aproximação da História com a Literatura e com a ficção, apesar de mesmo através dessas análises esses teóricos não terem abandonado rigorosos métodos, como no caso do teórico Hayden White e das suas concepções do uso de recursos de crítica literária e de figuras de linguagem para as análises da narrativa histórica.

Apesar do relativismo da ciência ao extremo, os métodos foram alterados, mas não desapareceram. No pós-modernismo há a diferenciação do que se configura um trabalho historiográfico, sendo que nenhuma dessas obras poderia ser confundida com produções de escritores de história sem formação e que escrevem para um público não especializado. Nas suas sofisticadas teorias e rebuscada escrita é pouco a discussão e o avanço dos pós-modernistas na produção da história para além dos muros da universidade e na publicização das pesquisas históricas. Mesmo com a ampliação da percepção de que a subjetividade está presente e que metodologias da análise literária podem ser utilizadas na História, como em Hayden White, há o exercício da reflexão sobre a própria prática do pesquisador/ escritor, o que não é uma regra entre os escritores não acadêmicos ou fronteiriços. Desse modo, mesmo na negação da tradição anterior podemos observar a presença de elementos metodológicos utilizadas em gerações anteriores, até mesmo a presença do passado historiográfico e cientificista na criação dos conceitos e metodologias atualmente consideradas absolutamente contemporâneas.

Mas assim como na História existem regras metodológicas em diversas áreas do saber há regras dessa ordem e, seja da explicação do experimento químico a análise de um poema, há regras que todos os pesquisadores seguem. Além dos aspectos únicos, existem parâmetros metodológicos comuns a qualquer área, como o citar as origens das afirmações e argumentos expostos em um trabalho. Hoje em parte classificadas nas regras da ABNT (Associação Brasileira de Normas e Técnicas) e pelas comissões de pós-graduação das universidades, os trabalhos variam em forma, tamanho e conteúdo, mas todos eles devem seguir preceitos teóricos e metodológicos.

Essas regras comuns a qualquer disciplina acabam aparecendo principalmente nas monografias mais recentes, como nas premiadas na edição XXII do “Concurso História de Bairros”. Veremos que monografias como “Barra Funda”, apesar de não trabalharem exatamente com os paradigmas da historiografia também não estão absolutamente à parte das referências científicas, de modo que não é possível defini-las como memorialísticas, por exemplo.

Na especificidade do “Concurso História de Bairros”, já identificamos que há a particularidade das monografias apresentarem elementos híbridos na composição de suas narrativas e, portanto, seus autores não fizeram uso de um “pacto historiográfico” mais de determinados aspectos desse, o que inviabilizaria o agrupamento dos escritores em questão a partir de características específicas.

A partir dessa breve recuperação da história ocidental da historiografia, vimos que em alguns casos as características acadêmicas também podem ser entendidas como fronteiriças – isso em relação a características anteriormente utilizadas na universidade, mas que após gerações de historiadores se tornaram em desuso, mas que passaram a ser utilizadas em larga escala fora da academia como símbolo de proficiência científica. Esse é o caso do enaltecimento da narrativa personalista, pautada em datas, linear e onde os documentos escritos e oficiais se apresentam como símbolos de testemunho do passado. Outras características são: a percepção de que é possível recuperar o passado, tal qual aconteceu; de que há uma narrativa verdadeira, em oposição a uma falsa, bem como o historiador pode ser objetivo e imparcial plenamente.

Ao mesmo tempo em que as características metodológicas em desuso podem ser identificadas como identificadores de obras fronteiriças também sabemos que fragmentos desse modo anterior de se fazer História ainda está presente na construção dos métodos contemporâneos, isso porque apesar da crítica das novas gerações o

conhecimento é produzido e reinventado sempre a partir de práticas e descobertas anteriores.

Diante de todas essas ressalvas e recuperações sobre a construção da narrativa histórica, de suas teorias e metodologias, partimos para a apresentação das monografias selecionadas a partir dessa perspectiva de identificação dos aspectos do pacto historiográfico.

Ilustração 15 - Capa das monografias premiadas da 1ª Edição do Concurso História de Bairros.²⁵⁸

²⁵⁸ Foto A.P - V.P.D.C.

Ilustração 16: Capa das monografias premiadas da 2ª Edição do Concurso História de Bairros. ²⁵⁹

Ilustração 17: Capa das monografias premiadas da 22ª Edição do Concurso História de Bairros. ²⁶⁰

²⁵⁹ Foto A.P - V.P.D.C.

²⁶⁰ Foto A.P - V.P.D.C.

As monografias da última edição do concurso não possuem capa diferenciada, pois não foram publicadas em papel.

3.1 OS ASPECTOS METODOLÓGICOS DA ACADEMIA PRESENTES NAS MONOGRAFIAS SELECIONADAS

Como vimos no capítulo anterior, o primeiro lugar do concurso de 1968 foi a monografia intitulada “O Bairro do Brás”. Assim temos a escritora Maria Celestina Teixeira Mendes Torres, ganhadora do primeiro prêmio do primeiro concurso, que participou de outros concursos. Embora seus textos tenham se diferenciado entre si, e a escritora foi apresentando com o tempo características mais próximas à escrita acadêmica, às regras e parâmetros metodológicos dos quais teve contato nos estudos, já que se trata de uma historiadora de formação.

A primeira monografia apresentada foi a mais híbrida, onde a autora oscilou entre uma escrita mais formal, principalmente mais constante nos capítulos que trataram da história da cidade correspondente principalmente aos séculos XVI e XVII, passando na sequência para uma análise mais informal, com a presença de adjetivos e juízos de valor sobre os temas tratados.

Este trabalho trata principalmente das doações das datas de terra, das questões administrativas e, já no século XIX, parte para os dados estatísticos referentes à população do Brás, que em 1836 contava com 659 habitantes, desses 328 brancos, enquanto a Sé contava com 5668²⁶¹. Apesar de um texto penoso do ponto de vista da narrativa, a base é construída do trabalho com documentos, bem como um levantamento de informações e fontes que, sem dúvida, transforma essa obra em essencial ponto de partida para os que se aventurarem em pesquisas que abordem da região. A própria construção repetitiva e exaustiva é justificada, em uma preocupação constante da autora de explicitar suas escolhas para o leitor:

Mas a nosso ver, necessário. Nomes, nomes e mais nomes. Datas, datas e mais datas. Mas representam documentos sobre os mais antigos moradores que modestos e humildes como a maioria, ou altas patentes e autoridades como grandes proprietários de chácaras, formam na realidade, a camada de tradição sobre a qual se sedimentou o que mais tarde seria o Brás.²⁶²

A autora se baseia na análise de documentos, mas a realiza de maneira superficial. Faz certos questionamentos, análises e inferências sobre os documentos que geralmente

²⁶¹ TORRES, M. C. T. Mendes. **O bairro do Brás**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1969. (História dos Bairros de São Paulo, 1), p.71.

²⁶² Idem, p. 76

não fazem parte das características definidas como obras fronteiriças da História. Sobre o Brás, do século XIX, a autora afirma que o bairro não se adequa na definição de Ernani Silva Bruno, de burgo dos estudantes. Aponta isso porque a distância ainda presente entre o Brás e a Praça da Sé era grande e que a vinda dos estudantes não mudou a dinâmica do bairro. Esse elemento nos chama a atenção porque muitas vezes referências de determinadas regiões são apontadas em todas, como se a ocupação e o crescimento da cidade houvesse acontecido de forma regular e equivalente em todo o seu território.

A preocupação da construção metodológica e do uso que realizaria dos documentos é apresentada logo no início do livro. Apesar do conteúdo se apresentar de forma fronteiriça, valorizando aspectos metodológicos já em desuso na academia, a preocupação é dizer ao leitor o seu percurso teórico metodológico. A construção narrativa do bairro é de toda comum nas produções acadêmicas, onde a definição dos percursos realizados pelo historiador é tão importante quanto o produto da pesquisa. Característica que por si só não faz sentido dentro de um universo não acadêmico, já que nesse último caso não se tem a preocupação em se legitimar, enquanto parte de um paradigma historiográfico, mesmo porque não há um pacto metodológico a ser seguido.

As fontes utilizadas são primordialmente datas de terras, documentos que tratam sobre autorizações e construções de estradas de ferro, censo de habitantes, de instalações públicas e custos de manutenção.

Nos momentos em que a autora tem uma inferência mais crítica, como no subcapítulo “Pontes, Ruas e Praças”, aponta que,

Assim, o bairro relativamente novo, o Brás não apresenta um plano geral de arruamento, e as ruas que vão se abrindo são irregulares, apresentando até uma mesma rua, larguras variáveis conforme o lugar. Algumas mais são planejadas mais largas em determinados pontos, por serem localizadas em lugares pantanosos o que revela ruas encharcadas e enlameadas, esburacadas pela passagem de carros e tropas.²⁶³

É frequente o uso de referências bibliográficas ou de citação de fontes para respaldar as afirmações realizadas pela autora, isto é, elementos acadêmicos. Como quando cita Leonardo Arroyo em seu trabalho sobre igrejas de São Paulo, de 1953. Focando na capela do Brás, e ressaltando que o bairro nasceu ao redor da capelinha erigida ao Senhor Bom Jesus dos Matosinhos, pelo português José Brás.

²⁶³ Idem, p.69.

A autora apresenta suas notas de rodapé no final de cada capítulo ou subcapítulo. Cada divisão do livro funciona de forma autônoma, não havendo necessidade da leitura completa da obra, não sendo necessário interligar elementos já citados por ela em outros pontos do livro. A narrativa é linear e não há diálogos internos, elementos comuns em outras monografias desse concurso.

Preocupada com a metodologia da escrita e de apresentação da obra, Maria Celestina apresenta as citações separadas de seu texto, apontando a referência do autor e número que corresponde à nota do fim de capítulo.

Antes desses capítulos, a escritora apresenta o livro a partir do texto “Duas Palavras”, onde conceitua a noção de bairro e a dificuldade em conseguir e trabalhar com as fontes. Essa introdução da autora é bastante acadêmica, mostra a preocupação em apresentar aos leitores o objeto que foi estudado, os limites e desafios que surgiram e como buscou driblar as dificuldades. Mas Maria Celestina também deixa claro os limites com os paradigmas há bastante tempo aceitos por historiadores, já que aponta que as fontes são as escritas e oficiais.

Um dos principais problemas para o leitor na obra “Brás” está na não datação das imagens, mapas e gravuras, bem como em alguns casos a não localização das fontes nos arquivos, dificultando o caminho para aqueles que queiram continuar as pesquisas iniciadas pela autora, ou mesmo rever alguns dos documentos citados. Essa não datação também confunde a pertinência e a relação dessas dentro do texto, isso porque raras vezes, a autora relaciona o texto às imagens que acrescenta no interior de sua obra.

Com a construção da Igreja do Senhor de Bom Jesus de Matozinhos, a procissão de Nossa Senhora da Penha de França para a Sé, passou a ter o Brás como paragem. Nesse tema, a autora levanta a hipótese de que os fiéis da santa, já conheciam aquelas terras mesmo antes da Igreja, e já a deveriam ter utilizado como ponto de descanso, o que levaria ao Brás uma existência e conhecimento anterior à documentação oficial. Essa relação levantada pela autora entre a existência do bairro a partir das procissões da santa, tem fundamentação, mas devemos lembrar que, para a localidade aparecer nos documentos oficiais da Câmara, ou mesmo em inventários, é porque já haviam sido requisitados ou , estavam sendo utilizados por alguém e portanto já existia enquanto ocupação.

A inferência de hipóteses é natural para historiadores de formação, desde que essas interpretações sejam respaldadas por documentos e referências que podem ser recuperadas e reanalisadas de alguma forma.

É certo que a autora evita colocar suas impressões na escrita, pelo menos nos anos mais remotos da formação do bairro, mas esse é um elemento fundamental que aproxima o seu texto aos parâmetros das universidades.

Inaugurada a Igreja do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, o templo tornou-se um ponto de parada obrigatória para a imagem de Nossa Senhora no seu trajeto de ida e volta, isto é, da Penha à Sé e vice-versa. Evidentemente, tal parada é conhecida oficialmente somente a partir da elevação da capela do Brás a freguesia, isto é a primeira vez teria sido a 23/08/1819. Nos anos anteriores nada consta oficialmente, mas seria natural um momento de descanso aos fiéis, na capela, num trajeto de légua e meia numa estrada poeirenta.²⁶⁴

A autora mostra preocupação em definir e conhecer seu objeto de estudo além de apresentar as suas escolhas para os seus leitores e para a banca julgadora. Característica que eleva o livro em uma condição de preocupação acadêmica e confere profissionalismo ao trabalho que é apresentado. Ao apresentar sua trajetória investigativa, a autora possibilita ao leitor uma aproximação maior com o trabalho, o que também eleva a possibilidade da identificação de possíveis equívocos tomados por Celestina.

Maria Celestina apresenta as funções da vida de Piratininga e as compara com as de outros centros do Brasil Colonial, apontando que não poderia ser diferente porque Piratininga tinha em si uma finalidade jesuítico. Essa reflexão sobre o objeto tratado e a comparação com outras regiões do Brasil é quase única no conjunto das monografias premiadas e apresenta elementos comuns na academia, no que se trata da problematização do próprio trabalho, das fontes e do objeto estudado.

Esse tipo de construção narrativa só é possível a partir da leitura de outras produções e discussões historiográficas, contemporâneas à escritora. A relação direta entre pesquisador e fontes não é comum em obras apenas fronteiriças.

Apesar de partir da fundação da vila de Piratininga, a autora faz de forma breve e panorâmica e não de maneira exaustiva e alongada.

Analisando a obra como um todo, as preocupações de Maria Celestina giraram em torno das questões mais estruturais, administrativas e urbanísticas do bairro.

Já no século XIX, a construção do cemitério atua como elemento que possibilita perceber o aumento da população e das necessidades de políticas públicas que contemplem as necessidades dessa nova realidade populacional do bairro. Com a

²⁶⁴ Idem, p. 53

expansão e desenvolvimento da cidade de São Paulo impulsionada pelo café, o Brás é incorporado pela cidade e as distâncias tornaram-se menores.

A autora faz uso de referências de autores contemporâneos e que fazem parte da Universidade, como o geógrafo Pasquale Petrone.

Em determinado ponto apresenta indícios de desigualdade no Brás:

[...] No Brás, como no Bom Retiro, Água Branca, Lapa e Ipiranga, multiplicam-se também as ruas infectas, sem calçamento, as casinhas, os cortiços, não obstante o lindo jardim do francês J.J. Joly “uma das coisas mais notáveis” vistas por Koseritz no Brás²⁶⁵

Em virtude dos baixo preço dos terrenos varzeanos, formam-se aí os bairros mistos, em que se misturam fábricas, pequenas oficinas e as humildes residências dos trabalhadores.²⁶⁶

Levanta o problema da falta de higiene nos cortiços, presente em 1897, e a tentativa da organização em vilas operárias, realizando uma visão crítica do Brás contemporâneo à escrita da monografia:

O desenvolvimento crescente da função fabril e comercial do Brás realiza-se em prejuízo de sua função residencial, o que dá aos bairros novos da zona leste um aspecto mais agradável, mais saudável, de maior conforto do que a do velho Brás, onde algumas ruas mantem o aspecto deprimente de cortiços como o que ainda se vê em ruas como Carneiro Leão e Caetano Pinto. Na realidade são exceções as ruas com casas com jardins à frente e isoladas, e quem olhar da avenida de um arranha-ceu no início da avenida Rangel Pestana, além do viaduto Alberto Marino, de ambos os lados, só verá fábricas, casas antigas, velhos telhados, poucos quintais arborizados, raros jardins, fachadas novas em casas velhas e... muitas crianças e jovens a jogar bola na rua.²⁶⁷

[...] onde remanescentes das antigas árvores acolhem uma pequena multidão, gente que se acotovela em certas horas do dia, à espera de uma condução, pode sentir num mesmo momento, todos os traços que fazem do Brás um “laborioso e popular” bairro, onde se misturam miséria e riqueza, tal como uma cidade capaz de se manter e viver sozinha mas desumana e cruel.²⁶⁸

Nos anexos coloca as datas concedidas ou arruadas em 1836, então freguesia do Brás. Todos os documentos consultados eram impressos. Isso se torna relevante pelo fato do concurso ter como objetivo a publicização dos documentos do Arquivo Histórico Municipal.

Mesmo a monografia sobre o bairro “Jardim Saúde” há certas preocupações com a escrita da história. A autora entende a necessidade de apresentar dados e documentos,

²⁶⁵ Idem, p. 167

²⁶⁶ Idem, p. 168

²⁶⁷ Idem, p. 218

²⁶⁸ Idem, p. 219

principalmente quando reproduz, a ata da reunião de formação da Sociedade de Amigos do Bairro. Mas não o desenvolve a partir dos parâmetros teóricos metodológicos vigentes com isso. Interessante é notar que alguns preceitos acadêmicos perpassam os muros da Universidade e se tornam parte de noções gerais sobre como um trabalho de História deve se apresentar. Apesar de conter questões poéticas e memorialísticas, a autora não pretendeu apresentar uma obra de ficção, mas uma pesquisa que retratasse o seu bairro.

Notamos estudo e pesquisa, demonstrados através das informações que a autora apresenta, apesar da mesma não citar suas referências e o seu percurso investigativo.

A monografia “O Bairro de Santana” que conquistou o segundo lugar, cuja banca foi composta por Ernesto Leme, José Pedro Leite Cordeiro e Fernando Góes, foi o segundo prêmio recebido por de Maria Celestina Mendes Torres.

“Santana” conta com Bibliografia, na qual os documentos são apresentados separados das fontes, e a presença desse material demonstra que houve uma pesquisa para a construção da narrativa. As ilustrações também possuem um índice explicativo, além dos anexos.

A autora foi se aperfeiçoando e se especializando em paralelo ao concurso, e apresenta a primeira monografia com notas de rodapé, o que torna o seu texto mais fluido, tirando aqueles logos parênteses do volume 1 que acabava tornando o texto um pouco confuso.

É a primeira monografia do concurso a apresentar anexos. Neles a autora apresenta dados do IBGE e do Boletim Mensal da Prefeitura Municipal, de abril e maio de 1968 (ano anterior do segundo edital). Ou seja, ela continuou a pesquisa até o momento de entregar.

No “Introito” a autora informa o método que escolheu foi o da cronologia e apresenta o livro a partir dessa premissa. A primeira parte da obra é a mais longa cronologicamente mas, com uma quantidade mais restrita de documentos.

O conceito apresentado de bairro é mutante, tanto no aspecto administrativo, geográfico, quanto afetivo. Sobre esses aspectos nem sempre há consenso sobre o que de fato compreende o bairro. Por conta da dificuldade de delimitação, Maria Celestina optou pela estratégia da concepção mais afetiva ao usar a definição de seus habitantes.

[...] encaramos como tema básico, aquilo que o povo chama de Santana, isto é, mais ou menos a área que fica entre o Campo de Marte e Ponte Grande e o outeiro de Santana, onde se construiu a capela de Santa Cruz e vizinhanças,

deixando de estudar, em detalhes, cada núcleo que integra o atual subdistrito de Santana, pois na realidade cada uma delas têm a sua história particular [...]”²⁶⁹

Diferente do seu texto sobre o Brás, Maria Celestina entendeu a necessidade de limitar o seu trabalho, mesmo porque não é possível compreender todas as possibilidades que se apresentavam na pesquisa.

Sobre Santana, apresenta uma análise urbana da cidade de São Paulo do centro e dos bairros, para introduzir o assunto da ocupação urbana da região no século XVIII e recupera os aspectos das origens da administração portuguesa no bairro. Um dos primeiros documentos que cita é a “Certidão de Meia Légua” de São Paulo datada de 1769.

A hipótese da autora é que apesar de afastada do centro, Santana não foi ocupada tardiamente. O posicionamento geográfico da região demonstra que era um local de passagem, tanto pelo rio como pela via terrestre:

Banhada pelo rio Tietê, cujas enchentes inundavam periodicamente as várzeas vizinhas, era a região frequentada pelos que, em toscas embarcações, ao longo do Tamanduateí, chegavam às proximidades da Ponte Grande ou pelo rio Tietê, a montante ou a jusante, atingiam as novas fazendas que de certo modo, abasteciam a vila incipiente.²⁷⁰

Novamente, assim como no primeiro volume, a autora tem nas transformações urbanísticas o centro de sua preocupação na construção da história do bairro.

[...] dividimos o assunto em três partes, além da Conclusão – a primeira, cronologicamente a mais longa – das origens ao fim do século XVIII – é, todavia, a mais curta, e mais pobre quanto a documentos, já que, na distante zona norte de São Paulo, ainda nada chegara daquilo que representa a vida urbana. Despovoada e sem recursos, nada mais seria do que um longínquo bairro rural, cuja propriedade mais importante seria a fazenda dos jesuítas. A segunda – século XIX – já apresenta um bairro ainda com características de bairro rural, mas com atividades mais diversificadas à medida que o tempo passa, transformando o bairro rural de Santana em núcleo educacional, hospital, cemitério, e, ainda, em quartel, no período republicano, pouco tempo depois de ser elevado à categoria de distrito de paz. A terceira é Santana século XX, para estudo há maior riqueza de documentação, atingido pelos planos urbanísticos mais modernos, afastados os elementos negativos que retardaram a sua urbanização²⁷¹.

²⁶⁹ TORRES, M. C. T. Mendes. **O bairro de Santana**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1970. (História dos Bairros de São Paulo, 6), p. 10.

²⁷⁰ Idem, p. 13

²⁷¹ Idem, p. 9

Conceitua a zona urbana. Apresenta um texto mais analítico que na sua obra sobre o Brás, apontando considerações e hipóteses pessoais com maior frequência.

Primeiramente traz um panorama do desenvolvimento inicial da cidade como um todo. Depois parte para o processo de ocupação da zona norte, região na qual o bairro de Santana se encontra. Neste momento a autora reitera que essa região não acompanhou o ritmo de urbanização da cidade, o que por outro lado não significa que já não fosse habitada desde os primeiros tempos da capitania.

Em relação ao seu primeiro livro, também amplia os exercícios de articulação entre os documentos e das referências como no trecho:

A concessão de terras de sesmaria além do Guaré contribuiu para aumentar a zona rural do município. Não apenas além do Guaré, mas em outras direções, de maneira que, no fim do século XVIII, há fazendas em bairros novos. Além dos bairros de Ipiranga, Ibirapuera e Pinheiros, há ainda Tremembé, Guapira, Guarulhos, Itaquaquecetuba, São Miguel e outros. Assim, as fazendas dos moradores de São Paulo ficam num raio de seis ou sete léguas, uma imensa área rural em torno de reduzida área urbana.

Os antigos caminhos de tropeiros ou de bandeirantes constituem as radiais que representam as direções tomadas pelo movimento de expansão do antigo arraial de sertanistas que foi São Paulo do Campo do século XVI. Ao longo desses caminhos, as sesmarias, primeiro, as datas depois – aquelas muito maiores do que estas – dariam origem a sítios, fazendas e chácaras, ou, simplesmente, a enormes casarões com quintais mal fechados, à beira da estrada poeirenta ou enlameada.

A conquista da várzea do Tiete foi lenta. A planície inundável do Tiete que, em alguns trechos, chega a 2 kms. De largura, forma verdadeira faixa de separação entre os bairros e as áreas urbanizadas, como acontece com Casa Verde e Freguesia do Ó, na parte norte-ocidental, Santana no norte, e Vila Maria, na direção norte-oriental. Na realidade, “as linhas de limites entre as planícies aluviais e os sopés das colinas e terraços fluviais marcavam, com exatidão surpreendente, as fronteiras entre a área efetivamente urbanizada e as áreas de baldios e brejais abandonados”, afirma Aziz Nacib.²⁷²

Esse traçado do bairro realizado pela autora, dentro do contexto de desenvolvimento inicial da cidade, demonstra que houve um refinamento da construção narrativa do texto de Maria Celestina. Seu texto tornou-se mais propositivo e útil para futuros pesquisadores da região. Há uma melhoria narrativa entre a segunda e primeira monografia apresentada para o concurso, apesar da segunda ter recebido o segundo prêmio e a primeira, ter ficado em primeiro lugar.

Faz uso de notas e elementos que no primeiro livro eram incorporados ao texto, como listas com nomes de moradores ou outros itens pormenorizados dos documentos que antes transcrevia no corpo do seu texto.

²⁷² Idem, p. 14-15

A autora aponta deficiências e problemas do bairro estudado, muito diferente da monografia premiada com o terceiro lugar do mesmo concurso, “Jardim Saúde”. Os parâmetros para a conquista da premiação tornam-se cada vez mais alheios as nossas suposições. Na sua “Conclusão” reitera:

No processo de urbanização de Santana atuaram fatores positivos e negativos, o que explica, de certa forma, a lentidão com que o bairro chega a se integrar dentro do núcleo urbano da capital paulista.²⁷³

Premiada no concurso mais disputado, a monografia “Barra Funda” contou com o maior número de autores, dez. O livro apresenta sumário, referências, notas de rodapé e anexos, além de várias imagens, gráficos e tabelas distribuídos ao longo do livro. As tabelas e gráficos são reproduções de dados elaborados pelo IBGE.

O capítulo III é uma espécie de Considerações Finais, em que o grupo de autores procuram amarrar toda a obra, conferindo-lhe sentido, inclusive social. Essa preocupação em ligar os muitos assuntos tratados no texto não é tão comum em obras de cunho apenas fronteiro.

No início do trabalho os autores apresentam o tema e como a monografia foi realizada:

O presente trabalho é um estudo histórico-urbanístico, realizado a partir de uma pesquisa de campo que identificou as condições de uso e conservação dos lotes e edificações da área considerada bairro na Barra Funda, enriquecido com a abordagem dos aspectos sócio-econômicos, culturais, do patrimônio histórico e das entidades do terceiro setor existentes. Todos esses elementos foram agrupados para demonstrar o que aconteceu com a Barra Funda, desde o início de sua formação até os dias de hoje.

A pesquisa durou cerca de dois meses, com constantes visitas e reuniões de trabalho para troca de informações, resultando em vasto material e dados urbanísticos detalhados quadra a quadra e rua a rua.²⁷⁴

Apesar das ressalvas que apresentamos no capítulo dois sobre essa monografia, em relação ao conteúdo histórico, os autores falam sobre o entendimento que possuem sobre o que é o bairro. No capítulo 1 contam a história de São Paulo e partem para a Barra Funda, demonstrando certa pesquisa:

A Barra Funda teve sua origem na Chácara do Carvalho, que pertencera ao Barão do Iguape, avô materno do Conselheiro Antonio Prado. Esta

²⁷³ Idem, p. 147.

²⁷⁴ BRUNELLI, A. S. U. et. alli. Barra Funda. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 2006. (História dos Bairros de São Paulo, 29), p. 13

propriedade transformou-se na praça Marechal Deodoro e nas ruas Brigadeiro Galvão, Barra Funda e Vitorino Carmilo. Existem várias explicações para o nome do bairro. Uma delas sustenta que “Barra Funda” tem origem italiana e deriva de Bara Fonda, derivado de Bara-onda ou Barafonda que, na linguagem de Dante, quer dizer um lugar de bastante confusão (característica bem marcante na região).²⁷⁵

Uma das monografias mais recentes foi “Vila Nova Savoia”, que apresentou um texto acadêmico, apesar de ter sido construída a partir de parâmetros metodológicos da linguística. A monografia de Maria da Penha Marinovic Doro, que foi premiada com o primeiro lugar no XXII Concurso, traz uma discussão interdisciplinar sobre a formação e o desenvolvimento do bairro, desvendando os aspectos históricos através da toponímia das ruas.

Essa monografia se assemelha às dissertações de pós-graduação, repleta de citações, discussões historiográficas, análise de documentos e discussões teóricas. Sobre os processos de ocupação urbana pós-início da industrialização em São Paulo diz:

Considerando que as construções espaciais expressam os conteúdos das relações que as criam e que o espaço é depositário universal da história, São Paulo passou a refletir esse processo. A industrialização mudou o cenário da cidade. A ocupação de seus espaços ganhou um novo sentido, uma nova direção, uma vez que, em cada momento histórico, as novas formas representam o modo usual de produção.²⁷⁶

A monografia sobre a Penha, do XXIII concurso, apresenta pesquisa, apesar da base da sua referência bibliográfica ser a monografia de mesmo tema escrita por Silvio Bontempi. A maior contribuição dessa foi a pesquisa iconográfica e o fato de trazer aspectos mais contemporâneos sobre o desenvolvimento do bairro e de seus moradores.

Apesar de mais de acordo aos parâmetros científicos, as pesquisas dos últimos editais chegam a ser menos fronteiriças, mas também pesquisas de menor fôlego e relevância, apresentando-se como monografias de final de curso, provavelmente um reflexo da formação de uma nova geração de escritores de bairros, não mais tão amadorísticos, mas também na mesma medida menos apaixonados e dedicados ao seu objeto de estudo.

A monografia da Penha é similar ao texto da Barra Funda a medida que traz inúmeras informações sem as aprofundar, apresentar um aspecto mais temático do que puramente cronológico. No entanto, é melhor escrito e menos truncado, talvez pela

²⁷⁵ Idem, p. 19.

²⁷⁶ DORO, M. da P. M.. **Vila Nova Savóia**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 2006. (História dos Bairros de São Paulo, 28), p. 26.

quantidade de autores ser menor, sendo mais difícil perceber fortes mudanças de estilo da escrita ao longo do texto.

Essa é a tônica dessas monografias: o passado grandioso. Para além da poetização há o fato da mudança cultural e das transformações das tradições.

A última obra sobre a Penha apresenta uma maior preocupação arquitetônica em relação a escrita por Bontempi. Alias a característica dos trabalhos mais contemporâneos do concurso é a diminuição da temática histórica e aumento da questão arquitetônica, inclusive com a ampliação da presença de imagens.

O fato dos capítulos serem temáticos facilita a leitura desmembrada. A diferença dessa monografia é que apesar de curta e de tratar quase que um resumo da primeira sobre o bairro, os autores são felizes na divisão temática, articulam ideias, e constroem uma narrativa interessante e pertinente sobre o bairro, ao relacionar os elementos do passado ao presente e vice-versa, sem que para isso o leitor se perca ou fique confuso. Escrita e construção mais efetiva do que a do elencar de datas de terras concedidas, sem uma análise e explicação pormenorizada.

A monografia “Itaim Paulista” premiada no XXIII concurso apresenta um texto similar aos da primeira edição. Isso porque trata-se de um estudo mais debruçado e apaixonado sobre o bairro. Apesar de apresentar trechos identificados como memorialísticos, apresenta preocupação com a pesquisa e a identificação dos documentos analisados. Tanto que recebeu o seguinte parecer da comissão julgadora.

Trata-se de uma história de bairro bem elaborada - no modelo convencional - apresentando um grande esforço de compilação de dados, organização de eventos e montagem de textos, cumprindo todos os requisitos do edital. Adquire especial interesse por abordar uma região periférica, pouco estudada e com uma trajetória histórica quase desconhecida. P. 4²⁷⁷

No corpo do texto descreve suas escolhas de pesquisa e construção narrativa:

Como se trata de um estudo sobre a história do Itaim, nas transcrições documentais optou-se por manter a grafia original. Aos que se dispuserem a ler esse trabalho, encontrarão nele muita informação, porém muito há de faltar, pedimos escusas por isso. A intenção é ampliar constantemente o seu conteúdo e enriquecê-lo com novos dados, assim, as novas gerações poderão conhecer melhor a história do Itaim Paulista.

Este foi o objetivo que me levou a dedicar parte do meu tempo na busca das informações que mostrassem o Itaim com sua história rica e fascinante, e

²⁷⁷ Parecer da banca julgadora apresentada na versão impressa da própria monografia julgada. In: MELO, J. M. de. **Itaim Paulista**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, [s.d.]. (História dos Bairros de São Paulo, 33) p. 4.

assim, com o conhecimento, seu povo pudesse comemorar. ITAIM PAULISTA Jesus Matias de Melo.²⁷⁸

A monografia sobre o bairro de “Moema”, já no título apresenta uma preocupação de investigação e questionamento sobre uma realidade do bairro: “O Bairro de Moema. Transformação e verticalização: causa e efeito”.

O trabalho é essencialmente acadêmico, tendo como enfoque os estudos urbanos. A pesquisa é inovadora e trata apenas da história mais recente, a partir da implantação das ferrovias. A construção narrativa e a apresentação do trabalho são como de uma dissertação, com hipóteses, argumentos, uso de referências, gráficos, contudo o enfoque não é o da narrativa histórica.

A monografia contradiz em absoluto a afirmação do ex-secretário Calil, na medida em que o trabalho se apresenta como uma produção relevante. Não apresenta apelo pessoal ou emocional.

Mas nos parece um aspecto comum das monografias últimas o distanciamento entre o resultado e a aproximação dos objetivos do Concurso de exigir o uso dos documentos presentes no Arquivo Histórico Municipal. Moema trata principalmente do século XX e não se vale de documentos desse arquivo.

Assim sendo, este trabalho possui como objetivo, não somente contar e manter viva a história do bairro periodizando-a para melhor entendimento dos fatos, como também, por meio desta pesquisa, apontar os prováveis caminhos (tendências), e com isto, possuir elementos suficientes para criar e desenvolver possíveis redesenhos do bairro apontando caminhos geradores de uma melhor qualidade de vida.²⁷⁹

Nesse capítulo buscamos apresentar apenas alguns dos muitos aspectos acadêmicos que fazem parte dessas monografias. Nosso objetivo foi o de demonstrar como a nossa hipótese se consolidou e como essas produções trataram de obras que transcenderam as definições generalistas. Cada monografia, das 33 premiadas pelo concurso, possui suas contribuições para os estudos locais, sobre os bairros, e, portanto, para o desenvolvimento histórico da cidade, realizado de modo descentralizado e sobre múltiplos aspectos. Mesmo as monografias mais generalizantes contribuem como materiais de trabalho para o historiador. Esperamos que essas ressalvas sobre as obras acadêmicas, fronteiriças, e híbridas contribuam para a atuação de historiadores que poderão se valer desses materiais e pensa-los para além das classificações e dos rótulos.

²⁷⁸ Idem, p. 6.

²⁷⁹ ROCHA, G. B. da. **Moema**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, [s.d.]. (História dos Bairros de São Paulo, 32).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] O fato é que a leitura das diferentes temporalidades que fazem que o presente seja o que é, herança e ruptura, invenção e inércia ao mesmo tempo, continua sendo a tarefa singular dos historiadores e sua responsabilidade principal para com seus contemporâneos.²⁸⁰²⁸¹

Essa pesquisa de mestrado teve como objeto de análise o “Concurso História de Bairros de São Paulo” que foi patrocinado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, a partir da iniciativa do Arquivo Histórico Municipal. Até esse trabalho, o Concurso em questão nunca havia sido analisado em seu conjunto, apesar da sua importância exemplificada na sua perenidade, que se iniciou nos anos de 1968 persistindo até 2003. Vimos que durante esses 35 anos de existência do Concurso, em vinte e três edições, foram selecionadas 33 monografias sobre diferentes bairros de São Paulo. Apesar de não haver nenhuma declaração oficial sobre o fim do concurso, obtivemos a declaração do ex-secretário da Cultura Carlos Augusto Machado Calil, afirmando que as últimas monografias premiadas foram analisadas e que se decidiu substituir o suporte escrito para o audiovisual, sobre o qual nos referimos rapidamente por não ser o foco desta pesquisa.

Dentro desse Concurso decidimos nos deter nas especificidades da escrita da história e nas possíveis narrativas de história que poderiam existir, não sendo objeto de nosso interesse a averiguação das informações contidas nas obras analisadas, como o confrontar com as fontes e buscar uma narrativa verdadeira. Nossa preocupação baseou-se na forma da escrita, nas preferências dos escritores e nos temas recorrentes.

Antes de adentrarmos nas monografias apresentamos uma reflexão sobre o aspecto institucional do Concurso. Vimos no primeiro capítulo que a permanência do patrocínio de produções sobre História vem da manutenção da tradição iniciada por Mario de Andrade – quando o Departamento de Cultura também desempenhava funções de pesquisa, posteriormente centralizada nas universidades. A ausência de um curso universitário de artes e humanidades legou inicialmente à Secretaria responsabilidades transcendentais às funções de administração cultural e que acabaram se tornando posteriormente sobrepostas, mantendo distante o diálogo entre Secretaria e as ações promovidas na e pela universidade.

280

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009. p.68.

Com uma origem paralela ao meio universitário vimos que a participação de historiadores tanto concorrendo aos prêmios como participando da banca julgadora não foi uma constante. Além disso, grande parte dos membros da banca que eram historiadores também eram arquivistas – talvez tendo sido selecionados por esse último saber – demonstrando a ligação do concurso com o AHMSP. Já nos documentários vimos há a necessidade de se apresentar um pesquisador sobre o bairro que assinasse o projeto, mas que também não havia exigências quanto à formação desse pesquisador e que ele acompanhasse toda a realização do documentário.

Como as ações sobre História da universidade e da Secretaria de Cultura se desenvolveram de forma paralela, muitas vezes o uso adotado da disciplina pela SMC foi a de narrativa de tudo que aconteceu na localidade estudada. A palavra história tem um significado na memória social que compreende muito mais daquilo que entendemos ser e produzir história na universidade, e pode compreender produções que se utilizam mais de concepções metodológicas de outras áreas, como da Arquitetura ou Geografia. Por outro lado a palavra história carrega consigo o sentido comprobatório, valorizando as produções que se desenvolveram sob esse prisma. Assim, no senso comum há um peso no termo que não permite que apenas tivéssemos um concurso que chamasse “Os Bairros de São Paulo”, mesmo porque o uso dos documentos já seriam, dessa forma, definidores de um trabalho de história.

Os concursos “História de Bairros”, também foram importantes para suprir demandas dos próprios setores da Secretaria Municipal de Cultura: primeiro do Arquivo Histórico Municipal como possibilidade de publicização dos seus documentos para a população e, em um segundo momento, para a ECINE, setor recém-criado e que precisaria se projetar e consolidar. Os documentários também funcionaram como instrumento de construção e valorização da cinematografia profissional local e do cenário da cidade, como um portfólio para externas de outras produções cinematográficas, além do viés educativo que justificou a parceria inicial com a Secretaria Municipal de Educação.

Buscamos mostrar que a história tem seu papel dentro das preocupações institucionais da cidade, inclusive em relação a determinadas memórias sociais articuladoras de identidades coletivas. Essas conclusões foram obtidas através tanto da recuperação da tradição do patrocínio de textos e eventos sobre história, patrocinados pela PMSP, quanto dos quadros que fizemos onde apontamos os investimentos financeiros e com pessoal dos Concursos de Monografias e de Documentários.

Após essa primeira análise institucional, nos dois capítulos subsequentes, partimos para a reflexão sobre as monografias onde defendemos a seguinte hipótese como central: de que as monografias são híbridas e que por vezes apresentavam elementos acadêmicos e fronteiriços na mesma produção, seja nas primeiras como nas últimas edições do Concurso. A definição sobre os editais que serviriam de amostragem partiu após o exame de qualificação e das entrevistas de Calil e Machado, mas também de outros comentários na universidade, em que também se identificava as mesmas monografias ora como acadêmicas e ora como memorialísticas. Foram essas classificações que nos estimularam a refletir sobre as produções premiadas pelo Concurso para além das concepções pré-determinadas.

Anteriormente já havíamos identificado que as maiores aproximações entre as obras selecionadas resultaram da combinação da banca julgadora, algumas vezes repetida, e dos autores que tiveram mais de uma obra premiada, como Maria Celestina Mendes Torres. Percebemos que cada monografia apresentava elementos fronteiriços, nos valendo do termo utilizado pelas professoras Albieri e Glezer, e acadêmicos, que para cada leitor eram identificados de formas diferentes, porque também os objetivos da leitura foram diferentes. Assim o leitor que buscava elementos sobre o período Colonial entendia parte dessas produções como mais de acordo com os preceitos metodológicos da universidade e aqueles que se concentravam nas partes finais, sobre o período mais contemporâneo ao edital, observaram essas produções como memorialísticas.

Para analisar o aspecto fronteiriço das monografias selecionadas por nós, refletimos sobre a natureza das obras fronteiriças entendendo-as enquanto um fenômeno da própria consciência histórica e não apenas um capricho das editoras, mas que essas sim observando o interesse sobre a história por leitores não especializados perceberam que havia um mercado a explorar. Essa percepção dos editores é antiga, já presente no IV Centenário com a Editora José Olympio.

Mais que uma competição com os historiadores de formação, buscamos comprovar que os escritores fronteiriços entendem a história como complemento de sua própria identidade e por isso acreditam-se aptos a escrever sobre esse tema. O elemento da consciência histórica não inviabiliza o fato de que os historiadores devem se atentar sobre essas produções tanto para refletir sobre a ciência histórica, sobre a forma narrativa, e sobre essas produções serem mais bem aceitas para leitores não especializados do que a escrita acadêmica, refletindo sobre o próprio trabalho, sobre a

consciência histórica como elemento da própria humanidade e, portanto, sobre o objeto do historiador.

Mostramos que para trabalharmos com obras fronteiriças de história, precisamos nos atentar aos aspectos que ligam a História da Memória e aos estudos que se detiveram a essa reflexão. Isso porque a narrativa histórica fronteiriça, apesar de escrita, muitas vezes se assemelha aos testemunhos orais, pois é nessas produções que a memória, em todas as suas esferas, funciona como um eixo da construção da narrativa. Ao mesmo tempo em que é necessário estudar o debate acadêmico sobre as relações entre Memória e História para compreender os escritores fronteiriços, também podemos entender que a análise dessas produções enriquece o debate sobre as questões de História e Memória. Ao refletir sobre as relações entre História e Memória, refletimos também sobre a nossa influência sobre o nosso trabalho, sobre as fronteiras da História e sobre a especificidade do trabalho do historiador ao mesmo tempo em que também estamos inseridos em um universo de representações, sob as quais não estamos incólumes. Refletir sobre questões teóricas e metodológicas da história são essenciais para todo historiador, mesmo que esse não seja o seu tema central.

As características que elencamos como fronteiriças são principalmente: do uso indiscriminado da memória na redação; uso de metodologias de história já em desuso na academia; aproximação entre pesquisador e objeto, identificada através de adjetivações e juízos de valores; a não identificação completa das fontes utilizadas; a mistura entre documentos e texto do pesquisador. No terceiro capítulo, vimos que parte das características que hoje chamamos por fronteiriças haviam anteriormente sido classificadas como acadêmicas: a história linear; a não problematização das fontes; a existência de uma possibilidade de esgotamento do trabalho; a história como representação da verdade; o enaltecimento sobre personagens e datas amplamente conhecidas; a valorização sobre a trajetória local. Esses elementos foram identificados de forma isolada ou misturada nas monografias.

Observamos que algumas características dos discursos presentes nas publicações que ocorreram em ocasião do IV Centenário da cidade, ou mesmo o discurso que se fazia presente dos textos de Taunay, que colocavam a cidade de São Paulo enquanto palco dos eventos do Brasil, ainda puderam compor as narrativas de algumas monografias premiadas, algumas mais exaltadas outras menos, mas geralmente esses elementos estavam ligados ao período mais recente da trajetória do bairro.

Mostramos que mesmo híbridas algumas narrativas e características se repetiam, sem a necessidade que houvesse deliberações metodológicas quanto a escrita nos editais. Esse elemento seria decorrência da própria cultura histórica e da tradição das produções sobre a cidade. Nas edições posteriores, são as próprias primeiras monografias premiadas que servem de exemplo para as demais.

No caso dos momentos em que a narrativa trata do tempo presente, temos ainda a aproximação entre objeto estudado e pesquisador, facilitando a perpetuação de menções que glorifiquem a localidade, que a valorize e destaque o bairro em meio ao emaranhado de histórias possíveis dentro da metrópole. Em uma mesma monografia podemos observar que ora o pesquisador é isento e ora é um morador apaixonado. A construção narrativa não crítica, recupera a narrativa saudosista sobre a história de São Paulo.

Esses elementos em um contexto em que há o incentivo ao ufanismo casam perfeitamente e é desse modo que uma ditadura tão longa e violenta passa quase que despercebida nessas monografias. Mesmo que o elemento da omissão sobre assuntos ligados a política não tenham sido propriamente pensados, a carência metodológica sobre produções historiográficas que tratassem do tempo presente proporcionou uma escrita inventarial, um guia de instalações e serviços, que camuflou qualquer análise mais crítica sobre o período, o que se não foi articulado, pode ter contribuir na perenidade dessa produção em diferentes gerações políticas.

Ao apresentar as características de cada obra, provamos que as monografias são híbridas por conta das exigências dos editais, da carência metodológica em história sobre o tempo presente e por conta da cultura histórica. Mostramos que os escritores não precisam ser fronteiriços, mas que podem por vezes escrever textos fronteiriços dependendo das situações em que se encontram. Demonstramos que não é possível classificar as monografias estudadas como se fossem uniformes, as identificando como apenas fronteiriças ou acadêmicas e que elementos presentes nos dois universos podem compor a mesma obra em situações como a do concurso “História de Bairros de São Paulo”. No entanto, a comprovação dessas características não desclassifica a importância sobre essas obras que muitas vezes ainda são únicas em suas pesquisas locais.

Trouxemos o debate sobre a consciência histórica como elemento que justificaria o interesse sobre a história por todo e qualquer indivíduo e que o historiador poderia refletir sobre as produções fronteiriças para além da dicotomia da história boa ou ruim,

mas ainda como reflexos da cultura histórica, o que transforma essas obras relevantes para a reflexão sobre o próprio trabalho do historiador.

Estudar os aspectos das entrelinhas dessas produções nos mostrou um pouco mais sobre o contexto histórico em que esses textos foram produzidos e sobre o monopólio cultural e ideológico exercido de uma concepção hegemônica da história paulista. Também nos proporcionou uma reflexão sobre o contexto da produção historiográfica nas últimas décadas, a forma que o historiador lida com o pacto historiográfico, como reflete sobre seu próprio trabalho e sobre a carência de trabalhos que tratem da teoria e metodologia da história no Brasil e sobre as obras fronteiriças de história, em suas variadas formas.

Apesar das tiragens não serem tão grandes, com cerca de dois mil exemplares em cada edição, o “História de Bairros” se tornou conhecido em diferentes setores e, se não atingiu o grande público, certamente atingiu um público superior ao dos trabalhos em que seus autores se reportam apenas para os seus pares universitários, seja pela facilidade de acesso nas bibliotecas da cidade seja pela facilidade da compreensão da construção narrativa das monografias.

As monografias do “Concurso História de Bairros” são produções que foram patrocinadas por órgãos públicos, com editais e julgamentos públicos, pensadas para a publicização de documentos e da trajetória dos bairros para a sua população, construída por escritores nem sempre historiadores de formação e divulgada em lugares cujo acesso é livre e aberto a qualquer pessoa. A História Pública, apesar de fazer parte dos debates acadêmicos das universidades norte-americanas e da Austrália desde a década de 70 do século XX, ou seja, contemporâneos ao concurso, no Brasil engatinha nas suas primeiras produções e reflexões sobre essas produções dentro do ambiente acadêmico. Se a universidade passou a realizar grande parte das atividades antes desempenhadas pelo Departamento de Cultura, o que as tornou questionáveis dentro desse órgão, como bem apontou a Prof.^a Ana Maria de Almeida Camargo em entrevista que nos concedeu, por outro lado ainda às mantiveram quase que exclusiva dentro da universidade, deixando a tarefa da publicização da História para as instituições públicas e para aqueles que produzem a chamadas obras de divulgação.

Essa dificuldade dos acadêmicos em tornar seus textos acessíveis ou em realizar produções que visem um público não especializado, abriu no Brasil um segmento editorial lucrativo e que obteve sucesso com diferentes faixas etárias e sociais que são as obras de divulgação histórica. Essas produções, que fazem parte da definição sobre

obras fronteiriças da história, causaram mal estar entre os historiadores de formação, e sobre elas nos detemos rapidamente ao mostrar o debate entre historiadores de formação e escritores de obras de divulgação.

Essas produções sobre história devem ser pensadas enquanto um espaço que pode e deve ser ocupado também por historiadores, assim como as revistas e documentários de divulgação científica. A história para divulgação não precisa ser obra apenas de não acadêmicos e não precisa haver demérito científico na produção que busque atingir um público não especializado.

Ainda hoje utilizado, principalmente como fonte histórica, o “Concurso História de Bairros de São Paulo” não conseguiu contemplar os objetivos iniciais de sua realização, no âmbito da publicização efetiva dos documentos presentes no Arquivo Histórico Municipal, isso porque estava além das possibilidades dos seus escritores, mas foi fundamental na construção e levantamento setorizado da cidade a partir dos bairros, produção ainda escassa sobre a cidade e que ainda tem o “Concurso História de Bairros” como referência. Como historiadores sabemos da importância de conhecermos as estruturas de produção do material que utilizamos e ao percorrermos os aspectos institucionais do Concurso, sobre as características das monografias, sobre os discursos e narrativas da história presentes nessas obras, entendemos que pode ser essa a contribuição mais importante deste trabalho para aqueles que ainda irão se valer dessas monografias nos trabalhos futuros.

FONTES

ENTREVISTAS

CALIL, Carlos Augusto Machado. Entrevista concedida à Viviane Pedroso Domingues Cardoso. São Paulo- Departamento de Rádio e TV da ECA/USP, maio, 2013.

CAMARGO, Ana Maria Almeida. Entrevista concedida à Viviane Pedroso Domingues Cardoso. São Paulo - sede da Associação dos Arquivistas de São Paulo/USP, mar., 2014.

MAZINI, Eder. Entrevista concedida à Viviane Pedroso Domingues Cardoso. São Paulo - sede da ECINE, jun., 2013.

SOUZA, Laura de Mello e. Entrevista concedida à Viviane Pedroso Domingues Cardoso. São Paulo, fev., 2014.

MONOGRAFIAS

ALMEIDA, W. de; MACEDO, J. G. de. **O Bairro da Penha de França**. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, [s.d]. (História dos Bairros de São Paulo, 31).

AMARAL, A. B. do. **O bairro de Pinheiros**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1969. (História dos Bairros de São Paulo, 2).

ANGRIMANI, D. **Vila Clementino**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1999. (História dos Bairros de São Paulo, 25).

BACELLI, R. Jardim América. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1982. (História dos Bairros de São Paulo, 20).

_____; BARRO, M. **Ipiranga**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1979. (História dos Bairros de São Paulo, 14).

BARRO, M. **Nossa Senhora do Ó**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1977. (História dos Bairros de São Paulo, 13).

BERARDI, M. H. P. **Santo Amaro**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1969. (História dos Bairros de São Paulo, 4).

BONTEMPI, S. **O bairro da Penha**: Penha de França, Sesmaria de Nossa Senhora. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1969. (História dos Bairros de São Paulo, 3).

_____. *O bairro de São Miguel Paulista: a aldeia de São Miguel de Ururá na história de São Paulo*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1970. (História dos Bairros de São Paulo, 7).

BRUNELLI, A. S. U. et. alli. **Barra Funda**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 2006. (História dos Bairros de São Paulo, 29).

DERTÔNIO, H. **O bairro do Bom Retiro**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1971. (História dos Bairros de São Paulo, 9).

DOREA, A. G. R.. **Aclimação**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1982. (História dos Bairros de São Paulo, 19).

DORO, M. da P. M.. **Vila Nova Savóia**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 2006. (História dos Bairros de São Paulo, 28).

FERREIRA, M. A. B. **O nobre e antigo bairro da Sé**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1971. (História dos Bairros de São Paulo, 10).

GUIMARAES, L. de B. M. **Luz**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1977. (História dos Bairros de São Paulo, 12).

_____. **Liberdade**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1979. (História dos Bairros de São Paulo, 16).

HOMEM, M. C. N. **Higienópolis: grandeza e decadência de um bairro paulistano**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, [s.d.]. (História dos Bairros de São Paulo, 17).

JORGE, A. F. **O bairro do Jardim da Saúde**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1970. (História dos Bairros de São Paulo, 5).

JORGE, C. de A. **Consolação: uma reportagem histórica**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, [s.d.]. (História dos Bairros de São Paulo, 22).

_____. **Santa Ifigênia**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1999. (História dos Bairros de São Paulo, 23).

_____. **Luz: notícias e reflexões**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1988. (História dos Bairros de São Paulo, 27).

_____. **Santa Cecília.** São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 2006. (História dos Bairros de São Paulo, 30).

LEMOS, A. I. G. e FRANÇA, M. C.. **Itaquera.** São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1999. (História dos Bairros de São Paulo, 24).

LOPES, H. de Q. F; TOLEDO, V. V. de. **Itaim Bibi.** São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1988. (História dos Bairros de São Paulo, 26).

MARZOLA, N. **Bela Vista.** São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1979. (História dos Bairros de São Paulo, 15).

MASSAROLO, P. D. **O Bairro de Vila Mariana.** São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1971. (História dos Bairros de São Paulo, 8).

MELO, J. M. de. **Itaim Paulista.** São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, [s.d.]. (História dos Bairros de São Paulo, 33).

PACHECO, J. A. de A. **Perdizes.** São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1983. (História dos Bairros de São Paulo, 21).

ROCHA, G. B. da. **Moema.** São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, [s.d.]. (História dos Bairros de São Paulo, 32).

SANTOS, W. G. dos. **Lapa.** São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1980. (História dos Bairros de São Paulo, 18).

TORRES, M. C. T. Mendes. **O bairro do Brás.** São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1969. (História dos Bairros de São Paulo, 1).

_____. **O bairro de Santana.** São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1970. (História dos Bairros de São Paulo, 6).

_____. **Ibirapuera.** São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1977. (História dos Bairros de São Paulo, 11).

PERIÓDICOS

17º CONCURSO de Monografias História dos Bairros de São Paulo. **Jornal da Zona Sul**, São Paulo, 6, ago., 1984.

17º CONCURSO de Monografias História dos Bairros de São Paulo. **Jornal da Zona Sul**, São Paulo, 31, set., 1984.

BOVI, Kaco. Concurso premia melhor monografia do bairro. **Metro News – Registrando**, São Paulo, 16, ago., 2000.

BRASIL (União). Fragmento da mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas, na abertura da sessão legislativa 30 de julho de 1951. **Diário Oficial da União – DOU**. Rio de Janeiro, 30, jul., 1951. Seção 1, p.10. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2637163/pg-10-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-07-1951>>. Acesso em: 12 set. 2013.

BRUNO, Ernani Silva. Nos bairros, pedaços da história de todos nós. **Folha de São Paulo**, 25, jul., 1979.

CONCURSO. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21, jul., 1986.

CONCURSO. **O Bairro do Butantã**, São Paulo, 28, jul., 2000.

CONCURSO analisa sete trabalhos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17, ago., 1976.

CONCURSO de Monografias sobre bairros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28, mar., 1976.

CONCURSO de monografias sobre os bairros paulistanos. **Diário de São Paulo**, São Paulo, 5, ago., 1977.

CONCURSO vai revelar história dos bairros. **Folha de São Paulo**, São Paulo 22, jul., 1980.

HISTÓRIA dos Bairros. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15, abr., 1979.

HISTÓRIA dos Bairros de São Paulo. **A Construção**, São Paulo, 18, maio, 1981. Nº1736.

HISTÓRIA dos Bairros de São Paulo. **Diário Oficial do Município**, São Paulo, 6, ago., 1988.

HISTORIADORES são acusados de plágio. **Folha de São Paulo**, São Paulo 18, jul., 1985.

MOUTINHO, Nogueira. A cidade e seus bairros. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23, set., 1970.

SÃO PAULO (Município). Edital - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 1, mar., 1969. Nº 11.382, p.8.

_____. Edital - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 20, mar., 1969. Nº 11.704, p.23.

_____. Edital - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 8, mar., 1970. Nº 12.001, p.3.

_____. Edital - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 18, mar., 1971. Nº12.312, p.12.

_____. Ata de julgamento - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de SP. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 20, nov., 1971.

_____. Edital - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 6, abr., 1972. Nº 12.633, p.30.

_____. Edital - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 22, maio, 1973. Nº 141, p.7.

_____. Edital - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 17, abr., 1974. Nº412, p.26.

_____. Resultado - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de SP. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 09, out., 74. N, p.15.

_____. Edital - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 20, jun., 1975. Nº [...], pp.19-20.

_____. Edital - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 26, mar., 1976. Nº 935, p.16.

_____. Edital - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 29, jun., 1977. Nº143, p.24.

_____. Edital - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 25, maio, 1978. Nº 95, p.52.

_____. Edital - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 28, mar., 1979. Nº58, p.54.

_____. Edital - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 7, maio, 1980. Nº83, p.51.

_____. Edital - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 24, abr., 1981. Nº76, p. 51.

_____. Edital - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de SP. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 20, abr., 1982. Nº71, p.62.

_____. Edital - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de SP. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 13, abr., 1983. Nº68, p.26.

_____. Edital - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de SP. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 30, maio, 1984. Nº101, p. 39.

_____. Edital - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de SP. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 2, jul., 1985. Nº121, p.32.

_____. Edital - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de SP. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 21, maio, 1986. Nº94, p.15.

_____. Edital - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de SP. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 17, jul., 1987. Nº132, p.24.

_____. Edital - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de SP. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 08, jul., 1988. Nº44, p.31.

_____. Edital - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de SP. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 16, jun., 2000. Nº113, p.33.

_____. Edital - Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de SP. **Diário Oficial do Município de São Paulo** - DOM. São Paulo, 02, set., 2003. Nº164, p.52

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. História dos bairros paulistas. **Diário de São Paulo**, São Paulo, 3, jun., 1973.

TRABALHOS sobre a Aclimação e Jardim América vencem concurso. **Diário de São Paulo**, São Paulo, 11, nov., 1981.

SITES

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. ArquiAmigos - Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico Municipal. Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br/>>. Acesso em: 10, jan. 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS JORNAIS DE BAIRRO. Disponível em: <<http://www.ajorb.com.br/>>. Acesso em: 15, abr. 2013.

BANCO CULTURAL. Disponível em: <<http://bancocultural.com.br/cartazes/?p=271>>.

COOPERIFA - Blog Colecionador de Pedras. Disponível em: <coleccionadordepedras1.blogspot.com>.

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil / Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 18, fev. 2013.

ECINE - Escritório de Cinema de São Paulo. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/ecine/>>. Acesso em: 16, maio 2013.

ELEIÇÕES DE 2014. Disponível em: <www.eleicoes2014.com.br/jose-serra/>. Acesso em: 23, nov. 2014.

IEB - Instituto de Estudos Brasileiros. Disponível em: <<http://ieb.usp.br/>>. Acesso em: 18, jul. 2013.

INFO Cidade (estatísticas da cidade de São Paulo). Disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7_populacao_recenseada_e_taxas_de_crescime_1980_702.html>. Acesso em: 29, mar. 2014.

ISSO é história. Apresentação. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pDQuFjpw6OA>>. Acesso em: 20, jan., 2014.

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA. Disponível em: <<http://ncanarede.blogspot.com.br/2011/08/grajau-um-desenho-de-cultura-namostra.html>>.

PORTAL BRASIL – Salário Mínimo. Disponível em: <www.portalbrasil.net/salariominimo.htm>.

PROJETO “MEU BAIRRO VALE UM FILME”. Disponível em: <www.meubairrovaleumfilme.org.br>. Acesso em: 17, maio, 2013.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2005-2008, Secretaria Municipal de Cultura. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/relatorio_de_gestao/ . Acesso em jan. 2013.

SAMPA ART – categoria “História da Cidade”. Disponível em: <<http://www.sampa.art.br/site/historia.html>>. Acesso em: 19, set. 2013.

SÃO PAULO BAIRROS – Listagem dos distritos e bairros de SP. Disponível em: <<http://www.spbairros.com.br>>. Acesso em: 23, nov. 2013.

SÃO PAULO DE MINHAS MEMÓRIAS. Disponível em: <<http://saopaulominhasmemorias.blogspot.com>>. Acesso em: 16, ago. 2013.

SÃO PAULO MINHA CIDADE. Disponível em: <<http://www.saopaulominhacidade.com.br>>. Acesso em: 30, out. 2013.

SECRETARIA DA CULTURA DA CIDADE DE SÃO PAULO – Arquivo Histórico de SP – Publicações - “História de Bairros”. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/publicacoes/index.php?p=8314>. Acesso em: 3, abr. 2013.

SECRETARIA DA CULTURA DA CIDADE DE SÃO PAULO – Biblioteca Mário de Andrade. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma>>. Acesso em: 18, jan. 2013.

BIBLIOGRAFIA

ABARCA, Pedro. **Tatuapé: uma história fascinante**. São Paulo: Rumo, 1994.

ABUD, Kátia Maria. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o Bandeirante**. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ALBIERI, Sara; GLEZER, Raquel. O campo da história e as obras fronteiriças: algumas observações sobre a produção historiográfica brasileira e uma proposta de conciliação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo: IEB, nº48, pp.13- 30, março de 2009.

ALMANACK [recurso eletrônico] – Guarulhos: Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo, n. 8, 2014.

ALMEIDA, Juliene Rabelo de; ROVAI, Marta Golveia de Oliveira (orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ARAGÃO, Alexandre. Paulistanos são vistos como mais egoístas e orgulhosos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 22 dez. 2014. Folha Poder. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1565753-paulistanos-sao-vistos-como-mais-egoistas-e-orgulhosos.shtml> Acesso em dez. 2014.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva et alii. O Tempo na Filosofia e na História. **Revista de Estudos Avançados**. Coleção Documentos. Série Estudos Sobre o Tempo, São Paulo: IEA / USP, fevereiro de 1991.

BAUER, Carlos. **Reflexões sobre o tempo e a construção da história**. São Paulo: Pulsar, 1997.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivologia: objetivos e objetos. [S.n.t.]. Disponível em <https://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/04/arquivologiaobjetivosobjeto.pdf> < Acesso em fev. 2014.

BENATTI, Antonio Paulo. História, Ciência, Escritura e Política. In: RAGO, Margareth; GIMENEZ, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). **Narrar o passado, repensar a História**. Campinas: Editora Unicamp, 2000, p. 63 -103.

BEZERRIL, Simone da Silva. **Usos do passado: leitura da História na perspectiva jornalística de Laurentino Gomes no livro 1808**. João Pessoa, 2013. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Histórica) – Centro de Ciências Humanas, Letras e

Artes, Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_arquivos/7/TDE-2014-08-28T104623Z-3029/Publico/arquivototal.pdf . Acesso em: 15 maio 2014.

BIGSBY, Christopher. **Remembering and Imagining the Holocaust**: the chain of memory. New York: Cambridge University Press, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONALDO, Rodrigo Bragio. **Presentismo e presentificação do passado: a narrativa jornalística da história na “Coleção Terra Brasilis” de Eduardo Bueno**. Porto Alegre, 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e Misérias da biografia. In PINSKY, Carla. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 203-233.

BOSCHI, Caio César. **Exercícios de pesquisa histórica**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular**: leituras de operárias. 4ª ed. Petrópolis; Vozes, 1978.

_____. **Memória e Sociedade**: Lembranças de velhos. 15ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 2ª ed. Cotia, SP : Ateliê, 2003.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. **A cidade inventada: a pauliceia construída nos relatos memorialistas (1870-1920)**. Campinas, SP, 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

BRUNO, Ernani Silva. **História e Tradições da Cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

BUARQUE, Daniel. Vender um milhão de livros é ‘razoável’, diz autor de ‘1808’ e ‘1822’. **G1**, São Paulo, 9, set., 2011. Bial do Livro Rio. Disponível em: g1.globo.com/bial-do-livro/rio/2011/noticia/2011/9/vender-um-milhao-de-livros-e-razoavel-diz-autor-de-1808-e-1822.html Acesso em: fev. 2014.

BUENO, Eduardo (org.). **Os nascimentos de São Paulo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

BULMER, Martin. **The Chicago School of Sociology**. Institutionalization, Diversity, and the Rise of Sociological Research. Chicago: University of Chicago Press, 1984

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

_____. **A escola dos Annales, 1929-1989: a revolução francesa na historiografia**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **A imprensa periódica como objetivo e instrumento de trabalho**. São Paulo, 1976. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n. 2, jul.-dez. 2009.

_____. **Os primeiros almanaques de São Paulo**. Introdução à edição fac-similar dos almanaques de 1857 e 1858. São Paulo: IMESP/DAESP, 1983.

_____. **São Paulo metrópole em mosaico**. São Paulo: CIEE, 2010.

_____. ; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAPELATO, Maria Helena et alii. (orgs.). **História e Cinema: Dimensões históricas do audiovisual**. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2011.

_____. ; FERLINI, Vera Lucia Amaral; GLEZER, Raquel. Escola uspiana de História. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 8, n. 22, pp. 349-358, set.-dez. 1994.

CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Viviane Pedroso Domingues. Representações memorialísticas da Zona Leste de São Paulo. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – TRABALHO, CULTURA E MEMÓRIA – ANPUH, 21º, 2012, Campinas/ UNICAMP. *Anais do XXI Encontro...*, Campinas: ANPUH, 2012, pp. 1-13.

_____. A escrita memorialística presente nas monografias do concurso História de Bairros do DPH. In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUANDOS DA FFLCH – EPOG, 7º, 2012, São Paulo, USP. *Anais do VII Encontro...* São Paulo, USP, 2012.

CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Folio Histoire, 2007.

_____. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHATIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

CLARO, Silene Ferreira. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço científico e cultural esquecido (proposta inicial e as mudanças na trajetória - 1934 - 1950)*. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

COLLINGWOOD, R.G. *A Idéia de História*. Lisboa: Presença / Martins Fontes, 1978.

CURY, Cláudia Engler. Políticas culturais: ações de governo e construção de memórias e identidades urbanas. In: SEMINÁRIO DA HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. 2000, UNICAMP. *Anais Eletrônicos do Seminário...*Campinas: UNICAMP, 2000. V. 6, nº2, p 2. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/760>> Acesso em jan. 2013.

CYTRYNOWICZ, Roney. O silêncio do sobrevivente: diálogo e rupturas entre memória e história do Holocausto. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora Unicamp, 2003, p. 123-135.

DOMINGUES, Viviane Pedroso. A escrita da história por memorialistas do interior paulista: as concepções de história, memória e tempo histórico nas obras de Aluísio de Almeida e Nardy Filho. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA UFOP, 2., 2008, Mariana, MG.

_____. Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 26., 2011, São Paulo. *Anais do Simpósio...* São Paulo: ANPUH, 2011, p.2-15. Disponível em < http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300879525_ARQUIVO_textoanpuh.pdf > Acesso em jan. 2013.

_____. Regionalismo e escrita memorialística: as narrativas de Aluísio de Almeida, José Gomes e Nardy Filho. São Paulo, 2010. Relatório final de Iniciação – Cnpq.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA, Antonio Celso História “fast food”(ou alguns problemas da teoria e da narrativa histórica neste fim de século). In: SILVA, Zélia Lopes da. **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

_____. Entre a tradição e a modernidade, entre a história e o romance. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. São Paulo, v. XC, p. 14- 26, 1995.

_____; LUCA, Tania Regina de; YOKOI, Zilda Gricoli (Org.). **Encontros com a História**. Percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp; Fapesp; ANPUH/SP, 1999.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREITAS, Marcos Cézar de. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Trad. Antonio Narino. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

_____. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GLEZER, Raquel. **Chão de terra: um estudo sobre São Paulo colonial**. São Paulo, 1992. Tese (Livre Docência em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. A história em bancas de jornal. **Eclética** 2005. São Paulo : Depto. História, FFLCH, USP, v. 1, 2005. Disponível em: < <http://www.raquelglezer.pro.br/edi%E7%F5es/Ecl%E9tica%202005%20-%20banda/Ecletica2005%20-%202007.pdf> > . Acesso em 20 ago 2013.

_____. A imprensa nos municípios e bairros da Grande São Paulo. **Arquivo Boletim Informativo**, São Paulo: Divisão do Arquivo do Estado/SECultura, 1981. (Resenha)

_____. As transformações da cidade de São Paulo na virada do século XIX e XX. **Cadernos da História de São Paulo**, São Paulo, v. 3/4, p. 17-28, 1995.

_____. Historiografia paulista: transformações e persistências. In: ANTIGOS & MODERNOS: DIÁLOGOS SOBRE A (ESCRITA DA) HISTÓRIA, 2007, São Paulo. São Paulo, 20007. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/cursos/antigos/simposio/index2.html> Acesso em abr. 2013.

_____. Instrumentos de pesquisa para a História de São Paulo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 139, p. 127-135, 1998.

_____. Novos livros & velhas ideias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 149-154, 1984.

_____. O campo da História. **Cadernos da História de São Paulo**, São Paulo, v. 1, p. 9-14, 1992.

_____. Tempo e História. **Ciência e Cultura**, São Paulo: SBPC, v. 54, n. 2, p. 23-24, 2002.

_____. Visões de São Paulo. In: BRESCIANI, Stella (org.). **Imagens da cidade: séculos XIX e XX**. São Paulo: ANPUH-SP; Marco Zero; FAPESP, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

Histoire In: **Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers, par une Société de Gens de Lettres**. Tome Huitième (H-IT). Paris : A Neufchastel, 1765, pp. 220-225. Voltaire.

HUMBOLT, Wilhelm von. A tarefa do historiador. In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada**. São Paulo: Contexto, 2010.

KHOURY, Yara Maria Aun et alii. **A pesquisa em História**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2003. (Série Princípios).

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. **Introdução aos Estudos Históricos**. Trad. Laerte de Almeida Moraes. São Paulo: Renascença, 1946.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. 5ª ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

LEME, Pedro Taques de Pais. **História da Capitania de São Vicente**. Brasília: Senado Federal, Conselho, 2004.

LOFEGO, Silvio. **IV Centenário da cidade de São Paulo**: uma cidade entre o passado e o futuro. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. **Memória de uma metrópole**: São Paulo na obra de Ernani Silva Bruno. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001. (Selo Universidade: Historia: 179)

LUÍS, Washington. **Na Capitania de São Vicente**. Brasília: Senado Federal, Conselho, 2004.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda como cada um escreve a História?: Uma reflexão sobre o embate entre Historiadores acadêmicos e não acadêmicos e os caminhos da profissionalização do campo da história do Brasil à luz dos debates sobre *Public History*. In: GT TEORIA DA HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA – ANPUH-RS, 2014. Porto Alegre, UFRGS. Porto Alegre, ANPUH-RS, 2014. Anais do Disponível em: <https://onedrive.live.com/view.aspx?resid=730BB7F54AEAC799!116&app=Word Pdf> Acesso em dez. 2014.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. (org). **A história pensada**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Historiografia: o sentido da escrita e a escrita do sentido. **História & Perspectivas**. Uberlândia: UFU, v. 1, n. 40, pp. 55-80, jan.-jun. 2009. Disponível em : <www.seer.ufu.br> Acesso em jan. 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo : IEB, nº 34, pp. 9-24, 1992.

_____. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.89-103, 1998.

MENEZES, Raimundo de. As primeiras e mais antigas livrarias de S. Paulo, **Revista do Arquivo Municipal**, n. 182, pp.193-218, 1971.

NORA, Pierre. **Les lieux de memoire**. Paris: Gallimard, 1997.

_____. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo : PUC-SP, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>> Acesso em fev. 2013.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. Narrativa e conhecimento histórico: alguns apontamentos. **Revista Histórica do Arquivo do Estado de São Paulo**, nº15, out. 2006.

OLIVEIRA, Mariana. Veja a evolução do salário Mínimo desde a sua criação, a 70 anos. G1. São Paulo, 16, fev., 2011. Economia. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/02/veja-evolucao-do-salario-minimo-desde-sua-criacao-ha-70-anos.html> Acesso em fev. 2014.

PAIANI, Flávia Renata Machado. Os livros populares de história como fonte para a pesquisa histórica. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 16º, 2014, Rio de Janeiro. *Anais do XVI Encontro...* Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2014.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre a política e a emoção**. São Paulo, Letra e Voz, 2011.

_____. **Autoritratto di gruppo**. Firenze, Itália: Giunti-Astrea, 2008.

PEZZOTTI, Antonio Ivo. **Vila Madalena e suas Figuras Notáveis**. [S.l.]: Edição do autor, [s.d.]

PIMENTA, João Paulo et alii. A Independência e uma cultura de história no Brasil. **Almanack**. Guarulhos, n.08, p. 5-36, 2º semestre 2014.

PIORA imagem dos paulistanos entre brasileiros em uma década. UOL. São Paulo, 8 dez. 2014. **Datafolha**. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2014/12/1559426-piora-imagem-dos-paulistanos-entre-brasileiros-em-uma-decada.shtml> Acesso em dez. 2014.

PORTA, Paula. **História da Cidade de São Paulo**. A cidade colonial 1554-1822, vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Lombroso oculto Livro sobre ‘falsos heróis latino-americanos’ usa simplificações oportunas, omissões e interpretações discutíveis, avalia professora. Resenha crítica. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25, set., 2011. Caderno Aliás. Disponível em: <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,lombroso-oculto-livro-sobre-falsos-herois-latino-americanos-usa-simplificacoes-oportunas-omissoes-e-interpretacoes-discutíveis-avalia-professora-imp-,777219> Acesso em fev. 2014.

REALE, Ebe. **Brás, Pinheiros, Jardins**. Três bairros, três mundos. São Paulo: Pioneira e Edusp, 1982.

RIBEIRO, Suzana Barretto. **Italianos do Brás: imagens e memórias, 1920-1930**. São Paulo: Brasiliense ;Pirelli, 1994.

RICOEUR, Paul. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

_____. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1994. (3 v.)

ROCHA, Aristides Almeida. **Do lendário Anhembi ao poluído Tietê**. São Paulo: Edusp, 1991.

ROVARON, Carlos. A utilização de memorialistas como fonte de pesquisa alternativa para acompanhar processos de ocupação. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – O HISTORIADOR E SEU TEMPO, UNESP, Assis. *Anais* Assis: ANPUH/SP; 2006. (CD-ROM).

RÜSEN, Jörn. **História viva**. Brasília: Editora UnB, 2009.

_____. **Razão histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UnB, 2001.

_____. **Reconstrução do passado.** Brasília: Ed. UnB, 2009.

SALAZAR, José Monteiro. **Araçoiaba & Ipanema:** a história daquela maravilhosa região, desde as forjas de Afonso Sardinha até a Real Fábrica de Ferro. Sorocaba: Digipel, 1998.

SALIBA, Elias Tomé. Borboletas e parisinas: a escola francesa e a historiografia brasileira. **França-Brasil, 500 anos**, São Paulo, v. 3, p. 11-15, 2000.

_____. Perspectivas Para Uma Historiografia Cultural. **Diálogos**, Maringá, v. 1.

_____. Una ciudad descarrilada: cronistas del olvido y de las historias perdidas de São Paulo. **Abaco** (Gijón), Espanha, v. 41, n. 39, p. 62-79, 2005.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano:** São Paulo e pobreza: 1890-1915. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

SANTOS, Cida. **Zona Leste meu amor:** personagens de uma história de lutas. São Paulo: Marco Markovitch, 1994.

SÃO PAULO, SP. Arquivo Histórico de São Paulo. Guia do Arquivo Histórico Washington Luís. São Paulo, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: Problemas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento:** indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, Memória, Literatura:** o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole.** São Paulo nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Rodrigo da. **Sobre taipas e textos: um estudo sobre as narrativas a respeito da cidade de São Paulo (1772-1953).** São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma nova velha história. **Revista de História**, n. 2-3, p 13-37, 1991. (Original de 1979, na revista **Past ant Present**)

TEXEIRA, Tássia Verônica Brandão. F. A. Pereira da Costa e o Folklore pernambucano: Escritas da História. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 26º, 2011, São Paulo, USP. *Anais do XXVI Simpósio...* São Paulo: ANPUH, 2011.

VASCONCELOS, José Antônio. A história e a sedução da narrativa. **Revista Uniandrade**, v.11, n.02, jul. – dez. 2010.

VILLA, Marco Antonio. **Breve História do Estado de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

WHITE, Hayden. Meta- história: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: EdUSP, 2001. (Primeira edição em inglês de 1978)

WILHEIM, Jorge. **São Paulo, metrópole 65**. São Paulo: DIFEL, 1965.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Quadro de comparação entre os prêmios e os salários mínimos então vigentes²⁸²

Tipo do Concurso e edição	Ano	Premiação²⁸³	Relação entre premiação e salário mínimo	Salário Mínimo Com a moeda da época	Salário Mínimo com a conversão para o Real 2011²⁸⁴ (anos alternados)
Monografias I	1968	1º colocado: NCR\$ 3.000,00 2º colocado: NCR\$ 2.000,00 3º colocado: NCR\$ 1.000,00 Menção honrosa: NCR\$ 1.000,00 Não houve “pró-labore” para a Comissão Julgadora	23,15x o salário mínimo 15,44 x 7,72x 7,72x	NCR\$ 129,60	R\$742,13
Monografias II	1969	1º colocado:		NCR\$	-----

²⁸² Quadro realizado por nós para essa dissertação.

²⁸³ Trouxemos os valores do salário mínimo brasileiro do período estudado para parâmetro do valor de compra da premiação, já que as mudanças de valor dos salários bases acabam refletindo a taxas de inflação, como verificamos nas mudanças mensais que os anos de 1987 e 1988 sofreram. Fonte: www.portalbrasil.net/salariominimo.htm

²⁸⁴ Segundo conversão da DIEESE. Valores disponibilizados na reportagem da jornalista Mariana Oliveira, “Veja a evolução do salário Mínimo desde a sua criação, a 70 anos”, de 16/02/2011 disponibilizada no Portal G1 – Economia, da Globo. <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/02/veja-evolucao-do-salario-minimo-desde-sua-criacao-ha-70-anos.html>

		NCR\$ 3.000,00	19,23x	156,00	
		2º colocado: NCR\$ 2.000,00	12,82 x		
		3º colocado: NCR\$ 1.000,00	6,41x		
		Menção honrosa: NCR\$ 1.000,00	Idem		
		Comissão Julgadora: NCR\$ 200,00.	1,29x		
Monografias III	1970	1º colocado: NCR\$ 3.000,00	16,03x		
		2º colocado: NCR\$ 2.000,00	10,68x		
		3º colocado: NCR\$ 1.000,00	5,34x	NCR\$ 187,20	R\$729,20
		Menção honrosa: NCR\$ 1.000,00	Idem		
		Comissão Julgadora: NCR\$ 200,00.	1,07 x		
Monografias IV	1971	1º colocado: Cr\$ 3.000,00	13.30x		
		2º colocado: Cr\$ 2.000,00	8,87x		
		3º colocado: Cr\$ 1.000,00	4.43 x		
		Menção honrosa: Cr\$ 1.000,00	Idem	Cr\$ 225,60	-----
		Comissão Julgadora: Cr\$ 200,00.	0,89 x		
Monografias V	1972	1º lugar: Cr\$ 5.000,00	18,60x	Cr\$ 268,80	R\$694,95

		2º lugar: Cr\$ 3.000,00 3º lugar: Cr\$ 2.000,00 Não houve “pró-labore” para a Comissão Julgadora	11,16x 7,44x		
Monografias VI	1973	1º lugar: Cr\$ 5.000,00 2º lugar: Cr\$ 3.000,00 3º lugar: Cr\$ 2.000,00 Comissão Julgadora: Cr\$1.000,00.	16,03x 9,62x 6,41x 3,21x	Cr\$ 312,00	-----
Monografias VII Mês do edital: abril Premiação em: setembro	1974	1º lugar: Cr\$ 8.000,00 2º lugar: Cr\$ 5.000,00 Comissão Julgadora: Cr\$1.000,00.	21.23x 13.27x 2.65x	Cr\$ 376,80 (01/05) Cr\$ 415,20 (01/12)	R\$627,23
Monografias VIII	1975	1º lugar: Cr\$ 14.000,00 2º lugar: Cr\$ 8.000,00 Comissão Julgadora: Cr\$1.000,00.	26,28x 15,01x 1,88x	Cr\$ 532,80	-----
Monografias IX	1976	1º lugar: Cr\$ 18.000,00	23,43x	Cr\$ 768,00	R\$593,83

		2º lugar: Cr\$ 10.000,00	13,02x		
		Comissão Julgadora: Cr\$ 1.500,00.	1,95x		
Monografias X	1977	1º lugar: Cr\$ 22.000,00 2º lugar: Cr\$ 12.000,00 Comissão Julgadora: Cr\$ 2.000,00.	19,88x 10,85x 1,81x	Cr\$ 1.106,40	-----
Monografias XI	1978	1º lugar: Cr\$ 50.000,00 2º lugar: Cr\$ 30.000,00 Comissão Julgadora: a partir dessa edição não se pagou mais o “pró-labore”.	32,05x 19,23x	Cr\$ 1.560,00	R\$633,32
Monografias XII	1979	1º lugar: Cr\$ 70.000,00 2º lugar: Cr\$ 42.000,00	30.86x 18.52x	Cr\$ 2.268,00	-----
Monografias XIII Mês do edital: maio Premiação em: setembro	1980	1º lugar: Cr\$ 80.000,00 2º lugar: Cr\$ 55.000,00	Maio 19,28x Nov. 13,82x Maio 13,25x Nov.9,50x	Cr\$ 4.149,60 (01/05) Cr\$ 5.788,80 (01/11)	R\$686,08
Monografias XIV Mês do edital: abril Premiação em: outubro	1981	1º lugar: Cr\$ 120.000,00 2º lugar: Cr\$ 80.000,00	Abril 20,73x Out.14,18x Abril 13,82x Out.9,45x	Cr\$ 8.464,80 (01/05) Cr\$ 11.928,00 (01/11)	-----
Monografias XV Mês do edital: abril	1982	1º lugar: Cr\$ 170.000,00 2º lugar: Cr\$	Abril 14,25x Out.10.24x Abril 9,64x	Cr\$16.608, 00 (01/05) Cr\$	R\$758,77

Premiação em: outubro		115.000,00	Out. 6,92x	23.568,00 (01/11)	
Monografias XVI		1º lugar: Cr\$ 250.000,00	Abril 10,61x Out.2,57x	Cr\$ 97.176,00 (01/05)	
Mês do edital: abril Premiação em: outubro	1983	2º lugar: Cr\$ 170.000,00	Abril 7,21x Out.1,75x	Cr\$ 166.560,00 (01/11)	-----
Monografias XVII		1º lugar: Cr\$ 800.000,00 + duas passagens aéreas para Maceió	Maio 2,40 x Dez.1,33x + duas passagens aéreas	Cr\$ 333.120,00 (01/05)	
Mês do edital: maio Premiação em: dezembro	1984	2º lugar: Duas passagens aéreas para Salvador. 3º lugar: menção	Duas passagens aéreas (não encontramos a equivalência de valores das passagens)	Cr\$ 600.000,00 (01/11)	R\$603,04
Monografias XVIII		1º lugar: Cz\$ 1.800.000,00	2238,81x	Cz\$ 804,00	-----
	1985	2º lugar: Cz\$ 1.000.000,00	1243,78x		
Monografias XIX		1º lugar: Cz\$ 2.700,00 (cruzados)	3,36x	Cz\$804,00	
	1986	2º lugar: Cz\$ 1.700,00 (cruzados)	2,11x		R\$537,60
Monografias XX		1º lugar: Cz\$ 15.000,00	Julho 7,61x Novembro 5x	Cz\$ 964,00 (01/01) Cz\$ 1368,00 (01/03)	
Mês do edital: julho Premiação em: novembro	1987	2º lugar: Cz\$ 10.000,00	Julho 5,07x Novembro 3,33x	Cz\$ 1641,60 (01/05) Cz\$ 1969,92 (01/06) Cz\$ 1970,00 (01/08) Cz\$ 2400,00	-----
		3º lugar: Menção Honrosa.			

				(01/09) Cz\$ 2640,00 (01/10) Cz\$ 3000,00 (01/11) Cz\$ 3600,00 (01/12)	
Monografias XXI Mês do edital: julho Premiação em: novembro	1988	1º lugar: Cz\$ 30.000,00 2º lugar: Cz\$ 20.000,00 3º lugar: Menção Honrosa.	Julho 2,41x Novembro 0,64 x Julho 1,61 x Novembro 0,65 x -----	Cz\$ 4500,00 (01/01) Cz\$ 5280,00 (01/02) Cz\$ 6240,00 (01/03) Cz\$ 7260,00 (01/04) Cz\$ 8712,00 (01/05) Cz\$ 10368,00 (01/06) Cz\$ 12444,00 (01/07) Cz\$ 15552,00 (01/08) Cz\$ 18960,00 (01/09) Cz\$ 23700,00 (01/10) Cz\$ 30800,00 (01/11) Cz\$ 40425,00 (01/12)	R\$415,54
Monografias XXII	2000	1º lugar: R\$ 2.000,00 (reais)	13,25x	R\$ 151,00	-----

		2º lugar: R\$ 1.000,00 (reais) 3º lugar: Menção honrosa	6,62x		
Monografias XXIII	2003	1º Lugar: R\$ 2.000,00 2º Lugar: R\$1.000,00 3º Lugar: R\$ 500,00	8,33x 4,17x 2,08x	R\$ 240,00	R\$308,57 (corrigido para 2011)
<div>Balanço das monografias</div>					
23 edições		A maior premiação em relação ao salário mínimo vigente foi de 2238,81 x o salário mínimo vigente, muito superior a média que foi de 15x o salário mínimo vigente. A segunda maior premiação foi da XI edição com prêmio de primeiro lugar que valia 32,05x o salário mínimo da época.		A menor premiação em relação ao salário mínimo vigente foi de 0,64x na premiação, sendo que o edital apresentou a relação de 2,41x, ambos valores do edital do XXI Concurso. A variação foi ocasionada pela inflação durante o processo seletivo que não contava com observações sobre reajustes na premiação a partir das alterações inflacionárias.	
<div>Concurso de audiovisuais</div>					
Edital	Ano	Premiação	Proporção da premiação em relação ao	Salário Mínimo ²⁸⁵ (regional a partir de 2007)	

²⁸⁵ www.portalbrasil.net/salariominimo.htm

			salário mínimo	
Audiovisual I, II, III, IV, V, VI e VII ²⁸⁶	2005	R\$ 85 mil reais	283,33X	2005: R\$ 300,00 nacional (não havia o regional)
	De 2007 a 2012	Até R\$100 mil reais para cada produção selecionada (2007- 2012) ²⁸⁷	Entre 2007 e 2012 a premiação variou de 240,96x do (menor do salário mínimo de SP) até 140,84x (do maior do salário mínimo de SP no intervalo de 2007 até 2012).	2007: R\$ 415 a R\$490 2008: R\$ 450,00 a R\$505,00 2009: R\$ 505,00 a R\$545,00 2010:R\$ 560,00 a R\$580,00 2011:R\$ 600,00 até R\$ 620,00 2012: R\$690,00 até R\$ 710,00

ANEXOS

ANEXO A - Apresentação completa realizada por Leonardo Arroyo do vol.1 da coleção história de bairros

Com este estudo de Maria Celestina Teixeira Mendes Torres, O Bairro do Brás, o Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, pela sua Divisão do Arquivo Histórico, inicia a publicação das quatro primeiras monografias premiadas no I Concurso de História dos Bairros de São Paulo. A Comissão Julgadora, integrada pela professora Myriam Ellis e escritores Ernani Silva Bruno e Pedro Brasil Bandecchi, outorgou o primeiro prêmio ao trabalho que hoje publicamos. O segundo coube ao trabalho de Antonio Barreto do Amaral, Pinheiros – Quatro Séculos e o terceiro ao de Sylvio Bomtempi, O Bairro da Penha. A menção honrosa a Maria Helena Petrillo Berardi pelo seu estudo, O Bairro de Santo Amaro.

Estas quatro importantes monografias iniciam o levantamento histórico de toda cidade de São Paulo, que hoje abrange uma área complexa e imensa. O objetivo desta série de estudos, que serão escolhidos através de concursos anualmente, é justamente o inventário histórico da cidade, com destaque aos seus bairros e sua importância no complexo urbano paulistano. Não se poderia deixar de inscrever nesta apresentação o entusiasmo do Sr. Prefeito Municipal e do Sr. Secretario de Educação e Cultura. Ambos desde logo viram a importância desta iniciativa do Departamento de Cultura e a ampararam e prestigiaram amplamente, certos estavam, como estão, que tais monografias representam inestimável contribuição cultural ao conhecimento da grande cidade que, nestes últimos anos, sofreu para melhor as mais radicais transformações.

Aos estudiosos de história da cidade de São Paulo não deve passar despercebida a importância de tais monografias. Do passado podemos contar com trabalhos de alta valia, todos eles fixando aspectos de uma cidade hoje inteiramente desaparecida. Graças a esses cronistas e historiadores é possível, através de seus livros, acompanhar a profunda alteração histórico-social sofrida pela cidade. Com esta nova iniciativa do Departamento de Cultura mantém-se, ou se retoma, a continuidade histórica do conhecimento da cidade através de estudos mais modernos.

A cidade cresceu depressa e em proporções admiráveis como que para proclamar aos quatro ventos a importância do trabalho paulista, que inclusive recebe e se retempera na experiência universal dos representantes de outras nações que aqui encontraram nova pátria. Justo, pois, e importante, que esse progresso seja fixado em monografias de caráter histórico como as que o Departamento de Cultura começa agora publicar. Ao ensaio de Maria Celestina Teixeira Mendes Torres, seguir-se-ão os ensaios de Antonio Barreto do Amaral, de Sylvio Bomtempi e de Maria Helena Petrillo Berardi.”

Leonardo Arroyo

Diretor do Departamento de Cultura.²⁸⁸

²⁸⁸ ARROYO, Leonardo. Apresentação. In: TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. **O Bairro do Brás**. São Paulo: Oficinas da Gráfica Municipal, Departamento de Cultura da SMC/SP, 1969. p. VII – IX. (Série História de Bairros)

ANEXO B - Artigo 17 a 22 da lei nº 13.278 de 07 de janeiro de 2002 ²⁸⁹

(Projeto de Lei nº 564/01, do Executivo)

Dispõe sobre normas específicas em matéria de licitação e contratos administrativos no âmbito do Município de São Paulo.

MARTA SUPLICY, Prefeita, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 28 de dezembro de 2001, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO II/ DA LICITAÇÃO/ SEÇÃO I

Art. 17 - As formas e prazos de publicidade de atos convocatórios são aqueles a seguir definidos:

I - editais de concorrência e de concurso serão publicados, ao menos uma vez, no Diário Oficial do Município e em jornal de grande circulação local, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias entre a primeira publicação e a data para recebimento de documentação e propostas ou para recebimento dos trabalhos;

II - editais de tomada de preços serão publicados, por uma vez, no Diário Oficial do Município, observando-se o prazo mínimo de 15 (quinze) dias entre a publicação e a data de recebimento de documentação e propostas;

III - instrumentos convocatórios de convite serão encaminhados diretamente a, pelo menos, 3 (três) potenciais interessados, cadastrados ou não, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis entre a data de entrega e a designada para recebimento de propostas;

IV - editais de leilão serão publicados, por uma vez, no Diário Oficial do Município e em jornal de grande circulação local, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias entre a publicação e a data designada para abertura dos trabalhos.

§ 1º - As publicações serão feitas resumidamente, contendo os dados essenciais à identificação do certame, por modalidade e número de registro; do órgão licitante; objeto licitado; data, hora e local designados para o recebimento de documentos e propostas, e endereço e telefone do local onde os interessados poderão obter a íntegra do edital e esclarecimentos suplementares.

²⁸⁹ Disponível na íntegra em:

ww3.prefeitura.sp.gov/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=08012002L%20132780000

§ 2º - Os atos convocatórios, sem distinção de modalidade, serão sempre disponibilizados para consulta nas repartições e divulgados seus extratos pela Internet.

§ 3º - As publicações dos editais de concorrência e tomada de preços para a contratação de serviços e obras de menor complexidade poderão ter os prazos reduzidos para 20 (vinte) e 10 (dez) dias, respectivamente, a critério da autoridade competente para autorizar a abertura do procedimento licitatório, levando-se em conta a natureza do objeto a ser licitado, os requisitos para a formulação das propostas e as demais exigências do edital.

Art. 18 - As modificações no edital exigem divulgação pela mesma forma dada ao texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

§ 1º - Quando a alteração não afetar de forma substancial a formulação da proposta, o prazo de divulgação poderá ser reaberto pela metade, por deliberação da Comissão de Licitação.

§ 2º - Quando a mudança não implicar alterações ou reformulação da proposta, ou o cumprimento de novas exigências, não haverá necessidade de reabertura de prazo.

Art. 19 - Também poderão ser utilizadas as modalidades de licitação que possam ser processadas por meio eletrônico, observada a legislação federal pertinente.

Art. 20 - O Município poderá adotar a modalidade pregão, instituída pela União, para a aquisição de bens ou serviços comuns, que será regulamentada por decreto, observada a legislação federal pertinente.

Art. 21 - É vedada a utilização de modalidade de limite inferior para parcelas de um mesmo fornecimento, serviço ou obra, que possam ser enquadradas em modalidade de limite superior, configurando fracionamento.

Parágrafo único - Para efeito da aplicação do "caput" deste artigo, caracterizar-se-á fracionamento, no âmbito de uma mesma unidade orçamentária, a realização de licitações ou contratações de parcelas do mesmo fornecimento, serviço ou obra, cujo somatório, no prazo de 30 (trinta) dias contados da formalização do ajuste, exigi-se modalidade de limite superior ao daqueles utilizados.

Art. 22 - A modalidade de licitação será eleita em função do valor originário do ajuste, não sendo computadas as prorrogações de contrato legalmente permitidas.

ANEXO C - Missão da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (gestão 2013/2016)

Retiramos do site da Secretaria Municipal de Cultura o que seria os seus objetivos no presente e encontramos o seguinte:

- Elaborar e implantar políticas públicas garantindo a produção, fruição e democratização do acesso;
- Desenvolver políticas, programações e ações visando o desenvolvimento cultural da cidade;
- Articular, organizar e promover a cultura da cidade de São Paulo em 3 dimensões: simbólica, econômica e cidadã.
- Garantir o acesso da população a produção e fruição de bens culturais por meio da oferta de um sistema público e diversificado de programas, projetos e serviços.²⁹⁰

²⁹⁰ Missão da Secretaria Municipal de Cultura definida em 27/28 de março de 2013.
Disponível em : http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/a_secretaria/

ANEXO D - Reprodução do D.O.M./SP de 21 de dezembro de 2006, dispondo sobre o resultado da licitação sobre serviços gráficos

291

²⁹¹ Diário Oficial do Município de São Paulo, de 21/12/2006, Concurso de Monografias História dos Bairros, Resultado. Disponível na pasta "Concurso História de Bairros", Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal.

ANEXO E - Editais completos do Concurso de Monografias (edições 1ª, 2ª, 22ª e 23ª)

I CONCURSO MUNIC. DE MONOGRAFIAS S/HISTÓRIAS DOS BAIRROS DE SÃO PAULO
DOM. Nº 11.382 de 01.03.1968 - página 08

**SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO
E CULTURA**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
E CULTURA
DEPARTAMENTO
DE CULTURA
EDITAL

De ordem do Senhor Secretário de Educação e Cultura, faço público que se acha aberta, no Departamento de Cultura — Pavilhão das Nações — Parque Ibirapuera, até às 17 horas do dia 30 de julho de 1968, inscrição para o "I Concurso Municipal de Monografias sobre História dos Bairros de São Paulo", que obedecerá às seguintes cláusulas:

ARTIGO 1.º — As monografias deverão ser inéditas escritas na língua do País e conter até 150 (cento e cinquenta) páginas datilografadas, de um só lado de papel tamanho ofício, em dois espaços e ter um mínimo de 80 (oitenta) páginas, rigorosamente.

ARTIGO 2.º — Os trabalhos deverão conter a história de um bairro escolhido pelo concorrente o seu desenvolvimento e situação atual dentro da grande metrópole.

ARTIGO 3.º — Os originais deverão ser apresentados com pseudônimo acompanhados de envelope fechado e lacrado, que conterá o nome e endereço do Autor.

ARTIGO 4.º — Poderão concorrer todos os brasileiros natos ou naturalizados e estrangeiros radicados no País.

ARTIGO 5.º — Não poderão concorrer os membros da Comissão Julgadora.

ARTIGO 6.º — A Comissão Julgadora será constituída de 3 (três) membros de notoriedade intelectual e de renome como historiadores escolhidos pelo Departamento de Cultura e aprovados pelo Secretário de Educação e Cultura.

ARTIGO 7.º — A Comissão Julgadora terá o direito de deixar de conferir o prêmio ao julgar que os trabalhos apresentados não correspondam às exigências previstas.

ARTIGO 8.º — Serão conferidos os seguintes prêmios:

1.º Classificado — NCr\$ 3.000,00

2.º Classificado — NCr\$ 2.000,00

3.º Classificado — NCr\$ 1.000,00 — e Menções Honrosas a critério da Comissão Julgadora.

ARTIGO 9.º — Os trabalhos não premiados serão devolvidos.

ARTIGO 10.º — As Monografias vencedoras assim como as Menções Honrosas, serão publicadas pelo Departamento de Cultura na série Bairros Paulistanos.

ARTIGO 11.º — Pela apresentação dos trabalhos e consequente inscrição, obedecidas as cláusulas do presente entendese que os concorrentes acatam as exigências deste Edital.

ARTIGO 12.º — A Comissão Julgadora apresentará o resultado de seus trabalhos por escrito ao Departamento de Cultura até o dia 20 de setembro de 1968.

LEONARDO ARROYO
Diretor do Departamento de Cultura

Publicar nos dias 1.º, 3 e 5 de março do corrente.

1. 3 e 5

Acervo
pessoal
VPDC

²⁹² Disponível na pasta "Concurso História de Bairros", Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal.

II CONCURSO MUNIC. DE MONOGRAFIAS S/HISTÓRIAS DOS BAIRROS DE SÃO PAULO

DOM. Nº 11.704 de 20.03.1969 - página 23

Acervo
pessoal
VPNC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DEPARTAMENTO
DE CULTURA
EDITAL

De ordem do Senhor Secretário de Educação e Cultura faço público que se acham abertas no Departamento de Cultura — Pavilhão das Nações — Parque Ibirapuera — até as 17 horas do dia 30 de julho de 1969, as inscrições para o II Concurso de Monografias sobre História dos Bairros de São Paulo, que obedecerão as seguintes cláusulas:

Artigo 1.º — As monografias versarão sobre a história de um bairro de São Paulo escolhido pelo concorrente, sua origem e desenvolvimento e sua situação atual dentro da grande Metrópole.

Artigo 2.º — As monografias deverão ser inéditas, escritas na língua do país e conter até 150 (cento e cinquenta) páginas datilografadas de um só lado do papel tamanho ofício em dois espaços e ter mínimo de 80 (oitenta) páginas, em três (3) vias.

Artigo 3.º — Os originais deverão ser apresentados com pseudônimo acompanhados de envelope fechado e lacrado, que conterá o nome e o endereço do autor.

Artigo 4.º — Poderão concorrer todos os brasileiros natos ou naturalizados e estrangeiros radicados no país.

Artigo 5.º — Ficam excluídos deste concurso os trabalhos que versarem sobre os bairros do Brás, Pinheiros, Penha e Santo Amaro, por já terem sido premiados no I Concurso.

Artigo 6.º — Não poderão concorrer os membros da Comissão Julgadora.

Artigo 7.º — A Comissão Julgadora será constituída de (3) três membros de notoriedade intelectual e renome como historiadores escolhidos pelo Departamento de Cultura e aprovados pelo Senhor Secretário de Educação e Cultura.

Artigo 8.º — A Comissão Julgadora caberá o direito de deixar de conferir o prêmio se julgar que os trabalhos apresentados não correspondam às exigências previstas.

Artigo 9.º — A cada membro da Comissão Julgadora, por seu trabalho, caberá um "pro-labore" de NCr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros novos).

Artigo 10.º — Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Julgadora através da tomada de votos.

Artigo 11.º — Serão conferidos os seguintes prêmios: 1.º classificado: NCr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros novos); — 2.º classificado: NCr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros novos); e 3.º classificado: NCr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros novos) e menções honrosas a critério da Comissão Julgadora.

Artigo 12.º — Os trabalhos não premiados serão devolvidos, desde que solicitados no prazo de um ano.

Artigo 13.º — As monografias premiadas, assim como as menções honrosas, serão publicadas pelo Departamento de Cultura na série "Bairros Paulistanos".

Artigo 14.º — Pela apresentação dos trabalhos e subsequente inscrição, obedece as cláusulas do presente, entende-se que os concorrentes aceitam as exigências deste Edital.

Artigo 15.º — A Comissão Julgadora apresentará o resultado de seus trabalhos por escrito ao Departamento de Cultura até o dia 30 de setembro de 1969.

Leonardo Arroyo — Diretor do Departamento de Cultura.

19/3 a 30/4

Acervo
pessoal
VPNC

XXII CONCURSO DE MONOGRAFIAS S/HISTÓRIAS DOS BAIRROS DE SÃO PAULO

DOM. Nº 113 de 16.06.2000 - página 33

□ Cultura

Depto de Bibliotecas Públicas

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL Nº 01/00

CONCURSO Nº XXII

OBJETO: XXII Concurso de Monografias sobre a História dos Bairros de São Paulo.

Processo nº 2000-0.058.134-4

Regido pela Lei Municipal nº 10.544, de 31 de maio de 1988.

O Senhor Luis Soares de Camargo, Diretor do Departamento do Patrimônio Histórico, da Secretaria Municipal de Cultura, visando incentivar a pesquisa e divulgar os documentos que compõem o acervo do Arquivo Histórico "Washington Luís", FAZ SABER, aos quantos virem o presente Edital, que se acha aberto o XXII CONCURSO DE MONOGRAFIAS SOBRE A HISTÓRIA DOS BAIRROS DA CIDADE DE SÃO PAULO, observadas as condições a seguir indicadas:

1. DO OBJETO:

1.1. As monografias, objeto do presente Concurso, deverão encerrar estudos da história de um dos bairros paulistanos, excetuados os seguintes: Aclimação, Bela Vista, Bom Retiro, Brás, Consolação, Higienópolis, Ibirapuera, Ipiranga, Itaim Bibi, Itaquera, Jardim América, Jardim da Saúde, Lapa, Liberdade, Luz, Nossa Senhora do Ó, Penha, Perdizes, Pinheiros, São Miguel Paulista, Santa Ifigênia, Santana, Santo Amaro, Sé, Vila Mariana, Vila Clementino.

1.2. A elaboração dos trabalhos deverá obedecer os seguintes critérios:

1.2.1. Levantamento histórico do bairro a partir de fontes primárias, secundárias, e da informação iconográfica disponível.

1.2.2. Análise da evolução do bairro e das variáveis intervenientes nesse processo.

1.2.3. Considerações sobre a situação atual do bairro e sua inserção no conjunto da cidade.

1.3. Os trabalhos deverão ser rigorosamente inéditos. A sua divulgação por qualquer meio, no todo ou em parte, implicará na eliminação do concorrente.

1.4. Os originais deverão ser escritos em língua portuguesa, em 4 (quatro) vias, sendo 3 (três) impressas de um lado só, e uma em meio magnético compatível com o sistema PC. A Monografia não deverá ultrapassar 280.000 (duzentos e oitenta mil caracteres com espaço ou 200 laudas de 20 linhas por 70 toques.

1.4.1. Todas as fotografias e ilustrações incluídas deverão oferecer condições para a perfeita reprodução gráfica. Quando da publicação dos trabalhos premiados, caberá ao Arquivo Histórico Municipal manter contato com o autor/autores para a substituição ou eliminação do material que apresentar má qualidade ou impossibilidade de reprodução.

1.4.2. As três vias do trabalho deverão estar perfeitamente legíveis, não importando o processo de cópia utilizado, e conter as mesmas ilustrações do original.

1.5. A apresentação do trabalho obedecerá a seguinte forma:

1.5.1. ENVELOPE Nº 1 - subscrito com o título do trabalho e o pseudônimo do autor/autores, onde deverão constar as três vias solicitadas no item 1.4.

1.5.2. ENVELOPE Nº 2 - subscrito com o título do trabalho e o pseudônimo do autor/autores, deverá ser entregue devidamente fechado e lacrado e encerrará o nome, endereço do autor/autores e assinatura dos mesmos.

2. DOS PARTICIPANTES:

É livre a participação de qualquer cidadão, brasileiro ou estrangeiro. Não será permitida a participação dos elementos integrantes da Comissão Julgadora, nem de qualquer servidor municipal que, pela natureza de seu cargo, tenha vínculo com a promoção do Concurso.

**Acervo
pessoal
VPNC**

2.1. A participação caracterizar-se-á pela entrega dos trabalhos, mediante recibo, na forma estabelecida no item 1.5., até o dia 01 de setembro de 2000, às 16:00 horas, na Praça Coronel Fernando Prestes, 152 - Bom Retiro, na Diretoria do Arquivo Histórico Municipal.

3. DOS PRÊMIOS

Serão conferidos prêmios aos três melhores trabalhos, da seguinte forma:

1º prêmio: R\$ 2.000,00 (dois Mil Reais)

2º prêmio : R\$ 1.000,00 (hum Mil Reais)

3º prêmio: menção honrosa

4. DO JULGAMENTO:

4.1. Os trabalhos serão julgados por uma Comissão composta de 3 (três) membros, dois historiadores e um arquiteto, designados pelas Diretorias do Departamento do Patrimônio Histórico e da Divisão do Arquivo Histórico.

4.2. Caberá à Comissão Julgadora:

4.2.1. Emitir um breve parecer individual sobre cada trabalho, a ser entregue ao autor/autores, indicando os pontos positivos e negativos que justifiquem a sua não premiação. Apresentar um relatório escrito, conjunto, devidamente assinado, nominando os trabalhos não premiados e justificando a premiação dos três melhores.

4.2.2. Rejeitar, desde logo, os trabalhos que não satisfaçam as condições do Edital.

4.2.3. Deixar de classificar os três melhores trabalhos, não lhes conferindo os respectivos prêmios, se não apresentarem qualidade superior. Nesse caso, haverá ampla exposição de motivos.

4.2.4. Apresentar suas conclusões em relatório conjunto, em sessão pública, a ser realizada às 15:00 horas do dia 16 de outubro de 2000, nas dependências do Arquivo Histórico "Washington Luís", na Praça Coronel Fernando Prestes, 152 - Bom Retiro, com a presença do Diretor do Departamento do Patrimônio Histórico, um Assistente Jurídico e do Diretor de Divisão do Arquivo Histórico, a comissão fará a identificação dos autores dos trabalhos premiados, ato esse que será consignado em Ata.

5. DA ENTREGA DOS PRÊMIOS:

Será realizada em ato solene, em dia, hora e local a serem determinados.

6. DO RECURSO

Os recursos, eventualmente interpostos, obedecerão a legislação vigente.

7. DA PUBLICAÇÃO:

As monografias premiadas serão oportunamente publicadas na série HISTÓRIA DOS BAIRROS DE SÃO PAULO, editada pelo Departamento do Patrimônio Histórico. É assegurado aos autores dos trabalhos premiados o direito de revisão e reedição mencionando, no último caso, o fato de ter sido o trabalho premiado neste Concurso.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

8.1. A apresentação do trabalho importará na aceitação, pelos autores, das normas deste Edital.

8.2. Os trabalhos não classificados serão devolvidos, mediante recibo, na sede da Divisão do Arquivo Histórico, na Praça Coronel Fernando Prestes, 152 - Bom Retiro, e deverão ser retirados no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação dos resultados do Concurso. Findo esse prazo, os trabalhos não retirados serão incinerados.

8.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Julgadora, em conjunto com o Assistente Jurídico do Departamento do Patrimônio Histórico.

Informações sobre o Edital deste Concurso poderão ser obtidas nos dias úteis, das 9:00 às 17:00, na Divisão do Arquivo Histórico, na Praça Coronel Fernando Prestes, 152 - Bom Retiro, fone: 3326-1010 - ramais 2031 e 2032.

ANEXO F - Reportagens sobre as edições 1ª, 2ª, 22ª e 23ª.

Acervo
pessoal
VPNC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DEPARTAMENTO DE CULTURA

I CONCURSO DE MONOGRAFIAS SÔBRE HISTÓRIA DOS BAIRROS DE SÃO PAULO

RESULTADO

O Departamento de Cultura comunica o
resultado do I Concurso de Monografia sôbre
História dos Bairros de São Paulo:

1.º prêmio — NCr\$ 3.000,00 — ao traba-
lho “O Bairro do Brás” de Filobrás, pseudô-
nimo de Maria Celestina Teixeira Mendes Tor-
res.

2.º prêmio — NCr\$ 2.000,00 — ao traba-
lho “Pinheiros — Quatro Séculos de Pinhei-
rense, pseudônimo de Antônio B. do Amaral”.

3.º prêmio — NCr\$ 1.000,00 — ao traba-
lho “Formação História do Bairro Penha de
França” de Bayrão, pseudônimo de Sylvio
Bemtempi.

Menção Honrosa — ao trabalho “Santo
Amaro” de Terebê, pseudônimo de Maria He-
lena Petrillo Berardi.

5. XI. 1968

LEONARDO ARROYO

Diretor do Departamento de Cultura

Dias 8, 9, 11, 13, 15, 17, 19 e 21

São Paulo, Sexta-Feira 8 de Novembro de 1.968

²⁹⁶ Diário Oficial do Município de 08/11/1968. Disponível na pasta “História de Bairros” do AHMSP, op.cit.

FONTE - Diário Oficial da Cidade de São Paulo
 DATA - 21/12/2006 "CONCURSO DE MONOGRAFIA"

Depto do Patrimônio Histórico

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATOS DE ORDENS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS.

03/06 - 2006.0.199.832-0. Partes Contratantes: PMSP/SMC.G/DPH e RETTEC - REPRODUÇÕES GRÁFICAS, TRADUÇÕES E EDIÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS LTDA. Objeto: Execução de serviços gráficos para a edição e publicação dos volumes 28, 29 e 30 da Série "Histórias de bairro de São Paulo", destinada à Divisão do Arquivo Histórico. Prazo Contratual: 30 dias corridos, após a aprovação das provas gráficas. Preço total: R\$ 16.900,00. N.E. 93112. DOTAÇÃO: 25.50.13.391.0307.6409.3390.3900.00.97.10. Assinatura: 07/12/06.

05/06 - 2005.0.233.922-1. Partes Contratantes: PMSP/SMC.G/DPH e ECOPRAGAS COMÉRCIO E SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA. Objeto: Elaboração de diagnóstico de ataque por insetos xilófagos, sob a supervisão técnica do químico industrial Sr. Sérgio Magno Soares Florindo. Prazo Contratual: 07 dias. Preço total: R\$ 14.930,00. N.E. 101657. DOTAÇÃO: 25.50.13.391.0307.6409.3390.3900.00.97.10. Assinatura: 19/12/06.

06/06 - 2006.0.317.939-4. Partes Contratantes: PMSP/SMC.G/DPH e COMPANHIA DE PROJETO LTDA. Objeto: Prestação de serviços de levantamento métrico-arquitetônico de diversas construções localizadas no Parque do Trote. Prazo Contratual: 45 dias corridos. Preço total: R\$ 9.750,00. N.E. 105620. DOTAÇÃO: 27.10.18.541.0339.7.116.4.4.90.51.00.12.3. Assinatura: 15/12/06.

EXTRATOS DE TERMOS DE ADITAMENTO

Omissão de publicação no DOC do dia 27/11/06.

17/06 - 2001-0.189.874-2. Partes Contratantes: PMSP/SMC.G/DPH e EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO - EMURB. Objeto: Alteração da extensão do prazo contratual até 04/12/07 e adoção do novo Cronograma de Desembolso para 2006/2007. Assinatura: 07/11/06. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato nº 09/2003.

Omissão de publicação no DOC do dia 13/12/06.

18/06 - 2006-0.215.847-4. Partes Contratantes: PMSP/SMC.G/DPH e "COMPANHIA DA MEMÓRIA" PESQUISA HISTÓRICA E PRODUÇÃO CULTURA S/S LTDA. Objeto: Suspensão da execução do contrato formalizado através da Nota de Empenho 81443/2006, por acordo das partes e por prazo indeterminado, até a efetivação de decisão judicial que permita a sua retomada. Assinatura: 23/11/06.

Omissão de publicação no DOC do dia 14/12/06.

19/06 - 2001-0.189.874-2. Partes Contratantes: PMSP/SMC.G/DPH e EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO - EMURB. Objeto: Adoção do novo Cronograma de Desembolso para 2006/2007 de fls. 494, para execução contratual em dezembro de 2006, existem as notas de empenhos 98921 e 98925 nos valores respectivos de R\$ 53.061,93 e R\$ 48.866,71. Assinatura: 24/12/06. Dotações: 25.50.13.391.0307.5988.4490.3900.00.97.14 e 25.50.13.391.0307.5988.4490.51.00.00 (obras).

Acervo
 pessoal
 VPDC

Depto do Patrimônio Histórico

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATOS DE ORDENS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS.

03/06 - 2006.0.199.832-0. Partes Contratantes: PMSP/SMC.G/DPH e RETTEC - REPRODUÇÕES GRÁFICAS, TRADUÇÕES E EDIÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS LTDA. Objeto: Execução de serviços gráficos para a edição e publicação dos volumes 28, 29 e 30 da Série "Histórias de bairro de São Paulo", destinada à Divisão do Arquivo Histórico. Prazo Contratual: 30 dias corridos, após a aprovação das provas gráficas. Preço total: R\$ 16.900,00. N.E. 93112. DOTAÇÃO: 25.50.13.391.0307.6409.3390.3900.00.97.10. Assinatura: 07/12/06.

05/06 - 2005.0.233.922-1. Partes Contratantes: PMSP/SMC.G/DPH e ECOPRAGAS COMÉRCIO E SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA. Objeto: Elaboração de diagnóstico de ataque por insetos xilófagos, sob a supervisão técnica do químico industrial Sr. Sérgio Magno Soares Florindo. Prazo Contratual: 07 dias. Preço total: R\$ 14.930,00. N.E. 101657. DOTAÇÃO: 25.50.13.391.0307.6409.3390.3900.00.97.10. Assinatura: 19/12/06.

06/06 - 2006.0.317.939-4. Partes Contratantes: PMSP/SMC.G/DPH e COMPANHIA DE PROJETO LTDA. Objeto: Prestação de serviços de levantamento métrico-arquitetônico de diversas construções localizadas no Parque do Trote. Prazo Contratual: 45 dias corridos. Preço total: R\$ 9.750,00. N.E. 105620. DOTAÇÃO: 27.10.18.541.0339.7.116.4.4.90.51.00.12.3. Assinatura: 15/12/06.

EXTRATOS DE TERMOS DE ADITAMENTO

Omissão de publicação no DOC do dia 27/11/06.

17/06 - 2001-0.189.874-2. Partes Contratantes: PMSP/SMC.G/DPH e EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO - EMURB. Objeto: Alteração da extensão do prazo contratual até 04/12/07 e adoção do novo Cronograma de Desembolso para 2006/2007. Assinatura: 07/11/06. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato nº 09/2003.

Omissão de publicação no DOC do dia 13/12/06.

18/06 - 2006-0.215.847-4. Partes Contratantes: PMSP/SMC.G/DPH e "COMPANHIA DA MEMÓRIA" PESQUISA HISTÓRICA E PRODUÇÃO CULTURA S/S LTDA. Objeto: Suspensão da execução do contrato formalizado através da Nota de Empenho 81443/2006, por acordo das partes e por prazo indeterminado, até a efetivação de decisão judicial que permita a sua retomada. Assinatura: 23/11/06.

Omissão de publicação no DOC do dia 14/12/06.

19/06 - 2001-0.189.874-2. Partes Contratantes: PMSP/SMC.G/DPH e EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO - EMURB. Objeto: Adoção do novo Cronograma de Desembolso para 2006/2007 de fls. 494, para execução contratual em dezembro de 2006, existem as notas de empenhos 98921 e 98925 nos valores respectivos de R\$ 53.061,93 e R\$ 48.806,71. Assinatura: 24/12/06. Dotações: 25.50.13.391.0307.5988.4490.3900.00.97.14 e 25.50.13.391.0307.5988.4490.51.00.00 (obras).

298

Acervo
pessoal
VPNC

CULTURA

Pregão presencial nº 50/2006

Proc. 2006-0.199.832-0. Contratação de empresa especializada em serviços de edição e publicação dos volumes 28, 29 e 30 da Série Histórias de Bairro de São Paulo.

ATA DE JULGAMENTO

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis, às 14:30 horas, reuniram-se os membros da CSMC-03, devidamente constituída através da Portaria nº 22/2006-SMC-G, para dar início aos trabalhos da licitação na modalidade pregão em epígrafe.

II) - ABERTURA DA SESSÃO - Foram entregues e aceitos os documentos comprobatórios de credenciamento, bem como de identificação pessoal dos agentes credenciados pelas seguintes empresas: ORIGAMI LASER GRÁFICA E EDITORA - EPP, CNPJ nº 01.758.967/0001-08, representada por JOSÉ ROBERTO MAGNI PINTO, portador do RG nº 7.374.003-7; PÁGINAS & LETRAS - EDITORA E GRÁFICA LTDA, CNPJ nº 00.984.194/0001-07, representada por PAULO MARINI, RG nº 27.094.750-4; RETTEC REPRODUÇÕES GRÁFICAS, TRADUÇÕES E EDIÇÕES TÉCNICO CIENTÍFICAS LTDA, CNPJ nº 62.060.074/0001-70, representada por ISRAEL FRANCISCO PERUZZO, portador do RG nº 7.454.255-2 e IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S/A - IMESP, CNPJ nº 48.066.047/0001-84, representada por ALESSANDRA DE SOUZA FERREIRA, portador do RG nº 22.161.001-7.

III) - Examinada a indeversabilidade dos envelopes e outros requisitos editalícios, nada de irregular foi encontrado pela Comissão, ou indicado pelos representantes presentes.

III) - Abertos os envelopes de preços, a Presidente da Comissão e demais comissários, após exame das propostas, concluíram que os requisitos editalícios estão presentes. Ato contínuo, verificou-se as seguintes ofertas das licitantes, em classificação provisória, a saber:

CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

EMPRESA	VALOR TOTAL
RETTEC	R\$ 21.220,00
PÁGINAS & LETRAS	R\$ 24.420,00
ORIGAMI	R\$ 25.800,00
IMESP	R\$ 22.500,00

IV) - A Comissão considera classificadas as empresas acima citadas.

V) - Considerando-se o item 8.3.6.1 do edital, estão aptas a passarem para a etapa de lances:

EMPRESA	VALOR TOTAL
RETTEC	R\$ 21.220,00
IMESP	R\$ 22.500,00
PÁGINAS & LETRAS	R\$ 24.420,00

VI) - Após o encerramento da fase de lances a classificação final foi a seguinte:

EMPRESA	VALOR TOTAL
RETTEC	R\$ 16.900,00
IMESP	R\$ 17.000,00
PÁGINAS & LETRAS	R\$ 20.200,00

VII) - A seguir, foi aberto o envelope de documentação, e após exame, a Comissão resolve habilitar a empresa RETTEC REPRODUÇÕES GRÁFICAS, TRADUÇÕES E EDIÇÕES TÉCNICO CIENTÍFICAS LTDA, CNPJ nº 62.060.074/0001-70, existindo compatibilidade com os valores do mercado, a Comissão Permanente de Licitação declara a sociedade empresarial acima citada VENCEDORA DO CERTAME, pelo valor global total de R\$ 16.900,00 (dezesseis mil e novecentos reais), que onerará a dotação orçamentária 25.50.13.391.0307.6409.3390.3900, conforme extrato de reserva de recursos de fl. 34.

VIII) - Após assinarem as Declarações anexas, ausentaram-se da sessão as empresas ORIGAMI LASER GRÁFICA E EDITORA - EPP e PÁGINAS & LETRAS - EDITORA E GRÁFICA LTDA.

IX) - Após indagado à representante da licitante remanescente quanto à apresentação de recurso esta declinou expressamente do direito de recorrer, isto posto, a CSMC-03 declara adjudicatária a empresa vencedora. A seguir o presente deverá ser encaminhado para HOMOLOGAÇÃO pela autoridade competente. Nada mais havendo encerra-se o presente com a assinatura dos membros da Comissão e representantes presentes.

Acervo
pessoal
VPNC

FONTE - metiô news

DATA - 16 / 08 / 2000 "CONCURSO" - (Monografia de bairro)

Registrando

Kaco Bovi

Arquivo Histórico retoma concurso de monografias

Procissão na Rua Glicério, Bairro do Cambuci, uma das fotos do Concurso de Monografia, realizada nos anos 40

A história dos bairros paulistanos volta a ser contada a partir deste ano. Depois de um intervalo de 12 anos, o Arquivo Histórico Municipal retoma o "Concurso de Monografias sobre a História dos Bairros". Uma iniciativa que já premiou Bela Vista; Bom Retiro; Brás; Consolação; Higienópolis; Ibirapuera; Ipiranga; Itaim Bibi; Itaquera; Pinheiros; entre outros locais.

A intenção do Departamento Histórico e da Secretaria Municipal de Cultura é abranger, na 22ª edição, bairros ainda não premiados, como Morumbi; Mooca; Cambuci; Campo Limpo; Sapopemba. As inscrições vão até dia 1º de setembro e os estudos devem apresentar um levantamento histórico; uma análise; a evolução e a situação sobre a situação atual do local escolhido. Os três primeiros colocados terão seus trabalhos publicados em livro, e os dois primeiros recebem

um prêmio de R\$ 2 mil e R\$ 1 mil, respectivamente.

Os trabalhos devem ser inéditos e não podem ser abordados os bairros já publicados. Os resultados serão divulgados no dia 16 de outubro na sede do Arquivo Histórico Municipal. Informações adicionais podem ser obtidas pelo telefone 3226-1010, ou pessoalmente na Praça Coronel Fernando Prestes, 152.

Acervo
pessoal
VPNC

A cidade e seus bairros

NOGUEIRA MOUTINHO

Ao tempo em que o acadêmico Leonardo Arroyo dirigia o Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, a sua Divisão do Arquivo Histórico iniciou a publicação das monografias premiadas no I Concurso de História dos Bairros de São Paulo. A comissão julgadora desse certame, composta pela professora Myriam Ellis e escritores Ernani Silva Bruno e Pedro Brasil Bandecchi, escolheu entre os trabalhos apresentados os que melhor preenchessem as condições requeridas: fixar em estudos históricos monográficos aspectos de uma cidade de alcance metropolitano que constantemente se renova como é esta nossa São Paulo muito amada, ou, como diria o poeta, "comoção de nossa vida"... Substituído Leonardo Arroyo por Paulo Zingg, na diretoria do Departamento de Cultura da municipalidade, a iniciativa logrou amplo prosseguimento, podendo hoje o leitor interessado desfrutar da leitura de seis monografias, todas elas de alto nível, a respeito dos bairros: Brás, Pinheiros, Penha, Santo Amaro, Jardim da Saúde e Santana.

Como se vê, trata-se de pontos de peculiar interesse na topografia urbana da paulicéia. Alguns deles merecem atenção pela sua venerável antiguidade, como é o caso de Pinheiros e de Santo Amaro; outros, mais modernos, oferecem facetas tipicamente paulistanas, como é o caso do Brás ou de Santana. Todos eles, todavia, por esta ou por aquela razão, nos dizem inteiramente respeito: São as partes privilegiadas desse todo ideal que é a cidade. O primeiro prêmio no concurso foi atribuído à monografia sobre o BRÁS, elaborada por Maria Celestina Teixeira Mendes Torres.

É realmente o mais longo dos trabalhos e fornece subsídios da maior valia histórica para o conhecimento não só do velho bairro, mas para uma visão em profundidade da própria cidade.

O segundo volume, sobre PINHEIROS, é de Antonio Barreto do Amaral. O terceiro, a PENHA, é de Silvio Bontempi. O quarto, SANTO AMARO, foi escrito por Maria Helena Petrillo Berardi. O quinto, relativo ao JARDIM DA SAÚDE, vem assinado por Alcina Ferreira Jorge. Finalmente o sexto, SANTANA, é também da autoria de Maria Celestina Teixeira Mendes Torres, uma especialista, laureada pela comissão composta por Ernesto Leme, José Pedro Leite Cordeiro e Fernando Góes, com o segundo prêmio do II Concurso Municipal de História dos Bairros de São Paulo.

Os volumes, ilustrados e com mapas, tiveram um tratamento gráfico decoroso, constituindo já uma fonte obrigatória nos estudos que se fizerem sobre São Paulo. Realmente, a iniciativa do Departamento de Cultura é das mais meritorias e necessárias.

Dos velhos cronistas aos nossos dias há vastos hiatus na historiografia urbana que cumpre preencher para que amanhã não nos vejamos como estranhos neste solo que todavia é nosso.

Acervo
pessoal
VPDC

301

³⁰¹ MOUTINHO. Nogueira. "A cidade e seus bairros". In: Folha de São Paulo, 23/07/1970. Op. cit. Pasta "História de Bairros".

ANEXO G - Reprodução da reportagem sobre plágio

Historiadores são acusados de plágio

Do Reportagem Local

Um dos participantes do Concurso de Monografias sobre a História dos Bairros de São Paulo do ano passado, a professora Maria Luiza Tucci Carneiro, 36, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, está acusando o historiador Fernando José Valendo Furquim de Campos e o arquiteto Eder Olivato Ferreira —vencedores do concurso, com uma monografia sobre o bairro de Campos Eliseos— de terem plagiado grande parte de um trabalho de sua autoria sobre o assunto. A questão já ultrapassou os limites acadêmicos e está na Justiça. O concurso é promovido há dezessete anos pelo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

Até abril deste ano, como historiadora do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, e Turístico do Estado de São Paulo), Maria Carneiro realizou uma pesquisa sobre a história de Campos Eliseos, assessorada por vários funcionários do órgão. Em setembro do ano passado, a direção do Condephaat autorizou-a a inscrever o trabalho no concurso da Secretaria Municipal de Cultura. Em 1984, o concurso ofereceu um atrativo até então inédito: além da publicação da monografia vencedora, seu autor (ou autores) receberia também um prêmio em dinheiro (Cr\$ 800 mil) e duas passagens aéreas São Paulo/Maceió/São Paulo. "Mas o que nos atraiu", diz Maria Carneiro, "foi a perspectiva de publicar o trabalho, que naquele momento o Condephaat não tinha recursos para financiar".

A descoberta

Em dezembro, ao ser divulgado o resultado do concurso, ela sentiu curiosidade de ler a monografia vencedora —"Do Campo Redondo aos Campos Eliseos"— pois o tema era o mesmo de sua monografia. "Fiquei estarelecida", afirma a historiadora, "pois numerosas páginas daquela monografia eram cópias literais do nosso texto e de suas ilustrações". Maria Carneiro anotou os números de todas as páginas que lhe pareceram plagiadas e entrou com uma representação na Procuradoria Geral do Estado, em fevereiro último, reclamando as "providências legais cabíveis" contra Fernando de Campos e Eder Olivato Ferreira, ambos de 32 anos.

"Mas não divulguei o fato", diz Maria Carneiro, "porque só há poucas semanas obtive uma cópia da monografia vencedora. Sem ela, não teria como provar o plágio". Em sua casa, ela abriu as duas monografias e apontou os trechos que motivaram sua acusação. Há muitos textos idênticos, como partes das páginas 204 e 115 do trabalho de Fernando de Campos e Eder Ferreira, que correspondem a partes das páginas 133 e 118 da monografia de Maria Carneiro. "Não consigo entender como nenhum dos membros da comissão julgadora do concurso não perceberam essas cópias."

"Leitura em diagonal"

A comissão julgadora foi formada pelo historiador Ernani da Silva Bruno, a arquiteta Cibele Rumel e a socióloga Maria Irene Szmereccany. Silva Bruno, 72, declara não ter percebido qualquer indicio de plágio. Diz que eram muitas (quinze) as monografias a serem lidas e julgadas e por isso não teve tempo de estudá-las com maior atenção: "Fiz uma leitura em diagonal e, além disso, fui voto vencido, pois indiquei para o prêmio um outro trabalho, sobre o bairro da Consolação".

A arquiteta Cibele Rumel mostrou-se irritada ao ser consultada sobre a hipótese de plágio no concurso que julgou: "A monografia deles ganhou porque era a melhor. Ponto final e estamos conversados". Ela considera irrelevante a discussão sobre a identidade entre vários trechos dos dois trabalhos: "Talvez tenha sido copiado da mesma fonte pelos vitoriosos e pela queixosa".

Como poderiam os autores do trabalho "Do Campo Redondo aos Campos Eliseos" ter tido acesso aos originais da monografia de Maria Luiza Tucci Carneiro? "É simples", diz ela, "tratava-se de uma pesquisa do Condephaat. Como tal, estava e está ao dispor de qualquer pesquisador que queira consultá-la".

Acusação refutada

Fernando de Campos contratou

advogado para refutar a acusação de plágio. Afirma que utilizou informações existentes nos arquivos do Condephaat, como o faria qualquer historiador, e que citou as fontes pesquisadas no final de cada capítulo de sua monografia. Seu advogado, José Carlos Costa Neto, especialista em Direito Autoral, diz que Fernando de Campos e Eder Ferreira "apenas utilizaram uma forma menos convencional de citar as fontes a que recorreram". Segundo ele, não usaram aspas para identificar os trechos citados por julgar que essas fontes eram de domínio público.

No Departamento do Patrimônio Histórico, que promoveu o concurso, a diretora, Suzana Cruz Sampaio, 53,

alegou falta de tempo para falar sobre o assunto. Por um de seus assessores, a diretora disse apenas que "antes que exista um parecer jurídico sobre esse caso, qualquer coisa que se diga é mera especulação". Mas o assessor jurídico do DPH, advogado Danilo Apollaro, informa que o departamento decidiu sustar a publicação da monografia vencedora, "até que tudo seja esclarecido". O prêmio em dinheiro e as passagens para Maceió foram entregues em dezembro e, no protocolo da Procuradoria Geral do Estado, os funcionários não conseguiram localizar, até ontem à tarde, a representação de Maria Luiza Tucci Carneiro, nem informar quando ela será julgada.

Acervo
pessoal
VPDC

ANEXO H - Edital completo do 3º Concurso de Documentários de História de Bairros³⁰²

"CONCURSO DE CO-PATROCÍNIO À PRODUÇÃO DE DOCUMENTÁRIOS – PROJETO HISTÓRIA DOS BAIRROS DE SÃO PAULO – 3ª EDIÇÃO” (Edital nº 01/2009/DEC – REPUBLICAÇÃO – RETI – RATIFICAÇÃO)

A Prefeitura do a do Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Cultura - CO-PATROCINADORA, torna público o “Concurso de Co-Patrocínio à Produção de Documentários – Projeto História dos Bairros de São Paulo – 3ª Edição”, com observância da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Municipal nº 10.923/90, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 29.683/91 e da Lei Federal nº 9.610/98, no que couber.

1. OBJETO

- 1.1. O presente edital tem por finalidade co-patrocinar 14 (quatorze) propostas de produção de documentários educativos com duração de 26 (vinte e seis) minutos sobre bairros da Cidade de São Paulo, dando continuidade ao Projeto Histórias dos Bairros de São Paulo.
- 1.2. Só serão aceitas propostas relativas aos seguintes bairros:

Aeroporto	Casa Verde
Água Rasa	Consolação
Alto de Pinheiros	Grajaú
Anhanguera	Jaçanã
Aricanduva	Limão
Artur Alvim	Parque do Carmo
Belém	Paulista
Butantã	Perus
Cachoeirinha	República
Cambuci	Sacomã / Heliópolis
Canindé	Santa Cecília
- 1.3. O prazo de realização dos documentários é de 8 (oito) meses, a contar da data da liberação da primeira parcela.

2. VALORES

- 2.1. Serão destinados pela CO-PATROCINADORA recursos no valor de até R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) para aplicação nos fins deste edital.
- 2.2. O valor a ser concedido a cada projeto co-patrocinado não poderá ultrapassar R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

³⁰² Reprodução do terceiro edital do Concurso Audiovisual de História de Bairros. O escolhemos por ser o edital mais antigo que encontramos disponível na internet no site do Escritório de Cinema do Município: www.ecine.sp.gov.br

- 3.1. Somente poderão se inscrever:
 - 3.1.1. EMPRESAS que:
 - 3.1.1.1. sejam devidamente registradas na Agência Nacional de Cinema - ANCINE;
 - 3.1.1.2. sejam sediadas na Cidade de São Paulo e tenha pelo menos um sócio administrador residindo nesta cidade há pelo menos 2 (dois) anos;
 - 3.1.1.3. estejam com situação regular em órgãos da União, do Estado e do Município.
 - 3.1.2. DIRETORES que residam na Cidade de São Paulo há pelo menos 2 (dois) anos.
- 3.2. Não poderão concorrer ao co-patrocínio PROJETOS que:
 - 3.2.1. já tenham sido concluídos.
 - 3.2.2. já tenham obtido recursos de terceiros, vinculados ou não às leis de incentivo fiscal municipais, estaduais e federais.
- 3.3. Não serão admitidas inscrições de concorrentes diretamente ligados a membros da Comissão de Seleção e a Secretaria Municipal de Cultura. Entende-se por diretamente ligados, aquelas pessoas que tiverem vínculos familiares e correlativos até o terceiro grau; bem como vínculos empregatícios e/ou contratuais vigentes (excetuando-se os contratos de editais anteriores).

4. INSCRIÇÃO

- 4.1. As inscrições deverão ser entregues, pessoalmente ou por correio, no Departamento de Expansão Cultural (DEC), situado à Avenida São João, 473, 6º andar, nesta Capital, do dia 19/10/09 ao dia 18/11/09, das 10 às 12h e 14 às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.
- 4.2. Os projetos que forem entregues por correio só serão aceitos mediante carimbo com data igual ou anterior à do encerramento do Concurso.
- 4.3. Cada EMPRESA poderá apresentar até 3 (três) projetos, desde que de DIRETORES diferentes.
- 4.4. Cada DIRETOR poderá ser inscrito em apenas 1 (um) projeto.
- 4.5. Para os projetos que tenham mais de um DIRETOR, a EMPRESA deverá indicar um deles para ser o interveniente.
- 4.6. A inscrição implica no reconhecimento e aceite pela EMPRESA e pelo DIRETOR de todos os termos e obrigações constantes deste edital.
- 4.7. Os documentos e materiais para inscrição devem ser apresentados em 2 (dois) envelopes lacrados, sendo o primeiro destinado aos projetos e o segundo à documentação, seguindo as orientações dos itens 5 e 6, respectivamente.
- 4.8. Os envelopes e seu conteúdo não serão devolvidos à EMPRESA.

5. ENVELOPE 1: PROJETOS

- 5.1. Os seguintes dizeres devem constar na face externa do “Envelope 1: Projetos”:
 Secretaria Municipal de Cultura
 Departamento de Expansão Cultural

Concurso de Co-Patrocínio à Produção de Documentários – Projeto História Dos Bairros de São Paulo – 3ª Edição

ENVELOPE 1: PROJETOS

Bairro:

Projeto:

Empresa:

- 5.2. O envelope deverá ser entregue lacrado, com 6 (seis) cópias encadernadas do projeto de documentário.
- 5.3. Cada projeto deverá ter como objeto somente 1 (um) bairro, selecionado dentre os listados no item 1 (OBJETO) deste edital.
- 5.4. Cada projeto deverá incluir em sua equipe a presença de um ESPECIALISTA - historiador, pesquisador, arquiteto, urbanista etc. - sendo este profissional responsável pelas informações constantes do documentário.
- 5.5. Cada projeto deve estar assim estruturado:
 - 5.5.1. Cópia do Requerimento de Inscrição conforme modelo Anexo I;
 - 5.5.2. Visão Original - 1 (uma) página (*Descrição da visão original sobre o bairro abordado, a ser traduzido pela idéia audiovisual*);
 - 5.5.3. Proposta de Documentário – 01 (uma) página - (*Descrição da idéia audiovisual. Não se trata de descrição do tema ou de sua importância, mas da proposta formal do documentário. Ao descrever a idéia, o autor pode apontar documentários de seu conhecimento e/ou outras referências que tenham proposta semelhante*);
 - 5.5.4. Eleição e Descrição do(s) Objeto(s) – 05 (cinco) linhas para cada Objeto - (*O documentarista se relacionará com o que/quem para levar a cabo sua proposta de documentário? Exemplos: personagens reais; produtos materiais e imateriais da ação humana; materiais de arquivo etc.*);
 - 5.5.5. Eleição e Justificativa para a(s) Estratégia(s) de Abordagem – 15 (quinze) linhas para cada Estratégia de Abordagem - (*Como o documentarista se relacionará com cada Objeto eleito? Exemplos: modalidades de entrevista; modalidades de relação da câmera com os personagens reais; reconstituição ficcional utilizando personagens reais; construção de paisagens sonoras e/ou imagens abstratas; introdução proposital de ruídos sonoros e/ou visuais; modalidades de locução sobre imagem; formas de tratamento dos materiais de arquivo sonoros e/ou visuais etc.*);
 - 5.5.6. Sugestão de Estrutura (*Sugestão de estrutura do documentário a partir da(s) Estratégia(s) de Abordagem. Não se pretende um roteiro com a descrição definitiva do que será o documentário e sim uma exposição de como o autor pretende organizar as Estratégias de Abordagem no corpo do filme. A apresentação pode ser feita livremente a partir de texto corrido ou blocado*);
 - 5.5.7. Desenho de Produção - Formulário Padrão - Anexos II - A , II - B, II - C e II - D;
 - 5.5.8. Orçamento - Formulário Padrão - Anexos III – A, III – B, III – C, III – D e III - RESUMO; (*Deve-se levar em consideração todos os custos de realização do documentário, incluindo a confecção dos materiais previstos no item 11.2, impostos, preços públicos das locações e quaisquer outros necessários à completa execução do*

produto audiovisual). O valor total do orçamento não poderá ultrapassar R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

- 5.5.9. Cronograma de Produção - *Formulário Padrão - Anexo IV;*
- 5.5.10. Currículo do DIRETOR - *Formulário Padrão - Anexo V;*
- 5.5.11. Currículo da EMPRESA - *Formulário Padrão - Anexo VI;*
- 5.5.12. Currículo do ESPECIALISTA indicado para assessorar o trabalho - *Formulário Padrão - Anexo VII;*
- 5.5.13. Material opcional complementar:
 - 5.5.13.1. Simulação da(s) Estratégia(s) de Abordagem – 1 (uma) página - *(Imagens simulando proposta de captação e/ou edição de imagens, sugerindo possibilidades de enquadramento, movimentos da câmera e tratamento visual. Texto detalhando proposta de captação e/ou edição de som, sugerindo propostas de foco sonoro, tratamento sonoro, utilização de ruídos e sons ambientes, e utilização de músicas como ilustração. Para tanto, não serão aceitos materiais audiovisuais de qualquer natureza, como cd, dvd, vhs etc.);*
 - 5.5.13.2. Cópia em DVD de obras do DIRETOR e da EMPRESA. (O DVD deverá ser anexado no interior da pasta, na parte interna da contracapa. DVDs avulsos não serão considerados).
 - 5.5.13.3. Pesquisa de locação, indicação de equipe e/ou elenco (ou quaisquer outros materiais ilustrativos relativos à boa exposição do projeto);

6. ENVELOPE 2: DOCUMENTAÇÃO

- 6.1. Os seguintes dizeres devem constar na face externa do “Envelope 2: Documentação”:

Secretaria Municipal de Cultura
Departamento de Expansão Cultural
Concurso de Co-patrocínio à Produção de Documentários – Projeto História dos Bairros de São Paulo – 3ª Edição

ENVELOPE 2: DOCUMENTAÇÃO

Bairro:
Projeto:
Empresa:

- 6.2. O envelope deverá ser entregue lacrado, contendo, em 1 (uma) única via, os seguintes documentos, na ordem indicada:
- a) Requerimento de Inscrição Original (assinado) conforme modelo Anexo I;
 - b) Cópia do cartão do CNPJ - Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas, da EMPRESA;
 - c) Cópia do registro na ANCINE da EMPRESA;
 - d) Cópia do número de inscrição do CCM – Cadastro de Contribuinte Mobiliário, da EMPRESA;
 - e) Cópias reprográficas do Contrato Social da EMPRESA, com todas as alterações e com indicação dos atuais sócios administradores;

- f) Cópia reprográfica da Cédula de Identidade de todos os sócios administradores da EMPRESA;
 - g) Comprovante de residência da EMPRESA e de um de seus sócios administradores de no mínimo 2 (dois) anos no Município de São Paulo – através de cópia reprográfica de recibos de contas nominais de luz, água, gás, telefone, bancária, de correspondência de órgão público ou de IPTU;
 - h) Cópia reprográfica do Cartão de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CIC/CPF) de todos os sócios administradores da EMPRESA;
 - i) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Mobiliários da EMPRESA perante a Fazenda do Município de São Paulo, emitida pela Secretaria de Finanças;
 - j) Certidão Negativa de Débitos – CND, da EMPRESA, emitida pela Secretaria da Receita Previdenciária;
 - k) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, da EMPRESA, emitida pela Caixa Econômica Federal;
 - l) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, da EMPRESA, emitida pela Secretaria da Receita Federal;
 - m) Comprovante de residência do DIRETOR no Município de São Paulo, de no mínimo 2 (dois) anos, por meio de cópia reprográfica de recibos de contas nominais de luz, água, gás, telefone, bancária, de correspondência de órgão público ou de IPTU;
 - n) Cópia reprográfica da cédula de identidade do DIRETOR;
 - o) Cópia reprográfica do Cadastro de Pessoa Física (CIC/CPF) do DIRETOR;
 - p) Declaração emitida conjuntamente pelo DIRETOR e pela EMPRESA afirmando vínculo ou prestação de serviços entre ambos para os fins deste edital e se comprometendo a realizar o filme consoante o roteiro apresentado na inscrição
 - q) A EMPRESA deverá estar em situação regular perante o CADIN Municipal - (Cadastro Informativo Municipal) - http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadin/Pesq_Deb.aspx).
- 6.3. A EMPRESA deverá comprovar a aquisição dos direitos de filmagem pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, quando o projeto for inspirado em ou adaptado de obras de terceiros.
- 6.4. Os documentos apresentados devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se não constar do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 6 (seis) meses a contar da data de sua expedição.
- 6.5. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não permitam sua perfeita compreensão.
- 6.6. Documentos apresentados por procuradores dos titulares deverão ter cópia autenticada da procuração e firma reconhecida.
- 6.7. A documentação exigida deverá ser numerada e rubricada pelo representante legal da EMPRESA.

7. COMISSÃO DE SELEÇÃO

- 7.1. Uma Comissão de Seleção formada por 5 (cinco) membros de notória experiência em atividades culturais será nomeada pelo Secretário Municipal de Cultura.
- 7.2. Um dos membros indicados será o presidente da Comissão, cabendo a ele coordenar os trabalhos, agendar e presidir as reuniões.
- 7.3. Os membros da Comissão que pertencerem aos quadros funcionais da CO-PATROCINADORA não serão remunerados pelos seus serviços.
- 7.4. Os membros da Comissão não poderão ter quaisquer vínculos profissionais ou empresariais com as propostas apresentadas, ou de parentesco com os proponentes.
- 7.5. A Comissão é soberana quanto ao mérito de suas decisões.

8. PROCESSO SELETIVO

- 8.1. O processo seletivo divide-se em 2 (duas) etapas: HABILITAÇÃO e JULGAMENTO DOS PROJETOS.
- 8.2. HABILITAÇÃO
 - 8.2.1. O Departamento de Expansão Cultural – DEC, da CO-PATROCINADORA, procederá a habilitação das propostas, avaliando a documentação.
 - 8.2.2. Serão inabilitadas as propostas:
 - 8.2.2.1 cuja documentação não esteja de acordo com o item 6 (ENVELOPE 2 – DOCUMENTAÇÃO) deste edital;
 - 8.2.2.2 cujas empresas estejam irregulares junto ao CADIN Municipal.
 - 8.2.3. O parecer do DEC será publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo - DOC, indicando as propostas habilitadas a participar e as inabilitadas, acompanhadas dos motivos da inabilitação.
 - 8.2.4. Do ato de inabilitação, caberá recurso no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do dia da publicação da lista dos projetos inabilitados.
 - 8.2.5. Os recursos serão interpostos junto ao DEC, que os encaminhará à autoridade superior.
- 8.3. JULGAMENTO DOS PROJETOS
 - 8.3.1. A Comissão avaliará os projetos sob sua responsabilidade e a cada um deles atribuirá notas de acordo com os seguintes critérios:
 - a) Interesse do projeto;
 - b) Avaliação do pré-roteiro;
 - c) Proposta de direção;
 - d) Compatibilidade do orçamento com as características técnicas da produção;
 - e) Currículo da EMPRESA;
 - f) Currículo do DIRETOR;
 - g) Currículo do ESPECIALISTA.
 - 8.3.2. Serão co-patrocinaados no máximo 14 (quatorze) projetos, sem repetição de bairros.
 - 8.3.3. A Comissão fará uma lista suplementar com até 4 (quatro) projetos, sem repetição de bairros - em ordem decrescente de prioridade - para eventual desistência ou impossibilidade de co-patrocínio de algum dos selecionados.

- 8.3.4. A Comissão lavrará em ATA o resultado do concurso, motivando suas decisões.
- 8.3.5. Após a seleção, a Comissão encaminhará o resultado ao Núcleo de Fomento ao Cinema do DEC que deverá providenciar a publicação no DOC.
- 8.3.6. Publicado o resultado no DOC, os contemplados terão o prazo de cinco dias úteis para se manifestar, por escrito, se aceitam ou desistem de realizar o co-patrocínio.
- 8.3.7. A ausência de manifestação por parte do interessado notificado será considerada como desistência da realização do co-patrocínio.
- 8.3.8. Após o decurso do prazo para aceite e eventuais recursos o processo será encaminhado ao Secretário Municipal de Cultura para homologação e publicação do resultado final do concurso no DOC.

9. CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO CO-PATROCÍNIO

- 9.1. Após a homologação do resultado do concurso, os documentos - de projetos inscritos, habilitados e selecionados - solicitados no “ENVELOPE 2: DOCUMENTAÇÃO” - serão novamente conferidos.
 - 9.1.1. Caso algum deles esteja vencido, deverá ser regularizado em até 10 (dez) dias úteis.
 - 9.1.2. Caso a EMPRESA CONTEMPLADA não regularize sua documentação no prazo determinado, a proposta será desclassificada e poderá ser substituída por proposta suplente.
 - 9.1.3. A EMPRESA CONTEMPLADA deverá abrir conta bancária no Banco Bradesco, própria e única, para movimentação dos aportes que serão recebidos da CO-PATROCINADORA.

10. CO-PATROCÍNIO

- 10.1. Para a efetivação do co-patrocínio, a EMPRESA CONTEMPLADA, -com a interveniência do DIRETOR, deverá firmar Termo de Co-patrocínio com a CO-PATROCINADORA.
- 10.2. Os valores referentes ao co-patrocínio serão liberados em 3 (três) parcelas, da seguinte forma:
 - 10.2.1. 50% (cinquenta por cento) do aporte após a assinatura do Termo de Co-patrocínio;
 - 10.2.2. 30% (trinta por cento) do aporte após a realização das filmagens comprovada pelo DEC;
 - 10.2.3. 20% (vinte por cento) do aporte após a verificação da entrega ao DEC do material listado no item 11.

11. OBRIGAÇÕES DA CO-PATROCINADA

- 11.1. A empresa contemplada – CO-PATROCINADA se obriga a:
 - 11.1.1. realizar o filme em no máximo 8 (oito) meses, a contar da data da liberação da primeira parcela.
 - 11.1.2. entregar à CO-PATROCINADORA:
 - 11.1.2.1. - 1 (uma) fita Betacam Digital e 15 (quinze) DVDs contendo a versão original do documentário com duração

de 26 (vinte e seis) minutos e filmada em câmera equipada com 3CCDs (ou CMOS) de no mínimo 1/3 polegada; gravando em 1.080i ou 1080p, em janela de captação que poderá ser 4:3 ou 16:9 (sendo que a opção pelo último formato implica incluir *letterbox*, adaptando-o à exibição em janela 4:3). O som deverá ser estéreo 2.0, mixado a +10dB, e com Dolby ON;

11.1.2.2. 1 (uma) fita Betacam Digital (Banda Internacional) contendo a versão original do documentário. O som deverá estar mixado a +10dB, com Dolby ON, e ter, separados: depoimentos e voz over (canal 1); música e sons ambientes (canal 2). Não deve haver caracteres, permitindo a aplicação posterior em idioma estrangeiro;

11.1.2.3. 1 (uma) fita Betacam Digital (30') contendo versões do documentário legendadas em idioma espanhol e inglês. O som deverá ser estéreo 2.0, mixado a +10dB, e com Dolby ON;

11.1.2.4. 1 (uma) fita Betacam Digital contendo, no mínimo, 5 (cinco) minutos de imagens selecionadas que contemplem a variedade de material captado em áudio e vídeo (externas, internas, noite, dia, entrevistas, situações dinâmicas etc.) para criação de material promocional;

11.1.2.5. 1 (um) CD contendo, no mínimo, 5 (cinco) fotos de divulgação em arquivo JPEG, com definição de 300 DPI, tamanho 13 X 18 cm, padrão CMYK (essas imagens não devem ser de making of) e sinopse (máx. 200 toques) para folder de divulgação.

11.1.2.6. 1 (um) CD contendo a transcrição dos diálogos, locução e GCs em arquivo de texto; arquivo de texto com release para imprensa (máx. 3200 toques), ficha técnica completa do documentário e mini-biografia do(s) diretor(es) (máx. 3200 toques);

11.1.2.7. Declaração de Responsabilidade sobre Uso de Obra de Terceiros e Uso de Imagem, conjuntamente com todas as cópias das autorizações de cessão de direitos, uso de imagem e quaisquer outras utilizadas na produção do documentário.

11.1.2.8. “*Music Cue Sheet*” com todas as músicas utilizadas, autor, intérprete e tempo de uso no documentário.

11.1.3. colocar em posição de destaque e em cartelas únicas, o brasão da prefeitura e os seguintes termos nos créditos finais e de abertura da obra audiovisual:

"CO-PATROCÍNIO

(brasão da prefeitura a ser fornecido pela CO-PATROCINADORA)

PREFEITURA DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

ESCRITÓRIO DE CINEMA DE SÃO PAULO - ECINE"

11.1.4. citar com destaque em todo material de divulgação a participação da CO-PATROCINADORA, segundo modelo acima.

- 11.1.5. disponibilizar, sempre que solicitada, as indicações das locações para acompanhamento da CO-PATROCINADA.
- 11.1.6. autorizar à CO-PATROCINADORA o acesso, a qualquer tempo, à movimentação financeira da conta exclusiva aberta para movimentação dos aportes recebidos.

12. PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 12.1 A CO-PATROCINADA deverá apresentar ao DEC a prestação de contas no prazo de até 60 (sessenta) dias do recebimento da última parcela, comprovando a utilização dos recursos conforme o orçamento aprovado.
- 12.2A prestação de contas deverá necessariamente ser acompanhada dos seguintes itens:
 - 12.2.1 Planilha prevista no *Anexo IX* deste Edital, regularmente preenchida;
 - 12.2.2 Documentos originais fiscais ou equivalentes (comprovantes das despesas realizadas - faturas, recibos, notas fiscais, etc.);
 - 12.2.3 Cópia de extrato bancário mensal relativo à conta bancária exclusiva do projeto.
- 12.3 Tais documentos devem:
 - 12.3.1 ser entregues organizados conforme os itens de despesa do orçamento aprovado, em ordem cronológica, carimbados, conforme modelo abaixo:

PRODUÇÃO DE DOCUMENTÁRIOS DE BAIRRO 3ª EDIÇÃO
Termo de Co-patrocínio nº _____

- 12.3.2 ser emitidos em nome da CO-PATROCINADA, devidamente identificados com referência ao nome do projeto, sempre que possível.
- 12.3.3 vir acompanhados de cópias legíveis, as quais ficarão retidas para conferência e certificação de autenticidade, sendo os originais posteriormente devolvidos à CO-PATROCINADA, que deverá conservá-los por um período de cinco anos da aprovação para eventuais verificações.
- 12.4A prestação de contas será analisada pelo setor técnico do DEC e submetida à aprovação de seu diretor.
- 12.5 A análise da prestação de contas levará em consideração os seguintes aspectos:
 - 12.5.1 Realização do projeto, atividades, ações, eventos e entrega dos produtos culturais previstos.
 - 12.5.2 Correta aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o orçamento aprovado.

13. PENALIDADES

- 13.1 Em casos de alteração das características do projeto apresentado sem consentimento da CO-PATROCINADORA, ou descumprimento das obrigações constantes nesse edital e no Termo de Co-patrocínio, a CO-PATROCINADORA poderá aplicar as seguintes sanções:
 - 13.1.1 bloquear a liberação de parcelas previstas;
 - 13.1.2 rescindir o Termo de Co-patrocínio;
 - 13.1.3 declarar inadimplência da EMPRESA;
 - 13.1.4 declarar inadimplência do DIRETOR;
 - 13.1.5 rejeitar a prestação de contas;

- 13.1.6 determinar a devolução dos valores recebidos, acrescidos da respectiva atualização monetária, a contar da data do recebimento;
- 13.1.7 aplicar as penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 na seguinte conformidade:
 - 13.1.7.1 advertência;
 - 13.1.7.2 multa de 20 % sobre o valor do co-patrocínio no caso da não realização da obra audiovisual prevista no projeto.
 - 13.1.7.3 multa de 20% sobre o valor do co-patrocínio no caso de não apresentação da prestação de contas no prazo previsto.
 - 13.1.7.4 multa de 1% a cada dez dias de atraso na entrega dos materiais e produtos audiovisuais previstos.
 - 13.1.7.5 multa de 10% sobre valores glosados não devolvidos no prazo indicado pela Administração.
 - 13.1.7.6 multa de 10% se deixar de inserir ou citar com destaque em todo material de divulgação a participação da CO-PATROCINADORA, segundo modelo descrito no Edital.
 - 13.1.7.7 suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de dois anos;
 - 13.1.7.8 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo dois anos e enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o órgão que aplicou a penalidade (que só será concedida se a EMPRESA ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes).
- 13.2 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.
- 13.3 As penalidades de suspensão temporária e inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão ser impostas tanto às CO-PATROCINADAS como aos DIRETORES intervenientes.
- 13.4 A CO-PATROCINADA e o DIRETOR interveniente inadimplentes ficam sujeitos também à inscrição do CADIN Municipal.
- 13.5 Aplicam-se a este capítulo, no que couber, as disposições dos artigos 54 e 55 do Decreto Municipal nº 44.279/03 e da Lei Municipal nº 14.141/06.
- 13.6 A responsabilidade administrativa e civil são independentes da responsabilidade penal, de modo que, quando houver indício de crime ou ato de improbidade, o fato será comunicado ao Ministério Público.

14. DIREITOS

- 14.1 O Município de São Paulo será o titular dos direitos de exibição, de distribuição, de comercialização e autorais patrimoniais da obra documentário objeto do Termo de Co-patrocínio, nos termos do artigo 111 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, objeto do Termo de Co-patrocínio.
- 14.2 A obra documentário passará a integrar o acervo audiovisual do Centro Cultural São Paulo;
- 14.3 Ficam resguardados os direitos morais inalienáveis do autor sobre a obra.
- 14.4 A CO-PATROCINADA poderá inscrever a obra produzida em festivais e mostras e poderá auferir os prêmios, inclusive econômicos, que o filme lograr.

- 14.5 A CO-PATROCINADORA conjugará esforços para promover a divulgação do projeto, através de seus canais de divulgação e da mídia impressa, falada e televisionada.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1. O acompanhamento da correta execução do projeto (inclusive para efeito de liberação das parcelas), será realizado pelo DEC.
- 15.2. A CO-PATROCINADORA nomeará um gestor para acompanhar o andamento do projeto.
- 15.3. A CO-PATROCINADORA não responderá em hipótese alguma pelos atos, contratos ou compromissos assumidos pela CO-PATROCINADA, cabendo a esta exclusivamente as responsabilidades civis, penais, comerciais, financeiras, trabalhistas, previdenciárias e outras, advindas de utilização de direitos autorais ou patrimoniais anteriores, contemporâneas ou posteriores à formalização do Termo de Co-patrocínio.
- 15.4. Os casos omissos relativos ao presente edital serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Cultura de São Paulo, ouvidas as áreas competentes.
- 15.5. Para dirimir eventual controvérsia decorrente deste edital ou do Termo de Co-patrocínio fica eleito o foro da Fazenda Pública da Capital do Estado de São Paulo, o qual preferirá a qualquer outro, por mais privilegiado que possa se afigurar.
- 15.6. Cópia deste edital poderá ser obtida gratuitamente no endereço eletrônico da SMC: <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/cultura>.
- 15.7. Eventuais informações técnicas relativas ao presente concurso deverão ser formuladas ao DEC, de segunda a sexta-feira, das 11 às 17h, nos telefones: 3397-0035 e 3397-0036.

Prefeitura do Município de São Paulo
Secretaria Municipal de Cultura

São Paulo, 14 de outubro de 2009.

Publique-se.

CARLOS AUGUSTO CALIL
Secretário Municipal de Cultura